Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [X]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: História do Brasil

Outro: _____

Autor(a): Flávio Fernandes Carvalho

E-mail: flaviocarvalho540@gmail.com

Orientador (a) Terezinha de Jesus Mesquita Queiroz

Instituição: UFPI

Membro da banca: Cristiano Luís Christillino

Instituição: UEPB

Membro da banca: Pedro Vilarinho Castelo Branco

Instituição: UFPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Digitalizado com CamScanner

Titulação obtida: Mestre

Data da defesa: 11 / 04 / 2023

Título do trabalho: IMPRENSA, RESSENTIMENTO E PODER: a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí Oitocentista (1839 - 1852).

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina Data: 06 / 06 / 2023

Assinatura do(a) autor(a): Fleúsio Fernandes Carvalho

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

Digitalizado com CamScanner

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

FLÁVIO FERNANDES CARVALHO

IMPRENSA, RESSENTIMENTO E PODER: a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí oitocentista (1839-1852)

TERESINA-PI
2023

FLÁVIO FERNANDES CARVALHO

IMPRENSA, RESSENTIMENTO E PODER: a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí oitocentista (1839-1852)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

TERESINA – PI
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

C331I Carvalho, Flávio Fernandes.
Imprensa, ressentimento e poder : a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí oitocentista (1839-1852) / Flávio Fernandes Carvalho. -- 2023.
196 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2023.
"Orientadora: Prof.ª Dr.ª Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz"

1. História - Piauí. 2. Política. 3. Silva, Lívio Lopes Castelo Branco e. I. Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

MNISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº 13

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA EM 11/04/2023

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões virtuais da Plataforma Digital Google Meet, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **IMPRENSA, RESSENTIMENTO E PODER: a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí Oitocentista (1839- 1852**), de autoria do Mestrando **FLÁVIO FERNANDES CARVALHO**, candidato ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Orientadora), Cristiano Luís Christilino - UEPB (Examinador Externo) e Pedro Vilarinho Castelo Branco – UFPI (Examinador Interno). Às quinze horas a sessão foi aberta pela Presidenta, que deu início aos trabalhos convidando o candidato a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Finda a exposição, a Presidenta passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e o candidato de igual tempo para às respectivas respostas. A arguição foi iniciada pela Prof. Dr. Cristiano Luís Christilino, seguindo-se a esse o Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco e, finalmente, a Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, orientadora da dissertação. O mestrando respondeu a todos os questionamentos. A seguir, o mestrando foi silenciado virtualmente a fim de que a banca, em sessão secreta, pudesse analisar e decidir sobre a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do julgamento. A Presidenta comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA**. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe a Presidenta, congratulando-se com o candidato e agradecendo a audiência de todos, encerrou a sessão às dezessete horas e, para constar, foi lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi subscrita por todos os membros da Banca Examinadora. Observação: tendo em vista a excelência do trabalho e as contribuições que agrega à história do Brasil oitocentista, a Banca Examinadora recomenda a publicação, incorporadas as sugestões dos arguidores.

Teresina, 11 de abril de 2023.

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – PPGHB/UFPI
Presidenta da Banca Examinadora

MNISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL



Prof. Dr. Cristiano Luís Christilino - UEPB
Examinador Externo



Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco – PPGHB/UFPI
Examinador Interno

À minha mãe e pai!
À Deus toda honra, toda glória e todo o poder para sempre, Amém!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter me ajudado nesse processo desafiador que é o mestrado. Agradeço, também, a minha família, principalmente, a minha mãe Rita Carvalho e meu pai Francisco Carvalho por não medirem esforços em me auxiliar na longa jornada acadêmica. Agradeço aos meus irmãos Fábio Carvalho e Felipe Carvalho, assim como minhas irmãs Ravenna Carvalho e Raysha Carvalho e até meu sobrinho Mikael Carvalho que sempre foram compreensivos quando mais precisei.

Gostaria de agradecer, ainda, a todos os meus professores da pós-graduação, bem como a toda coordenação, em especial, Pedro Vilarinho Castelo Branco que sempre foi muito solicito. E, por fim, a minha querida e amada orientadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, pessoa de grandiosa inteligência e comprometimento, que desde o início, me auxiliou e me incentivou a continuar nesse percurso acadêmico, principalmente, em momentos de incertezas. Grato sou pelos seus calorosos elogios e orientação!

A todos, os mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

No Brasil, entre os anos de 1824 a 1850, ocorreram inúmeras revoltas, levantes, insurreições e ajuntamentos, entre eles Balaiada e as Revoltas Liberais de 1842, ambas com características semelhantes, e participação de um conjunto de pessoas que ora ou outra figuravam como líderes nessas variadas revoltas. Fortemente influenciada por um consenso escriturístico do século XIX, foi se constituindo uma linha historiográfica partindo da visão do Estado, da Ordem e da legalidade, alicerçando a história e a memória dos vencedores como a oficial. Nessa dissertação, faz-se leitura e interpretação dos movimentos da Balaiada e Ajuntamento do Exú, a partir de uma análise que privilegia a voz do vencido. Assim, encontrou-se em Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – fazendeiro de família importante do Piauí –, o objeto de estudo capaz de revelar em grande medida a dinâmica política do Piauí e do Norte, bem como um projeto político que se contrapunha ao modelo político vitorioso emanado da Corte. Nesse sentido, a partir do estudo desse sujeito, analisam-se a dinâmica político-social nortista, os conflitos no jornalismo partidário, bem como as tensões sociais causadas pelas revoltas, que eram consequência de insatisfação de elites políticas derrotadas nos processos de conquista do poder. A análise se fundamenta na documentação oficial, em parte hemerográfica, nos Anais do Parlamento Brasileiro, em cartas publicadas em um conjunto de jornais do século XIX, além de escritos oitocentistas como as Notas Diárias de Alencastre de 1872 e a memória de Domingos Magalhaes de 1858, e de variada bibliografia: CARVALHO, 2000; CARVALHO, 2010; CASTELO BRANCO, 2020; DIAS, 2014; DOLHNIKOFF, 2005.

Palavras-chave: História; Política; Piauí; Lívio Lopes Castelo Branco e Silva.

ABSTRACT

In Brazil, between the years 1824 to 1850, there were numerous revolts, uprisings, insurrections and gatherings, including Balaiada and the 1842 Liberal Revolts, both with similar characteristics, and the participation of a group of people who at one time or another figured as leaders in these various revolts. Strongly influenced by a scriptural consensus of the 19th century, a historiographical line was constituted starting from the State, Order and legality visions, basing the winners' history and memory as the official. In this dissertation, the movements of Balaiada and Ajuntamento do Exú are read and interpreted, based on an analysis that privileges the vanquished's voice. Thus, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – a farmer from an important family in Piauí – was found to be the object of study capable of revealing to a great extent the political dynamics of Piauí and the North, as well as a political project that opposed the victorious political model emanating from the Court. In this sense, from this subject study, the northern political and social dynamics are analyzed, the conflicts in party journalism, as well as the social tensions caused by the revolts, which were a consequence of the dissatisfaction of political elites defeated in the power conquest processes. The analysis is based on official documentation, in part hemerographic, in the Annals of the Brazilian Parliament, in letters published in several newspapers from the 19th century, in addition to 19th century writings such as Notas Diárias de Alencastre from 1872 and the memoir of Domingos Magalhaes from 1858, and a varied bibliography: CARVALHO, 2000; CARVALHO, 2010; CASTELO BRANCO, 2020; DIAS, 2014; DOLHNIKOFF, 2005.

Keywords: History; Politics; Piauí; Livio Lopes Castelo Branco e Silva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jornal *O Liberal Piauiense*. 152
Figura 2: Jornal *O Governista*. 152
Figura 3: Jornal *O Echo Liberal*. 160
Figura 4: Jornal *O Argos Piauiense*. 164
Figura 5: Jornal *O Argos Maranhense*. 174
Figura 6: Jornal *O Argos Sant'Amarense*. 174
Figura 7: Jornal *O Argos Alagoano*. 175
Figura 8: Jornal *O Argos Pernambucano*. 175
Figura 9: Jornal *O Argos Cearense*. 176
Figura 10: Jornal *O Argos Cachoeirano*. 176
Figura 11: Jornal *O Argos Natalense* 177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de votos por colégios eleitorais em 1847..... 119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
2 REVOLTAS LIBERAIS AO NORTE: BALAIADA, AJUNTAMENTO DO EXÚ E A PARTICIPAÇÃO DE UM LIBERAL EXALTADO 26
2.1 O Império brasileiro no difícil caminho das Luzes 26
2.2 A Balaiada e a participação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva 37
2.3 A função política e memorística do jornal *O Telégrafo* 54
2.4 As redes políticas no Norte do Império e a atuação política do liberal exaltado Lívio Lopes Castelo Branco 66
3 RELAÇÕES POLÍTICAS E LUTAS PELO PODER NO PIAUÍ NA PRIMEIRA METADE DO XIX 86
3.1 Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e os novos espaços de poder no Piauí nos anos 1840 86
3.2 O governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos e as dimensões da política interprovincial 98
3.3 O domínio conservador e as novas configurações políticas: disputas entre José Antônio Saraiva e Lívio Lopes Castelo Branco 127
4 LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO E SILVA E A IMPRENSA LIBERAL PIAUIENSE (1846 – 1852) 144
4.1 O surgimento da imprensa liberal no Piauí 144
4.2 *O Liberal Piauiense* 155
4.3 *O Governista* 159
4.4 *O Echo Liberal* 163
4.5 *O Argos Piauiense* e a rede jornalística no Império 167
CONSIDERAÇÕES FINAIS 181
REFERÊNCIAS 185

INTRODUÇÃO

Autores consagrados, como Francisco Adolfo de Varnhagen,[1] Gilberto Freyre,[2] Sérgio Buarque de Holanda,[3] José Murilo de Carvalho,[4] entre outros, estabeleceram as bases elucidativas para as pesquisas em torno da história do Império no Brasil. A partir das leituras de obras desses estudiosos da construção do projeto de nação brasileira, tivemos os primeiros contatos com a historiografia clássica de trabalhos referentes à sociedade brasileira oitocentista, em especial, à política, à cultura e à imprensa. Esse contato ensejou o desejo de estudar a sociedade brasileira do século XIX.

Foi em meio às discussões durante as aulas de Historiografia Brasileira e Historiografia Piauiense, ainda na graduação, sob a orientação da professora das disciplinas em questão, que conseguimos pensar uma problemática e nos direcionar para um possível objeto de pesquisa. A partir de então, decidimos estudar a dinâmica política da sociedade piauiense nos anos em que aconteceu a Balaiada e a participação de homens da elite no processo de disputas pelo poder na província do Piauí.

A pesquisa, iniciada na graduação,[5] teve continuidade, agora como projeto de dissertação, buscando ampliar o olhar para as questões voltadas à trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva na política local e regional, sua participação na imprensa e a construção de suas memórias, além de analisar como ele reagiu às polêmicas em que se envolveu e às perseguições sofridas. Nosso objetivo foi aprofundar o estudo em torno da história política do Brasil oitocentista utilizando como personagem principal Lívio Lopes Castelo Branco e Silva para, assim, entender a dinâmica da política regional e as disputas de poder envolvendo redes

---

[1] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.
[2] FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2013.
[3] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[4] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
[5] CARVALHO, Flávio Fernandes. *Imprensa, política e sociedade*: memória e representação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva: 1839-1869. 2019. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

familiares extensas, que protagonizaram inúmeros confrontos tanto nas lutas armadas locais como no parlamento brasileiro.

Com isso, acreditamos que uma das contribuições desta pesquisa para a história do Brasil está em problematizar as versões de que o Piauí nos Oitocentos era uma província apática e sem influência em nível regional, inserindo-a na dinâmica política do Império.

A participação do Piauí no processo de independência do Brasil foi importante principalmente se levarmos em consideração a conquista da unidade territorial.[6] A Batalha do Jenipapo foi uma das mais sangrentas e violentas lutas de independência que ocorreu no Império. Apesar das baixas que o exército piauiense sofreu, principalmente de "independestes", no final, o saldo foi positivo. João José da Cunha Fidié abandonou a província e o Piauí aderiu ao projeto de independência. No decorrer desses acontecimentos o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, aproveitando as oportunidades que surgiam, tornou-se um dos principais articuladores da independência no Piauí, e com isso recaiu sobre si, a curto prazo, a condução da agora província do Piauí.[7]

Manoel de Sousa Martins esteve aproximadamente vinte anos à frente da província, de 1823 a 1843, quando se retira do cargo. Com a sua participação na presidência da província, fortaleceu sua oligarquia e criou laços de interesses com diversas outras, tornando-se um dos políticos mais influentes da região. Contudo, o espaço para que novas forças políticas se mostrassem era pouco, o que causava insatisfação em outros grupos familiares que a nível local tentavam se afirmar.

A conjuntura política pós-independência foi marcada por tentativas de construção de um modelo político Monarquista Constitucional e por debates acerca dos variados projetos de nação. O Primeiro Reinado, no Piauí, foi relativamente tranquilo, algo que enchia de orgulho Manoel de Sousa Martins. A província, se comparada a outras, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, era pacífica e pacata.

No entanto, durante o período das Regências, diversas revoltas estouraram por todo o Império, colocando em risco, mais uma vez, a unidade territorial. Em 1838, no Maranhão, tinha iniciado uma revolta denominada de Balaiada. Ali, embora o estopim tenha sido a prisão de um

---

[6] CARVALHO, Flávio Fernandes; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. As várias memórias de Lívio Lopes Castelo Branco: política e ressentimentos inscritos na imprensa escrita. *Humana Res*. Teresina, v. 1, n. 4, p. 52-72, jun./ago. 2021. Disponível em: https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/101. Acesso em: 10 jan. 2022.

[7] Sobre a participação do Piauí no processo de Independência do Brasil, cf.: ARAÚJO, Johny Santana. O Piauí no processo de Independência: contribuição para construção do Império em 1823. *Clio: Revista de pesquisa histórica*. Recife, v. 33, n. 2, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24527/19816. Acesso em: 10 fev. 2023.

vaqueiro, o levante tinha tons políticos e sociais que iam além da insatisfação por conta de corriqueira prisão. O Piauí, por muito tempo ligado ao Maranhão em questões administrativas, também era ligado pela proximidade geográfica, o que favoreceu a rápida penetração do levante nas "tranquilas" terras piauienses. Atualmente, já não se pode falar da Balaiada do Maranhão, mas da Balaiada no Maranhão e no Piauí.

Parte das narrativas sobre a Balaiada foram feitas pelos burocratas que, geralmente, desenvolviam o papel de pesquisadores do Estado. O primeiro texto sobre a Balaiada foi publicado em 1849, por Domingos José Gonçalves de Magalhães,[8] literato, burocrata, que viveu muito tempo na Europa. Sua narrativa pode ser entendida enquanto descrição dos fatos a partir da visão da legalidade e, do Estado. O texto critica o movimento balaio, colocando seus participantes em uma posição de inferioridade e demérito, glorificando a atuação dos governantes e louvando suas tentativas enérgicas de sufocamento do movimento.

Outro registro, o primeiro na província do Piauí, foi desenvolvido por José Martins Pereira de Alencastre em 1854. Foi produzido à luz da documentação da Secretaria de Governo do Piauí. Intitulado *Notas diárias...*, em 1872 foi publicado na *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*.[9] Assim como o texto de Magalhães, o texto de Alencastre foi escrito por um secretário de governo. *Notas diárias...* é um texto com teor político, contrário à atuação do Visconde da Parnaíba. Apesar das ressalvas contidas no texto acerca da administração provincial no período da Balaiada, o autor não deixa de recorrer à documentação oficial, adotando uma postura contrária aos balaios e tomando partido da causa legalista, reproduzindo as mesmas impressões que emanavam dos registros oficiais dos governantes da época.

Em 1879, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco escreveu *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocupavam cargos importantes na província do Piauí*.[10] O livro reúne biografias já publicadas em jornais, entre eles um dedicado a Lívio Lopes Castelo Branco e Silva. Vale ressaltar que Borges era filho de Lívio, um dos principais líderes dos balaios no Piauí. Sua leitura difere de Magalhães e de Alencastre. Por um lado, não se identificava com o movimento da Balaiada, por outro, não condenava o principal balaio piauiense. Em seu texto expressou sua posição política contrária

[8] MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.
[9] ALENCASTRE, J. M. P. Notas diária sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauhy e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1872. p. 429.
[10] CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocupavam cargos importantes na província do Piauí*. 3. ed. Brasília; Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2014.

ao movimento, porém, sem tecer críticas ao seu pai, amenizando as culpas que recaíram sobre ele.

Francisco Augusto Pereira da Costa, em *Cronologia histórica do Estado do Piauí*,[11] publicada em 1909, em Recife, fez a leitura de que a Balaiada teria que ser reprimida, pois era um movimento de insurreição, de insubordinação, de bandidagem das classes baixas, querendo destruir os valores da política e da administração emanados do Rio de Janeiro e das classes dirigentes. Entende o movimento como uma luta muito bem definida entre os pobres e a elite. Nesse sentido, reproduziu o que era o senso comum acerca da Balaiada.

Odilon Nunes em sua obra *Pesquisas para a história do Piauí*: a Balaiada[12] de 1966, estuda a documentação pública, privilegiando a visão do Estado sobre a Balaiada. Embora ele propusesse fazer uma análise empática aos balaios, escreveu de fato a história dos vencedores, reproduzindo a visão governamental constante na documentação oficial, o que não diminui contribuição para a historiografia do tema.

No âmbito acadêmico, podemos citar pelo menos três obras de relevo sobre a Balaiada no Piauí. *A Balaiada no Piauí*,[13] de Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira, de 1985, desenvolve a narrativa a partir do conflito entre as elites oligárquicas que disputavam o poder administrativo na província do Piauí. A autora apresenta a conjuntura nacional, a formação histórica do Piauí, o domínio viscondista, causas da revolta e a luta, entre outros aspectos. Dialoga com autores piauienses e nacionais, como Odilon Nunes, Celso Furtado, Ciro Flamarion Santana Cardoso e Emília Viotti da Costa. Utiliza fontes primárias e a vasta bibliografia disponível, construindo a história social do movimento.

Outro escrito a ser destacado é *Tempo de Balaio*,[14] de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, de 1993, que apresenta os fatos com detalhamento, destacando as etapas do movimento no Piauí.

Claudete Maria Miranda Dias, com o livro intitulado *Balaios e bem-te-vis*: a guerrilha sertaneja,[15] publicado em 1993, insere-se no conjunto de produções influenciado pela virada historiográfica dos anos 1980. Descreve a Balaiada como um movimento popular, destaca o

---

[11] COSTA, Francisco Augusto Pereira. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. São Cristóvão: Editora Artenova, 1974.
[12] NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí:* a Balaiada. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
[13] OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
[14] MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC; CFH; GCN, 2008.
[15] DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e bem-te-vis*: a guerrilha sertaneja. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2014.

caráter politizado da população, rompendo com a tendência até então consagrada pela historiografia sobre o tema, em que as narrativas partiam da visão do Estado e da apologia da ordem. Dias inova com relação à interpretação dos documentos. Apesar de ter consultado a mesma documentação que os demais, ela faz uma leitura a contrapelo, analisando os documentos por um novo ângulo e, assim, enfatiza novos personagens e outras formas de apresentá-los. Realiza o que poderíamos denominar de "história vista de baixo", fazendo uso do marxismo para analisar as disputas de classes.

Em anos recentes, a temática da Balaiada no Piauí voltou a ser estuda no âmbito acadêmico. Pedro Vilarinho Castelo Branco[16] desenvolveu um estudo sobre os personagens marcantes que participaram da Balaiada. Ao apresentar Manoel Clementino de Sousa Martins, Manoel de Sousa Martins e Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, mostra o jornal *O Telégrafo* como espaço de disputa de memória das elites em conflito.

Teresinha Queiroz oferece contribuição importante com a publicação e o estudo de *A Balaiada* de Clodoaldo Freitas,[17] manuscrito inédito datado de 1894. Freitas recorre às memórias de pessoas que vivenciaram o conflito ou que preservaram as memórias de participantes ativos da revolta. Embora Freitas não tenha publicado o texto, as informações que disponibilizou são inovadoras evidenciam uma versão próxima aos acontecimentos.

As agitações políticas e sociais iniciadas em 1817 e que persistiram até os anos 1850 são aspectos do processo de construção de um Brasil que se torna independente e precisa de uma centralização que emana da capital, Rio de Janeiro. O período é marcado por manifestações populares, levantes, insurreições e movimentos que incorporam grande adesão popular. Essa conjuntura pode ser entendida a partir de uma dinâmica político-social que se desenvolvia seguindo divisões de interesses de diversos grupos políticos, que iriam, mais tarde, se transformar em liberais e conservadores.[18]

Nesse ambiente de debates e conflitos econômicos, políticos, familiares e ideológicos os administradores do Império buscaram fundamentar um modelo de nação que assegurasse a

---

[16] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Memórias em conflito: a Balaiada e as disputas de memória das elites políticas no Piauí oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*. Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552682006_ARQUIVO_ArtigoPedroVilarinhorevisado-10fev2019(2).pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

[17] FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. A Balaiada, de Clodoaldo Freitas: considerações em torno de um manuscrito oitocentista. In: FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

[18] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

unidade territorial e formulasse uma identidade nacional, o que explica, por exemplo, a criação do IHGB. Contudo, os desafios não se limitavam aos aspectos políticos e ideológicos, o país também enfrentava uma crise econômica provocada por grandes empréstimos. Entre as discussões, incluía-se a do modelo político que deveria ser adotado pela nação em construção.

Essa conjuntura foi favorável à deflagração de inúmeros levantes, como a Balaiada (1838-1841), as Revoltas Liberais/Ajuntamento do Exu (1842), a Cabanagem (1835-1840), a Sabinada (1837-1838), a Farroupilha (1835-1845), entre outras. Praticamente todos esses movimentos contaram com participação de pessoas e famílias ligadas a algum dos grupos que davam as cartas do jogo político, de acordo com os interesses de uma fração das elites e, posteriormente, do gabinete ministerial que estivesse em atividade.

Essa dinâmica vigorou por todo o Período Regencial e parte do Segundo Reinado em todas as regiões do Brasil, sobretudo a partir de 1841, quando chegou ao governo um grupo ministerial conservador, fazendo com que os liberais ficassem em segundo plano. No campo político, o conflito passa a ser polarizado entre liberais e conservadores. Nas grandes províncias brasileiras, as eleições eram recheadas de conflitos e perseguições. Parte das informações que circulavam pelas províncias eram encontradas nas folhas dos jornais. Esses jornais, na sua maioria, pertenciam a pessoas ligadas a algum grupo político, tendo, portanto, uma função assumidamente partidária e bem definida.

O Piauí, assim como o Brasil, assiste ao nascimento de sua imprensa já com "lentes" políticas.[19] Portanto, a imprensa foi de fundamental importância, pois auxiliava no campo político àqueles que estavam ligados ao jornal. As notícias trazidas nos periódicos eram diversas, faziam referências a acontecimentos de todo o Império e até do exterior, além de divulgar questões governamentais. Entretanto, sempre uma página ou outra era destinada para os impasses e as polêmicas envolvendo os trâmites da política local e regional, e até questões de esfera pessoal.

Sete anos após a criação do primeiro jornal no Piauí – *Piauiense* (1832) – , surgiu, em 1839, na capital Oeiras, sob a supervisão de Francisco José Fialho, o jornal *O Telégrafo.*[20] O periódico tinha caráter político bem definido, com o objetivo de influenciar a opinião pública em favor da política oligárquica do Barão da Parnaíba, que colocava todo seu empenho e sua força na tentativa de sufocar o movimento Balaiada.[21]

---

[19] RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

[20] Jornal piauiense que circulou de 1839 a 1840, impresso na Tipografia Provincial, publicado às segundas e quintas-feiras.

[21] RÊGO, 2001.

Contudo, a criação do referido jornal não se limitava a isso. Castelo Branco defende que era característica dos redatores construir uma narrativa que heroicizava os legalistas e desprestigiava os adversários, atacando sobretudo os homens de elite.[22] Em concordância com o autor, Flávio Fernandes Carvalho acrescenta que a criação do jornal revela um Barão da Parnaíba temeroso com a proporção do levante, tanto no Maranhão quanto no Piauí, aduzindo que era imprescindível para os seus planos a presença de um jornal que rivalizasse com os periódicos liberais do Maranhão e que eram favoráveis à revolta.[23]

Armada a convulsão provocada pela Balaiada, a perseguição do Barão da Parnaíba passou a ser declarada não somente nas folhas de *O Telégrafo*. O presidente da província, temeroso das possíveis consequências da ação dos revoltosos, que, oportunamente, se utilizaram da revolta para tentar derrubar sua longa administração na província, lançou mão de todo seu poder e influência para sufocar o levante, ultrapassando a esfera administrativa, assumindo uma postura pessoal, principalmente com relação ao campo-maiorense Lívio Lopes Castelo Branco, o principal representante piauiense na Balaiada.

Lívio Lopes Castelo Branco iniciou cedo na vida política provincial. Desejoso de elevar-se a nível nacional, juntamente com o Partido Liberal, do qual era um dos principais líderes no Piauí, buscava sua glória na derrocada de Manoel de Sousa Martins. Nascido em 11 de setembro de 1811, em Santo Antônio de Campo Maior, era filho de Antônio Lopes Castelo Branco e Silva e Ana Liduína Rosa de São José. Casou-se em 15 de junho de 1834, na vila de Campo Maior, com Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco. Foi rábula, vereador, juiz de paz, promotor público, coronel da Guarda Nacional, entre outras atribuições.

Lívio Lopes ao sair do Piauí, por ter se envolvido na Balaiada, no final de 1839, dirigiu-se ao Ceará, onde permaneceu por alguns meses. Sem poder retornar para sua província natal, percorreu diversas províncias do norte, onde permaneceu até 1842, quando se envolve no Ajuntamento do Exu, levante que ocorrera na fronteira entre as províncias de Pernambuco e Ceará. O envolvimento na Balaiada e a perseguição por parte do presidente da província foram os principais motivos para seu constante fluxo interprovincial, o que lhe permitiu tecer relações com outros sujeitos que compartilhavam as mesmas ambições que ele.

Quando retorna ao Piauí, em 1844, Lívio Lopes toma parte das eleições na província para deputação geral. A contragosto, opta por apoiar candidatos de feição conservadora, pelo fato de o candidato governista ter se aliado a Manoel de Sousa Martins, seu antagonista, já

[22] CASTELO BRANCO, 2019.
[23] CARVALHO, 2019.

honrado com seu título de Visconde da Parnaíba. A partir da saída do Visconde da presidência, o Piauí assiste, em menos de uma década, a várias mudanças na administração da província.

A atuação mais significativa de Lívio Lopes no Piauí é na imprensa. Lívio foi responsável pela criação dos jornais *O Liberal Piauiense, O Governista, O Echo Liberal* e o *Argos Piauiense,* alguns dos periódicos de maior circulação na província, na primeira metade do século XIX. Enquanto esteve à frente da redação dos periódicos, colecionou polêmicas. Não foi por acaso que quase todos foram fechados devido a perseguições políticas. Sua atuação jornalística perpassou por diferentes conjunturas políticas, tanto na província como no Império, assumindo diferentes posturas, dependendo do presidente de província que no Piauí estivesse, ou do gabinete à frente do poder central.

Elegemos como recorte temporal da pesquisa o período de 1839 até o ano de 1852, tendo como interesse inicial o estudo da trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, entendendo que, durante o período em que esteve atuante em conflitos políticos e jornalísticos, Lívio conseguiu estabelecer certas relações em nível nacional com diversos sujeitos. Apesar do prestígio que conseguiu aliando-se a grandes políticos liberais durante os anos 1840, carregou consigo a memória que a todo custo tentou em vida modificar, a de que havia sido bandido, traidor, balaio, conspirador e perturbador da ordem pública. Entretanto, todos esses adjetivos que lhe foram conferidos nos parece que serviram de impulso para suas aventuras, nem todas bem avaliadas.

No que se refere à interlocução teórica da dissertação, optamos por desenvolvê-la a partir do campo da História Social. O fato de atualmente haver uma diversidade de possibilidades e objetos para o estudo da História é resultado de um longo processo de reflexões que inúmeros estudiosos se propuseram a fazer e do emprego de novas tecnologias que permitem a pesquisa em fontes guardadas em arquivos distantes de onde o pesquisar se encontra. Essas reflexões foram propostas desde a criação da Escola dos Annales, que surgiu se opondo a tendência historiográfica factual, em que o centro das pesquisas estava nos grandes acontecimentos e grandes homens.

Hebe Castro defende que se tenha "uma história problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais Ciências Humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico".[24] Partindo dessa história-problema, optamos pela História Social, por ser uma modalidade historiográfica rica de

[24] CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45.

interdisciplinaridades com as Ciências Sociais e igualmente rica em possibilidades de objetos de estudo.[25] Vale ressaltar que o fato de se optar por esse campo não exclui a utilização de outros.

Sobre isso, José D' Assunção Barros acrescenta:

> Apesar de falarmos frequentemente em uma 'História Econômica', em uma 'História Política', em uma 'História Cultural', e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.[26]

Esta dissertação prioriza o estudo da trajetória de um homem rico, poderoso e influente, que acabou por se enquadrar na ala dos vencidos por não conseguir triunfo nos embates políticos encabeçados por ele na província do Piauí, o que legitima a proposta de fazer uma pesquisa a partir de uma história dos vencidos, dos silenciados, seguindo a metodologia voltada para o campo da História Social e da Memória, que possibilite analisar o contraste entre o discurso construído por meio de uma memória oficial e aquele construído a partir de uma memória subterrânea que tenta se afirmar.

Com relação ao campo da História e Memória, utilizamos referências conceituais que ajudam a compreender os modos de acontecer na história, bem como os processos que possibilitam a eternização de certas versões. Recorremos principalmente a Michael Pollak, que diz: "Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'Memória oficial'".[27]

Embora a memória dominante, quase sempre, seja a memória dos vencedores, é preciso que pesquisadores engajados se atrevam a estudar sujeitos históricos que, muitas vezes, foram e são silenciados. Portanto, a história dos vencidos e, consequentemente suas memórias, devem ser cristalizadas a partir da escrita, evitando com isso que sejam enterradas pelo tempo e caiam no esquecimento. Os estudos de Pierre Achard[28] no campo da linguística, ou mais precisamente

---

[25] BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*. Ouro Preto, n. 15, p. 1-23, 2005.
[26] BARROS, 2005, p. 2.
[27] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 5.
[28] ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

na análise do discurso, nos ajudam a entender a construção discursiva e o papel da memória, daí a importância de sua utilização.

Os estudos de Roger Chartier[29] e, essencialmente, o conceito de representação, serviu-nos como recursos que possibilitou a análise das falas encontradas nos vários tipos de documentação, apontando para leituras heterogêneas de uma dada realidade. A partir de Chartier foi possível dar significado a narrativas que não eram necessariamente comprometidas com a verdade, mas considerar "verdades" que partiam das subjetividades dos vários atores históricos e que depositaram nas escritas suas representações acerca de determinados acontecimentos, lugares e pessoas.

No que se refere a estudos específicos sobre o contexto histórico do Piauí nos anos de 1839 a 1852, tomamos por base as obras fundantes, algumas tomadas como fonte conforme já apontado no início dessa introdução. No tocante à literatura sobre imprensa, utilizamos Ana Regina Rêgo em seu livro *Imprensa piauiense*: atuação política no século XIX, que apresenta um levantamento detalhado de jornais piauienses e das atuações políticas dos periodistas, além de mapear a participação das oligarquias piauiense atuantes nesse cenário do jornalismo partidário. Vinícius Cranek Gagliardo, com atese intitulada *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*,[30] contribuiu para desenvolvimento desta dissertação, ao apresentar as relações entre história, imprensa e política no Brasil oitocentista.

Maria Stella Martins Bresciani e Márcia Regina Capelari Naxara,[31] foram acionadas, pois os ressentimentos e as paixões são partes indissociáveis das atuações políticas, além de informar as disputas de memórias, os silêncios, os esquecimentos, entre tantas outras questões sensíveis.

Como mencionado, as novas possiblidades da pesquisa histórica no que diz respeito aos objetos, fontes, temáticas, enfoques teóricos e metodológicos que resultaram de críticas aos modos de construção desse campo de conhecimento, colocaram em xeque também sua cientificidade. Historiadores repensaram e idealizaram novas formas de ver e produzir História. Conforme Tânia Regina de Luca:

> A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos Annales realizou deslocamentos

[29] CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
[30] GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.
[31] SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella (org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

> que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passiveis de tratamento estatístico, propunha 'novos objetos, problemas e abordagens'.[32]

Diante dessas novas possibilidades, o estudo de temáticas antes inimagináveis passou a ser cada vez mais recorrente. Tal abertura possibilitou que as pesquisas pudessem utilizar uma vastidão de documentos e fontes, com a própria noção de fonte ampliada. Com isso, aumentaram os esforços para localização de vestígios que possibilitassem a produção de conhecimento sobre os novos objetos pesquisados.

A metodologia adotada nesta pesquisa teve como ponto de partida o levantamento bibliográfico sobre a História do Brasil no período correspondente à Regência e ao Segundo Reinado. Entre os textos de interesse, recorremos àqueles que versavam sobre a política e a imprensa no século XIX, bem como sobre a dinâmica política e social entre as oligarquias. E, por último, obras sobre biografia, memória e ressentimento.

Com relação às fontes, foram analisados dois grupos de documentos. O primeiro, formado por um conjunto de jornais do século XIX encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Esses documentos, embora disponíveis em um único local, originam-se de diversas regiões, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Ceará, permitindo acompanhar a trajetória de Lívio Lopes em diferentes locais do atual Nordeste.

Esses jornais, além de serem analisados como fonte propriamente, trazem em si outros documentos que de outra forma estariam desaparecidos, caso de cartas e correspondências particulares, além de outros documentos que foram publicados nesses periódicos. Como exemplo, podemos citar as solicitações de permissão que eram feitas por Lívio Lopes a autoridades para transitar entre as províncias, ao tempo em que sua liberdade estava ameaçada.

Foram analisados cerca de 20 periódicos, entre eles os principais foram *O Repúblico*[33] e *O Telégrafo*.[34] Periódicos, como *O Grito Nacional*,[35] *Jornal Caxiense,*[36] *Brado de Caxias*[37] e *Diário de Pernambuco,*[38] foram analisados como forma de rastrear e mapear as andanças de Lívio Lopes, os contextos provinciais e os debates travados na imprensa. Sobre a importância dos jornais como fonte, Gagliardo afirma:

---

[32] LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112.
[33] Circulou no Rio de Janeiro de 1830 a 1855. Publicação diária.
[34] Circulou no Piauí de 1839 a 1840. Publicação às segundas e quintas.
[35] Circulou no Rio de Janeiro de 1848 a 1858. Publicação aos domingos, quartas e sextas.
[36] Circulou no Maranhão de 1846 a 1852. Publicado aos sábados.
[37] Circulou no Maranhão de 1845 a 1846. Publicado às quintas.
[38] Circulou em Pernambuco de 1840 a 1849. Publicação diária.

> Foi em meio à formação de um espaço público de crítica que os jornais, panfletos e demais impressos conduziram as discussões sobre o projeto político a ser organizado no Brasil imperial, colocando em cena rivalidades e visões de mundo diferentes entre os letrados. Consequentemente, o início de construção da nação foi marcado por *guerras de opiniões* entre os jornalistas: de um lado, confrontavam diferentes projetos políticos sobre o que deveria ser a nação brasileira e, de outro lado, disputavam a conquista da opinião pública, a qual atuaria como mecanismo de legitimação do projeto político defendido e, no limite, de legitimação da disputa e tomada do poder (grifo do autor).[39]

Outro conjunto de documentos analisado foram o *Anais do Parlamento Brasileiro*, onde estão condensados os extensos diálogos acontecidos na Corte, envolvendo os deputados das províncias brasileiras. O uso dessa fonte se mostrou positivo, pois, a partir da análise, pudemos localizar falas, discursos de posse, atas de eleições, votação de aprovação de requerimentos, relatos memorialísticos, criação de ministérios, entre outras informações.

Os *Anais do Parlamento Brasileiro* são publicações oficiais da Câmara dos Deputados que contêm decisões legislativas. Assim como os jornais que foram utilizados, os *Anais* foram encontrados na Hemeroteca Digital. Apesar de haver publicações do início dos anos 30 do século XIX até os dias atuais, utilizamos somente algumas sessões referente aos anos de 1843, 1845, 1850 e 1852, por serem essas suficientes para a análise.

Compreender a dinâmica político-social nortista da primeira metade do século XIX a partir da trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, apresentando os aspectos políticos, administrativos e o jornalismo partidário oitocentista, buscando entender as disputas em torno das redes familiares que sustentaram o cenário político do século XIX foi nosso principal objetivo de pesquisa.

Centramos a análise em torno de algumas questões como: a participação de Lívio Lopes como um dos principais articuladores na Balaiada e no Ajuntamento do Exu, levante ocorrido na província do Ceará e de Pernambuco em 1842, que o inseriu no mundo jornalístico e do Direito; relatamos como foram construídas as relações pessoais de Lívio Lopes com diversas pessoas influentes de outras províncias em busca de prestígio em nível nacional; caracterizamos a participação de Lívio Lopes no jornalismo piauiense de 1844 a 1852; buscamos apresentar como a atuação jornalística piauiense de Lívio Lopes articulava-se com a imprensa regional; interpretamos os ressentimentos de Lívio Lopes nos escritos jornalísticos e biográficos deste jornalista e analisamos sua participação política a partir das disputas eleitorais na província, entre 1844 a 1852.

---

[39] GAGLIARDO, 2016, p. 48.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, seguimos a trajetória de vida de Lívio Lopes, iniciando a análise a partir de 1839, momento que esteve atuando no movimento Balaiada, até 1842, quando foi descoberto o plano das Revoltas Liberais. Nosso interesse foi descrever como o campo-maiorense iniciou sua participação na Balaiada, apresentando em sua feição político-social e como ela foi decisiva para reorganização da dinâmica política piauiense. Abordamos a criação do jornal *O Telégrafo*, bem como os motivos que levaram à sua feitura. Discutimos a Balaiada no Piauí, considerando que a partir dela Lívio teve a oportunidade de tecer relações com diferentes sujeitos de outras províncias, relações essas que foram praticadas após sua saída abrupta do Piauí, pois passara a ser perseguido pelo então presidente da província, Manoel de Sousa Martins, que via no campo-maiorense um inimigo. E, por fim, o Ajuntamento do Exú, levante que apareceu como ressonância das revoltas liberais de 1842 e que acionou novos e antigos personagens que lideravam as revoltas nortistas do império.

No segundo capítulo, tratamos da dinâmica política piauiense, analisando como desde 1844 até 1852 foram sendo conduzidas as administrações por parte dos presidentes de província e suas atuações políticas na interface com as elites políticas locais, bem como as disputas partidárias entre liberais e conservadores, ou por grupos familiares divergentes. De início, analisamos o governo de José Idelfonso de Sousa Ramos, seguido pelo Conde do Rio Pardo, e outros presidentes, até concluirmos no governo de Antônio Saraiva, pontuando sua relação com Lívio Lopes e as consequências da mudança da capital.

No terceiro capítulo, apresentamos os primeiros envolvimentos de Lívio Lopes com a imprensa, desde os primeiros folhetins por ele redigidos, ainda quando estava buscando apoio para a tentativa de um levante nas províncias do Ceará e Pernambuco; a feitura de alguns periódicos de apoio a Souza Ramos, em 1844, quando este disputava as eleições pelo Piauí para deputado geral, e Lívio, estando no Maranhão, o apoiou através da imprensa; sua participação na criação do jornal *O Liberal Piauiense*, que marcou o início dos anos gloriosos dos Castelo Branco no Piauí, até a suas últimas participações à frente da redação de jornais, ainda nos anos de 1850. Nesse sentido, apresentaremos um Lívio Lopes político, jornalista e polemista.

2 REVOLTAS LIBERAIS AO NORTE: BALAIADA, AJUNTAMENTO DO EXÚ E A PARTICIPAÇÃO DE UM LIBERAL EXALTADO

No decorrer deste capitulo, analisamos o surgimento do ideário liberal no Império brasileiro, e como as elites políticas se apropriaram dessas novas concepções de mundo no Primeiro Reinado e na Regência. Em seguida, mostramos a Balaiada enquanto movimento regencial e a participação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, enquanto um liberal exaltado. Analisamos o jornal *O Telégrafo*, tanto do ponto de vista documental, como do ponto de vista temático, verificando como este serviu como construtor de memórias. Por fim, estudamos o Ajuntamento do Exú, analisando-o como desdobramento das Revoltas Liberais de 1842, que ocorreram nas províncias do Norte.

2.1 O Império brasileiro no difícil caminho das Luzes

O estudo do período que corresponde ao Império, no Brasil, e de todo o século XIX, está intrinsicamente relacionado ao embate entre o Antigo Regime e as Luzes. A modernidade, porém, não se desenrolou uniformemente em todos os espaços. Na América Portuguesa, por exemplo, teve seu ritmo próprio, suas especificidades e contradições. A crescente influência do pensamento iluminista e as experiências das revoluções europeias causavam desconforto diante dos tradicionais valores sociais e políticos do Antigo Regime, que ainda eram presentes na maioria das monarquias europeias.[40]

Ao modelo econômico, político e social do Antigo Regime cada vez mais questionado pelas "luzes", por sua vez, sobrepunham-se novas concepções de mundo e a sugestão de novos caminhos para o progresso e a modernidade. Nos termos de Lúcia Maria Pascal Guimarães e Maria Emília Prado:

> A Europa secularizava-se. O peso da *tradição*, entendida como permanência de valores e atitudes sem perspectiva sobre o passado e, por isso, satisfazendo-se em reencenar quotidianamente uma ordem imemorial, que devia ser mantida a qualquer custo, e o valor da *religião*, como catalisadora das crenças e dos anseios dos indivíduos tendiam a desaparecer (grifo do autor).[41]

[40] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
[41] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial*: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 74.

Para Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, a ideia de progresso e a noção de maleabilidade do ser humano apareciam em substituição ao tradicionalismo do Antigo Regime. Passou-se a valorizar a ciência, a história e a pedagogia. Era um mundo em transformação. Valores, tradições, costumes e paradigmas acompanhavam as rupturas e descontinuidades do Antigo Regime em direção às luzes, embora houvesse as continuidades.

A concepção da política liberal ganhava força e consistia no reduto do pensamento que assegurava as garantias mínimas de cidadania, trazidas pela experiência da Revolução Francesa. Para os homens das "luzes", e defensores do fim do Antigo Regime, algumas garantias eram essenciais: os direitos dos cidadãos, da propriedade privada, os direitos de liberdade, de liberdade de expressão, de imprensa entre outros.

> Nesse sentido, a única forma de garantir esses direitos e liberdades era através de uma Constituição, que limitasse os poderes do soberano e desse voz à sociedade, por meio de uma representação nacional. Por conseguinte, estavam dadas as condições para o confronto entre as forças tradicionais e as forças renovadoras, iniciado com uma série de revoluções ao longo do ano de 1820. Foi no bojo desses movimentos, que Portugal e sua colônia, o Brasil, sofreram o impacto das ideias liberais e constitucionais.[42]

Os questionamentos do movimento vintista, em Portugal, apontavam para novas experiências. Segundo Neves, buscavam uma "regeneração política, que previa 'uma reforma de abusos e uma nova ordem de coisas', substituindo as práticas do Antigo Regime pelas do Liberalismo, embora sob a ótica das mitigadas Luzes ibéricas".[43]

Dessa maneira, a concepção política do Liberalismo e as ideias de constitucionalismo, somadas às ideias iluministas, alcançaram esse do lado do Atlântico, costurando uma nova cultura política, cuja matriz era a ilustração portuguesa, fortemente marcada por uma base religiosa.[44] Parte das elites políticas locais e dos intelectuais aderiram a este novo modelo político-administrativo que se desenhava, muito por já conhecerem algumas dessas concepções ideológicas, ainda na condição de estudantes na Europa. Tanto a adesão ao novo pensamento quanto a publicidade e o compartilhamento dessas ideias, a partir da imprensa, foi significativa.

> Essa literatura política transformou-se em uma das principais fontes para a identificação das palavras, ideias, valores e representações pelos quais se exprimiu essa cultura política do liberalismo. O momento histórico entre 1820 e 1823 configurou-se, portanto, como um período privilegiado, em que a linguagem se politizava e entrava na vida pública, recorrendo a um novo vocabulário político, pautado nas Luzes. Inicialmente, em muitos desses escritos, a preocupação era atacar o governo despótico e expor os motivos e

[42] NEVES, 2013, p. 76.
[43] NEVES, 2013, p. 76.
[44] NEVES, 2013.

> princípios do liberalismo e do constitucionalismo monárquico. A oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia 'regenerar', e liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia construir, traduziu fundamentalmente o ideário político dessa época.[45]

Com o passar dos anos as concepções de liberalismo foram se bifurcando e grupos foram criando suas próprias leituras desse ideário. Podemos falar de um grupo formado por homens ilustrados que defendiam um modelo reformador, mas distante de uma concepção revolucionária, como ocorrera na França. "Considerados por alguns como conservadores, simpatizavam com o ideário de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo".[46] Uma outra tendência liberal que aflorou no seio da sociedade brasileira era marcada pela formação de sujeitos que simpatizavam com pensamento liberal francês. Esses "defendiam posturas mais radicais, como a ideia de soberania popular, aceitando o conceito democrático de liberdade".[47] Esses eram tidos como radicais.

Fato é que as concepções de liberalismo foram se espalhando e os grupos se formavam em torno desses pensamentos, cada qual com suas prerrogativas e interesses. As luzes haviam chegado, não era mais possível voltar ao "antigo", o progresso era o que estava em jogo, cada vez mais se fazia necessário. As elites políticas do Brasil seduzidas por esses pensamentos e pela cultura política que já existia no imaginário dos homens ilustrados, e ainda os desdobramentos da independência, em 1822, formavam o pano de fundo na elaboração de uma Constituição para o novo Império.

> O triunfo do liberalismo ganhou forma nos jornais e folhetos, por meio de um instrumento que realizava, na prática, esse ideário político: a Constituição. Símbolo da Regeneração vintista iniciada em 1820, a palavra exprimia o anseio político de todos os membros das elites política e intelectual, tanto do Brasil, quanto de Portugal. 'Cortes e Constituição' foi o 'grito dos portugueses' que ecoou por todo mundo luso e retumbou em terras brasileiras. Assim, uma nova realidade de impunha: a de uma monarquia constitucional, em oposição ao Antigo Regime. Ultrapassada a ilusão das Cortes ou Assembleias consultivas, fazia-se necessária a adoção de uma constituição, considerada a Lei fundamental de um povo, que deveria ser elaborada por uma Assembleia composta dos representantes da Nação.[48]

A imprensa também era vista como um tripé nessa nova engrenagem política que estava se organizando no Brasil. Ainda em 1821, um decreto extinguia a censura prévia. Apesar do fim da censura o documento dizia que os impressores deveriam enviar duas copias de tudo o

[45] NEVES, 2013, p. 79.
[46] NEVES, 2013, p. 80-81.
[47] NEVES, 2013, p. 82.
[48] NEVES, 2013, p. 89.

que fosse impresso ao Diretor de Estudos para que analisasse se havia algo que ferisse a segurança ou moral pública, a religião, o soberano ou a sua Constituição – constituição portuguesa.

Não há dúvida de que a imprensa foi um meio significativo no processo de independência do Brasil. A liberdade de imprensa conquistada nos anos após a chegada da família real foi essencial, principalmente, quando se observa seu aspecto veiculador de projetos de emancipação, circulação e propagação de ideias de caráter liberal.

Durante o período que correspondeu à Independência do Brasil, a imprensa foi o maior canal de comunicação das forças divergentes que procuravam através dos discursos capitalizar força e adeptos para ideias e projetos de nação. Quando de fato ocorre a independência em 1822, a preocupação passou a ser relacionada a qual modelo de nação e organização da estrutura do Estado seria adotada. E mais uma vez a imprensa aparece como o veículo propagador dos mais variados projetos.

Com a independência, discutia-se a necessidade de elaboração de uma constituição que assegurasse os direitos de todos os cidadãos. Com a influência do iluminismo e das revoluções liberais na Europa era esperado que vigorasse um modelo de governo constitucional. Diante disso, em 1823, D. Pedro I[49] convoca a constituinte e analisa variados projetos de administração e gestão governamental. Dois deles eram mais marcantes. O primeiro via na descentralização institucional um caminho capaz de integrar as províncias em um único Estado, representado pelos Moderados, tendo como nome forte Diogo Antônio Feijó. O outro, via no Estado centralizado um caminho para a construção de um Estado Moderno, que seria administrado por homens ilustrados, representados na sua maioria por Burocratas Ilustrados, tendo como representante principal José Bonifácio de Andrada e Silva.[50] Essas disputas, bem como outras questões governamentais, foram tratadas massivamente na imprensa.[51]

Todavia, o que caminhava para ser uma experiência parlamentar amplamente participativa foi cerceado por um ato autoritário do Imperador, que não via com bons olhos as propostas que limitavam o poder do Executivo, dissolvendo a constituinte em 12 de novembro

[49] Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon, este é o nome resumido do primeiro imperador do Brasil. Nasceu no dia 12 de outubro de 1798, em Lisboa, Portugal. Filho de D. João VI e D. Carlota Joaquina. Casou-se com Leopoldina da Áustria e tiveram sete filhos. Morreu no dia 24 de setembro de 1834.
[50] Foi um naturalista, poeta, estadista e político brasileiro. Nasceu no dia 13 de junho de 1763 e morreu no dia 6 de abril de 1838. Filho Bonifácio José Ribeiro de Andrada e Maria Bárbara da Silva. Casou-se com Narcisa Emília O'Leary com quem teve três filhas.
[51] NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*: os debates parlamentares (1820-1840). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 47.

de 1823, e outorgando a primeira constituição brasileira em 1824. Nesse momento venceu o projeto centralizador, embora com características distintas das ideias defendidas pelo grupo encabeçado por José Bonifácio.

Passados os anos 1820 com todos os seus desdobramentos, a década de 1830 chegava para pincelar novas cores no quadro que se desenhava no incipiente Império. Já em 1831, apesar do Poder Moderador atribuir autonomia constitucional para que o imperador D. Pedro I pudesse sobrepor suas vontades aos demais poderes e assegurar que ideias contrárias às suas fossem silenciadas, a oposição parlamentar se apresentava forte.

> Compreender a abdicação de D. Pedro I como mera substituição de governante controlada 'pelas elites' seria empobrecer a dimensão desse período e de suas consequências, bem como a diversidade de atores históricos que emergiam e se envolviam, buscando intervir. A saída do monarca representou enfraquecimento do poder centralizador exercido com peso de séculos, possibilitando explosão da palavra pública como nunca ocorrera no território (que se pretendia) brasileiro.[52]

Diversas ocorrências, como a Guerra da Cisplatina, a grande crise financeira, a desvalorização da moeda, o fechamento do Banco do Brasil, a morte de D. João VI, as fortes tendências liberais na Europa com a interrupção do governo do rei Carlos X, na França, onde foi instituída uma Monarquia Constitucional de forte tendência liberal, fizeram com que o governo de D. Pedro I ficasse insustentável.

> O primeiro imperador, passado o momento de popularidade decorrente da proclamação da independência, foi se indispondo com as correntes liberais e mesmo com a população em geral. Inicialmente, dissolveu a Constituinte em 1823 e, no ano seguinte, outorgou uma Constituição que, apesar de liberal, não tinha a legitimidade da votação dos constituintes. A seguir, envolveu-se numa guerra impopular no rio da Prata para manter a Colônia de Sacramento (Banda Oriental) que, afinal, perdeu. Finalmente, envolveu-se na luta dinástica portuguesa para defender o trono da filha, D. Maria II, contra a usurpação do irmão, D. Miguel. Em 1830, a queda de Carlos X na França forneceu um exemplo externo de luta contra o autoritarismo monárquico.[53]

A abdicação do imperador deixava um vazio de poder e ao mesmo tempo um ambiente de incertezas. As elites políticas buscavam uma forma de organizar a política imperial de maneira moderada, na tentativa de evitar revoluções. A decisão da formação da Regência Provisória ficou a cargo do parlamento. Essa primeira regência foi feita a partir de uma política de congraçamento, que reunia elementos das várias tendências: "Vergueiro foi incluído como

---

[52] MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 24.
[53]CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-84.

representante da revolução; o Marquês de Caravelas, como representante da tradição; e, entre os dois, Lima e Silva foi chamado a emprestar sua espada para fiel da balança".[54]

O período regencial talvez tenha sido o momento da história do Brasil mais marcado por tensões e revoltas armadas. As disputas políticos-ideológicas pós-abdicação foram efervescentes. O clima político ficou turvo, sobretudo porque o cargo de maior autoridade estava vazio, isso deixaria o ambiente propício para as disputas dos diversos grupos e tendências políticas.

Para José Murilo de Carvalho:

> A saída do imperador e a ausência de um sucessor dinástico capaz de assumir o trono deram início a um período de grande agitação política. Alguns historiadores apropriadamente consideram essa fase da vida brasileira como experiência republicana. Pode-se dizer que ele representou, para o Brasil, o que tinham sido os 15 anos entre 1810 e 1825 para a colônia espanhola da América, quando nela desaparecera a fonte de soberania tradicionalmente localizada no monarca. Como na América hispânica, houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política.[55]

Marco Morel apresenta a composição da Regência Provisória colocando o general Francisco de Lima e Silva[56] como representante da tropa; o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro,[57] militante da abdicação, como representante do "povo", e José Joaquim Carneiro de Campos,[58] Marquês de Caravelas, como tradicional membro da Corte do Primeiro Reinado. O autor ainda chama a formação da Regência de um triunvirato que expressava improvisada tentativa de arranjo político que duraria pouco mais de 60 dias.[59]

Apesar do pouco tempo de duração, a Primeira Regência juntamente com o parlamento foi responsável por mudanças significativas na administração imperial. Entre as mudanças podem ser citadas: anistia a todos os presos políticos até aquela data; aprovação de lei que limitava o poder dos regentes; supremacia do legislativo; esvaziamento do Poder Moderador em suas principais atribuições como dissolver a Assembleia, declarar estado de sitio e guerra, nomear conselheiros e conceder títulos de nobreza.

---

[54] CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil monárquico*: dispersão e unidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 23.
[55] CARVALHO, 2012, p. 87.
[56] Nasceu no dia 5 de julho de 1785, filho de José Joaquim de Lima e Silva e Joana Maria da Fonseca Costa. Atuou como militar e político. Morreu no dia 2 de dezembro de 1853.
[57] Nasceu no dia 20 de dezembro de 1778, filho de Luiz Bernardo Pereira Vergueiro e Clara Maria Borges Campos. Rico fazendeiro e político luso-brasileiro. Morreu no dia 17 de setembro de 1859.
[58] Nasceu no dia 4 de março de 1768, filho de José Carneiro de Campos e Custódia Maria do Sacramento. Atuou como político, professor, diplomata e advogado. Morreu no dia 8 de setembro de 1836.
[59] MOREL, 2003, p. 25.

Diante do exposto, como defende Morel, "a monarquia aparentava fraqueza".[60] Não à toa, Sérgio Buarque de Holanda nomeia o período das regências como "a experiência republicana".[61] Foi o período de maior descentralização política, e liberdade de imprensa, bem como de circulação de projetos de nação e modelos de administração pública que divergiam do modelo moderado que se firmava. Contudo, as diversas forças políticas que se uniram em torno do propósito da abdicação de D. Pedro I, que não orbitavam em torno de projetos e partidos políticos coesos, não sustentariam por muito tempo essa política de congraçamento.

> No entanto, durou pouco o clima de conciliação nacional. As rivalidades políticas, sublinhadas momentaneamente diante da perspectiva de quebra das hierarquias, reacenderam-se a medida que se minimizaram os riscos de convulsão social, por meio do controle da população 'miúda'.[62]

O grupo político de caráter exaltado, que ficara fora do poder central em virtude de suas ideias separatistas, republicanas e até federalistas e, que não acompanhavam o liberalismo ilustrado[63] que teve maior aceitação nas elites políticas, apareceria como obstáculos, pelo menos até o fim das regências, aos grupos que detinham o poder central. Esses liberais exaltados sempre estavam à frente das revoltas regenciais que eclodiram no Brasil, muito embora cada uma com suas particularidades. O elemento político sempre aparecia como pano de fundo e condutor das rebeliões, em maior ou menor incidência.

Passada a Regência Provisória, o parlamento escolhe os nomes que assumiriam a Regência Trina Permanente: Francisco Lima e Silva, José da Costa Carvalho[64] e João Bráulio Muniz.[65] Diante da insegurança causada pelas tensões nas diversas províncias e eminentes rebeliões, Diogo Antônio Feijó[66] é indicado ao cargo de Ministro da Justiça. Feijó foi o

---

[60] MOREL, 2003.
[61] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[62] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial*: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 110.
[63] Um liberalismo que anseia o progresso e as luzes, rompendo com o Antigo Regime, mas que negava o rompimento com certas tradições e costumes como a escravidão e a monarquia.
[64] Conhecido como Marquês de Monte Alegre, nasceu no dia 7 de fevereiro de 1796, filho de José da Costa Carvalho e Ignez Maria da Piedade. Atuou como político, juiz e jornalista brasileiro. Casou com Genebra de Barros Leite e, posteriormente, com Maria Izabel Alvim. Morreu no dia 18 de setembro de 1860.
[65] Nasceu em São Luís, em 1796. Atuou como político, jurista e jornalista brasileiro. Morreu no Rio de Janeiro no dia 20 de setembro de 1835.
[66] Nasceu no dia 17 de agosto de 1784. Foi político e sacerdote. Ficou muito conhecido por ser o primeiro regente uno. Morreu no dia 10 de novembro de 1843.

articulador na criação da Guarda Nacional, que seria responsável por resguardar a integridade nacional nas províncias. Aparece como um dos principais líderes do grupo moderado.

Os moderados se viam como "ampla frente única dos cidadãos ordeiros em contraposição à ação irresponsável dos anarquistas",[67] isso ao tempo da política de congraçamento. Em seguida, apresentavam-se como "Partido" do Centro, pois "continuava a dar combate aos anarquistas e farroupilhas, num extremo, ao mesmo tempo em que entrava em choque com os restauradores ou caramurus, no extremo oposto".[68]

Em meio às tensões políticas na Corte, o grupo moderado, ou chimango, que controlava o poder central, vendo o fortalecimento do grupo restaurador que orbitava em torno da Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira, fundada no Rio de Janeiro em inícios de 1832, inclinou-se para a ala reformista e exaltada, em oposição aos caramurus, nomeando-se como partido da Revolução. Nos termos de Fernando Henrique Cardoso:

> [...] Muito a propósito os chefes moderados se aproveitaram dela para fazer esquecida a antonímia entre *moderados* e *exaltados* e apresentaram-na como o designativo oposto a *caramuru*. 'Não há senão dois partidos no Brasil', diria Evaristo, '*chimangos* ou amigos da Revolução e *caramurus* ou inimigos dela'. A abertura à esquerda implicou naturalmente o acolhimento das reivindicações dos elementos exaltados que a desradicalização da revolução deixara à margem e o consequente deslocamento de representantes do regime passado que, graças à política de congraçamento, ainda se mantinham em seus cargos.[69]

Em meio a essa conjuntura, passou-se a discutir no parlamento a reforma da Constituição de 1824, assunto que era debatido desde de 1831, mas que foi protelado até 1834. O projeto de José Cesário de Miranda Ribeiro[70] agradava alguns e desagradava a outros, contudo foi aprovado com o aditivo de que o governo do Império do Brasil seria uma Monarquia Federativa, em seguida enviado ao senado. O senado rejeita inicialmente a maior parte das reformas, pelo caráter radical e por ferir diretamente privilégios senatoriais. No entanto, a lei aprovada, de um único artigo, em sessão conjunta, concedia aos deputados eleitos na legislatura

[67] CARDOSO et al., 2015, p. 37.
[68] CARDOSO et al., 2015, p. 37.
[69] CARDOSO et al., 2015, p. 37.
[70] Nasceu no dia 1 de julho de 1792, filho de Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro. Casou-se com Maria José Monteiro de Barros. Atuou como político e magistrado. Foi um dos articuladores do projeto de lei de 1832 que defendia várias mudanças radicais na constituição de 1824, como o fim do poder moderador. Morreu no dia 7 de maio de 1856. Cf.: OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Em meio à reforma constitucional: a luta política às vésperas da aprovação da lei de 12 de outubro de 1832. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 184-213, 2016. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12896/9394. Acesso em: 18 ago. 2022.

de 1834-1837 poderes especiais para reformarem artigos ou parágrafos que fossem expressamente reformáveis da constituição.

Além disso:

> Concordou-se com a supressão do *Conselho de Estado*, mas conservou-se o Poder Moderador; foi mantida a vitaliciedade do Senado; os Conselhos Gerais poderiam ser transformados em *Assembleias Legislativas*; a Província onde estava o Governo-Geral também teria sua Assembleia Legislativa e capital própria, passando a constituir-se a sede do Governo-Geral em Município Neutro; foram aceitas as discriminações de rendas e a divisão dos poderes tributários; foi rejeitada a autonomia municipal; Regência poderia torna-se una.[71]

A conjuntura política marcada pela frustração em torno da derrota dos moderados em fazer acontecer as reformas causava um desconforto entre os diversos agentes que atuavam em busca desses objetivos. Diante do exposto, tenta-se um golpe, contudo não há êxito. Guimarães defende que o golpe malsucedido de 1932 representou um divisor de aguas na trajetória do *grêmio patriótico* e, por conseguinte, nas hostes *liberais moderadas*. A autora afirma que apesar de aparentar existir uma harmonia, a única motivação que ainda os unia era o medo da restauração, e que todos os esforços se concentrariam em combater os *caramurus* e na reabilitação de Diogo Feijó que sai enfraquecido diante da tentativa malograda do golpe.[72]

Mesmo diante de sucessivas cisões internas, os moderados que atuavam na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional "conseguiram acionar suas filiais no interior e reunir forças para reabilitar o ex-ministro Diogo Antônio Feijó, elegendo-o Regente Único".[73] No entanto, a morte de D. Pedro I enterrava o espírito da restauração, e fez com que aparecessem "novas alianças e o realinhamento de forças entre as facções que disputavam o poder".[74] Dessas novas configurações políticas, "em nome da ordem e do primado das leis que Bernardo Pereira de Vasconcelos rasgou o véu da Moderação e revelou a sua face conservadora, quando idealizou a frente parlamentar batizada de 'Regresso', origem do Partido Conservador".[75]

Em 1834 foi votado o Ato Adicional, e publicado em 12 de agosto. Foi uma conquista política importante, contudo, não foi adotada a monarquia federativa. Em 7 de abril de 1835, ocorreu a eleição da Regência Una. Havia duas forças em disputa: "os chimangos, que apoiam a candidatura de Feijó [...], e a facção holandesa, uma heteróclita combinação de forças

[71] CARDOSO et al., 2015, p. 43.
[72] GUIMARÃES, 2013, p. 120.
[73] GUIMARÃES, 2013, p. 123-124.
[74] GUIMARÃES, 2013, p. 124.
[75] GUIMARÃES, 2013, p. 124.

arquitetadas por Honório e que apoia a candidatura de Holanda Cavalcanti".[76] A vitória de Diogo Antônio Feijó, no círculo político, era dada como certa, e não foi diferente. Em 9 de outubro saía oficialmente o resultado favorável a Feijó.

Eleito para assumir a regência durante quatro anos, Feijó só permaneceria no cargo por dois anos. Sua administração foi marcada por desencontros e tensões políticas. As polêmicas também figuravam em meio à administração do regente. Entre as pautas defendidas por ele, aparecia aquela que dividia opiniões, principalmente pela radical ideia de rompimento com o Vaticano. Feijó, assim como outros padres liberais, defendia o fim do celibato clerical, e a permissão da união civil de padres.[77]

No campo político, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o regente não se preocupou em organizar ministérios que sustentassem uma base coesa para a manutenção da sua administração. O padre deixou-se levar por ressentimentos políticos e pessoais, o que enfraquecia sua posição. Diziam que, com poucas exceções, Feijó só tinha mediocridades em seu governo. A permanência na regência era algo cada vez mais distante. Seu desejo era a renúncia, no entanto, "não o faria para não dar a seus inimigos o prazer de dizerem que o haviam enxotado de seu posto".[78]

Nesse período explodem diversas insurreições por todo o Império. O clima era de caos. O governo gastava muito no combate às insurreições. Havia perdas tanto do lado convulsionado quanto do lado da legalidade. As elites políticas cada vez mais pressionavam Feijó que fazia o possível para debelar a desordem instalada no Império. A participação direta do irmão do regente na Farroupilha, ao sul do Império, insinuava uma condescendência por parte de Feijó; além disso, o embate do regente com a câmara foi o estopim para sua renúncia.

A saída de Feijó da regência dava espaço para que o grupo que fazia oposição à moderação, que já estava fragmentada, tomasse o protagonismo político. Assume a regência Pedro de Araújo e Lima,[79] e logo convocava um novo ministério. Recaiu sobre Vasconcelos as pastas da Justiça e do Império, consequentemente a liderança do ministério. Esse novo grupo político que estava à frente das principais pastas apresenta um programa reformista.

> Tratava-se de reformar o *Código do Processo* de 1832 e – sob o sofisma de uma *interpretação* – o *Ato Adicional*, com vistas principalmente a substituir as Assembleias Provinciais e devolver ao Poder Central o controle do sistema judicial. [...] Inspirados nos publicistas franceses contemporâneos que

[76] CARDOSO et al., 2015, p. 53.
[77] CARDOSO et al., 2015.
[78] CARDOSO et al., 2015, p. 61.
[79] Nasceu no dia 22 de dezembro de 1973, filho de Manuel Araújo Lima e Anna Teixeira Cavalcante. Casou-se com Luísa de Figueiredo de Araújo Lima, com quem teve dois filhos. Atuou como jurista e político. Morreu no dia 7 de junho de 1870.

> valorizavam as posições reacionárias, Vasconcelos denominou a frente parlamentar que liderava de *Partido do Regresso* e definiu-lhe a linha política como um recuo em relação ao que lhe parecia ser a *anarquia* de um liberalismo excessivo (grifo do autor).[80]

Deu-se início ao período que ficou conhecido como o Regresso. Praticamente todas as conquistas liberais até aquele momento estavam ameaçadas. Os liberais buscavam uma forma de barrar o avanço conservador. "O movimento pela antecipação da maioridade foi desencadeado pelos liberais precisamente com o fito de interromper o retrocesso iniciado com a interpretação".[81] As tensões políticas e sociais de 1835 até 1842 agravaram-se, novas revoltas e conflitos eclodiam no Império, as facções políticas buscavam meios para saírem fortalecidas nesses embates.

Em 1840, o período das Regências chegava ao fim. O golpe da maioridade tivera êxito. José Martiniano Pereira de Alencar,[82] amigo próximo de Feijó, havia proposto a "fundação da Sociedade Promotora da Maioridade, com caráter de uma sociedade secreta".[83] Realizada a criação da sociedade, logo passou a ser conhecida como *Clube da Maioridade*. Alencar representava uma forte força nortista e que teria nos anos subsequentes protagonismo nas disputas políticas no parlamento.

> O governo liberal durou menos de um ano. De volta ao poder, os conservadores anularam as eleições feitas pelos liberais e, com o apoio da Câmara antiga, aprovaram em 1841 mais duas leis destinadas ao fortalecimento do poder central. A primeira delas foi a recriação do Conselho de Estado abolido pelo Ato Adicional; a segunda, uma reforma do Código de Processo Criminal de 1832, considerado excessivamente liberal. A reforma colocou o judiciário e a polícia nas mãos do governo central. Todos os juízes, exceto os de paz, que eram eleitos, passaram a ser nomeados pelo Ministro da Justiça. Mais ainda, boa parte dos poderes dos juízes de paz foi transferida para os chefes de polícia e seus delegados. Enfraquecia-se um dos baluartes do liberalismo de tradição anglo-saxônica, a justiça eletiva.[84]

Tais mudanças foram motivações para uma política de oposição e alternância que se iniciaria nos anos de 1840 e que permaneceria até o início da década de 1850. O Ato Adicional, por sua vez, talvez tenha sido um dos principais motivos para o surgimento de tensões políticas no interior das províncias. José Murilo de Carvalho aponta que a "descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos

---

[80] CARDOSO et al., 2015, p. 70-71.
[81] CARDOSO et al., 2015, p. 73.
[82] Nasceu no dia 16 de outubro de 1794, filho de Bárbara de Alencar. Atuou como jornalista, político e sacerdote. Mesmo sendo padre, teve 13 filhos com sua prima. Morreu no dia 15 de março de 1860.
[83] CARDOSO et al., 2015, p. 77.
[84] CARVALHO, 2012, p. 97.

provinciais fez deles objeto de luta entre as facções locais".[85] Isso explica, em certa medida, o caráter político que tomou a Balaiada no Piauí.

2.2 A Balaiada e a participação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva

A Balaiada foi um movimento conflituoso que abarcou pelo menos quatro províncias do Brasil, com destaque para o Maranhão e o Piauí, mas com repercussões no Ceará e Bahia. O movimento aconteceu de dezembro de 1838 a aproximadamente junho/julho de 1841. Embora, do ponto de vista legal, o seu fim tenha sido decretado em 22 de agosto de 1840, no começo de 1841, ainda não havia cessado.[86]

A revolta da Balaiada se constituiu, especialmente no século XIX, como um movimento ocorrido no Maranhão, em que os homens defensores da legalidade, lutavam bravamente contra aqueles, geralmente, denominados como bandidos.[87] Nessa perspectiva, narrada pela ótica dos burocratas da época, o Piauí teria nenhuma ou pouquíssima participação na Balaiada. A historiografia nacional trata da Balaiada como acontecimento da história do Maranhão, embora hoje já se tenha um revisionismo que propõe uma narrativa mais plural.

Assim, a participação do Piauí nesse movimento, ao contrário do Maranhão, foi pouco estudada. Contudo, alguns estudiosos piauienses se dedicaram a estudar essa temática dando um maior protagonismo ao Piauí. Dentre esses autores, podemos citar Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco em *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocupavam cargos importantes na província do Piauí*,[88] Clodoaldo Freitas em *A Balaiada*,[89] Odilon Nunes em *Pesquisas para a história do Piauí*.[90] E, no âmbito acadêmico, Maria Amélia Mendes de Oliveira em *A balaiada no Piauí*,[91] Claudete Dias em

[85] CARVALHO, 2012, p. 90.
[86] DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e bem-te-vis*: a guerrilha sertaneja. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 41.
[87] NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí:* a Balaiada. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975. p. 17.
[88] CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocupavam cargos importantes na província do Piauí*. 3. ed. Brasília; Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2014.
[89] FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.
[90] NUNES, 1975.
[91] OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

Balaios e bem-te-vis e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro em *Tempo de Balaio*.[92] Embora de maneiras distintas, esses autores abordaram o tema do ponto de vista de uma dicotomia entre forças legais e balaios, incorporando à narrativa as tensões políticas, sociais e administrativas.

Apesar de ter sido construída ao longo dos anos uma linha historiográfica que pôs a Balaiada como exclusiva do Maranhão e vista como uma simples revolta, analisamos a Balaiada como um movimento popular de cunho político e social.[93] Um conflito que extrapolou as fronteiras do Maranhão, acontecendo não somente em território maranhense, mas em várias outras províncias do Brasil, tais como Piauí, Ceará e Bahia. Constituiu num movimento de natureza regional, que foi informado e influenciado pela Cabanagem do Pará, bem como por uma conjuntura fortemente marcada por um espírito efervescente de revoltas que vigorou por todo o período regencial brasileiro.[94]

No Piauí, assim como no Maranhão, a Balaiada figurou entre os maiores conflitos travados nessas províncias pela conquista da unidade e da centralização. Durante os anos de 1839 a 1841, no Piauí, o movimento foi iniciado e rapidamente agregou um grande número de pessoas, e espalhou-se por toda a província.[95] Entretanto, como outras revoltas, deixou suas marcas. Marcas no território, nas famílias, na economia, na política, nas pessoas, principalmente naquelas que, de alguma maneira, transitavam por todos esses aspectos da vida social, como foi o caso do campo-maiorense Lívio Lopes Castelo Branco, fazendeiro, pertencente a uma das famílias mais poderosas, importantes e politizadas do Piauí, membro de uma verdadeira oligarquia.

Estudiosos da Balaiada debruçaram-se, tanto no Piauí como no Maranhão, sobre as muitas questões pertinentes à administração pública, ao Estado, à ordem, às tensões entre legalistas e rebeldes, e outros aspectos circunscritos a uma visão mais voltada aos vencedores. Nesse sentido, pretendemos fortalecer uma historiografia piauiense, iniciada por Claudete Dias, que reconheça o protagonismo dos vencidos e que faça sair do anonimato as vozes dos cidadãos comuns. Estudar as questões acerca da Balaiada no Piauí que até o momento foram pouco analisadas, apresentando novos sujeitos e novas tramas se torna essencial para preencher as lacunas existentes, por falta de problematizações ou pouco exploração por parte dos estudiosos da história do Piauí.

---

[92] MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC; CFH; GCN, 2008.
[93] DIAS, 2014.
[94] OLIVEIRA, 1985.
[95] OLIVEIRA, 1985.

Não objetivamos analisar detalhadamente a Balaiada no Piauí, apresentando os seus desdobramentos e etapas. Para tal fim, há diversas obras que contemplam essa finalidade, muitas das quais já foram citadas. Nosso foco principal é analisar a participação de Lívio Lopes Castelo Branco na Balaiada, entendendo que é essencial para a compreensão de sua participação, um apanhado geral do movimento no Piauí, justificando o motivo pelo qual partimos do acontecimento que ficou conhecido como o estopim do movimento no Maranhão.

O episódio que ocorreu em 13 de dezembro de 1838, na vila da Manga, na província do Maranhão, é posto entre os pesquisadores da temática como o estopim da Balaiada. Embora a invasão da cadeia da vila da Manga tenha sido o marco inicial do movimento, existia uma conjuntura política e social que dava margem aos ânimos agitados dos sujeitos que deram o início ao levante.

Raimundo Gomes, vaqueiro de um fazendeiro do partido liberal do Maranhão, em passagem pela vila da Manga, desempenhando sua obrigação de conduzir uma boiada, foi surpreendido com a prisão do seu irmão e de outros parceiros que o acompanhavam. Após a frustrada tentativa de libertação das vítimas da prisão junto às autoridades da vila, Raimundo Gomes invadiu a cadeia e libertou aqueles que ali estavam. Em seguida, compartilhou um manifesto que ia contra a ação dos prefeitos e subprefeitos, defendendo o retorno das atribuições que competiam aos juízes de paz, além da defesa da ordem constitucional, respeito às garantias individuais, demissão do presidente da província, entre outros.[96]

Após tal acontecimento, o vaqueiro Raimundo Gosmes mobilizou grande número de pessoas para sua campanha insurrecional, não encontrando muitos percalços, tendo em vista que a conjuntura político/administrativa do Maranhão era positiva ao engajamento das pessoas que se sentiam lesadas pelas condições precárias de sobrevivência. Rapidamente o movimento se expandiu em toda parte do Maranhão Oriental e em pouco tempo os rebeldes já se encontravam no delta do Parnaíba e em solo piauiense.[97]

A prisão do irmão de Raimundo Gomes não é um fato isolado. O próprio manifesto publicado por ele revela a insatisfação da população com diversas questões de ordem social. Isso não era exclusivo do Maranhão. O recrutamento obrigatório era um desses motivos que causavam insatisfações. Uma prática muito comum no século XIX, justamente por se tratar de um período da história do Brasil em que as revoltas afloravam em todas as regiões, fazendo-se necessário mais homens disponíveis para as lutas nas várias províncias.

[96] MONTEIRO, 2008, p. 180-181.
[97] OLIVEIRA, 1985, p. 73.

O fragmento do jornal *O Telégrafo*, publicado em 3 de novembro de 1839, no Piauí, revela que essa prática acontecia da seguinte maneira:

> Ao tempo que estas providências dava, fez o Governo marchar para a Vila de Campo Maior o Capitão Antônio de Sousa Mendes, Comandante do Corpo Policial com as praças do dito Corpo nesta cidade existente, e de que falamos, com terminantes ordens de reunir naquele Distrito os cidadãos aptos para o serviço da guerra [...].[98]

A princípio, podemos analisar logo nas primeiras linhas do trecho apresentado a forma como as tropas do Corpo Policial atuavam em defesa da ordem. O trecho menciona um deslocamento das tropas rumo à vila de Campo Maior. A ordem dada ao comandante do deslocamento era que juntasse todos os cidadãos aptos ao serviço da guerra, ou seja, a realização de um recrutamento. Sobre isso, Nunes informa:

> Mas o recrutamento, terrível arma ao arbítrio do despotismo de então, por todo o Brasil, desde o tempo colonial, trazia continuamente o desassossego ao seio das famílias camponesas. Era verdadeira 'convulsão periódica', no dizer de Caio Padro Júnior, e tornou-se, 'durante a fase colonial da história brasileira, como depois ainda no Império, o maior espantalho da população'. E continua '... os agentes recrutados saiam à cata das vítimas; não havia hora ou lugar que lhes fosse defeso, e entravam pela casa adentro, forçando portas e janelas, até pelas escolas e aulas para arrancar delas os estudantes'.[99]

Embora o jornal não coloque com detalhes essa ocorrência, acreditamos que durante os anos de maior intensidade do conflito no Piauí a preocupação das pessoas com relação ao recrutamento aumentou consideravelmente. Ser recrutado significava, no imaginário das pessoas, uma sentença de morte.[100] Num primeiro momento, o recrutamento atingia a parte da população mais prejudicada no plano social, aquelas pessoas mais simples. Oliveira, ao citar Caio Padro Júnior, afirma que os cidadãos aptos ao recrutamento eram:

> Todos os cidadãos solteiros, de 18 a 35 anos, excetuando os chefes de família, estudantes, administradores de grandes fazendas, caixeiros de grandes casas de negócio, condutores de caravanas e de rebanhos, marinheiros e pescadores, diversos artífices e operários de fábrica, desde que apresentassem atestado de boa conduta, finalmente funcionários e padres consagrados.[101]

Apesar da constituição imperial classificar quais pessoas que poderiam ser levadas pelos recrutadores, sabemos que, na prática, não ocorria dessa maneira. Acreditamos que nas pequenas vilas piauienses, o pavor, o medo, o desassossego eram emoções comuns. Portanto, ao chegar o Corpo Policial na vila de Campo Maior, é bem provável que as pessoas

---

[98] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 1, p. 3, 21 nov. 1839.
[99] NUNES, 1975, p. 24.
[100] OLIVEIRA, 1985.
[101] OLIVEIRA, 1985, p. 66.

desesperadas corressem para as matas e veredas de terra batida, na tentativa de não serem recrutadas. Dias afirma:

> A prática do recrutamento, adotada desde os tempos coloniais, foi intensificada com a Regência, para sufocar as manifestações sociais que se sucediam no Brasil. Os governos regencial e provincial entendiam que assim enfrentariam a crise política, mas, ao contrário, acirraram ainda mais as contradições sociais, políticas e econômicas. O recrutamento tornou-se uma constante ameaça e pesadelo para grande parte dos brasileiros. Provocando pânico e terror. Recrutavam-se indistintamente a qualquer hora do dia e da noite, nas residências, embarcações, escolas, etc., casados, velhos ou jovens, sem procederem a editais para o alistamento. Eram verdadeiros sequestros. Ser recrutado significava, além da separação da família e da terra natal. O envio para tropas de outras províncias. Os recrutados eram tratados como prisioneiros e mantidos sob rigorosa vigilância nas cadeias ou embarcações torturados e amarrados com cordas e grilhões de ferro até chegarem ao destino.[102]

As intempéries provocadas pelo recrutamento não se restringiam somente as possíveis vítimas dessa prática. Em outras palavras, as fugas não ocorriam somente por parte dos recrutados, mas também de todas as outras pessoas que, de alguma maneira, faziam parte do convívio desses sujeitos. Foi, talvez, pela falta de um conjunto de documentos que dessem margem direta à pesquisa que os estudos acerca da dimensão familiar desses atores permaneceram durante muito tempo estagnados.

Maria de Lourdes Mônaco Janotti[103] em seu livro sobre a Balaiada no Maranhão, acrescenta um outro aspecto, o confrontamento dos conservadores para com os liberais. Para ela, o recrutamento era uma forma dos governantes que estavam no poder, neste caso, os conservadores, no Maranhão, afrontarem os liberais, emitindo ordens de recrutar os vaqueiros, escravos e às vezes familiares dos seus opositores.[104]

Contudo, essa questão não se fazia presente de maneira frequente no Piauí. Diferente de quase todas as outras províncias, no Piauí, a disputa pelo poder não se encontrava entre conservadores e liberais. O intrigante desse fato é entender que, tanto a oligarquia dos Castelo Branco e seus apoiadores quanto a dos Sousa Martins, respondiam aos interesses do grupo liberal. Isso nos faz ter mais convicção de que o conflito não poderia ser entendido somente a partir do eixo político.

Com isso, a dinâmica da sociedade piauiense mudara radicalmente. Oliveira diz que a população comum, os vaqueiros, camponeses, escravos, tangedores, caboclos, pessoas pobres, eram, de certa maneira, "acostumadas" com as práticas autoritárias do governo, e suas políticas

---

[102] DIAS, 2014, p. 128.
[103] JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
[104] JANOTTI, 1987.

administrativas.[105] Entretanto, as elites, acostumadas com o desfruto sobre a terra e com sua importância social, passaram a ser atingidas pelo arbítrio do recrutamento e da Lei dos Prefeitos.

Os anos de 1839 a 1841, no Piauí, foram de total desajuste social. Se encontrássemos fontes contendo detalhadamente o dia a dia desses sujeitos, possivelmente encontraríamos muitas famílias desestruturadas. Mulheres sem maridos, crianças sem mães, mães sem filhos, filhos sem irmãos. Além de muitas privações, como fome, miséria, doença, perigo, medo, tudo isso causado pelas constantes fugas desordenadas, guerrilhas e pelo recrutamento obrigatório.

Portanto, é importante ressaltar que ser recrutado não causava sofrimento somente à vítima do recrutamento, mas se tratava de uma questão que estava para além do domínio sobre a vontade do outro. O recrutamento obrigatório provocava uma profunda desorganização no âmbito familiar e, consequentemente no plano social. Ao tempo em que os recrutados eram vistos como armas de guerra pelos administradores, se esqueciam de que estes também poderiam ser provedores de uma família.

Nesse sentido, o recrutamento foi uma arma letal contra a organização social, *a priori*, das camadas mais pobres da população piauiense, mas que depois atingiu a todos. Isso se devia ao fato de que a sociedade piauiense era patriarcal e profundamente marcada por laços de dependência das famílias às figuras masculinas. Além disso, havia poucas vilas num grande território e um contingente populacional pequeno, o que dificultava a prática eficaz do recrutamento.

Assim, análise cuidadosa dos documentos referente ao recrutamento nos revela aquilo que, muitas vezes, um olhar desatento não consegue captar. Sendo assim, a partir dessa forma de análise, a contrapelo – usada pela historiadora Claudete Dias, em *Balaios e bem-te-vis* –, podemos encontrar as bases para construir hipóteses que se aproximem da realidade da vida cotidiana dessas pessoas. Conforme a autora:

> A resistência ao recrutamento levava a fuga das vilas e povoações para as matas, onde formavam grupos, construíam trincheiras e acampamentos de resistências. E, a medida em que o grupo crescia, apareciam aqueles que lideravam ou 'chefiavam'. Assim, multiplicaram-se os grupos, espalhados pelo interior da província e margens dos rios. Nesses acampamentos residiam as famílias, conforme viu-se pelas prisões numerosas de mulheres e crianças.[106]

Pode-se inferir que homens, mulheres e crianças andavam pelas estradas de chão batido. Adentravam pelas veredas nas matas, locais que podem ter sido, por um bom tempo, as verdadeiras habitações de grande parte da população marginalizada. Atravessavam os rios e

[105] OLIVEIRA, 1985.
[106] DIAS, 2014, p. 109.

riachos no intuito de viverem suas vidas normalmente, sem ter que tomar partido de uma causa ou de outra. Ou seja, antes mesmo de serem recrutados, ou se verem em meio a uma guerrilha, os homens arrumavam suas coisas e, junto com os demais familiares, saíam a procura de proteção, ou de um lugar tranquilo.

Além dos recrutamentos, havia a Lei dos Prefeitos, que foi descrita de forma consensual pelos vários autores como outro ponto que motivou a deflagração do movimento. Conforme Janotti:

> Discutia-se no Rio de Janeiro a Lei de Interpretação do Ato Adicional, quando a Assembleia Provincial do Maranhão, antecipando-se as decisões do Senado, aprovou duas leis – a dos prefeitos e a das guardas-nacionais – inspiradas no espírito da pretendida interpretação. Essas duas leis modificaram a estrutura e a organização do poder municipal, que passou a depender diretamente do presidente. Este nomeava os prefeitos, que passavam a exercer a maioria das atribuições anteriormente conferidas aos juízes de paz que, tradicionalmente, vinham sendo eleitos pelas câmaras municipais e, portanto, representavam os interesses das famílias mais poderosas da região. A fim de aumentar o poder dos prefeitos, a Assembleia, baseando-se no argumento de que a força cívica era 'nula por todo o interior e na cidade mal organizada', confiou-lhes o encargo de estruturar e chefiar a guarda Nacional por todo o interior da província. Como consequência o poder policial ficou vinculado diretamente ao governo. Era a tendência centralizadora que emanava da corte e rapidamente repercutia no Maranhão.[107]

Embora a análise feita pela autora seja referente à província do Maranhão, todos esses desdobramentos aconteciam simultaneamente na província do Piauí. Não podemos isolar todas estas questões, pois a Balaiada, por mais que tenha estourado no Maranhão, espalhou-se rapidamente no Piauí e, desde então, os acontecimentos referentes ao movimento repercutiam em quase toda essa região que hoje conhecemos por Nordeste.

É preciso que entendamos a importância da Lei dos Prefeitos para compreendermos a participação de Lívio Lopes no movimento. Desde o período da colonização, o poder político estava concentrado nas mãos dos poucos proprietários de terra que viviam nas suas respectivas vilas ou fazendas. Eram as famílias patriarcais que constituíam a base da organização social, fundamentadas em laços de consanguinidade, de clientelismo e de outros laços de dependência material ou moral.[108]

As Câmaras Municipais eram responsáveis pelo poder administrativo das vilas, enquanto o poder policial ficava à disposição do juiz de paz. Com o Ato Adicional, os municípios seriam governados por prefeitos nomeados pelos presidentes das províncias. Os

[107] JANOTTI, 1987, p. 47-48.
[108] OLIVEIRA, 1985.

prefeitos acumulariam as funções administrativas, antes exercida pela câmara, e policiais, o que reduziria a quase nada a autonomia dos juízes de paz.[109]

Assim como no Maranhão, adotou-se, no Piauí, a Lei dos Prefeitos. Essa atitude, tomada de forma autoritária pelo presidente Manuel de Sousa Martins, causou ressentimento e ódio nas famílias oligárquicas que, de certa maneira, exerciam um monopólio de poder em suas vilas. Oliveira destaca:

> Pode-se dizer que tal lei se enquadrava perfeitamente no quadro político-administrativo da província, dominado pelo visconde da Parnaíba, naturalmente, o poder local das famílias Aguiar, Castelo Branco, Veras e de outras deveria ser anulado ante o domínio familiocrático decretado em Oeiras pelo Manuel de Sousa Martins. Enquanto no restante do Brasil o jogo político era comandado por dois grupos antagônicos liberais e conservadores – em constante confronto de interesses, no Piauí pontificava a vontade soberana de um só homem no férreo comando de seu clã familiar, não permitindo qualquer alteração nas relações sociais de dominação.[110]

O Piauí, por se tratar de uma província pequena, que enfrentava complicações de ordem econômica, administrativa e social, ficou seriamente dividido quando a questão política ficou altamente tensionada. Atrelados a essas complicações, o recrutamento e a Lei dos Prefeitos foram os responsáveis diretos pela eclosão do movimento por parte da população, que estava insatisfeita, precisando apenas de um estopim, que veio a ser o episódio da vila da Manga, no Maranhão.

Segundo Oliveira, o primeiro embate armado entre os rebeldes e as forças legais ocorreu na província do Piauí, o que evidencia que a Balaiada foi um movimento não exclusivo do Maranhão, mas de natureza regional, desde o seu início. Depois de atravessarem o rio Parnaíba, os rebeldes teriam montado um acampamento na fazenda Várgea. José Francisco de Miranda Osório[111], prefeito de Parnaíba, foi ao encontro das forças rebeldes, encontrando Raimundo Gomes e o combatendo. Em seguida, Osório noticia ao presidente do Piauí, Manoel de Sousa Martins, que conseguiu debelar as forças balaias na região da barra do Longá.[112]

Agregando número cada vez maior de pessoas e de condições variadas, a Balaiada já se espalhava por quase todo o Maranhão e parte significativa do Piauí. Raimundo Gomes buscava alianças favoráveis ao seu empreendimento que, na verdade, muitos atribuíam aos liberais do Maranhão, inclusive afirmando que o líder rebelde era analfabeto e massa de manobra.

---

[109] OLIVEIRA, 1985.
[110] OLIVEIRA, 1985, p. 28.
[111] Nasceu em Oeiras em 1800. Atuou como militar e político. Morreu em Parnaíba, em 1877.
[112] OLIVEIRA, 1985, p. 73.

Independentemente de quem tenha sido a iniciativa da busca por alianças, Raimundo Gomes foi a Campo Maior à procura do apoio de Lívio Lopes Castelo Branco. Oliveira afirma:

> Apesar da derrota em Barra do Longá, 'o faccioso cabra' continua agitando o Maranhão e o Piauí. Vai a Campo Maior, sua terra natal, onde mantém entendimentos com Lívio Lopes Castelo Branco, jovem idealista, pertencente a uma das mais importantes famílias de fazendeiros da região. Lívio adere ao movimento rebelde e dentro de pouco tempo torna-se um dos seus mais importantes chefes no Piauí e Maranhão.[113]

Diante das dificuldades materiais e humanas enfrentadas para debelar o movimento, o Barão da Parnaíba tomou ações enérgicas e estratégicas para frear o seu avanço acelerado. Em 26 de maio de 1839, convocou o militar que também era seu sobrinho, Antônio de Sousa Mendes[114] para organizar a coluna do Norte,[115] objetivando ajudar Miranda Osório. Após o combate na barra do Longá, Raimundo Gomes se dirige a Campo Maior, onde se encontra com Lívio Lopes Castelo Branco para articularem um acordo. Segundo Nunes:

> Lívio, em Campo Maior, já aliciava gente para marchar sobre Caxias. Havia assentando isso com Raimundo Gomes, quando este estivera com ele, após a derrota de Barra do Longá: agiriam de comum acordo. O prefeito de Caxias denuncia-o, mas já era tarde. Lívio estava alerta. À testa de 600 camponeses, junta-se aos rebeldes que sitiavam aquela cidade que esperava auxílios de Antônio Mendes.[116]

O jornal *O Telégrafo* narra a movimentação das forças legais comandadas por Antônio Mendes em direção a vila de Campo Maior da seguinte maneira:

> [...] fez o Governo marchar para a Vila de Campo Maior o Capitão Antônio de Sousa Mendes, Comandante do Corpo Policial com as praças do dito Corpo nesta cidade existente, e de que falamos, com terminantes ordens de reunir naquele Distrito os cidadãos aptos para o serviço da guerra, e com eles marchar sobre os facciosos, que apertavam o cerco, e pela fome buscavam vencer os valentes sitiados; mas baldados foram seus esforços: o contágio revolucionário havia sido lançado entre os simples habitadores do dito Distrito por um de seus naturais de nome Lívio Lopes de Castelo Branco, de família ali distinta, e que figurava nas fileiras rebeldes como chefe dos de maior influência [...].[117]

---

[113] OLIVEIRA, 1985, p. 74.

[114] Nasceu no Piauí, em 1793, filho de Franciso Antônio Mendes e Maria do Rosário de Sousa Martins Mendes. Foi militar e político. Pai de Simplício de Sousa Mendes, Antônio de Sousa Mendes Júnior e Antônio Gentil de Sousa Mendes. Morreu em 1871.

[115] Foi uma estratégia que pretendia evitar a entrada das forças rebeldes do Maranhão na província do Piauí. O objetivo era criar uma coluna de oficiais às margens do rio Parnaíba, evitando assim a penetração dos rebeldes. A princípio, o capitão Antônio de Sousa Mendes partira de Oeiras com 70 homens e dirigiu-se a Campo Maior, onde começou a organizar as tropas e, de lá, partiu para o Estranhado para fixar a Coluna do Norte.

[116] NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*: a Balaiada. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. p. 45.

[117] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 1, p. 3, 21 nov. 1839.

Dias afirma que o movimento alcançou, em meados de maio de 1839, no Maranhão, grandes proporções. Nessa altura, já atingira Brejo, Miritiba, Chapadinha, Manga, Itapecuru-Mirim e Passagem Franca. O feito balaio era tanto que conseguiram sitiar a principal cidade do interior do Maranhão. Com mais de seis mil homens, os rebeldes conseguiram cercar Caxias por quase dois meses. Já sem força humana e material, a cidade foi obrigada a se render.[118]

Lívio Lopes foi um personagem fundamental no cerco de Caxias, seu grupo contava com mais de 600 homens dispostos à luta. Além do grupo liderado por Lívio, havia os grupos liderados por Milhomem e Mulungueta, Pedro Moura e o caboclo Coque. Ao todo, havia aproximadamente quatro mil homens aptos e dispostos à batalha. Com a participação efetiva de Lívio Lopes à frente do movimento, rapidamente o Piauí estava convulsionado, principalmente nas regiões próximas às margens do Parnaíba.[119]

O presidente do Piauí, Manoel de Sousa Martins, viu-se obrigado a admitir que a sua pacata província estava envolvida com o levante que irrompeu no Maranhão. Pessoas influentes das principais vilas e cidades do Piauí já se achavam envolvidas ou inclinadas ao levante. Em outubro de 1839, o movimento balaio tinha tamanha força que praticamente todo Piauí e o Maranhão estavam convulsionados.[120] Os administradores das forças legais do Maranhão e do Piauí se viram diante de uma situação complicada. Os confrontos armados eram realidade.

A participação das vilas do norte da província, em especial as de Campo Maior e Parnaíba, foi estratégica. Do ponto de vista das famílias, vários fazendeiros abastados mantinham relações e comunicações com rebeldes maranhenses. As redes de colaboração eram intensas, segundo Oliveira, havia mais do que contiguidade geográfica entre as duas províncias. Os laços socioeconômicos e mesmo de parentescos entre as comunidades do Maranhão e do Piauí eram estreitos.[121]

O estudo da participação do Piauí na Balaiada foi por muito tempo negligenciado pelo fato de que os estudiosos viam a revolta nesta província como mera repercussão do movimento maranhense.[122] Contudo, se levarmos em consideração a extensão espacial do movimento no território piauiense, o número de pessoas envolvidas, as lideranças e a quantidade de embates travados,[123] perceber-se-á que a Balaiada se deu de maneira semelhante no Piauí e no Maranhão.

[118] DIAS, 2014, p. 137.
[119] DIAS, 2014.
[120] DIAS, 2014.
[121] OLIVEIRA, 1985, p. 76.
[122] MONTEIRO, 2008, p. 189.
[123] MONTEIRO, 2008, p. 190.

Santos acrescenta que o movimento da Balaiada irrompeu no Piauí com características diferentes do Maranhão. Para ele, as autoridades maranhenses estavam lidando com elementos populares que fugiam do recrutamento, enquanto que no Piauí, elementos de grupos sociais elevados aderiam à Balaiada.[124] Embora haja as especificidades do movimento nas respectivas províncias, a Balaiada teve como aspecto comum a violência da disputa. Durante os anos de duração havia constantes lutas e baixas dos dois lados.

Conforme trecho do *O Telégrafo*:

> As 11 tomaram os negócios um aspecto mais sério: ao chegar a coluna a Santa Rita não só os rebeldes atacavam de suas guerrilhas d'aquém do rio, como d'além atiravam com artilharia sobre as Barcas. Em poucos momentos, porém, fomos Srs., do ponto com só 3 feridos; e bem que nem um deles se encontrasse no campo, acharam-se, contudo, armas ensanguentadas. O fogo contra as Barcas durou até 6 horas da tarde, mas todas as balas salvavam, e dos tiros lançados delas viram-se cair 4 rebeldes.[125]

Este fragmento do *O Telégrafo*, que narra um confronto entre rebeldes e homens da legalidade, é apenas um dos muitos outros fragmentos que revelam a importância do rio. Pensar o cotidiano e as relações de sociabilidade da população em momento de conflito, sem considerar o personagem rio, é esquecer um elemento chave na dinâmica dessa sociedade desajustada pela guerra. O rio era parte da vida dos homens e mulheres de todas as idades e de todas as causas. Era indispensável, tanto para os rebeldes quanto aos legalistas, e muito importante para a continuidade do movimento ou do sufocamento dele.

As matas ao redor das vilas eram verdadeiros redutos da população. O rio Parnaíba e seus vários afluentes eram imensas estradas que serviam de transporte diário para as pessoas envolvidas no movimento, e até mesmo para aquelas que não se envolviam, pois, por se tratar de um conflito polarizado, era necessário tomar algum posicionamento. Para além de estradas, o rio também era um misto de significações. Era lugar que unia, que ajudava, era lugar de nascimento, de sorte e descanso. Mas era também lugar que separava, que atrapalhava, era cemitério, lugar de morte e assombro.

Os pontos em que os combates tinham maior incidências ficavam às margens do rio Parnaíba. A ocupação das fronteiras entre as duas províncias era prioridade para os presidentes, principalmente para o Barão da Parnaíba, que empenhou esforços para que o movimento rebelde fosse sufocado rapidamente. Embora houvesse guarnições em diversos postos ao longo do Parnaíba, o tráfego entre as províncias pelo rio era constante. Os balaios atravessavam do

---

[124] SANTOS, André Reis dos. *Violência e poder*: a Balaiada na província do Piauí. 2021. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021. p. 30.
[125] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 5, p. 1, 5 dez. 1839.

Maranhão para o Piauí e do Piauí ao Maranhão em busca de novos aliados, mas também de armamentos, mantimentos e informações.

As iniciativas do Barão da Parnaíba já não eram suficientes, tendo em vista que o número de rebelados só aumentava. Diante disso, o presidente da província viu-se na necessidade de recorrer à ajuda das províncias mais próximas, como o Ceará, além das solicitações junto à Corte por recursos financeiros para custear as despesas da guerra.

O apoio mais significativo veio da parte da província do Ceará, que enviou tropas ao auxílio do Piauí. Segundo Nunes, foi diante dessa emergência que Manuel Clementino de Sousa Martins[126] se ofereceu "para seguir em defesa do regime".[127] Em julho de 1839, Manuel Clementino partia ao longo do vale do Canindé, com 300 praças, a fim de comandar as forças de Campo Maior para o sul. Não media esforços para socorrer a província do Piauí.

Diversas foram as lutas travadas ao norte. Entre os dias 19 e 21 de setembro de 1839, em Bebedor, os rebeldes foram atacados pelas forças legalistas e a perda de dois de seus chefes fez com que eles se dispersassem.[128] Manuel Clementino continuou a atuar no Piauí. Sua capacidade de luta e liderança lhe capacitaram a vencer inúmeros embates e colocá-lo como liderança a ser temida. Seu histórico em campo de batalha lhe qualificava.

Nos termos de Nunes:

> Clementino, afilhado, sobrinho e genro do Barão, já havia conquistado relevo na história militar da província, na guerra da independência e na revolta de pinto Madeira. Em Bodocó (Pernambuco), fizera correr os restauradores. Em Caxias, contribuíra para a capitulação de Fidié, e salvara, no recontro de Bonfim, dum desbarato completo, as forças de Alecrim.[129]

Segundo Monteiro, um dos desejos do Manuel Clementino de Sousa Martins era atravessar o Parnaíba e chegar ao Maranhão para ali prender Lívio Lopes Castelo Branco, pois via no campo-maiorense um obstáculo que deveria ser eliminado para que o movimento pudesse ser debelado.[130] Contudo, Antônio Mendes solicitou a Manuel Clementino que não assumisse essa posição por não haver forças humanas e materiais para o empreendimento, mas que fosse às vilas de Campo Maior e Poti, onde os rebeldes eram maioria.

Depois de algumas movimentações, continuando sua perseguição aos rebeldes, Manuel Clementino se dirigiu a Passagem Franca e depois a São José dos Matões. Almejava ir até

---

[126] Nasceu em 1799, filho do coronel Joaquim de Sousa Martins e sobrinho, afilhado e genro de Manuel de Sousa Martins. Militar e herói de guerra. Faleceu em agosto de 1839.
[127] NUNES, 2007, p. 47.
[128] MONTEIRO, 2008, p. 201.
[129] NUNES, 2007, p. 47.
[130] MONTEIRO, 2008, p. 202.

Caxias para prender Lívio Lopes. Esse, por sua vez, na iminência de que Clementino fosse combatê-lo em Caxias e por perceber a falta de coordenação e deficiência dos rebeldes, tentou junto ao seu opositor uma tratado de paz, alegando que a revolução bem-te-vi[131] não era uma facção criminosa, mas de caráter político, tanto que as autoridades maranhenses estavam dispostas a negociação.[132]

Após rumores de que Lívio Lopes tentaria invadir o Piauí com forças rebeldes, Manuel Clementino deixou de ir a Caxias e partiu em direção ao rio Parnaíba, ao norte. O grupo liderado por Lívio Lopes incidiu sobre o trecho do rio Parnaíba entre a foz do Poti e o Estanhado. Clementino partiu para aquelas regiões combatendo os rebeldes que encontrava pelo caminho. O Estanhado já estava ocupado pelos rebeldes. Diante de tal situação, o chefe legalista esperou o anoitecer para iniciar o combate, lançou uma proclamação que, em parte, era dirigida a Lívio Lopes, chamando-o de covarde, justamente por nunca enfrentá-lo pessoalmente, sempre fugindo.[133]

A fuga foi uma estratégia adotada de ambos os lados do confronto. A literatura já produzida sobre a Balaiada, tanto no Maranhão quanto no Piauí, nos ajuda a refletir sobre a dinâmica da fuga, da guerrilha e do recrutamento. Nos documentos oficiais produzidos na época, como correspondências oficiais, pedidos de ajuda a outras províncias e os relatos memoralístico, apresentam os balaios como homens desordeiros e covardes. Muitos destes documentos trazem narrativas que feriam a honra, virilidade e masculinidade desses sujeitos.

Mas, até que ponto as fugas, ou o abandono da causa, seja ela qual for, poderia ser entendida como traição ou covardia? Mais uma vez, resgatamos a dimensão emocional desses homens, que estavam intrinsicamente relacionadas ao âmbito familiar. As fugas não se tratavam de covardia, mas de uma forma de resistência frente a um sistema altamente desumano. O abandono da causa, ou a desertação – palavra geralmente encontrada nos jornais e relatórios, referindo-se aos homens que desertavam em plena guerra, ou, às vezes, durante as batalhas nas trincheiras –, podem ser entendidas como atitudes nobres e heroicas quando estabelecemos essa relação.

Segundo Carlota Carvalho, as fugas eram comuns justamente porque o movimento se tornou altamente violento. Ela afirma que os açoites eram práticas diárias, tanto os prisioneiros de guerra, quanto os presos como suspeitos, tinham seus ossos descarnados, e eram amarrados

[131] A nomenclatura Bem-te-vi fazia referência ao grupo político de caráter liberal da província do Maranhão. Apesar dos bem-te-vis negarem o envolvimento na Balaiada, a oposição acusava-os de financiar o movimento como maneira de retaliação pela derrota nas eleições da província.
[132] MONTEIRO, 2008, p. 204.
[133] MONTEIRO, 2008, p. 206.

em extensas linhas e seviciados até caírem mortos. Tais práticas foram intensificadas com a vitória da legalidade. Ela afirma, também, que homens importantes, fazendeiros, proprietários, chefes bem-te-vis, e até as famílias destes, participavam nesses suplícios.[134] Destaca:

> No campo do castigo, deles, ficaram para repasto dos urubus os restos cadavéricos, meio nus, tendo os ossos das costas descarnados, olhos fixos numa expressão de dor, lábios descarnados pelo último grito. Descoberto em seus esconderijos – criptas sumidas em brenhas ou ermos centros de florestas –, aqueles que tinham se ocultado para não apanhar bem-te-vis nem cabanos – os fugíveis –, eram logo sangrados na jugular – punição da dúbia legalidade.[135]

Nesse sentido, a resistência ao recrutamento, as fugas e a desertação eram estratégias encontradas por esses homens, que não dispunham de outras soluções, para viverem suas vidas com seus familiares. Isso explica em boa parte o motivo pelo qual muitas crianças e mulheres foram presas e mortas durante o movimento.

Lívio Lopes, gozando do privilegio que tinha e percebendo a oportuna ocupação do Estanhado, atravessou o rio e dali se retirou da região acompanhado de seis companheiros. Em outras palavras, optou pela fuga, uma vez que o movimento ganhara caráter brutal. Mesmo sendo perseguido, conseguiu sair da província do Piauí.[136] Desde sua solicitação de paz, quando percebeu que seus liderados já não o ouvia, Lívio Lopes demonstrava indícios de que desejava sair do movimento.

Com o tumulto às margens do Parnaíba, as forças legalistas avançaram para o Maranhão. Clementino também atravessou o rio e travou luta do outro lado com os rebeldes. Os balaios recuaram, uns foram para o Morro Alegre e outros para as matas da Conceição. Em 14 de setembro de 1839, travou-se um combate que resultou em sua morte.[137] A morte de um dos principais líderes abalou as forças legalistas, e isso implicou num ressentimento por parte do Barão que ecoaria até depois da Balaiada.

A essa altura Lívio Lopes já não se encontrava no Maranhão. Aqueles mais afortunados, como o caso de Lívio Lopes, poderiam recorrer para aos poderosos donos de terras e homens do Estado, os quais lhes davam acolhida, na tentativa de salvá-los dos recrutadores, ou mesmo das guerrilhas que aconteciam constantemente nas vilas e encosta dos rios. Encontramos no jornal *O Telégrafo*, edição do dia 2 de janeiro de 1840, a informação de um desses casos.

---

[134] CARVALHO, Carlota. *O sertão*: subsídios para a história e geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.
[135] CARVALHO, 2000, p. 137.
[136] MONTEIRO, 2008, p. 206.
[137] MONTEIRO, 2008, p. 206.

A folha de 2 de janeiro de 1840 descreve a forma de perseguição da força militar da legalidade liderada pela pessoa do capitão Raimundo Martins de Sousa, encarregado da missão de capturar Lívio Lopes Castelo Branco. Segundo o jornal, teria Lívio Lopes fugido na direção da província do Ceará e, por esse motivo, saíra, de Campo Maior, Raimundo Martins, com um piquete de cavalaria na direção daquela província. Durante o percurso, tomara conhecimento de que Lívio Lopes teria ido para Sobral e, assim, continuou a sua perseguição até chegar a Vila Nova.[138]

Contudo, por falta de condições materiais, parou em Vila Nova e somente com dez praças seguiu a viagem. Pediu a dois oficiais que antecipassem a ida a Sobral no intuito de pedir que as autoridades daquele local capturassem o fugitivo. Porém, seus esforços foram frustrados. Perto de Sobral encontrou-se com o Tenente Coronel Torres, e com Doutor Juiz de Direito, que lhe afirmaram ali ter estado o fugitivo que, no entanto, já havia se evadido. Segundo as autoridades, Lívio Lopes teria recebido todo o auxílio e proteção de pessoas influentes, por isso a dificuldade de encontrá-lo e prendê-lo.[139]

Ainda não satisfeito com a notícia dada pelas autoridades, o capitão Raimundo Martins continuou sua busca por Lívio Lopes. Mesmo ajudado pelo tenente Torres e o juiz de direito, nada encontrou. Insatisfeito pelo ato de rebeldia de alguns influentes de Sobral, partiu em retirada rumo a Campo Maior. O jornal informa que ao chegar Raimundo Martins a Campo Maior, na sua própria província, teria ficado desgostoso com a situação encontrada, pois naquele lugar era mais odiado do que o próprio Lívio Lopes.[140]

Mesmo aqueles que se rebelavam por serem simpatizantes da causa da Balaiada, ou aqueles que fugiam somente na tentativa de viverem em paz, em um lugar menos atribulado, ainda assim, eram vistos pelos administradores como braços fortes para o serviço da guerra ou como fugitivos a serem castigados para servirem de exemplo a outros. A diferença nos parece estar na dimensão econômica desses sujeitos, ou nos laços de dependência. Podemos perceber que aqueles homens ditos comuns só tinham como solução a fuga para as matas, de forma agoniada, ou o recrutamento.

Entretanto, aqueles homens ricos ou que tinham relações de dependência com pessoas de grande respeito e poder, utilizavam-se de outras estratégias na tentativa de burlarem o sistema, tanto do recrutamento, quanto das guerras. O caso de Lívio revela aspectos dessa dinâmica. Se, por um lado, observamos que homens da alta classe recebiam ajuda que um rebelde comum talvez nunca receberia, por outro, vemos as teias de relações tecidas entre as

---

[138] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 2, n. 13, p. 1-2, 2 jan. 1840.
[139] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 2, n. 13, p. 1-2, 2 jan. 1840.
[140] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 2, n. 13, p. 1-2, 2 jan. 1840.

várias pessoas influentes das províncias rebeladas, que davam auxílio e apoio aos balaios mais importantes no jogo político. Isso mostra como era o quadro de interesses dos vários sujeitos, como era um conflito polarizado e como ocorreu a articulação do movimento.

Voltando a análise da repressão da Balaiada no Piauí, em setembro de 1839, mais precisamente no dia 14, o Barão da Parnaíba abriu ao sul mais uma frente repressiva, denominada de Coluna do Oeste. Esta, por sua vez, era dirigida por outro sobrinho do Barão, José Martins de Sousa, prefeito da vila de Parnaguá.

> A Balaiada no Piauí nesse período assume caráter político; fazendeiros e pessoas de famílias tradicionais entram atuando como lideranças balaias. Insurgem-se os vales do Gurgueia e do Uruçuí, sobretudo Jerumenha, com a atuação de José da Silva Mascarenhas, e Parnaguá, onde a família dos Aguiar adere dando ênfase ao caráter político [...].[141]

A ação da Coluna do Oeste ao sul significava que as famílias mais abastadas aderiram ao movimento no Piauí. Viam na Balaiada uma oportunidade de derrocada do governo do presidente Manoel de Sousa Martins. No Piauí havia forças rebeldes de norte ao sul, de Parnaíba e Campo Maior a Parnaguá. A situação na província exigia muito da atuação repressiva do Barão.

Para Monteiro, o auge da rebelião no Piauí teve início com os acontecimentos de setembro de 1839 e se estendeu até agosto de 1840. As forças legalistas tinham a difícil missão de debelar o movimento no Piauí com apenas aquilo que estava à sua disposição. No Maranhão, por outro lado, foi recebido uma quantia em dinheiro para custear as despesas da guerra, além da chegada de Luiz Alves de Lima e Silva[142] que teria a tarefa de sufocar o movimento e presidir a província.[143]

Alves de Lima, conseguia, aos poucos, controlar os rebeldes no Maranhão. No Piauí, não foi diferente, a atuação do aparato militar organizado constituiu o principal fator do êxito na repressão da Balaiada. Manoel de Sousa Martins, organizou internamente as forças repressoras e soube aplicar táticas efetivas de combate utilizando-se bem do material bélico de que dispunha.[144] Conforme Dias:

> O Governo montou um verdadeiro exército, em termos de organização das forças, divididas em diversas unidades: em Parnaíba, Longá, Poti, Gurgueia e Piauí, vilas, povoações, fronteiras e fazendas, em uma quantidade impressionante, que expressam, não só o esforço do Governo e seu poderio,

---

[141] SANTOS, 2021, p. 32.
[142] Nasceu no dia 25 de agosto de 1823, filho de Francisco de Lima e Silva e Mariana Cândido de Oliveira Belo. Casou-se com Ana Luísa de Loreto Viana, com quem teve três filhos. Ficou conhecido como Duque de Caxias, atuando como militar e político. Morreu no dia 7 de maio de 1880.
[143] MONTEIRO, 2008.
[144] DIAS, 2014, p. 211.

> como a amplitude do movimento. À medida que o movimento crescia em termos de participação popular e em extensão, crescia igualmente a formação das tropas para combatê-lo.[145]

A atuação de diversos personagens na repressão da Balaiada no Piauí foi de extrema importância. José Francisco de Miranda Osório esteve desde o início do movimento a atender às solicitações do Barão. De igual modo, José Martins de Sousa empenhou-se em pelejar a favor das forças legalistas. Manoel Clementino de Sousa Martins foi outro aliado importante na repressão, sua presença impunha medo nas fileiras rebeldes. Outro reforço relevante foi o baiano José Feliciano de Morais Cid.[146]

Embora o protagonismo da repressão da Balaiada no Piauí tenha recaído sobre o presidente da província Manoel de Sousa Martins, este contou com a colaboração de diversas autoridades policiais, militares e da Guarda Nacional, além da atuação de Alves de Lima no Maranhão. O reconhecimento que lhe foi atribuído deveu-se ao fato de conseguir, fazer frente ao movimento balaio e reprimi-lo com êxito. De acordo com Dias:

> No auge dos acontecimentos, um fato veio modificar o panorama da guerra em que se tornou a Balaiada: D. Pedro II, coroado Imperador, por meio do 'golpe da maioridade', decretou, imediatamente, em agosto de 1840, a Anistia, alcançando todos os que haviam desertados das forças do Governo, além de conceder o indulto aos que cumpriam pena ou esperavam sentença, com o objetivo claro de pôr fim a todos os movimentos provinciais [...].[147]

Quando em 1840 a anistia foi concedida aos rebeldes como estratégia para acabar com o movimento, a Balaiada no Piauí e no Maranhão já havia deixado marcas irremediáveis para ambos os lados do confronto. Lívio Lopes, por exemplo, não chegou a ficar sequer um ano no movimento. Entendendo que a Balaiada tinha alcançado proporções desumanas, logo tratou de se retirar, embora esse não tenha sido o único motivo. Lívio Lopes, embora muitas vezes exaltado, agindo sem pensar, percebeu ainda em 1839 que sua participação na revolta poderia vir a ser um embaraço para suas pretensões na província.

Mesmo após a lei de anistia sancionada pelo imperador, a resistência balaia foi atuante durante todo o ano de 1840 e parte do ano posterior, contudo, estava enfraquecida pelas inúmeras mortes e milhares de prisioneiros, sem contar a fome, a fadiga, as doenças e as dissensões.[148] Um dos motivos principais do fim do movimento, e que é praticamente unanimidade entre os estudiosos do assunto, é o caráter desorganizado que o movimento alcançou nos anos de 1840 e 1841.

---

[145] DIAS, 2014, p. 211.
[146] DIAS, 2014.
[147] DIAS, 2014, p. 221.
[148] DIAS, 2014.

Da mesma forma como em 1838/1839 muitas pessoas que pertenciam às fileiras legalistas fugiam, desertavam, ou se aliavam aos balaios, em 1840/1841, ocorria o contrário. Houve uma forte fragmentação das forças balaias, em parte devido a morte e prisões de vários de seus principais líderes, além daquilo que Lívio Lopes fez: deserção e fuga. Não há como negar que Lívio Lopes abandou o movimento sem ao menos dar explicações e fugiu em direção à província do Ceará.

Em janeiro de 1841, Manoel de Sousa Martins informava ao Ministro da Justiça que o Piauí estava pacificado. A experiência de guerra que muitos dos oficiais e policiais legalistas adquiriram nas lutas de Independência foi crucial para a derrocada da Balaiada. Somada as dificuldades internas do movimento, as divisões, a fome, ao pouco financiamento e a superioridade bélica do governo, muitos dos balaios se apresentaram aos dirigentes da província como sinal de rendição.[149]

2.3 A função política e memorística do jornal *O Telégrafo*

Durante o período colonial, a temática da educação pública não aparecia entre as principais preocupações dos administradores, pelo contrário, havia um projeto de esquecimento dessa questão – que é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação –, justamente por acreditarem que a instrução era o germe da insubordinação e, assim, a causa dos possíveis problemas enfrentados pelos governantes.[150]

Com o objetivo bem definido de deixar a maior parte da população na total ignorância, os investimentos na construção de espaços destinados ao sistema educacional no Brasil foram negligenciados. Era de comum interesse, tanto a Coroa portuguesa quanto aos governantes locais, criar uma relação de subordinação da colônia para com a metrópole, evitando, assim, o desejo de nutrir um sentimento de amor próprio, por parte dos habitantes.[151]

Segundo Celso Pinheiro Filho, a falta de instrução pública em maior escala não foi levada tanto em consideração, por ser o Brasil, naturalmente um espaço de dimensões continentais e possuir uma população dispersa em fazendas espalhadas pelo imenso território. Isso, no entender do pesquisador, foi um dos elementos em favor do plano colonial de negação da instrução aos habitantes do além mar.

---

[149] DIAS, 2014.
[150] PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí.* 3. ed. Teresina: Zodíaco Editora, 1997.
[151] PINHEIRO FILHO, 1997.

Em 1814, o coronel Baltazar de Sousa Betelho de Vasconcelos pediu com urgência, mas inutilmente, o estabelecimento de escolas na capitania do Piauí, detectando que o descaso dos administradores havia causado ignorância geral e absoluta da população.[152] Esse quadro parecia fazer-se presente em toda colônia portuguesa e no Piauí não poderia ser diferente. Pinheiro Filho afirma:

> A instrução organizada, embora precariamente, em forma de escolas, oferecida pelo poder público para todos aqueles que quisessem matricular seus filhos, só a tivemos às portas da independência, devido ao afrouxamento dos laços coloniais, motivado pela revolução de Portugal. Foi, exatamente, a 15 de janeiro de 1822, que se instalou oficialmente, em Oeiras, a capital de então, a primeira escola primária pública da Capitania.[153]

Em Oeiras, a capital da província do Piauí, ao tempo da Balaiada, poucas pessoas sabiam ler e escrever, assim podemos imaginar que não havia grande interesse na circulação de jornais. Por ser a ruralidade característica dominante nessa sociedade de base agropecuária, as vilas tinham incipiente população fixa e não poderiam sequer serem definidas como centros urbanos.[154]

Estudiosos como Nunes e Dias apresentam a capitania do Piauí como uma grande fazenda de gado, com população espalhada pelo vasto território e ligada pelos caminhos dos rebanhos. Segundo Dias,[155] nessa grande fazenda não havia escolas e hospitais, e o comércio era centralizado nas feiras. Tratava-se de uma sociedade sem oferta de serviços educacionais. Escolas de instrução primária e religiosa não funcionavam, tanto por falta de condições humanas como materiais. No ano de 1815, apesar das várias escolas criadas, elas não funcionavam no Piauí. O não atendimento às numerosas demandas de criação de escolas, provavelmente, devia-se ao descaso dos primeiros governos pela instrução popular e à valorização do aparato militar.[156]

Assim como ocorreu com as escolas, a imprensa também se instalou tardiamente no Piauí. Somente em 1832 circulou o primeiro jornal intitulado *Piauiense*. Esse destinava-se a publicar atos oficiais e era redigido pelo professor Amaro Gomes de Santos e, possivelmente, pelo padre Antônio Pereira Pinto Lago.[157] Com relação à circulação do jornal *Piauiense*, não dispomos de informação precisa, entretanto, podemos afirmar que teve circulação efêmera.

---

[152] DIAS, 2014.
[153] PINHEIRO FILHO, 1997, p. 15.
[154] DIAS, 2014.
[155] DIAS, 2014.
[156] DIAS, 2014.
[157] RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

Segundo Castelo Branco, o maquinário dessa tipografia viera da Bahia trazido pelo padre Antônio Fernandes da Silveira, e o jornal era editado na Tipografia Silveira e Cia., que depois passara a ser Tipografia Provincial e, alguns anos depois, Tipografia Saquarema.[158] Em pesquisa sobre a imprensa piauiense no período regencial, Castelo Branco afirma que "as informações coletadas em trabalhos de cunho historiográfico dão conta de que o periódico circulou, pelo menos, até março de 1833".[159] Pinheiro Filho acrescenta:

> A portaria de 22-11-1839 registra que foi aceito o oferecimento de Francisco José Fialho, de encarregar-se de redigir nesta capital (Oeiras) um periódico em que se transmitam ao público as ocorrências da atual guerra e os atos do governo a ela tendentes, com a condição de ser impresso na Tipografia Provincial, e fornecidos os materiais pela Tesouraria da Fazenda e remeter para seus cofres todo o rendimento do dito periódico, proveniente das folhas que se se extraírem.[160]

Quase uma década após o aparecimento do primeiro jornal no Piauí foi criado, em 1839, na capital Oeiras, o jornal *O Telégrafo*, sob a supervisão de Francisco José Fialho. Essa folha tinha caráter político bem definido, e seu objetivo principal era influenciar a opinião pública em favor da política oligárquica do Barão da Parnaíba, que colocava todo seu empenho e força na tentativa de sufocar o movimento Balaiada.[161] Portanto, o jornal nasceu em uma conjuntura político-social tensionada por um governo autoritário e despótico em uma sociedade marcada por sucessivas alterações institucionais, legais e administrativas, que desagradavam a muitos.

O jornal *O Telégrafo* era impresso duas vezes por semana, às segundas e quintas, na Tipografia Provincial, em Oeiras. Por essa periodicidade – bissemanal –, podemos perceber o alcance das preocupações do Barão da Parnaíba, que investiu na circulação do periódico com o fim de informar, ao seu modo, sobre a Balaiada e suas consequências.

Em 1839, ano de criação do jornal, haviam pouquíssimas escolas e, consequentemente, poucas pessoas letradas. Portanto, é intrigante pensarmos porque a necessidade da criação de um jornal exclusivo e momentâneo para narrar a Balaiada. *O Telégrafo* informa:

> [...] nos encarregamos da tarefa de fazer trabalhar *O Telégrafo*: praza aos seus que nosso fraco contingente aproveite, e que sua duração seja efêmera; pois que terão cessado as públicas calamidades. Não faremos protesto de seguir na redação deste pequeno periódico este, ou aquele caminho: *O Telégrafo* quer só anunciar ao Piauí, e ao Brasil nosso presente estado, e é só o que tender a este fim, que achará lugar em suas colunas [...].[162]

---

[158] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí no Período Regencial e início do Segundo Reinado. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas impressas*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. p. 19-50.
[159] CASTELO BRANCO, 2020, p. 26.
[160] PINHEIRO FILHO, 1997, p. 30.
[161] RÊGO, 2001.
[162] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 1, p. 1, 21 nov. 1839.

Era de fundamental importância a divulgação das informações para as pessoas letradas, assim como a sua circulação. A circulação do jornal passou a acontecer em novembro de 1839, entretanto, as primeiras notícias trazidas nessas edições iniciais são referentes a acontecimentos anteriores, ou seja, quando *O Telégrafo* passou a existir, os acontecimentos nele divulgado já haviam passado.

Um exemplo é a forma como Manuel Clementino de Sousa Martins era descrito. Embora já houvesse morrido em campo de batalha, sua memória foi sendo construída nas páginas do *O Telégrafo* como o herói de guerra. Podemos observar, também, que havia o interesse em relatar os acontecimentos do dia a dia da *guerra* – palavra geralmente encontrada no jornal –, além de tentar convencer a população efervescida pela revolta a não ouvir as falsidades trazidas do Maranhão pelos periódicos, aparentemente pró-Balaiada. Em um trecho do *O Telégrafo* afirma-se:

> [...] a necessidade de uma folha, que, não só aos nossos comprovincianos, se não a todo o Império, transmita as ocorrências da guerra com que lutamos, para que alteradas não corram, como temos visto, e como por fatalidade sempre em desabono da causa legal; as medidas de salvação pública tomadas pela 1ª autoridade da província o Sr. Barão da Parnaíba, e pelas subalternas, e o que tiver relação à mesma luta. Crescendo quotidianamente esta necessidade, e cônscio das falsidades que de um para outro momento se levantam mesmo nesta Capital, e que tomando corpo divulgam por toda a província, e que desacoroçoando aos fiéis, porém incautos piauienses, falo-os muitas vezes seguir uma senda, que não trilhariam se a verdade lhes fosse conhecida [...].[163]

Fica claro nesse fragmento do jornal que o Barão fundou *O Telégrafo* no intuito de tranquilizar os ânimos das pessoas e convencê-las a não aderirem ao movimento, que, naquele momento, estava acontecendo de forma acelerada. Para além disso, uma outra questão também é colocada. A escrita do jornal nos revela a visão do Barão frente a um povo piauiense que ele julgava passivo.

Para o Barão, os fiéis piauienses só aderiam ao movimento por causa da forte influência dos rebeldes e por lhes faltarem informações verdadeiras do que acontecia. Ao que parece, o Barão da Parnaíba acreditava ser o povo piauiense despolitizado e, consequentemente, influenciável. Nesse sentido, a criação de uma folha seria uma opção para a repressão contra o movimento e no auxílio ao Maranhão, que já havia mudado de presidente duas vezes por não conseguir sufocar a revolta. Certamente não queria o Barão ter o mesmo destino que seus colegas ex-presidentes.

---

[163] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 1, p. 1, 21 nov. 1839.

Como dito, o jornal *O Telégrafo* exercia várias funções. Uma delas era o caráter pedagógico e informativo no sentido de aconselhar a população sobre as possíveis inverdades transmitidas pela imprensa do Maranhão e que alcançavam diretamente o Piauí. Segundo Oliveira, no Maranhão havia jornais que exerciam as mesmas funções do *O Telégrafo*. Esses, contudo, defendiam ao partido vencido – liberal ou bem-te-vi, que fazia forte oposição ao governo conservador, vitorioso:

> Na turbulenta eleição de 1836 vai vitorioso o Partido Cabano, que recrudesce as perseguições e o massacre das oposições liberais. Esta verdadeira guerra partidária é transposta e alimentada por meia dúzia de jornais de São Luís. Estes passam a exercer importante função na escalada de exaltação dos ânimos. Na época os jornais que circulavam no Piauí eram justamente aqueles maranhenses. As ideias vinculadas pelo *O Bem-te-vi*, de Rafael de Carvalho e pela *Crônica Maranhense*, de João Francisco Lisboa, ambos a serviço do Partido Liberal e de extremada oposição ao governo, provocaram intensa reação e não deixaram de subverter os ânimos da comunidade piauiense, tão ligada ao Maranhão.[164]

Apesar de haver uma quantidade ínfima de escolas no Piauí, existiam, ainda que raras, aquelas pessoas que tinham um conhecimento das letras. Isso é muito revelador da dinâmica social no âmbito da comunicação. A oralidade era um eficiente veículo de transmissão das informações. As pessoas que tinham acesso aos jornais, transmitiam as informações pelos vários locais por onde circulavam.

Acreditamos que, por se tratar de um conflito envolvendo o povo, e parte das elites oligárquicas, era talvez comum nos locais de sociabilidades em que transitavam essas pessoas – opositoras ao *Clã dos Sousa Martins* –, que se espalhassem as notícias aos não leitores, a fim de reunir parceiros para a causa e ainda colocar o governo de Manuel de Sousa Martins como inimigo.

Segundo Castelo Branco, foi escolha de os redatores iniciarem a narrativa do jornal retrocedendo no tempo, na tentativa de estabelecer balizas enunciativas sobre os fatos. Além do que havia o intuito de construir uma narrativa que heroicizasse Manuel Clementino e desprestigiasse Lívio Lopes. Aponta, ainda, ser objetivo central do jornal informar a população sobre a Balaiada deslegitimando os adversários, priorizando, de início, a desconstrução dos homens da elite que colocavam em risco o domínio do Barão da Parnaíba.[165]

---

[164] OLIVEIRA, 1985, p. 68.

[165] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A Balaiada e as disputas de poder no Piauí. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (org.). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 15-42.

Essas questões explicam em boa medida o motivo pelo qual foi criado *O Telégrafo*. O desejo do Barão da Parnaíba não era simplesmente criar um jornal para deixar a pequena população letrada informada dos acontecimentos. Mas, acreditamos, que a sua criação revela um Barão da Parnaíba temeroso, principalmente com a proporção que o movimento tomara no Maranhão. Além disso, era preciso um jornal que rivalizasse com os jornais maranhenses que exerciam forte influência na elite piauiense. E, a partir das notícias publicadas nesse jornal, heroicizar aqueles que, para o Barão, deveriam ser reconhecidos como heróis, demonizando os demais.

A função do jornal em Oeiras e em toda a província fica evidente. Era imprescindível para os planos do Barão a circulação das notícias sobre a Balaiada. Além de informar a população sobre a revolta que crescia e se espalhava no Maranhão, desmentia as possíveis informações criadas pelos rebeldes, construía uma imagem positiva do governo vigente, tranquilizava os cidadãos que estavam a favor da legalidade e intimidava aqueles que ousassem se rebelar.

Nesse contexto, a imprensa era veículo importante de divulgação de ideias, no século XIX, cujo objetivo era a louvação do povo, do território, dos sujeitos, das ações, dos resultados. Contudo, poderia ser, ao mesmo tempo, o instrumento que manchava, que criticava, que oprimia, que ridicularizava e que ajudava a construir memórias e representações positivas ou negativas.

Geralmente, as pessoas, principalmente as leigas no assunto, partem do pressuposto de que, no período imperial, as notícias levavam meses para chegar aos seus destinos. Entretanto, podemos perceber que, em relação a Balaiada, as correspondências e informações dos jornais circulavam rapidamente por toda a região que abarcava do Maranhão a Pernambuco. E, com essas informações, ora em jornais, ora em relatórios governamentais e em todo tipo de documentação oficial, ou não, também se espalhavam as mais variadas representações sobre os envolvidos no movimento.

Ainda na mesma edição do jornal *O Telégrafo* em que analisamos a maneira como acontecia o recrutamento, podemos perceber de que forma Lívio Lopes era retratado. Por se tratar de um grande fazendeiro de família prestigiada, rico e que estava envolvido nos trâmites da política piauiense, Lívio Lopes foi se tornando, naquele momento, a grande figura da Balaiada no Piauí, sempre representado como o *chefe dos de maior influência das forças facciosas.*

Lívio Lopes aderiu ao movimento em 1839, ano em que também se retirou. Muito embora outros participantes da Balaiada que entraram no movimento desde o início, como o

caso do vaqueiro Raimundo Gomes – o responsável por estourar o movimento na vila da Manga –, e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira – fabricante de balaios –, de onde veio o nome que batizou o movimento, fossem figuras importantes, era o nome do Lívio Lopes que aparecia estampado nas folhas do jornal, apontado como um dos grandes chefes e influenciadores da revolta.

Na edição três de 1839, folha dois, do *O Telégrafo*, a seguinte notícia foi publicada:

> Estão as cousas neste pé quando o chefe rebelde Lívio, de que falamos no 1º nº do *Telégrafo*, deixando Caxias roubada, feita o teatro das mais bárbaras hostilidades, e entregue a sanha de seus companheiros de armas, se apresenta a 21 de agosto em frente da Vila do Poti com um corpo de quase 1.000 homens, anunciando sua chegada com tiros de canhão e mosquetaria, e fazendo preparativos para invadir a Vila, cuja defesa estava então confiada a uma pequena força comandada pelo Capitão Mendes. D'envolta com estas bravatas (que sem ofender-nos, davam-nos tempo a engrossar nossas fileiras) fez este faccioso espalhar anúncios escritos por seu punho, cujo contexto aqui damos, com a própria ortografia.[166]

Nesta terceira tiragem do jornal, vemos como Lívio Lopes era retratado: chefe rebelde e bárbaro, que, ao sair de Caxias, deixou-a roubada e, chegando à Vila do Poti, dava vários tiros de canhão. Essa publicação é reveladora no sentido de mostrar o que acontecia com aqueles que se atreviam a tomar o partido dos rebeldes. As representações colocadas nas folhas do jornal se propagavam por toda a província e para além dela. É muito claro o valor da escrita na formação da memória daqueles que iam contra a ordem, principalmente aqueles que exerciam funções sociais bem distintas, justamente porque a escrita é atravessada por interesses e jogos de poder.

Em outra tiragem publicada no dia 28 de novembro de 1839, assim escreveu o redator:

> Lívio desanimado pela consciência de seu crime, e pela desunião que, depois se soube, entre ele e os outros chefes já reinava, motivada necessariamente pela rapina, e talvez por ser entre todos o de melhor nascimento, e inteligência, bem que fizesse preparativos de invadir esta província, parecia com tudo mais desejoso, de que se lhe acenasse com a promessa do perdão; mas não se atrevendo a pedido francamente, tentou ainda um estratagema, dirigindo ao supradito major o oficio, que abaixo publicamos, isto talvez com o fito de demorar nossos movimentos em quanto punha a bom recado a rica presa, que em seus saques havia adquirido; pois que em extremo tremia pela sorte de seus infelizes companheiros, e não pela sua, por haver d'ante mão sobre ela deliberado da maneira que muitos já sabem, e outros o verão no nº seguinte.[167]

Em 28 de novembro de 1839, o redator do jornal, escrevia que Lívio Lopes já desejava abandonar o movimento. Segundo ele, o motivo que levaria Lívio Lopes a tomar essa atitude era o desânimo e a desunião que dizia haver entre ele e seus companheiros de luta. Além disso,

---

[166] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 3, p. 2, 28 nov. 1839.
[167] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 3, p. 2, 28 nov. 1839.

dá a entender que ele teria se conscientizado de que estava lutando do lado errado, pois se tratava de um homem de muita inteligência e de bom nascimento.

Os motivos pelos quais Lívio Lopes saíra do movimento é uma questão polêmica. Entretanto, para que se entenda a razão de sua retirada, é preciso que primeiro entendamos a sua entrega à causa balaia. Interessa, nesse momento, entendermos por qual razão Lívio Lopes aderira ao movimento, sendo ele um homem público, rico e de família da elite e, por que motivo se tornara o grande vilão da Balaiada, nas narrativas desenvolvidas anos após o fim do movimento.

A primeira questão a ser compreendida é que mesmo não tendo sido colocado de forma enfática nos registros sobre a Balaiada, não foi somente Lívio Lopes que do lugar social de rico fazendeiro e influente, participara do movimento. Assim como ele, vários outros homens públicos e importantes também aderiram ao movimento. Entretanto, foi na pessoa de Lívio Lopes que o Barão da Parnaíba decidira colocar todo seu empenho, na tentativa de arruiná-lo. Isso nos revela um outro aspecto do conflito da Balaiada no Piauí.

Para além da tensão política-administrativa, que se afunilou após a efetivação da Lei dos Prefeitos, havia uma dimensão pessoal que emanava das disputas pelo poder local. A Balaiada no Piauí se constituiu num conflito familiar, em que se rivalizavam, principalmente, de um lado, os Sousa Martins e, do outro, os Castelo Branco. Isso explica em certa medida o motivo da não aceitação do pedido de Lívio Lopes para acabar de forma consensual o movimento.

O conflito entre os grandes clãs familiares extrapolou o caráter político e administrativo, passou a ser uma questão pessoal, principalmente, por parte do Barão da Parnaíba. Lívio Lopes acabou por receber toda a culpa da deflagração do movimento no Piauí, embora não tenha tido toda essa participação que lhe foi atribuída. O Barão via nos piauienses um povo calmo e não politizado. No entanto, cremos que não era bem essa a realidade. Lívio Lopes não precisou fazer muito esforço na tentativa de convencer as pessoas a aderirem à causa. A própria política do Barão deixara o ambiente propício ao movimento.

Juntamente com grandes fazendeiros das mais diversas vilas do Piauí e Maranhão, com juízes de paz desapoderados e uma população enlouquecida com a conjuntura social que a província passava, Lívio Lopes viu nessa oportunidade a chance de derrubada de um governo despótico e cruel e, acima de tudo, rival.

Quando Manoel Clementino de Sousa Martins morreu, o ódio de seu tio, Barão da Parnaíba, contra Lívio Lopes cresceu ainda mais. Não se sabe ao certo quem matou Manoel Clementino, entretanto, a culpa caiu sobre Lívio Lopes. Sabemos que Manoel Clementino

morreu no campo de batalha, mas não é possível apontar quem o matou. Acreditamos que são poucas as chances de Lívio Lopes tê-lo matado. O próprio *O Telégrafo,* ao descrever a morte heroica de Manuel Clementino, afirmava que este, ao ter corrido de forma imprudente e sozinho rumo aos balaios, fora baleado.[168]

Em 1840 já não se encontrava em solo piauiense o ex-balaio. Contudo, o movimento ainda acontecia, e o seu fim estava próximo. A forma como o movimento foi sendo sufocado pode nos dar uma base para entender o motivo da retirada ou da fuga de Lívio Lopes. Praticamente todos os escritos referentes à Balaiada destinam um capítulo ou tópico exclusivo para narrar como fora o fim do movimento e apresentar as possíveis causas.

Oliveira diz que, em 1840, o movimento já havia perdido força. Diferente dos rebeldes, que ficavam à espera de ajuda de fazendeiros locais e maranhenses, não conseguindo nada, os legalistas, sobretudo a partir da liderança do Major José Martins, estavam muito bem armados e sob forte disciplina militar.[169] Isso fez com que houvesse uma organização central nas forças de repressão.

Dessa forma, por onde passava o tal major levava consigo pânico à multidão de rebeldes e os dispersava para as províncias vizinhas. Além dessa força organizada de repressão, a figura do presidente Manoel de Sousa Martins foi muito importante, tendo este feito o possível e o impossível, no sentido de garantir a soberania de seu governo. A citada autora afirma que o presidente tinha uma relação constante com as demais províncias, mantendo forte comunicação e apoio através das correspondências e envio de tropas.[170]

Dias também valoriza os feitos do barão. Muito embora ela dê mais evidência à causa balaia, não deixa de fora a participação do Barão, que foi fundamental para o sufocamento do movimento. Essa autora também vê na desorganização dos balaios uma das principais causas da derrota.[171] Um dos principais líderes do movimento no Piauí – Lívio Lopes Castelo Branco –, já havia se retirado do movimento e com ele, possivelmente, muitos outros homens ricos e influentes abandonaram a causa rebelde. Os grandes fazendeiros que financiavam os rebelados já não dispunham mais de instrumentos de guerra e alimento para entregar de bom grado, até porque os legalistas já haviam se apropriado da prática de saquear as fazendas e destruir tudo que viam pela frente.[172]

---

[168] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 6, p. 1-2, 9 dez. 1839.
[169] OLIVEIRA, 1985.
[170] OLIVEIRA, 1985.
[171] DIAS, 2014.
[172] OLIVEIRA, 1985.

Carvalho, por exemplo, descreve a repressão de forma magistral. Ela afirma que a desorganização balaia foi o elemento chave para a vitória dos legalistas. Destaca que a derrota se deveu à falta de unidade, que causou dispersão. Após causar um atrito no governo, conseguindo depor prefeitos e funcionários públicos portugueses, os rebeldes não souberam como proceder.

Atrelado a estas questões, a autora ainda afirma que havia uma ignorância geral por parte dos principais líderes, que não conseguiam de forma alguma se articular. Dessa forma, acabaram por ver o próprio movimento perdendo adesão e o caráter que teve no seu início. Inclusive, nesse momento, homens mal-intencionados, movidos pelo interesse da pilhagem, aproveitaram a desordem para exercitarem seus maus instintos.[173]

Com relação à retirada de Lívio Lopes do movimento, as interpretações deste fato são variadas. Miguel Borges, por exemplo, afirma que ele teria entrado no movimento justamente porque queria defender a liberdade e soberania do seu povo e vendo que isto era inviável da maneira cruel que ocorrera – muito embora fosse contra as barbaridades cometidas pelos rebeldes – se retirou do movimento, por ter percebido que ele alcançara proporções desumanas.[174]

O redator do *O Telégrafo* concluiu que Lívio Lopes largou o movimento, saindo fugido, por ter se dado conta de que seus esforços na tentativa de enfraquecer o governo do Barão da Parnaíba foram insuficientes, uma vez que já não havia mais tanta união entre ele os demais chefes rebeldes. Assim, desanimado pela consciência de seus crimes, fugiu Lívio Lopes covardemente, deixando para trás todos os outros, na tentativa de salvar-se das possíveis represálias.[175]

Como mencionado, no ano que estourou o movimento no Piauí, fora criado, a mando do presidente, um jornal, com o objetivo de relatar as informações acerca da Balaiada. Tratava-se de prática comum por ser o jornal um veículo cujas funções eram mais largas que a mera transmissão de informação. Era, também, um dispositivo na construção da opinião pública. Embora a população piauiense fosse pouco alfabetizada, essas informações eram consumidas rapidamente, primeiro pela leitura e depois passadas oralmente.

O uso da imprensa pode ser muito oportuno nas disputas de memória ou na construção de uma memória. Os estudos de Pierre Achard[176] no campo da linguística, mais precisamente

---

[173] CARVALHO, 2000.
[174] CASTELO BRANCO, 2014.
[175] INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 3, p. 3, 28 nov. 1839.
[176] ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

na análise de discurso, ajuda-nos a entender essa relação. O jornal aparece aqui como um lugar de repetição, um local de poder, que a partir das intenções de seus redatores ou do interesse daqueles para quem estão a serviço, desempenha esse papel de construtor de memória, seja ela positiva ou negativa.

Foi esse o mecanismo adotado por Manoel de Sousa Martins. Apoiou-se na imprensa para criar um discurso a ser repetido em diversos lugares e usou essa repetição para enquadrar uma memória e construir uma regularidade e um padrão informativo. Podemos afirmar que *O Telégrafo,* para o Barão da Parnaíba, era não somente um divulgador de discursos, mas um lugar de produção de memória.

Pierre Nora,[177] cujos trabalhos contribuem no campo da memória em diferentes dimensões, ajuda-nos a entender um periódico enquanto espaço de poder e lugar de memória. Considera que para que um objeto, pessoa, ou lugar, ou qualquer fenômeno (noção husserliana),[178] seja um lugar de memória faz-se necessária a ocorrência de uma tríplice articulação de sentidos: material, simbólico e funcional.

Não há dúvidas de que *O Telégrafo* representava, para o Barão da Parnaíba, um lugar de memória. Suas intenções eram nítidas. O jornal, enquanto objeto material, exercia uma função particular e sobretudo política, e possuía uma simbologia. Sua feitura extrapolava a transmissão de informações e mesmo o sentido imediato da resolução de uma revolta na província; nas folhas também ecoavam dores e ressentimentos,[179] sobretudo porque Manoel de Sousa Martins creditava a Lívio Lopes a entrada do Piauí na Balaiada, além da morte de seu sobrinho, genro e afilhado.

Enquanto o jornal heroicizava Manoel Clementino, o contrário era feito com relação a Lívio Lopes, tendo em vista que o que constava em *O Telégrafo* sobre ele era desonroso e motivo de vergonha. Do ponto de vista de Lívio Lopes, seu desejo talvez fosse o de afogar o jornal no rio Lete, o rio do esquecimento, certamente ensejava que todas as folhas fossem queimadas, apagadas, destruídas. Com isso revelamos um aspecto importante acerca dos lugares das memórias: eles são lugares significados, marcados por sentidos, e esses sentidos são

---

[177] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

[178] Husserl foi um filósofo alemão que se preocupou em resguardar os estudos filosóficos de forte crítica na virada do século XIX, derivada da difusão e aceitação do conhecimento científico e dos estudos do psicologismo. Desenvolveu e atualizou os estudos filosóficos, sendo reconhecido como o criador da Fenomenologia.

[179] Sobre a Balaiada e a construção de uma memória ressentida, cf.: QUEIROZ, Teresinha. Ressentimentos políticos e lutas de memória em A Balaiada de Clodoaldo Freitas. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antônio (org.). *Tempo e memória*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 243-274.

diversos. Assim, os acontecimentos só se tornam lugares de memória a partir da atribuição de significados distintos dados pelos sujeitos.

Desse modo, podemos atribuir ao jornal *O Telégrafo* um importante feito: o de preservar certa memória de um tempo de disputas. O objetivo perseguido pelo Barão da Parnaíba, o de construir uma memória que desprestigiasse Lívio Lopes, consolidando um discurso em que ele era tido como covarde, fraco, rebelde, insurgente, bárbaro, ingrato, entre tantos outros adjetivos depreciativos, foi um discurso que se perpetuou após a Balaiada e marcará toda trajetória de vida do político campo-maiorense. Cabe aos historiadores explicitarem os termos dessa construção discursiva.

Para além da função de criação de um discurso e sua repetição, *O Telégrafo* foi utilizado como veículo de divulgação de uma memória oficial, tendo em vista que, na condição de administrador da província do Piauí e delegado do governo imperial, Manoel de Sousa Martins acabou por produzir uma memória coletiva e oficial a respeito de Lívio Lopes Castelo Branco como responsável direto pela ocorrência da Balaiada no Piauí e pelas desgraças que assolaram a província entre 1839 e 1841.

Ao propormos o uso do conceito de memória coletiva, afastamo-nos de Maurice Halbwachs,[180] que sugere uma memória coletiva harmoniosa, dotada de coesão social, favorecedora da continuidade e da estabilidade dos grupos. Aproximamo-nos de Michael Pollak com sua ideia de enquadramento de memória, e, ainda, de Paul Ricoeur, quando identifica os três sujeitos de atribuição da lembrança: o eu, os coletivos e os próximos.

Paul Ricoeur, ao pensar os próximos como caminho relacional entre os indivíduos e os coletivos, colabora no entendimento de que há a possibilidade de enquadramento de memórias compartilhadas entre sujeitos próximos. Em *O Telégrafo*, podemos observar que o esforço do Barão da Parnaíba de consolidar uma memória depreciativa de Lívio Lopes levou ao envolvimento de todo seu grupo familiar e político. A forma como Lívio Lopes é representado em *O Telégrafo* e em diversos jornais posteriores é um exemplo de como as memórias atravessam o si – o Barão, os próximos – seu grupo familiar e amigos, e os coletivos – diversos grupos políticos representados na Corte imperial e em outras províncias.

Como observamos, a memória construída ainda em 1839 de um Lívio Lopes rebelde, desordeiro, faccioso, insurgente, continuava a ser ecoada nos grupos de oposição ao Partido Liberal, do qual ele fazia parte e em que militava. Trata-se de fato de uma memória enquadrada, forjada, manipulada pelo grupo vencedor. Recorremos novamente a Paul Ricouer quando

[180] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

discute os usos e abusos da memória e, mais precisamente, a memória manipulada. Ricouer salienta o abuso dessa memória manipulada, pois trata-se de uma memória que está a serviço dos jogos de interesse e das ideologias. O sujeito dotado de poder, ou alguma instituição, utiliza-se desse poder para moldar, enquadrar e manipular a memória ao seu modo, colocando-a na dimensão de memória oficial, uma memória, geralmente, dos vencedores.[181]

Embora a criação de *O Telégrafo* e a participação de Lívio Lopes na Balaiada, e depois no Ajuntamento do Exu, tenham sido os primeiros marcos desse enquadramento de sua memória, esses não podem ser pensados como os únicos. Por ser um sujeito atuante no campo do direito, na imprensa e na política, ele conquistou um grande número de desafetos, pessoas geralmente ligadas aos grupos conservadores, tanto da província quanto do Império brasileiro. Nesse sentido, durante todos esses anos pós Balaiada é percebido a divulgação do mesmo discurso construído desde 1839 sobre Lívio Lopes. Ele continuava a ter essa mancha sobreposta à sua honra, e quanto mais participava ativamente da política, da administração pública e da imprensa, mais os seus opositores se utilizavam desses discursos depreciativos para tentar desprestigiá-lo.

2.4 As redes políticas no Norte do Império e a atuação política do liberal exaltado Lívio Lopes Castelo Branco

Tendo como marco fundamental o estudo da Balaiada, enquanto movimento regencial brasileiro, nossa pesquisa foi se ampliando numa perspectiva de abordar uma outra manifestação popular. O Ajuntamento do Exu, ocorrido na província de Pernambuco, com forte influência de pessoas ligadas à província do Ceará, talvez não tenha alcançado a mesma força, agitação e coesão que tivera a Balaiada no Piauí e Maranhão. No entanto, podemos entender esse movimento, como sintoma de uma sociedade descontente e como continuidade de uma onda de revoltas que aflorou no Brasil, durante a Regência e o Segundo Reinado.

O que nos faz pensar a Balaiada e o Ajuntamento do Exu como continuidades, ainda que ocorridas em momentos e espaços diferentes, é a participação de homens que figuravam como peças importantes para as engrenagens dessas revoltas e levantes. Carlota Carvalho, em seu livro *O Sertão,*[182] aponta para essa perspectiva. Havia revoltas, levantes, insurreições,

[181] RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 93-99.
[182] CARVALHO, 2000.

ajuntamentos e todo tipo de manifestação popular, que partiam de um forte descontentamento por parte das pessoas, que na maioria das vezes, lutavam por objetivos distintos e militavam em prol de causas particulares ou coletivas.

O interessante dessa análise é que, durante os processos de confrontamento e sufocamento desses movimentos, as pessoas influentes e com poder de convencimento maior, acabavam se evadindo cada vez mais para os sertões, espalhando seus ideais e visões de mundo. Influenciava esse processo, uma política centralizadora, que emanava *a priori* do poder moderador, depois da Regência e, por fim, novamente do imperador, sendo este último praticamente um figurante, que ia se modelando cada vez mais nas mãos dos partidos e no jogo de poder e interesses que desenhavam o cenário oitocentista.

É nesse jogo de interesses e poder, nas constantes insurgências, nas tramas e conexões políticas, no campo escriturístico do jornalismo partidário, nas relações oligárquicas, no desenvolvimento de ideais republicanas, nos desamores e desilusões, que se forjam, por exemplo, as semelhanças e continuidades desses movimentos. E no centro das semelhanças desses movimentos, em especial a Balaiada e o Ajuntamento do Exu, Lívio Lopes aparece como vestígio para se pensar o as conexões entre esses agentes históricos, não só na luta armada, mas sobretudo, no parlamento e no jornalismo.

Após se retirar da Balaiada, ainda no ano de 1839, partiu Lívio Lopes tomando a direção da província do Ceará. Contudo, ao chegarem as forças legais da província piauiense na vila de Sobral, não encontraram nenhum sinal dele. Este, segundo as autoridades de Sobral, teria recebido toda a ajuda necessária dos influentes daquela vila, de lá partindo para outro lugar.

Mesmo recebendo apoio de muitos conhecidos, Lívio Lopes desejava voltar a sua terra natal, onde estavam sua família e suas riquezas. Entretanto, após sua participação na Balaiada sua vida estava ameaçada. O Barão da Parnaíba, tomado pelo sentimento de ódio devido ao acontecido em sua província e, sobretudo, à morte de seu sobrinho, queria, mais do que nunca, o prêmio de ter a pessoa de Lívio Lopes em suas mãos. A influência do Barão era tanta que se estendia até as regiões fora dos limites do Piauí, de modo que logo Lívio se viu obrigado a se retirar do Ceará.

Segundo Leal Castelo Branco, depois que Lívio Lopes abandonou a revolução da Balaiada, no dia 30 de outubro de 1839, ele foi preso no interior do Rio Grande do Norte. No entanto, teve a fortuna de desfazer-se dessa cilada. Dizia ainda que Lívio Lopes tornara a andar

pelos sertões, quando chegou à capital da Paraíba, onde descansou e, após alguns dias, partira, até encontrar-se na capital de Pernambuco em janeiro de 1840, alojando-se ali.[183]

Após a anistia de 22 de agosto de 1840, Lívio Lopes apresentou-se ao subprefeito da vila de Pedra de Fogo, da província de Pernambuco, major Francisco Antônio de Mendonça, que, da sua apresentação dentro do prazo marcado pelo mencionado decreto, mandou-lhe passar o atestado respectivo, em data de 25 do mesmo mês de setembro de 1840.[184]

Tendo voltado para Pernambuco em 1841, Lívio Lopes solicitou aos redatores do *Diário de Pernambuco*[185] que publicassem suas seis matérias. Os redatores diziam: "para que seus inimigos se tornem mais comedidos em o perseguir e que se torne público a maneira como fora oprimido no Ceará".[186] Essa foi a solicitação, que fosse impresso no jornal os documentos que ele apresentara. E assim o fizeram, Lívio Lopes solicitou e foram publicados alguns documentos de autoridades do Ceará que atestavam em seu favor.

O primeiro documento se refere a quando Lívio Lopes se apresentou ao presidente de Pernambuco após a anistia. Segue assim o documento:

> Ilustríssimo excelentíssimo senhor – diz o alferes Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, da província do Piauí, de presente morador, está estabelecido nesta, que tendo se apresentado a vossa excelência, pela publicação do decreto de anistia geral, que concedia sua majestade imperador entrou no gozo de seus direitos, por isso pretende ir ter a capital do Ceará por onde mandou vir sua família para conduzi-la para esta província por não convir ao suplicante estar de presente no Piauí, e porque precisa de licença ou passaporte para o dito sr. Pede a vossa excelência, ilustríssimo excelentíssimo senhor presidente da província a conceder na forma da lei atendendo a causa que o suplicante alega – e receberá mercê – pode seguir viagem. Palácio do governo de Pernambuco nove de fevereiro de mil Oitocentos e quarenta e um – Rego.[187]

O segundo documento, oficiado em 15 de maio de 1841, diz o seguinte:

> Joao Fernandes Barros, bacharel formado em direito, e juiz de direito, e chefe de polícia desta fidelíssima cidade Januária de Araracú, por sua majestade imperial e constitucional, que Deus guarde ele. Atesto que o Sr. Lívio Lopes Castelo Branco, natural e morador do Piauí, durante o tempo que se demorou nesta cidade, por motivos de arranjo de sua casa, como me fez constar, houve-se de maneira a mais bem-comportada satisfazendo todos os deveres de cidadão pacífico, e respeitador de leis, pelo que merecia a estima dos melhores habitantes desta cidade. E por todo o referido ser verdade, e esta me ser pedida passei sobre a minha responsabilidade. Cidade de Januária quinze de maio de mil Oitocentos e quarenta e um. Joao Fernandes Barros.[188]

---

[183] CASTELO BRANCO, 2014, p. 122.
[184] CASTELO BRANCO, 2014, p. 123.
[185] Jornal pernambucano que circulou de 1840 a 1849, impresso na tipografia de Manoel Figueiroa de Faria, publicado todos os dias que não fossem feriados.
[186] CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.
[187] CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.
[188] CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.

Segue o terceiro documento, oficiado em 16 de maio de 1841:

> Atesto aonde convier, que o senhor Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, por três meses que tem estado neta cidade Januária, no corrente ano, em nada tem desmerecido a sua boa conduta e não tem ofendido ao estado público, desta mesma cidade, antes se tem evitado de concorrer para qualquer arguição contra sua pessoa, vindo aqui, como é público, tratar com alguns membros e sua numerosa família de seus negócios domésticos, e para constar lhe dei esta por me ser pedida. Cidade de Januária do Araracú dezesseis de maio de mil Oitocentos e quarenta e um. Francisco de Paula Pessoa, coronel e comandante geral da comarca.[189]

Segue o quarto documento, oficiado em 17 de maio de 1841:

> O tenente Miguel Francisco do Monte, juiz de paz desta fidelíssima cidade Januária do Araracú por nomeação legal etc. faço saber aos ilustríssimos senhor juiz de paz, e demais autoridades, a quem o conhecimento deste haja pertencer, que desta cidade segue a pressa de Pernambuco, a seu negócio Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, branco, casado, com vinte e sete anos de idade, estatura ordinária, seco de corpo, cabelos pretos, olhos castanhos, nariz afilado, barbado, não tendo falta de dentes na fronteira, o que por se achar sem culpa, me requereu a presente, rogo as autoridade supraditas, o deixem seguir livremente sua viagem. Cidade de Januária, dezessete de maio de mil Oitocentos e quarenta e um – eu Policarpo Francisco de Sousa escrivão do juiz de paz, o escrevi – Miguel Francisco do Monte.[190]

Estes três últimos documentos são referentes a permanência de Lívio Lopes na província do Ceará, cidade de Januária, que depois virara vila de Sobral. Chegou ali depois de ter pedido a solicitação ao presidente de Pernambuco, como consta no primeiro documento. Ainda revela que o desejo de Lívio Lopes era partir para o Piauí, mas que não o fez porque tinha cautela com relação a sua chegada na província e porque tinha algumas pendências a serem resolvidas em Pernambuco.[191]

Após a decisão de voltar a Pernambuco, Lívio Lopes teria recebido, em Sobral, a visita de um amigo que o persuadiu a seguir viagem pela capital, de onde ele veio. E assim foi feito, partiram no início de junho para a capital, Fortaleza. Ao chegarem à cidade, Lívio Lopes percebeu que havia caído em uma cilada. O indivíduo que se passou por seu amigo era um agente do governo, que logo ao chegarem, o prendeu.[192]

Leal Castelo Branco afirma que após Lívio Lopes ter apresentado ao presidente do Ceará todos esses documentos, do primeiro ao quarto, teria julgado o referido presidente que ele não era um criminoso. Entretanto, exigiu que ele assinasse um termo que o obrigava a permanecer

---

[189] CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.
[190] CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.
[191] CASTELO BRANCO, 2014, p. 123.
[192] CASTELO BRANCO, 2014, p. 124.

em Pernambuco por um longo período. Lívio Lopes teria recusado, o que fez com que o presidente do Ceará o recolhesse a bordo da escuna Vitória, que partiria no dia seguinte.

Segue o quinto documento, oficiado em três de junho de 1841:

> Atesto que o suplicante Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, desde de vinte e quatro de fevereiro deste ano, que aqui chegou de Pernambuco, até o presente tem apresentado ótima conduta, civil, moral, respeitando as autoridades constituídas e as leis do país, pelo que tem ganhado a estima pública. Não obstante, porém, e sem se achar criminoso, foi preso por ordem do excelentíssimo presidente da província, e conduzido para bordo da escuna Vitória, quando já se retirava para Pernambuco, a pretexto de ser perigosa sua estada na província. O referido é verdade e afirmo em fé do meu cargo. Ceará três de junho de mil oitocentos e quarenta e um – João Paulo de Miranda.[193]

Por fim, o último documento e o mais importante. Tratava-se de um instrumento de ressalva, que fora passado pelo juiz de direito, João Paulo de Miranda, da capital do Ceará, comarca de Fortaleza:

> O doutor João Paulo de Miranda, juiz de direito da comarca da cidade de Fortaleza do Ceará, e nela chefe da polícia por sua majestade imperial e constitucional, que deus guarde ele. Faço saber a todas as autoridades a quem esta for apresentada, que tendo por ordens do excelentíssimo senhor presidente desta província, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, assinado neste juízo, termo de se retirar para a província de Pernambuco, onde deve residir, por julgar sua excelência perigosa o estado do dito Lívio, nesta província, e tranquilidade pública por haver sido um dos envolvidos na revolução do Maranhão, e Piauí, para desta arte poder gozar da anistia concedida pelo decreto de vinte e dois de agosto do ano passado, por isso cumpre-me declarar que o mencionado Lívio nenhum crime tem nesta província, e segue para a de Pernambuco, solto, e livre, e como tal o deixem transitar naquela província. E para que conste aonde convier lhe mandei passar a presente ressalva na qual assino com meu inteiro, e selada com o selo deste juízo que é velho, nesta cidade de Fortaleza do Ceará aos quatro de junho do ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil Oitocentos e quarenta e um ano, vigésimo da independência do Império, eu Manoel Lopes de Souza, escrivão que o escrevi, Joao Paulo de Miranda.[194]

Como vimos no documento, Lívio Lopes tinha autorização para ficar em Pernambuco. Acreditamos que ele chegou em Pernambuco por volta de junho de 1841, tendo dito em um jornal que se fixara nesse período por essa região. Ao chegar em Pernambuco, logo tratou de se reunir com seus parceiros de causas, que provavelmente já mantinha contanto no período em que esteve no Rio Grande e na Paraíba.

Após a maioridade e já anistiado, Lívio teve carta branca para transitar pelas províncias do Norte, nas regiões do atual Nordeste. Foi durante os anos de 1840 e 1841 que Lívio conheceu diversos sujeitos envolvidos, seja por afinidades políticas, seja por laços de consanguinidade,

---

[193]CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.
[194]CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.

com diversos políticos que disputavam o poder central. Lívio mergulhara, assumidamente, nesse período, na literatura da ciência política, pesquisava sobre o modelo republicano e se aprofundava cada vez mais nas concepções do liberalismo exaltado.

O ambiente político, na Corte, ficava cada vez mais tensionado. Após uma breve passagem dos liberais golpistas da maioridade, que interromperam o programa do regresso, iniciado com a saída de Feijó da Regência, em 1841, o gabinete maiorista era substituído pelo gabinete palaciano. Essa substituição foi responsável pela efetivação do programa regressista que retornou com o Conselho de Estado e a Reforma do Código de Processo. Essa manobra também resultou na dissolução da câmara de 1842.

Os liberais não ficaram inertes. O padre e senador Alencar, ainda em 1841, percebendo a real possibilidade do desfecho que ocorrera em 1842, fundou a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis. “A Sociedade ramificou-se pelas províncias, através de Conselhos Patriarcais nas capitais e de Círculos Patriarcais nas localidades”.[195] O objetivo da Sociedade era “mobilizar as Câmaras Municipais em manifestações e protestos contra as reformas”.[196]

A Historiografia consagrou esses movimentos como Revoltas Liberais de 1842, dando exclusividade para as províncias de São Paulo e Minas Gerais. “Embora concebida como uma organização de âmbito nacional, apenas em São Paulo e Minas consegue a Sociedade uma sensível penetração”.[197] Essa visão talvez não tenha prestigiado o êxito das reações e desdobramentos que as ramificações ao norte dos Patriarcas Invisíveis obtiveram. O Ajuntamento do Exu, ocorrido em Pernambuco, aparece como resposta liberal ao desfecho que tomava a política imperial no início da década de 1840.

Diante de uma conjuntura política tensionada pelas reverberações das Eleições do Cacete[198] e a saída repentina do grupo liberal do poder central, em detrimento dos regressistas, a tendência era o rompimento de uma revolta, sobretudo pelo histórico revolucionário que os líderes liberais do período possuíam, entre eles os padres Diogo Feijó e José de Alencar. Aproximadamente um ano após a criação da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis ocorre no norte do império um levante que ficou conhecido como Ajuntamento do Exu.

Em junho de 1842, acontecia o Ajuntamento do Exu, tratou-se de um levante que durou, no que diz respeito a luta armada, um dia, e ocorreu no Exu, na província de Pernambuco, cidade próxima à fronteira com o Ceará. Embora a luta campal tenha durado apenas um dia, o

[195] CARDOSO et al., 2015, p. 83.
[196] CARDOSO et al, 2015, p. 83.
[197] CARDOSO et al., 2015, p. 83.
[198] Ocorreu em 1840 e ficou conhecida dessa forma pelas irregularidades, tramoias, polêmicas e lutas entre liberais e conservadores.

levante em si, segundo o que nos revelam as fontes, foi orquestrado bem antes do mês de junho, e tratou-se de uma emanação das revoltas liberais ocorridas em São Paulo e Minas Gerais, o que faz desse levante, embora mais comedido e pouco conhecido, também uma tentativa frustrada de revolta generalizada por parte dos liberais no ano de 1842.

No dia 22 de fevereiro de 1843, ocorreu uma sessão na Corte em que houve algumas pautas sobre a situação imperial. Uma dessas pautas era sobre nomeações de oficiais, quando pediu a palavra o Sr. Bastos de Oliveira, autoridade da província do Ceará. Sua longa fala resumiu-se em questionamentos sobre a condição de um amigo seu que foi lesado no processo de nomeação de oficiais e ao testemunho solicitado por um amigo deputado por Pernambuco.[199]

Bastos de Oliveira falava que apenas ao aparecer os primeiros movimentos no Exu, ele na condição de juiz de direito e outras autoridades, também do Crato, informaram ao presidente que tomasse medidas para o que acontecia. Ele dizia que o presidente com a energia que lhe era própria, marchou logo em busca dos revoltosos. Porém, ao chegar à vila de S. Bernardo, ele mesmo informou ao presidente que o espírito de rebeldia já tinha sido sufocado, com a dissolução do Ajuntamento do Exu.[200]

Ele continuou dizendo que o presidente da província do Ceará tinha oficiado a ele, para que agradecesse em seu nome, a todas as autoridades da comarca do Crato envolvidas na pacificação do Exu e, ao mesmo tempo, pedia que lhe enviasse uma relação dos indivíduos que prestaram serviço, para levar tudo ao conhecimento do governo imperial.[201] E assim foi feita essa relação, sendo que um dos nomes que nela constavam, era o de Raymundo Remígio de Mello, comandante do destacamento do Crato.

Quando pensou o juiz de direito que esse comandante iria ser remunerado, ou ao menos ter um posto de acesso pelos serviços prestados, ele acabou passando para a terceira classe na organização do quadro do exército. Insatisfeito pelo ocorrido ao seu amigo, narrou que o alferes Raymundo Remígio havia tomado medidas muito enérgicas, que tão logo soube do ajuntamento, marchou com cento e tantas praças contra os facciosos na Fazenda Quixaba, evitando que o ajuntamento tomasse maior vulto. Dizia que, somente por essa sua ação, deveria ser recompensado, no entanto, ocorreu o contrário.[202]

Depois de ter apresentado sua opinião a respeito do alferes Remígio, o juiz de direito do Crato passou a relatar acerca das ações do seu amigo deputado por Pernambuco, pois havia

[199] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.
[200] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.
[201] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.
[202] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.

caído sobre ele, Barão da Boa Vista,[203] a ideia de que nada fizera para sufocar o levante. Continuando seu depoimento, afirmou que em dias do mês de junho de 1842 apareceu no Exu José Lourenço de Castro e Silva,[204] trazendo em sua companhia o célebre desordeiro Lívio Lopes Castelo Branco e outros.[205] Disse que haviam espalhado terror nos habitantes daquele lugar, pois traziam com eles um plano revolucionário, principalmente por ter saído José Lourenço da Corte, que era foco da facção anarquizadora e da província de São Paulo, que já estava rebelada.

Bastos de Oliveira, em diversos relatos dados na Corte, deixava claro que suas suposições de que a chegada de José Lourenço, Lívio Lopes e outros, na província do Pernambuco, era certeza de um plano de revolução. Durante sua fala, ele colocava que Lívio Lopes e os demais faziam parte de uma facção denominada anarquizadora, muito provavelmente, esse nome foi dado pelos conservadores/ministerialista ao grupo de senadores, deputados e administradores liberais que se sentiram vergastados com a queda do gabinete liberal ainda em 1841, depois de terem conseguido fazer acontecer o golpe da maioridade.

Ele afirmou que o foco dessa suposta facção era a Corte, e que de lá emanava para as demais regiões do Império o espírito da revolta. As suposições do juiz de direito não estavam de um todo erradas, de fato, a Corte era o primeiro local de confrontos de opiniões e de diferentes projetos, tratava-se do epicentro dos impasses ideológicos dos grupos regressistas, progressistas e moderados da nação. E de lá os comandos mais importantes saíam, com a objetividade que lhes era peculiar, com as informações sobre os planos que deveriam ser colocados em prática, através dos agentes políticos secundários, responsáveis pela chegada das informações nas diversas províncias, como o caso de José Lourenço, descrito pelo juiz.

Fora, portanto, dessa maneira, que José Lourenço trouxera da Corte, provavelmente a mando do senador Alencar e de seu amigo próximo, e também companheiro de batina, o padre e senador Diogo Feijó, ex-regente, que atuara ativamente com as demais lideranças liberais para barrar o avanço conservador, que julgavam autoritário, todas as informações. Saíra então da Corte, com o propósito de levar o plano sedicioso as províncias de Pernambuco e Ceará, e

---

[203] Nasceu em Cabo de Santo Agostinho em 4 de fevereiro de 1802, filho de Francisco do Rego Barros, coronel de milícias, e de Mariana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Casou-se em 10 de fevereiro de 1833, na capela do Engenho Trapiche, com sua sobrinha Maria Ana (ou Mariana) Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque. Atuou como militar e político. Faleceu em Recife no dia 4 de outubro de 1870.

[204] Atuou como médico e político. Nasceu em Aracati, Ceará, no dia 3 de agosto de 1808. Foi o primeiro médico deputado estadual do Ceará. Foi maçom, pertencente à Loja Fraternidade Cearense e participante do Ajuntamento do Exu. Filho de Manoel Lourenço da Silva e D. Maria do Carmo Sabina. Casou-se com D. Maria Amália de Brito e Castro. Faleceu em Fortaleza no dia 13 de agosto de 1874.

[205] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.

dessas, para as demais, afim de juntarem-se às duas outras já rebeladas, São Paulo e Minas Gerais, e assim ocasionar uma revolução generalizada em praticamente todas as regiões do Império, uma vez que ao Sul ainda ocorria a Farroupilha.

Segundo, ainda, o testemunho de Bastos de Oliveira, ele mesmo temera pela tranquilidade pública do país, pois não podia supor que a oposição fosse tão desvairada, tão louca, que tramasse uma revolução. Dizia que temeu muito, ainda mais vendo José Lourenço acompanhado por Lívio Lopes no Exu. Afirmou que essas suas conjecturas tomaram maior força quando viu que os primeiros passos de José Lourenço foi fazer convite a várias pessoas de sua comarca, pessoas reconhecidas como partidárias do senador Alencar, as quais se reuniram no Exu. Pensou que ali se criara alguma filial dos Patriarcas Invisíveis.[206]

Contudo, afirmou o Sr. Bastos de Oliveira não saber bem o que ali se tratou, mas que os partidários do senador Alencar estiveram reunidos por um tempo no Exu, depois voltaram para suas casas no Crato, tendo José Lourenço se retirado para o Pau Ferrado, cerca de 14 léguas do Exu. Segundo ele, as autoridades do Crato não ficaram inertes, deram parte de tudo ao presidente da província, oficiaram ao presidente do Piauí e ao comandante superior da guarda nacional do Crato.[207]

O que fica claro para nós, a partir das afirmações de Bastos de Oliveira e de um conjunto de ofícios de autoridades cearenses e pernambucanas, é que ao chegar da Corte, José Lourenço se reuniu no Exu com seu irmão Thomaz Lourenço, Lívio Lopes, Xilderico Cícero de Alencar Araripe, Sucupirinha – filho do padre Sucupira –, D. Florência, Bernardo Antônio da Silveira e tantos outros influentes de Pernambuco e Ceará para organizar o plano de uma revolta generalizada.

Em um dos ofícios enviados por Raimundo Remígio ao presidente do Ceará, datado de 18 de junho de 1842, descrevia ao administrador suas ações e algumas informações que conseguiu sobre o que estava para ocorrer na sua província. Segundo Remígio, estavam reunidos no Crato Jose Lourenço, Lívio Lopes e Xilderico, estes esperando por Thomaz Lourenço que saíra da capital, Fortaleza, por medo de perseguição. Disse ainda que logo tratou de averiguar o que esses sujeitos estavam organizando. No entanto, o elemento de maior importância desse ofício é a notícia que a seguir colocaremos, por se tratar de uma informação reveladora do tamanho do plano que os revoltosos queriam realizar:

> Por aqui correm imensas notícias aterradoras do Pará, Maranhão, São Paulo etc.., porém, sei com certeza que foi encontrado na província do Piauí, de marcha para Caxias, o ex-presidente da comissão dos rebeldes do Maranhão

[206] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.
[207] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 826-829.

> de 1839, José Joaquim da Silveira, dando a perceber, a pessoa com quem falou, que ia de emissário e dizia então que as desordens do Ceará já haviam está bem afiguradas, em virtude disso, V. Ex. deliberará o que bem entender.[208]

O fragmento extraído do ofício enviado ao presidente do Ceará revela uma questão muito importante. O que se pode entender disso é que a figuração de ex-participantes da Balaiada na revolta que ocorreria no Exu era grande. Ao que parece, Joaquim da Silveira saíra de Pernambuco, onde já havia se reunido com os demais rebeldes, inclusive seu amigo próximo, Lívio Lopes, também balaio, com a missão de levar o plano da revolta generalizada ao Piauí e Maranhão. O alferes Remígio afirma que o ex-balaio parara no Piauí, provavelmente, para transmitir as informações aos aliados de Lívio Lopes na província, e, de lá, seguiu ao Maranhão para contatar os demais possíveis parceiros.

Em ofício enviado pelo major e comandante interino do batalhão da Guarda Nacional do Ceará, José Francisco Carneiro Monteiro, no dia 20 de junho de 1842 ao presidente da província, José Joaquim Coelho,[209] são relatadas suas suposições acerca do que ouvira que estava acontecendo no Crato. É oficiado ao presidente que Xilderico Cícero de Alencar Araripe fora na companhia de Antônio Raimundo Brígido dos Santos até a Fazenda das Flores, do ex-comandante superior Francisco Xavier de Sousa, numa tentativa de ali se aliciar para a revolta o ex-coronel Manuel Barros Cavalcante, e que o centro do rompimento deveria ser o Crato.[210]

Observando os movimentos de diversas figuras liberais influentes na província e a circulação de constantes boatos, influenciados pelos movimentos que acontecera nas províncias de Minas e São Paulo, os comandantes das guardas nacionais, chefes de polícia e o próprio presidente da província do Ceará já se organizavam para descobrir o que se passara tanto no Crato quanto no Exu, inclusive noticiando ao presidente de província de Pernambuco, a estranha movimentação. Fora nesse período que, ao receberem notícias de pessoas do Piauí, que avistaram o ex-balaio Bernardo da Silveira transitando entre o Piauí e o Maranhão que os administradores, em especial o chefe de polícia Miguel Vieira, tratou logo de fazer uma investigação mais enérgica.

Em relatório oficial enviado ao ministro do Império Paulino José Soares de Sousa, em 14 de julho de 1842, o presidente do Ceará relatou como foi descoberto o plano de seu assassinato:

---

[208] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 173, p. 2, 9 ago. 1842.
[209] Foi um político e militar luso-brasileiro. Nasceu no dia 25 de setembro de 1797 e morreu no dia 19 de junho de 1860. Filho de Joaquim José Coelho e Teresa Maria de Jesus. Casou-se com Maria Bernardina de Gusmão.
[210] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 173, p. 1, 9 ago. 1842.

> Por aí foi que se soube, que na noite de 21 do mês passado, estive a ponto de ser vítima, por quanto, saindo eu do palácio, foi José Castro Barbosa a casa do assassino Silveira dar-lhe parte dessa ocorrência, e vindo este postar-se com os outros dois soldados defronte da casa do coronel José Antônio Machado, onde me tinha visto entrar, ordenou-lhe que sobre mim atirassem, logo que, pela claridade do luar que fazia, distinguiu-me na varanda; o que eles não fizeram, ou por esmorecimento ou mais provavelmente por não haverem ainda recebido o salário do crime, tanto assim que deferiram a execução do atentado para a noite seguinte, em que vieram denunciar-se pelo temor que tiveram de serem descobertos.[211]

Embora os documentos não nos deem uma data precisa, acreditamos que por volta do dia 22 de junho de 1842 fora capturado, em Fortaleza, por denúncia dos soldados, o ex-balaio e, agora suspeito de conspiração, Bernardo Antônio da Silveira, que fora a interrogatório em Fortaleza, no dia 23 de junho de 1842. Em depoimento dado ao chefe de polícia da província do Ceará, Miguel Fernando Vieira, Bernardo Antônio da Silveira respondeu diversas perguntas feitas pelo chefe de polícia, que buscava esclarecer como fora arquitetado o plano de rompimento da revolta, e quem participara de tal manejo.

Logo de início, fora perguntado ao interrogado qual o seu verdadeiro nome, naturalidade, residência e tempo que ali residia. Respondeu que se chamava Bernardo Antônio da Silveira, natural da cidade de Caxias, da província do Maranhão, morador na cidade há dois meses. Perguntou-lhe, ainda, quais os seus meios de vida. Respondeu que vivia de uma venda. Perguntou-lhe por que motivo se mudou de Caxias. Respondeu que tendo ele, interrogado, tomado parte na revolução de Caxias, Maranhão, assinara um termo de residir em Pernambuco, e desta província saíra para o Ceará, por ser o dito termo de residência temporário.[212]

Em continuação, perguntou o chefe de polícia quem eram os dois homens que o interrogado mandou para casa do Guedes de Arronches com um bilhete pedindo para presta-lhes todo o socorro e que depois lhes procuraria. Respondeu que eram dois soldados de primeira linha, um de nome José Mariano e outro José Severino Bezerra. Perguntou-lhe mais o dito chefe de polícia, para que fim ele mandava prestar tais socorros a estes dois soldados e que depois iria juntar-se a eles. Respondeu que era para assassinarem o presidente da província, e depois disto irem esperar por ele, interrogado, em casa do Guedes.[213]

Ao ser questionado quando ele havia falado com os soldados acima referidos para semelhante fim, respondeu que há três ou quatro dias mais ou menos. Disse também que fora porque lhe havia falado para tal fim o alferes Thomaz Lourenço da Silva Castro, quando

---

[211] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 181, p. 1, 19 ago. 1842.
[212] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 153, p. 1, 15 jul. 1842.
[213] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 153, p. 1, 15 jul. 1842.

questionado se alguém o persuadira para o assassinato do presidente da província. Perguntou-lhe o chefe de polícia em que tempo lhe falara o dito Thomaz Lourenço para fazer semelhante assassinato, e ele respondeu que faziam de vinte a vinte e cinco dias. Perguntou-lhe mais, se havia ele Thomaz Lourenço lhe prometido alguma paga, respondendo que ele, Thomaz, nada lhe ofereceu, e sim a viúva do finado Major João Facundo de Castro Meneses[214], D. Florência de Andrade, que lhe prometeu um conto de réis, livres de todas as despesas, para ele matar o presidente.[215]

Em resumo, após essas perguntas iniciais, o chefe de polícia o questionou sobre diversos outros pontos, e ele, em resposta, afirmou que a negociação do plano fora feita em sua própria casa por Thomaz Lourenço, e que, ao visitar a casa de D. Florência, tocando no assunto com esta, ela lhe prometeu um pagamento caso realizasse o assassinato, uma vez que desejara a vingança pela morte de seu marido Facundo. Disse, ainda, que na noite da tentativa do assassinato, os soldados que ele contratara deixaram seus uniformes em sua casa e vestiram-se com as roupas dele mesmo. Além de tudo, falou que quando saiu uma tropa para o Curu, tentou-se na capital uma reunião para irem ao palácio assassinar o presidente, a título de se vingarem da morte de Facundo, e que as pessoas que conversaram com ele a esse respeito foram o capitão-mor Joaquim José Barbosa, João Franklim de Lima e Antônio Berlamino Bezerra de Menezes.[216]

Questionado do por que não se efetuara nessa ocasião o rompimento na capital, ele respondeu que por frouxidão, e por estarem esperando notícias de São Paulo, e que ouvira dizer que no Crato estavam José Lourenço, Lívio Lopes e o doutor João Paulo de Miranda, concertados em tal plano de rompimento na província. Disse ainda que conversando com o dito capitão-mor Barbosa, João Franklim de Lima e Antônio Berlamino, estes lhe haviam asseverado que havia um plano de rompimento generalizado na província, porquanto em Serra Azul estavam os Queirozes, em armas, e na Granja também, em Sobral, o padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa já havia ido tratar disso na casa de José Castro, e que achava bom que o Barrozo, do Curu, fosse tomar o armamento que havia embarcado na barra do Acaracú.[217]

Já ao final do interrogatório dizia que Thomaz Loureço já estava há algum tempo no Ceará, organizando tal plano e que ao sair de Fortaleza fora encontrar-se no Crato com os

---

[214] Foi um político e militar brasileiro. Nasceu no dia 12 de julho de 1787. Filho de José de Castro e Silva e Joana Maria Bezerra. Casou-se com D. Florência de Andrade Bezerra com quem teve vários filhos. Foi assassinado no dia 8 de dezembro de 1841, por causas políticas.
[215] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 153, p. 1, 15 jul. 1842.
[216] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 153, p. 1, 15 jul. 1842.
[217] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 153, p. 1, 15 jul. 1842.

demais, e que o plano de assassinato não tinha uma data fixa, e sim quando a ocasião permitisse, assim estourando um rompimento geral, tanto no Ceará quanto em Pernambuco com a finalidade de convulsionar todo o Norte do império. E, dessa maneira, fora pensado e realizado a tentativa de rompimento de uma revolta no Norte, que fora sufocada rapidamente devido à má articulação e o vazamento de informações cruciais.

Ainda a partir das informações contidas no relatório enviado ao ministro do Império pelo presidente Joaquim Coelho, fora devido ao depoimento do Bernardo da Silveira e do padre Verdeixa que conseguiram esclarecer quais eram os objetivos dos rebeldes e, de fato, quem eram todos os envolvidos na conspiração.

> Illm.º e Exm.º Sr. – Os indivíduos que tramavam um rompimento na província, de envolta com minha morte, e que, segundo disse a V. Ex. em meu oficio n. 81 de 25 do mês passado, iam ser processados, e foram efetivamente, e se acham pronunciados, uns por tentativa de morte, outros por cumplicidade nesta tentativa, e outros, finalmente, por tentativa de sedição, além dos que já estavam em custódia, e eram: o capitão-mor Joaquim José Barbosa, João Franklin de Lima, Antônio Berlamino Bezerra de Menezes, José de Castro Barbosa, e o assassino Bernardo Antônio da Silveira, foram também recolhidos a prisão os dois soldados por este aliciado para fazerem o assassinato, Antônio Tavares da Luz e o padre anarquista Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, que foi capturado no lugar denominado – Curral Grande – pelo valente tenente-coronel das guardas nacionais da povoação de Santa Cruz, João Ferreira Gomes de Miranda [...]. [...] A viúva, porém, de João Facundo de Castro e Menezes não só deixara de ir para bordo, mas apenas ficará, como até aqui, presa em sua casa, resolução essa que o chefe de polícia tomou [...].[218]

Em resposta ao ofício de 20 de junho de 1842, o presidente da província do Ceará agradece ao comandante da Guarda Nacional por ter enviado um soldado com todas as informações, e dizia acreditar que os inimigos da ordem desanimaram logo que souberam que seus planos foram descobertos na cidade, e que alguns de seus principais diretores e chefes se achavam presos sob graves acusações de assassinato e conspiração. Contudo, o presidente Coelho ordenou que o comandante superior da guarda nacional do Icó, Crato e Inhamuns, marchasse para o Crato se ali se alterasse a tranquilidade pública, a fim de evitar que os desordeiros alcançassem seus fins.[219]

Ainda analisando o depoimento de Bastos de Oliveira, na Corte, onde afirmava que não foi sem fundamento que ele, Raimundo Remígio e algumas autoridades, percebendo que aconteceria a revolta acima exposta, tomaram todas as precauções. Ele dizia que poucos dias depois reapareceu no Exu José Lourenço, não desarmado, como antes, mas trazendo em sua

[218] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 181, p. 1, 19 ago. 1842.
[219] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 173, p. 2, 9 ago. 1842.

companhia 60 a 80 homens armados, carga de granadeiros, uma tipografia para concitar o povo à revolta e etc.

> Reapareceu no Exu José Lourenço, e por insinuação minha põe-se a frente dessa força que já mencionei o alferes Raymundo Remígio, vai até a Fazenda Quixaba, onde reside uma parenta do senador Alencar, mãe do subdelegado de polícia do Exu, José Severo Granja, que dava apoio e toda proteção a seus parentes e José Lourenço. Se não fossem as energias que apresentou Remígio e outros cidadãos reunindo mais de 800 homens em poucos dias e a ajuda do nobre colega pela Paraíba, que mandou para Crato uma porção de armamento, com certeza teríamos visto reproduzida no Exu e no Crato as melancólicas cenas de São Paulo e Minas.[220]

Logo que descobriram que diversos sujeitos de oposição ao ministério imperial e ao governo cearense estavam em reuniões no Exu e Crato, ainda no início do mês de junho, o presidente Joaquim Coelho tratou de enviar ofícios aos presidentes do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí. O objetivo era que estes atentassem para as possíveis tentativas de rompimento generalizado de alguma revolta, pois se reuniram em Pernambuco diversas pessoas influentes e que mantinham relações próximas com diversos políticos importantes do Império de quase todas as regiões do Norte.

Como bem apresentou Bastos de Oliveira em sua fala na Corte, se não fosse pela ajuda do presidente da Paraíba que enviara armamento ao Crato, talvez o desfecho da tentativa de um levante no Exu fosse diferente. Assim como o presidente Joaquim Coelho enviara ofícios e relatórios ao ministro da justiça do Império, os demais presidentes também o fizeram. No dia 13 de julho em um ofício enviado ao ministro da justiça, o presidente da província da Paraíba do Norte, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, dentre outras informações, relatava:

> [...] De Pedra de Fogo, povoação a 8 léguas desta capital, se me diz (cópias sob n. 2) que naquelas mediações, do lado de Pernambuco, se acham presentemente vários dos assassinos e pessoas suspeitas, e que se faz cartuxame e se reúne armamento, indicando tudo que se prepara um rompimento. Já dei aviso ao presidente de Pernambuco, e elevei o destacamento de polícia ali estacionado a 35 praças. Não é dali que eu receio, nem de outro qualquer lugar que esteja perto da ação do governo. Cabe-me, por último, anunciar a V. Ex. que esta província goza do mais completo sossego. São as províncias vizinhas que se agitam e me dão cuidado [...].[221]

No ofício de que fora retirado o fragmento acima transcrito, o presidente da Paraíba fala que recebeu um ofício do presidente do Rio Grande do Norte informando de que saíra da capital após passar ali oito dias o cirurgião José Lourenço de Castro e Silva e marchara para o Exu,

---

[220] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 827.
[221] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 181, p. 1, 19 ago. 1842.

limite do Ceará com Pernambuco, para ali realizar uma revolta. Dizia ainda que mandara uma autoridade de toda sua confiança para que visse de perto esses movimentos para lhe dar notícias.

A circulação dos irmãos Lourenço e do próprio Lívio Lopes na Paraíba não era algo novo, principalmente em Pedra de Fogo, vila fronteiriça com Pernambuco. A citada província fazia parte da rota de comunicação e das redes familiares que se articulavam por todo o Norte. A exemplo, podemos citar as famílias Castro e Silva e Meneses, do Ceará, que se uniram por elos matrimoniais aos Silva da Paraíba. Isso explica porque tanto José Lourenço de Castro e Silva como seu irmão Thomaz Lourenço de Castro e Silva transitavam com frequência pela Paraíba e o Rio Grande.

A família materna dos irmãos possuía influência no Ceará. D. Maria do Carmo Sabina era irmã do ex-presidente do Ceará, o finado Facundo Menezes, ambos irmãos do senador Manuel do Nascimento Castro e Silva, que já fora deputado e presidente do Rio Grande do Norte. Já por parte paterna, os irmãos pertenciam à família Silva, da Paraíba, seu pai chamava-se Manoel Lourenço da Silva e era filho de Thomaz Lourenço, daí o nome dado em homenagem ao avô, que fora chefe das antigas milícias. Ao analisar, mesmo que de forma superficial, as famílias, entendemos como essas redes familiares se sustentavam, principalmente em momentos críticos, quando muitos precisavam de auxílio em fugas.

Assim como na província da Paraíba tivera, mesmo que em escala pequena, algum movimento de articulação, no Rio Grande do Norte ocorrera também. Como o presidente da Paraíba enviara um ofício ao ministro da justiça, o presidente do Rio Grande do Norte, Manuel de Assis Mascarenhas,[222] enviara seu comunicado ao ministro Paulino José:

> Illm.º Exm.º Sr. Em oficío de ontem comuniquei a V. Ex. que esta província permanece tranquila, mas não devo ocultar a V. Ex. que tenho bem fundadas suspeitas que alguns desordeiros daqui, unidos aos da Paraíba e Ceará, tentam perturbar a ordem pública, havendo enviado para um dos pontos desta mesma província armamento, pólvora e balas. Para prevenir a execução de tão criminosos projetos, fiz marchar para o distrito de Tamatanduba, do município da Flor, onde suspeito que os desordeiros se têm reunido, uma força de 40 praças sob o comando de um oficial valente e de minha inteira confiança [...].[223]

O Sr. Bastos de Oliveira em seu depoimento na Corte dizia que quando iam em direção ao Exu, José Lourenço e seu irmão, Thomaz Lourenço de Castro e Silva,[224] deixaram na capital

---

[222] Foi um diplomata, magistrado e político brasileiro. Nasceu no dia 28 de agosto de 1806 e morreu no dia 30 de janeiro de 1867. Filho de Francisco de Assis Mascarenhas.

[223] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 181, p. 1, 19 ago. 1842.

[224] Atuou como militar e político brasileiro. Nasceu em 30 de abril de 1806. Filho de Manoel Lourenço da Silva e D. Maria do Carmo Sabina, casou-se a 26 de abril de 1835 com sua prima D. Rufina Cândida

do Ceará o plano da revolta, para depois de terem assassinado o presidente, haver o rompimento que a câmara já sabia, pois saiu ele da capital para o Exu, e procurou a província do Rio Grande do Norte para chegar ao lugar que eles haviam combinado.[225] Ele acreditava que depois de desenganados por não conseguirem seus fins no Exu, sairia Lívio Lopes e outros pela Paraíba em direção ao Rio Grande do Norte.

> Permita-me fazer um reparo com relação a posição do presidente da província do Rio Grande do Norte em 1840, no tempo da maioridade, e o que apresentou em 1842. Pois bem, no tempo da maioridade, o nobre deputado ofereceu ajuda para debelar os supostos rebeldes da minha província e, mandou prender qualquer que passasse pela província, os que fizeram algum barulho em consequência da impolítica e acintosa nomeação do senador Alencar para presidente do Ceará. Ora, em 1840 o nobre presidente por uma questão que nada tinha de política geral, portou-se como acabo de dizer. No entanto, em 1842, quando se tratou de uma rebelião que parecia abranger todo o império, o mesmo nobre presidente não se mostrou tão enérgico, e deixa que a província se torne o núcleo de todas as pessoas comprometidas nesta revolução.[226]

Segundo o juiz de direito do Crato, se tivera alguém que deveria estar sob suspeita era o presidente Mascarenhas, pois era próximo do senador Alencar, inclusive o ajudando quando fora nomeado por carta imperial a presidente do Ceará no período da maioridade, golpe que fora orquestrado pelos liberais, em possíveis revoltas de oposição. Embora o presidente Manuel de Assis Mascarenhas fosse tido como político de viés conservador, era constantemente associado aos liberais, inclusive, em seu perfil encontrado no site do IHGB é apresentado como conservador que por diversas vezes aprovara os liberais, tornando-se tempo depois, conselheiro-chefe do Partido Liberal.

Além disso, Bastos de Oliveira acrescentou outra circunstância. Afirmou que quando apareceu José Lourenço no Exu perguntavam-se: o que vem fazer este homem em lugares tão remotos? Respondiam que ele trazia cartas de recomendação do presidente do Rio Grande do Norte para o Visconde da Parnaíba. Ele julgava que isso não era possível, pois trazia consigo Lívio Lopes Castelo Branco, pessoa que assassinara um sobrinho e genro do visconde e irmão de um colega, deputado pelo Ceará.

> Mas a vista do que dizia o nobre presidente, que pregava na câmara ser de todos os governos, julgo que o nobre presidente propendeu mais para as ideias dominantes em julho, do que nas atuais. Acredito que seja talvez consequência do entusiasmo que muita gente se possuiu devido a maioridade.[227]

---

de Castro Barbosa. Junto com seu irmão participou do Ajuntamento do Exú. Faleceu em Fortaleza no dia 9 de novembro de 1888.

[225] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 828.

[226] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 828.

[227] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843. p. 829.

Concluía dessa forma sua fala, dando a entender que o presidente do Rio Grande do Norte era conivente com os revoltosos e que deixava sua província aberta para que os revoltosos pudessem escapar de possíveis represálias. A afirmação do juiz de direito sobre a conduta do presidente do Rio Grande do Norte não pode ser assegurada, contudo, a análise dos documentos nos leva a crer que de fato autoridades do Rio Grande do Norte faziam vista grossa para o fluxo constante de perseguidos políticos do império e insurgentes.

Além da possível ajuda de autoridades do Rio Grande do Norte e de famílias influentes, pessoas partidárias do senador Manuel do Nascimento Castro e Silva,[228] que já fora presidente ali, há também forte apoio dos Castelo Branco tanto no Piauí quanto no Ceará. No relatório do presidente Joaquim Coelho é descrito que os soldados que foram aliciados para o assassinato, depois de cometerem tal feito iriam se refugiar junto com o Bernardo da Silveira na casa de Alexandre Pereira Castelo Branco.[229]

Outro grupo familiar muito extenso tanto no Ceará quanto em Pernambuco são os Alencar. Tanto o senador Alencar, quanto seu irmão, quando vivo, Tristão de Alencar,[230] embora indiretamente, foram muito atuantes nas tramas organizadas nas províncias do Norte. Isso é outro exemplo de como essas famílias espalhadas por várias províncias vão se ramificando, construindo extensas redes de apoio e comunicação que abarca do Rio Grande Norte ao Maranhão. Além dos Castro e Silva, Menezes, Alencar e Castelo Branco, são atuantes os Queiroz, os Barroso, e muitas outras famílias importantes das várias províncias do Norte, do Rio Grande do Norte ao Maranhão.

Um exemplo de como essas redes funcionavam pode ser entendida a partir do caso da peregrinação de Lívio Lopes. Encontramos no jornal *O Diário Novo*[231] de dezembro de 1842 uma correspondência do Sr. Francisco Barbosa Nogueira Paz, em que ele se defendia das acusações sofridas por ter ajudado Lívio Lopes. Ele dizia que estava em sua casa, quando Lívio Lopes chegou com algumas cartas e lhe entregou. As tais cartas eram de amigos próximos, cujo conteúdo dizia que Lívio Lopes "ia ver sua família, temendo as ciladas e perseguições dos seus

[228] Atuou como político, advogado, tabelião e poeta brasileiro. Nasceu no dia 25 de dezembro de 1788 e morreu no dia 23 de outubro 1846. Filho de José de Castro e Silva e Joana Maria Bezerra de Meneses. Casou-se com Margarida Joaquina de Cortona com quem teve três filhos, posteriormente, casou-se com Ana Carolina Florim com quem teve mais quatro filhos.
[229] INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 181, p. 1, 19 ago. 1842.
[230] Foi um revolucionário brasileiro, participou da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824. Nasceu no ano de 1789 e morreu no dia 30 de outubro de 1825. Filho de Bárbara de Alencar e irmão do senador José de Alencar.
[231] Jornal pernambucano que circulou de 1842 a 1848, impresso na tipografia IMP da rua da Praia. Publicado todos os dias que não fossem feriados.

inimigos e principalmente do Visconde da Parnaíba, tinha que apartar-se do seu comboio".[232] Era do que tratavam as cartas, pediam que lhe prestasse socorro como pudesse, a fim de que Lívio Lopes conseguisse chegar aos seus, são e salvo.

Prezando muito as pessoas que mandaram Lívio Lopes até ele, disse que poderia dispor do seu diminuto préstimo. Dizia, ainda, que lhe perguntou Lívio se poderia se apresentar ao capitão Simplício Pereira da Silva, respondendo que poderia, não só porque esse capitão era muito prestigiado por todos, mas porque se mostrava seu amigo. Confiado no que Francisco Barbosa lhe dissera, Lívio Lopes foi ter com o capitão Simplício. Francisco Barbosa disse que Lívio Lopes não havia tido tempo nem de se apresentar, pois o capitão Simplício estava de saída para a Vila das Flores para acompanhar as eleições para deputado, contudo, o deixara em sua casa, tendo-lhe feito os mais generosos oferecimentos.[233]

Tempo depois, chegava Simplício à casa de Francisco Barbosa, e lhe diz que havia deixado um homem em sua casa, que pelos sinais que tinha dado o seu irmão, o tenente-coronel Manoel Pereira da Silva, não podia deixar de ser Lívio Lopes, acrescentando que seu irmão havia dito que se soubesse que era ele, o prenderia. Contudo, o capitão declara que nem seu irmão, nem ninguém prenderia Lívio Lopes em sua casa. A vista dessa declaração, confessou-lhe Francisco Barbosa que era mesmo Lívio Lopes e que, em nome de sua amizade, lhe rogava que o deixasse seguir livre dos seus inimigos e das perseguições que tentavam contra ele pela caluniosa acusação de ter feito sedição no Exu.[234]

Continuando sua narrativa, diz que Simplício lhe havia dado a palavra, de que Lívio Lopes não seria preso. Ao sair da casa de Francisco Barbosa, porém, foi correndo prendê-lo, em sua própria casa, mas ao chegar, ele já não estava mais lá, pois, ao saber que seus amigos José Lourenço e outros, haviam ido para Rio Grande do Norte, Lívio Lopes se retirou imediatamente. O capitão Simplício, sabendo disso, rapidamente o seguiu e o prendeu em terras daquela província.

Ciente disto, Francisco Barbosa ficou cheio de indignação pela traição que o capitão Simplício praticou, não só com ele, mas com o próprio Lívio Lopes, pois tinha dado a sua palavra que o protegeria. Confiado na justiça e inocência de Lívio Lopes, pois, segundo ele, não teria feito sedição como também o capitão Simplício não era pessoa competente para prender quem não estava pronunciado e tampouco sido pego em flagrante. Com isso, percebeu

---

[232] CORRESPONDÊNCIAS. *O Diário Novo*. Recife, n. 105, p. 2-3, 9 dez. 1842.
[233] CORRESPONDÊNCIAS. *O Diário Novo*. Recife, n. 105, p. 3, 9 dez. 1842.
[234] CORRESPONDÊNCIAS. *O Diário Novo*. Recife, n. 105, p. 3, 9 dez. 1842.

que a causa não estava perdida, assim como entendeu que nada era mais preciso do que a sua própria presença, para que o mencionado Simplício arrepiasse carreira, e soltasse os presos.

> Neste pressuposto montei o cavalo, só, e sem arma, e chegando a oito léguas distante da Vila das Flores, na fazenda denominada Nova, encontrei o major Loureiro com 17 ou 18 soldados, armados escoltando os presos, dirigi-me a ele e disse que não parecia decente, que homens graves, e sem crimes, entrassem na vila cercados de tropa e que fossem para a cadeia, pelo que oferecia minha casa para lhes servirem de prisão. A princípio o mencionado major hesitou, mas por fim, e em virtude de mais algumas palavras minhas, acabou cedendo.[235]

Ele dizia que o major Loureiro mandou voltar a escolta, e seguiram com ele, Lívio Lopes e os outros companheiros para a Vila das Flores, onde estiveram em sua casa todo o dia 31 de agosto de 1842, e o seguinte. Continuava dizendo que no dia 2, entre as sete e oito horas da manhã, saiu publicamente com os que estavam em sua casa e, passando pela porta do delegado, que estava com o destacamento armado e comandado pelo seu filho, ficaram estes mudos e quietos, e sem fazer o menor sinal de oposição.[236]

A partir de todos esses documentos, podemos deduzir que Lívio Lopes não chegara a se reunir com os outros no Rio Grande do Norte, muito embora fosse o combinado, no entanto, não há dúvida de que, após se retirar do Piauí, devido à pressão sofrida por ser membro da Balaiada, Lívio Lopes envolveu-se no Ajuntamento do Exu e, devido a isso, assim como ocorreu no Piauí, ficou com seu nome manchado nas províncias do Norte, sempre associado a desordeiro, e só conseguira manter-se intacto e livre por ser um membro importante da família Castelo Branco do Piauí, conseguindo a partir das redes familiares nortistas apoio e proteção.

Foi a partir dessas experiências políticas que Lívio forjou seu caráter exaltado. Sempre tivera uma queda pela insubordinação, seu espirito exaltado que já se mostrava embrionário desde 1839, quando participou da Balaiada, agora estava aflorado. Marco Morel sintetiza algumas das caraterísticas dos exaltados, muitas das quais Lívio adota.

> Entre os exaltados havia proprietários rurais (não em maioria), profissionais liberais, militares, padres, funcionários públicos, médicos ... Os lugares de formação escolar não parecem também ser muito distintos dos demais liberais brasileiros da época. Identificavam-se através de jornais espalhados em diversas províncias, como a *Sentinela da Liberdade,* de Cipriano Barata, *Nova Luz Brasileira,* de EzequieI Correa dos Santos, O *República,* de Borges da Fonseca e dezenas de outros títulos. Agrupavam-se em associações mais ou menos restritas, como as Sociedades Federais, a Grande Loja Brasileira e outras. [...] Os líderes exaltados faziam apelo à participação das camadas pobres da população na vida pública e acenavam contra a opressão econômica, social e étnica. Valorizavam também o federalismo e a descentralização administrativa, englobando assim algumas oligarquias regionais. Fizeram uso

[235] CORRESPONDÊNCIAS. *O Diário Novo*. Recife, n. 105, p. 3, 9 dez. 1842.
[236] CORRESPONDÊNCIAS. *O Diário Novo*. Recife, n. 105, p. 3, 9 dez. 1842.

> de luta armada e identificavam- se por determinadas palavras de ordem veiculadas pela imprensa, como 'Fora os corcundas' (os déspotas e seus aliados). [...] Apresentaram boa dose de divergência entre seus integrantes e condenavam a escravidão em diferentes graus, variando a forma e o ritmo com que propunham sua extinção, em geral de forma gradual.[237]

A verdade é que apesar das contradições e limites desse liberalismo exaltado, Lívio se mostrou um fiel adepto, mesmo, na prática, não adotando muitas das características acima citadas. Ele conseguiu criar em torno de si essa imagem de um representante liberal, e carregou para dentro de sua província, o Piauí, toda a bagagem que adquirira quando estava participando de forma direta nas tensões políticas e sociais do fim das Regências e início do Segundo Reinado.

[237] MOREL, 2003, p. 33-34.

3 RELAÇÕES POLÍTICAS E LUTAS PELO PODER NO PIAUÍ NA PRIMEIRA METADE DO XIX

O estudo da dinâmica política no Império interpassa por diversos personagens que compõem a trama das relações políticas, desde as eleições primárias aos debates no Parlamento. Os presidentes de província, por exemplo, aparecem como elementos importantes na historiografia de feitio político. José Murilo de Carvalho,[238] Raymundo Faoro,[239] Ilmar de Matos,[240] Sérgio Buarque de Holanda,[241] Emília Viotti da Costa[242] e Miriam Dolhnikoff,[243] entre outros, preocuparam-se em discutir questões que relacionam a dinâmica política e a atuação das elites no Império. Nesse capítulo, direta ou indiretamente, são destacados os papeis dos presidentes de província enquanto delegados do governo central, bem como a relação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva com esses governantes e as disputas política pelo poder na província do Piauí na primeira metade do século XIX.

3.1 Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e os novos espaços de poder no Piauí nos anos 1840

As discussões historiográficas em torno da figura do presidente de província apresentam pelo menos duas tendências interpretativas que aparecem com mais recorrência. A primeira é aquela que coloca o presidente de província como elemento chave na configuração e manutenção do projeto político centralizador que visava assegurar a unidade territorial e ressoar um controle que irradiava da Corte em direção às províncias. Rodrigo Marzano Munari aponta que: "[...] as grandes interpretações sobre o Império consagraram este lugar que os coevos já

[238] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
[239] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
[240] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.
[241] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[242] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2010.
[243] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

haviam reservado ao presidente no jogo político imperial: o de delegado do governo, cuja maior função era gerar benefícios eleitorais para aquele governo".[244]

Munari acrescenta que:

> Os historiadores consagraram visões mui distintas sobre as características desse Estado e das elites políticas que o forjaram, mas há concordância da maioria quanto aos resultados desse processo em relação às administrações provinciais: os presidentes, que foram criados muito antes da lei interpretativa (1840), ainda no Primeiro Reinado, são vistos como *agentes da centralização*, homens de confiança do ministério no poder, a quem deviam obediência, e aos quais foram conferidos largos poderes, especialmente, pela lei de 3 de dezembro de 1841. Com tal organização, acontecia que as eleições brasileiras, mesmo ocorrendo periodicamente por todo o país, não iam além de simples chancela das escolhas efetuadas pelos gabinetes e executadas pelos presidentes nas províncias (grifo do autor).[245]

A segunda e mais recente interpreta a condição e atuação dos presidentes de província contrapondo-se a visão consagrada a modo grosso pela historiografia tradicional. Essa tendência busca apresentar novos olhares acerca dessas discussões, no entanto, não corresponde a uma ruptura radical sobretudo porque essas interpretações também possuem suas intersecções.

Dolhnikoff propõe uma nova perspectiva sobre a história política imperial. Em *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil,[246] a autora buscou romper com explicação que ela entendia como simplista. Embora não negue a importância do Poder Moderador e dos gabinetes ministeriais na organização política do Império, pontua como essencial a participação das elites políticas regionais como elemento chave de análise, inclusive na atuação dos presidentes de província.

Essa perspectiva influenciou outros pesquisadores, favorecendo interpretações de política imperial sob outros ângulos. Acontece aqui o que costumamos chamar de "pesquisas geradoras", cujos desdobramentos balizam novas análises de todo um período. Munari, na mesma direção, informa que: "[...] aqueles que se dedicaram a contemplar as funções dos presidentes de província apenas reforçaram, na maioria das vezes, a imagem do presidente como *máquina eleitoral*" (grifo do autor).[247] Munari sustenta sua interpretação a partir dessa perspectiva analítica. Na introdução da sua tese, chama a atenção para aquilo que julgava ser

---

[244] MUNARI, Rodrigo Marzano. *Deputados e delegados do poder monárquico*: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850). 2018. 344 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 12.
[245] MUNARI, 2018, p. 15.
[246] DOLHNIKOFF, 2005.
[247] MUNARI, 2018, p. 11-12.

importante: “Essa visão pode ter eclipsado, não obstante, a emergência de um olhar mais matizado e complexificado sobre as administrações provinciais”.[248]

Sérgio Eduardo Ferraz, em artigo intitulado *A dinâmica política do Império*: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889),[249] constrói uma interlocução com os estudos de Miriam Dolhnikoff. Assim como Munari, Ferraz defende uma explicação não determinista da função do presidente de província e da dinâmica política imperial, contrapondo-se à historiografia clássica.[250]

Em resumo, esses pesquisadores advogam que a dinâmica política do Império é complexa e não pode ser reduzida a explicações simplistas, como por exemplo a condição do presidente de província como um mero braço subserviente do governo central. Portanto, partimos da noção de que o presidente de província, embora imbuído de privilégios concedidos pelo poder centralizador do imperador e que na prática emanava do gabinete ministerial, sozinho não podia assegurar os interesses da Corte e do gabinete a quem “servia”.

Nas palavras de Dolhnikoff:

> [...] a intervenção do presidente no processo eleitoral não podia obedecer apenas aos interesses do governo central. As disputas entre as facções da elite provincial levavam cada uma delas a buscar a aliança com o presidente para vencer seus opositores. Se isso garantia a influência do representante do governo central, por outro lado condicionava essa influência à negociação em torno de um acordo que interessasse a ambas as partes. Portanto, não se pode falar em manipulação unilateral das eleições pelo governo central através do presidente. Este era obrigado a estabelecer com os grupos dominantes na província alianças e negociações. Naquelas em que a elite se dividia em grupos antagônicos, as alianças eram feitas segundo a lógica desse antagonismo, não guardando relação direta com a adesão ou não das facções ao partido que controlava o ministério, na medida em que seguiam a lógica da política provincial.[251]

A autora nos ajuda a pensar sobre a atuação do presidente de província como um ator histórico que, embora respaldado em sua atuação, por si só não podia agir apenas conforme sua vontade. Diante disso, o estudo da atuação administrativa e das relações de poder na política piauiense da primeira metade do Oitocentos se mostra necessária no que diz respeito aos presidentes de província e às suas relações com as elites locais.

---

[248] MUNARI, 2018, p. 12.
[249] FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KSPNTdZ3rJ7tBMKvZNdDfgs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jul. 2022.
[250] FERRAZ, 2017.
[251] DOLHNIKOFF, 2005, p. 110.

A riqueza e complexidade dessas relações pode ser vista a partir das eleições, que mobilizavam jornalistas, partidos, gabinetes ministeriais e presidentes de província. Essa situação pode ser observada na eleição de 1844, em que destacamos a atuação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva.

A família Castelo Branco na província do Piauí, à época da Independência, era uma família grande, detentora de prestígio e riqueza, como apontam os redatores de *O Liberal Piauiense*.[252] Seus membros ocupavam variados cargos na província do Piauí e mesmo figurando na administração pública, não ocupavam os espaços principais de poder, como uma presidência de província ou uma vaga na deputação geral. Entretanto, tal condição não se limitava aos Castelo Branco, estendendo-se a quase todas as grandes famílias piauienses – pelo menos àquelas que não pertenciam ao círculo de Manoel de Sousa Martins.

As tentativas dos Castelo Branco e de outras famílias de conseguir espaço na política local e regional foi muitas vezes fracassada. A dessas tentativas de ascensão política ocorreu durante a revolta da Balaiada, porém, sem êxito. Em seguida, já com Manoel de Sousa Martins fora da presidência da província, houve a disputa eleitoral de 1844, marcada por polêmicas e relações de interesses entre as elites locais. Esses foram dois momentos tensos, em que a autoridade e influência do Barão da Parnaíba foram postas à prova. A partir da Balaiada, praticamente todas as disputas por cargos políticos regionais e gerais tinham irregularidades, polêmicas, disputas acirradas e articulações como elementos presentes nos processos eleitorais, o que não ocorrera com a mesma intensidade durante os vinte anos de mando de Manoel de Sousa Martins.

O desejo de Lívio Lopes e de muitos outros liberais e conservadores era de que o monopólio político do Manoel de Sousa Martins caísse por terra. O longo período de atuação do agora Visconde da Parnaíba, na condição de presidente provincial, forjou desagrados tanto no Piauí quanto a nível nacional. Essa temática acalorou diversos debates no parlamento entre os deputados que se comportavam de diferentes maneiras. Gustavo Henrique Ramos de Vilhena identifica a Balaiada enquanto um movimento que para além de suas diversas características gerais, teve também um caráter politicamente combativo.[253] Defende que a Balaiada foi usada por parte dos desafetos do presidente Sousa Martins para minar suas forças e removê-lo da administração piauiense. Conforme Vilhena:

> [...] Essa característica política garantiu a adesão de eminentes figuras

[252] QUEM são os Souzas Martins... *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2-3, 8 out. 1846.
[253] VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade*: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852). 2016. 272 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 65-66.

> políticas que visualizaram na rebelião uma possibilidade de enxotá-lo da presidência. Sousa Martins, durante os anos do conflito, lutou não somente pela manutenção da ordem, mas pela rede de poder tecida à sua volta, porque ambas – após anos seguidos de governo do Piauí – praticamente se confundiam. Quando, em 1842, surgiram acusações contra a condução da guerra, dois fatores repercutiram contra ele: o nepotismo e o desvio de recursos públicos. Seus filhos foram beneficiados com cargos de liderança militar resguardados na capital, Oeiras, e nunca participaram de conflitos reais. Durante a campanha, Sousa Martins forneceu gado de propriedades suas para repô-las, em seguida, por animais de mais alto valor oriundos das fazendas nacionais, propriedades do governo Imperial.[254]

Vilhena afirma que grande parte das denúncias contra o Visconde da Parnaíba eram feitas por seu próprio sobrinho, Francisco de Sousa Martins,[255] deputado pelo Piauí e partidário do grupo conservador da província. Diante desse cenário complexo o Visconde foi perdendo suas forças políticas, justamente por sair muito prejudicado da Balaiada, tendo ali colecionado desafetos tanto por parte dos conservadores, quanto por parte dos liberais que viam no seu governo uma administração autoritária e monopolizante.

A permanência de Manoel de Sousa Martins como presidente era praticamente insustentável, ainda mais com o avanço do grupo conservador e a queda em 1841 do gabinete liberal e palaciano Antônio Carlos/Aureliano Coutinho que durara apenas alguns meses – 24/07/1840 – 23/03/1841. Após o golpe da maioridade, idealizado pelos liberais, houve até 1844, gabinetes ministeriais de predomínio conservador em suas composições. Vilhena afirma que:

> O fato de Sousa Martins governar por tantos anos passou a incomodar e ganhou dimensões partidárias, ao servir de mote para as críticas acirradas dos conservadores, especialmente nas reuniões da Câmara. No início de 1843, o Ministério de 20 de Janeiro, em cuja composição predominou os conservadores, possibilitou que na Câmara um *front* conservador objetivasse minar a força de determinados alvos – dentre eles, os presidentes de Pernambuco e do Piauí, reconhecidamente liberais.[256]

As acusações do sobrinho, as divergências políticas tanto na oposição quanto no próprio partido, a má reputação que conquistou durante a Balaiada, somadas ao fato da subida do gabinete conservador Honório C. Leão – 23/01/1843 - 02/02/1844 – com lideranças que queriam sua saída da presidência, constituíram a fórmula mais que suficiente para que fosse pedida a sua demissão em 1843.

---

[254] VILHENA, 2016, p. 65-66.

[255] Advogado e político brasileiro, nasceu em Jaicós (PI) no dia 5 de janeiro de 1805. Filho de Joaquim de Sousa Martins e Teresa de Jesus Maria, irmão do Manoel Clementino de Sousa Martins e sobrinho do Visconde da Parnaíba. Casou-se com Maria Vitória Pontes. Faleceu em 1857.

[256] VILHENA, 2016, p. 66.

Dessa maneira, estava aberta a porta para um novo ciclo administrativo na província do Piauí, que certamente deveria ser governada por um dirigente conservador, escolhido e nomeado por carta imperial por influência do gabinete Honório Leão. Assim, em 1º de setembro de 1843, José Ildefonso de Sousa Ramos[257] foi indicado para administrar a província do Piauí. Com a saída do Visconde da Parnaíba da administração piauiense, a província passou a ser o laboratório presidencial do Império. Sousa Ramos não foi o único presidente a chegar ao Piauí sem nenhuma experiência política a nível nacional; quase todos os presidentes posteriores a presidir o Piauí eram estreantes no cenário da política nacional, inclusive usando a influência presidencial para conseguirem uma cadeira na deputação geral.

Contudo, uma característica da política oitocentista, principalmente entre os anos de 1840 a 1850, foi a instabilidade dos ministérios, de maneira que se alternavam no poder ora gabinetes de maioria liberal, ora de maioria conservadora. E nessa conjuntura política de 1843/1844, pela primeira vez sobe ao poder um gabinete de maioria liberal,[258] após o golpe da maioridade. Com isso, Sousa Ramos acabou por ser substituído por um novo presidente poucos meses após sua chegada. O novo presidente, Tomás Joaquim Pereira Valente (25/09/1844 – 20/06/1845),[259] mais conhecido por Conde do Rio Pardo, chegou no Piauí com a tarefa de reorganizar as diretrizes políticas de vieses liberais e a futura eleição para deputação geral.

Lívio Lopes, por sua vez, após sair de Pernambuco, tendo dito que iria ao encontro dos seus familiares, acabou por se fixar no Maranhão, junto a alguns senhores daquela região, com quem mantinha relações desde os tempos da Balaiada. Ele se retirou de Pernambuco no final de 1842, chegando ao Maranhão em 1843, ali permanecendo até 1844, quando partiu para o Piauí, justamente porque as eleições para deputado geral se aproximavam. Sabendo que o Conde do Rio Pardo fora enviado pelo gabinete liberal para a província do Piauí, na condição de presidente, Lívio Lopes animou-se, pois pensou que liberais de sua feição poderiam triunfar naquelas eleições.

Com o início da administração do novo presidente na província, também era deflagrado um novo processo eleitoral em 1844. Para essas eleições, os documentos apontam pelo menos duas fortes frentes eleitorais. As principais chapas estavam ligadas ao grupo conservador e ao

---

[257] Advogado e político brasileiro, nasceu em Baependi (RJ), no dia 28 de setembro de 1812. Foi deputado geral, presidente das províncias do Piauí, Minas Gerais e Pernambuco, ministro da Justiça e senador do Império. Filho de Tomé Venâncio Ramos e de Ana Leonor de Sousa, casou-se com Henriqueta Carolina de Sousa Ramos. Faleceu no dia 23 de julho de 1883.

[258] Gabinete ministerial Almeida Torres (Macaé), cuja composição era formada pelo grupo liberal e palaciano. De 2 de fevereiro de 1844 a 2 de maio de 1846.

[259] Atuou como militar e político naturalizado brasileiro. Nasceu em Porto (Portugal), em 1790, e morreu no Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto de 1849.

grupo liberal. Meses antes das eleições, o que se discutia entre os líderes do Partido Liberal, era quem representaria o partido. A princípio, o objetivo era que, no Piauí, a chapa liberal fosse representada pelo novo presidente e um segundo nome, também liberal, que seria escolhido. Já pelo lado dos conservadores, iria ser formada a chapa por José Ildefonso de Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins, sobrinho e agora crítico do ex-presidente Visconde da Parnaíba.

Dessa forma, estavam configuradas as disputas políticas na província no ano de 1844. O ex-presidente Sousa Ramos medindo forças com o então presidente Conde do Rio Pardo, que naquela altura tinha todo o maquinário político a seu favor, tendo o cargo de presidente como assegurador das barganhas políticas tão comuns durantes os períodos eleitorais, e ainda o gabinete ministerial a seu lado e o apoio dos liberais da província. Era dada como certa sua vitória na eleição. Contudo, por uma aliança política infeliz, o presidente Rio Pardo acabou por perder o apoio de boa parte dos liberais da província, incluindo os Castelo Branco, família tradicional e numerosa da qual Lívio Lopes fazia parte.

As discussões no parlamento a respeito da eleição no Piauí, que analisaremos mais à frente, denunciavam o motivo pelo qual o Conde do Rio Pardo acabara por perder aquilo que era tido como certo: uma cadeira de deputado geral pelo Piauí. O fato de ter se aproximado, ou deixado o Visconde da Parnaíba dele se aproximar, fora o seu "calcanhar de Aquiles". Naquela altura, tal articulação política era um "suicídio eleitoral", para qualquer que fosse o candidato.

A articulação do presidente da província com um ex-presidente que há pouco tempo atrás havia sido afastado da administração, justamente por não haver base alguma a seu favor e por sua característica autoritária, fizera com que a oposição conservadora usasse dessa oportunidade para fortalecer suas relações partidárias, inclusive com diversos liberais que preferiram apoiar a oposição a deixar a província nas mãos mais uma vez do Visconde da Parnaíba.

No período em que ocorreu a eleição para deputação geral, havia no Piauí sete colégios eleitorais aptos ao funcionamento. Dentre esses colégios, somente os de Campo Maior e Piracuruca apresentaram alguma irregularidade, segundo o parecer da Comissão dos Poderes. O resultado da eleição não destoou do que se esperava. Com o fim da eleição para deputados no Piauí, resultando na vitória dos candidatos do Partido Conservador, que também foram apoiados por muitos liberais, foi feito a contagem dos votos e enviados os resultados da eleição para o parlamento, na Corte. No parecer elaborado constavam as seguintes informações:

> Foram presentes à Comissão de Poderes os diplomas dos deputados eleitos pela província do Piauí, Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos, e Dr. Francisco de Sousa Martins, bem como as atas geral e parciais dos diversos colégios da província.

> Não são acusados de vício, ou irregularidade alguma os colégios de Oeiras, Parnaguá, Parnaíba, Príncipe Imperial e Poti.
> Nota a Comissão que a única irregularidade provada na eleição da província é a duplicata de eleição primária na freguesia das Barras, pertencente ao círculo eleitoral de Campo Maior. Havendo-se feito a eleição primária no dia 17 de novembro na igreja matriz, apareceu a 19 uma força vinda de grande parte da província do Maranhão, que sitiou a vila, e pretendeu fazer nova eleição, mas retirando-se por intimidação das autoridades, foi fazer outra eleição na fazenda Alegre.
> Os eleitos feitos na matriz das Barras, no dia aprazado compareceram no colégio de Campo Maior, e discutida ali a sua legalidade, foi reconhecida a validade de sua eleição, e votaram no mesmo colégio, e a comissão, conformando-se com várias informações do presidente da província, entende que o colégio de Campo Maior está em circunstância de ser aprovado.
> Paço da câmara dos deputados, em 5 de março de 1845. – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. – U.S Pessoa de Mello. – Teófilo Benedito Ottoni.[260]

O parecer da Comissão de Poderes dava o resultado da eleição para deputados pelo Piauí tendo como eleitos José Ildefonso de Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins. Nenhuma novidade, já se esperava que o resultado da eleição não fugisse muito disso, principalmente em razão das manobras políticas mal elaboradas pelo Conde do Rio Pardo, coligando-se direta ou indiretamente com o ex-presidente Visconde da Parnaíba. Além disso, o parecer afirmava que as eleições nos colégios de Oeiras, Parnaguá, Parnaíba, Príncipe Imperial e Poti não tiveram nenhuma irregularidade, contudo, acusaram de haver problemas na eleição primária na freguesia das Barras, que pertencia ao círculo eleitoral de Campo Maior.

> Dezenove dos suplentes eleitores feitos na fazenda Alegre compareceram, e foram admitidos a votar no colégio de Piracuruca, estes dezenove eleitores são evidentemente nulos, e o presidente informa que votaram mais no sobredito colégio 12 eleitores, que não pode qualificar em razão de excederem ao total do corpo eleitoral. Segundo as regras estabelecidas em geral pela comissão, a consequência seria a anulação do colégio de Piracuruca, mas a especialidade da hipótese admite uma solução mais razoável. Porquanto, ainda supondo que os 31 eleitores referidos votassem todos em um dos deputados eleitos, descontados estes votos dos que tem eles na apuração geral, ficam sempre com maioria de votos sobre o primeiro suplente. E sendo evidente a legalidade dos votos, que obtiveram em Piracuruca com exceção dos 31 supraditos, seria manifesta injustiça anular toda a votação do colégio, com que vinha a passar para primeiro suplente um dos candidatos eleitos.[261]

Segundo o mesmo parecer, tais irregularidades encontradas no círculo eleitoral de Campo Maior haviam sido causadas por forças vindas do Maranhão. O objetivo dessas forças, lideradas por Lívio Lopes Castelo Branco, natural de Campo Maior, era organizar a seu bel sabor as eleições no círculo eleitoral de Campo Maior, onde tinha notória autonomia e

[260] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1845. p. 72-75.
[261] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1845. p. 72-75.

influência. Mesmo assim, todas as apurações da eleição primária atribuída à freguesia de Barras realizadas fora da igreja matriz foram anuladas

A Comissão de Poderes, julgou, através de tudo que já tinha sido exposto, que as eleições no Piauí foram legais, mas que teria havido, de fato, uma confusão em um dos colégios. Tal atitude encabeçado por Lívio Lopes de organizar novas eleições na freguesia das Barras, que pertencia ao círculo de Campo Maior, foi o desconforto na eleição que se fazia. Contudo, entendia a comissão que essa questão poderia ser resolvida sem haver a necessidade de anulação da eleição. Portanto, foi feita uma pequena correção e o parecer emitido e enviado à câmara.[262]

Ao chegar o parecer na câmara, no Rio de Janeiro, para ser votada a sua validação, alguns deputados, mediante as informações de que havia ocorrido duplicatas e de que tinha Lívio Lopes saído do Maranhão, com um grupo de desordeiros, para perturbar as eleições no Piauí, julgaram que o parecer da comissão deveria ser adiado para que outros documentos referentes a essa eleição fossem analisados, a fim de terem certeza de que não houvera, de fato, uma eleição fraudulenta.

Entretanto, o que estava em jogo não era somente a eleição da província do Piauí. Forças maiores atuavam em paralelo a fim de fazerem com que o diploma do Dr. Francisco de Sousa Martins não fosse aprovado, sendo este conservador, e o gabinete liberal, além do que, a vitória de Sousa Ramos era incontestável. Os liberais que se opuseram à aprovação do parecer alegavam que a anulação dos votos das Barras interferira diretamente no resultado da eleição. Dessa maneira, sairiam eleitos José Ildefonso de Sousa Ramos e o Conde do Rio Pardo, o candidato do ex-presidente Visconde da Parnaíba e do gabinete ministerial.[263]

As discussões no parlamento entre os deputados a respeito da possível interferência de Lívio Lopes na eleição de 1844, do parecer da Comissão de Poderes e da presença de Lívio em Campo Maior, parte deles sustentavam a afirmação de que a eleição no Piauí com vitória dos Srs. José Ildefonso Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins deveu-se diretamente ao fato de que Lívio Lopes e outros desafetos pessoais do Visconde da Parnaíba teriam tomado a frente na eleição, combatendo o Conde do Rio Pardo, utilizando-se de todos os mecanismos possíveis para vencer, mesmo que fosse através das irregularidades.

Outra narrativa que circulava no parlamento era a de que José Ildefonso de Sousa Ramos, quando ainda presidente da província do Piauí, deixara encaminhada a eleição no Piauí. Entretanto, quando o Conde do Rio Pardo chegou à província na condição de novo presidente,

[262] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1845. p. 73-75.
[263] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1845. p. 73-75.

anulou a primeira eleição que já havia acontecido e fizera outra, como foi encarregado pelo ministério que o enviou. Assim, diante do que foi posto pelos liberais contrários ao parecer, este foi adiado e solicitada sua impressão para que somente depois fosse votado e aprovado.[264]

Depois de muita discussão sobre o parecer, este foi aprovado, tornando deputados pela província do Piauí, José Ildefonso de Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins. Pelo que consta na fala dos deputados favoráveis à aprovação, o que pesou na aprovação do parecer, foi o fato de terem sido eleitos os candidatos da oposição ao partido vigente, e que os resultados da eleição, mesmo retirando os votos fraudulentos da freguesia das Barras e Campo Maior, não alterariam o resultado final da eleição.[265]

Após a abertura da sessão de 12 de abril de 1845, na Corte, José Ildefonso de Sousa Ramos se inscreve para pronunciar o seu discurso de posse, no qual pediu uma prestação de contas da administração do Conde do Rio Pardo. O discurso do deputado concentrou-se no ataque aos líderes bentivis do Maranhão e à glorificação pelo feito de ter conseguido, depois de muito tempo, vencer a chapa do Visconde da Parnaíba, chapa que era representada pelo Conde do Rio Pardo, também atacado por Sousa Ramos.

Na sessão de 12 de abril de 1845, o José Jansen do Paço, após uma longa fala de outro deputado pelo Maranhão, pediu a palavra para esclarecer acerca de algumas acusações feitas pelo deputado do Piauí, Sousa Ramos, que presidira a província anteriormente à gestão do Conde do Rio Pardo. A manifestação resultou do fato de Sousa Ramos ter atacado abertamente os líderes liberais do Maranhão, afirmando que os líderes do Partido Liberal haviam mandado Lívio Lopes para interferir nas eleições do Piauí.[266]

Em resposta a essas acusações, o deputado Jansen do Paço declarou que o deputado Sousa Ramos não poderia se atrever a falar das irregularidades cometidas pelo Conde, uma vez que ele mesmo cometera as mesmas ações e que ainda faltava com a verdade, ao acusar o Partido Liberal do Maranhão. Narrou que o Conde do Rio Pardo fora enviado pela administração imperial para tomar a frente da administração da província, contudo, ao passar pelo Maranhão, recebeu ali visitas de várias pessoas influentes, de ambos os partidos. Afirmou ainda que ele próprio apresentou o Conde a Lívio Lopes, que era seu amigo particular, mas que desse encontro nada ficou acordado, pois julgava que de fato o Conde fosse imparcial.[267]

---

[264] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1845. p. 576-584.
[265] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 8 mar. 1845. p. 111.
[266] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1845. p. 577-582.
[267] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1845. p. 577-582.

Continuando sua narrativa, o deputado Jansen do Paço relatou que o Conde partiu para o Piauí para assumir sua função e, ao chegar, já encontrou armadas milhares de mentiras e histórias mirabolantes, e que, por isso, o Conde se viu obrigado a sujeitar-se aos interesses do Visconde da Parnaíba. Diante do acontecido, revelou que Sousa Ramos, que tanto criticava Lívio Lopes, saiu do Piauí e foi ao seu encontro, para informá-lo sobre o que se passava no Piauí. Com as notícias levadas por Sousa Ramos, Lívio saiu rapidamente do Maranhão, sem ao menos se despedir, escrevendo apenas algumas cartas, em que informava que esse mesmo senhor havia lhe passado algumas notícias e que ele precisava ir salvar sua província do tirano Visconde da Parnaíba e que tudo faria para eleger os senhores Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins.[268]

Afirmava também Jansen do Paço que tinha as cartas com essas informações e que logo as publicaria no jornal *O Comércio*. Concluiu sua fala questionando como poderia Sousa Ramos levantar tais acusações e que o deputado falava tais inverdades somente para satisfazer seu novo partido, e, ainda, o acusou de ingrato, pois, se não fosse o apoio de Lívio Lopes, ele não teria vencido as eleições, e sim, o Conde do Rio Pardo.[269]

Parece ser verdade o que foi narrado pelo deputado Jansen do Paço, pois encontramos um artigo do próprio Lívio Lopes, publicado em *O Grito Nacional*,[270] anos depois, referindo-se a esse acontecimento. Na ocasião, fez um desabafo, pois esperava ser apoiado, nas eleições de 1852, pelo dito deputado Sousa Ramos, o que não ocorreu, como relatou no trecho abaixo:

> Há tempo que os ministros da coroa, de entre os tiranos da pátria, muito me recomendam especial e reservadamente aos presidentes dessa província; mas eu não esperava que isso se desse nesse ministério do Souza Ramos, cuja elevação deve aos meus esforços em 1844!! Ele sabe que deveu a sua candidatura nessa época, por esta província, especialmente aos meus esforços, repito-o, porque, a *ingratidão é um vício contra a natureza*; e se o duvidar, aí farei publicar as cartas que me dirigiu a esse tempo, e os seus amigos Drs. Bahia, Borges, e Sales, que não podem duvidar juntamente do que o S. Ex. conferenciou comigo no Maranhão quando então se me fez acreditar que era democrata, e sinceramente pertencia ao Partido Liberal: mas os egoístas, e monarquistas oligarcas são todos da mesma estofa; ele não devia ser exceção, tendo sobretudo por companheiro o Ministro da Marinha, a quem eu dei uma lição mestra em 1847, nesta mesma província, onde então já não estava tão inocente como em 1844 (grifo do autor).[271]

---

[268] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1845. p. 577-582.
[269] BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1845. p. 577-582.
[270] Jornal fluminense que circulou de 1848 a 1858, impresso na Tipografia Guanabarense. Publicado aos domingos, quartas e sextas.
[271] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.

Esse relato memorístico, ao tratar um acontecimento que passara anos atrás e que demostra como a memória é potente, nos faz ter uma dimensão das relações políticas entre diversos sujeitos com seus respectivos objetivos. No caso das eleições piauienses de 1844, ocorrera um fato muito interessante. Podemos perceber que o presidente da província, embora imbuído de uma autoridade legítima e poder de mando para realizar barganhas que lhe fossem favoráveis, precisava de muito mais que isso.

As relações políticas no âmbito regional, embora tivessem influências externas à província, não se mantinham por si sós, era preciso bem mais que a benção do gabinete ministerialista, era preciso base eleitoral das elites políticas locais, elites que desejavam cargos estratégicos, regalias, isenções, participação na política local entre outras trocas. A infelicidade do Rio Pardo foi ter se aproximado do mais recente derrotado político da época, o Visconde da Parnaíba. Essa associação fez com que a província inteira assistisse à fragmentação do Partido Liberal, tendo homens, como Lívio Lopes, assumidamente um liberal exaltado e que não cogitava relações políticas com conservadores, ter que apoiar candidatos da oposição e ir contra o gabinete ministerial liberal pelo fato de que o seu algoz estava em acordo com o candidato liberal, seu inimigo pessoal, na província.

Essa insatisfação de uma parcela significativa da elite política piauiense para com as manobras políticas do Conde do Rio Pardo ficou mais expressa em Lívio Lopes Castelo Branco. Não é muito difícil de entender o motivo. Quando inteligentemente Sousa Ramos foi ao Maranhão à procura de Lívio e relatou o que estava se passando na província, ele já sabia que a reação de Lívio não seria outra, que não fosse apoiá-lo. Talvez se fosse qualquer outro apoiador do Conde do Rio Pardo, que não o Visconde da Parnaíba, as coisas pudessem ter sido diferentes.

Lívio não pensou duas vezes antes de dirigir-se ao Piauí e diretamente ao círculo eleitoral de Campo Maior, freguesia em que tinha influência por ser natural de lá, para combater pessoalmente seus inimigos políticos, em especial, o Visconde, o responsável por sua perseguição quando ele participou da Balaiada, perseguição que fez com que ficasse distante de sua família e riquezas sem poder retornar à província por quase cinco anos. Portanto, mais do que qualquer outro liberal da província, Lívio tivera seus motivos de ir contra as diretrizes do próprio partido para guerrear seu inimigo de morte.

3.2 O governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos e as dimensões da política interprovincial

Ao estudar a política provincial no Piauí, buscamos colocá-la na dinâmica política do Império. Nesse sentido, elegemos a figura do presidente de província como objeto de análise, considerando que a atuação desses agentes do governo central nas províncias guarda suas peculiaridades. Nesse tópico, abordamos o governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos (28 de junho de 1845 a 7 de setembro de 1847).[272]

Ao todo, sem contar as juntas provisórias e as administrações dos vice-presidentes, a província do Piauí teve à sua frente, entre 1824 a 1853, dez presidentes de província, todos nomeados por carta imperial. Sem contar com as administrações de Manoel de Sousa Martins – de feição liberal –, que ficou aproximadamente vinte anos na condição de presidente do Piauí, os demais administradores, quase todos enviados por gabinetes ministeriais de maioria liberal, não passavam, em média, dois anos na administração.

Após a eleição de 1844, e o fim do governo Conde do Rio Pardo, um novo presidente foi enviado para o Piauí, isso marcou o início de novos embates entre as forças políticas piauienses, que ocorreram em 1846, ano de eleição para deputação geral. Se de um lado estava o grupo de maioria liberal, a que Lívio Lopes Castelo Branco e Silva pertencia – dessa vez sem a indesejada sombra do Visconde da Parnaíba, de outro, os ordeiros/cabanos buscando firmar seus espaços de poder na administração provincial e geral.

> No final do ano de 1846, Lívio fazia parte de uma comissão denominada de central do Partido Liberal. Esta comissão formou uma chapa também do Partido Liberal, que concorreria nas eleições futuras do Piauí. O jornal *Brado de Caxias*, que publicou esta matéria, colocou ainda a relação dos componentes da chapa, composta por vinte homens, sendo destes, dois do partido ordeiro, o restante ligado ao Partido Liberal, vários pertencentes à família de Lívio Lopes.[273]

Vale ressaltar que os grupos políticos que atuavam no Piauí possuíam uma composição bem heterogênea. Além de rivalizarem aqueles de inclinação política contrária, havia também disputas entre grupos que diziam defender ideologias convergentes, o que revela algo bem

[272] Zacarias de Góis e Vasconcelos nasceu no dia 5 de novembro de 1815 na cidade de Valença (BA). Era filho de Antônio Bernardo de Vasconcelos e de Benedita de Assunção Menezes e Vasconcelos. Estudou na Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda (1833-1837), tendo obtido o grau de bacharel em Direito. Em 1840, prestou concurso para professor nessa mesma instituição, no qual foi aprovado com méritos.
[273] CARVALHO, 2019, p. 52.

interessante: as disputas políticas no interior da província, por muito tempo, eram muito mais disputas de famílias do que disputas de grupos políticos propriamente ditos.

A administração de Zacarias de Góis, assim como a do Rio Pardo, foi uma administração muito peculiar. Ambos enviados por um gabinete ministerial de maioria liberal, e que no fim das contas, decidiram por contrariar as diretrizes do gabinete que os enviou. No caso de Rio Pardo, pode até ser interpretado de uma maneira diferente, pois aliou-se ao Visconde da Parnaíba, que dizia ser liberal – embora à sua maneira –, já Zacarias de Góis, de fato, acabou indo contra os ministerialistas, que pela lógica, deveria sustentar.

Iniciou sua carreira política em 1843, sendo eleito deputado pela Assembleia Legislativa na Bahia, ligando-se, inicialmente, ao partido conservador.[274] No dia 4 de abril de 1845 foi nomeado presidente da província do Piauí, tomando posse no dia 28 de junho do mesmo ano. Foi enviado por gabinete liberal, organizador em torno do ministro José Carlos Pereira de Almeida Torres, que futuramente viria a ser o Visconde de Macaé.[275] Nesse sentido, chegou, pela lógica política da época, como delegado do governo liberal, instruído a garantir os interesses desse gabinete.

Em 13 de maio de 1846, um pouco mais de nove meses após assumir a presidência, passou a circular o jornal *O Liberal Piauiense*. Embora fosse ocultado, aqueles que estavam à frente da redação eram Tibério César Burlamaqui, Lívio Lopes Castelo Branco e seu irmão, Antônio Borges Castelo Branco. O jornal era impresso na Tipografia Imparcial de J. da S. Leite, em Caxias (MA). Era impresso duas vezes por mês, mas, segundo os redatores, se fosse necessário, poderia ser publicado até mais vezes, o que de fato aconteceu em algumas ocasiões.

Os pontos de subscrição dessa folha e também de circulação inicial das informações contidas nelas, na província, eram nas casas do coronel Silvestre José da Cunha Castelo Branco[276], em Campo Maior; em Oeiras, na casa de Tibério César Burlamaqui; em Piracuruca, na casa de Antônio Lopes Castelo Branco; em Barras, na casa do padre José Joaquim Ferreira de Melo e, em Parnaíba, na casa do coronel João José de Sales.

Na primeira edição, que circulou em 13 de maio de 1846, na página três dessa folha, os redatores, ao se referirem à administração do então presidente, diziam que:

> O Exmo. Sr. Dr. Zacarias marcha sem empecilho, e tal é a política que tem

[274] HOFFBAUER, Daniela. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*: memória da administração pública brasileira. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/568-zacarias-de-Góis-e-vasconcelos. Acesso em: 12 abr. 2021.
[275] FERRAZ, 2017, p. 70.
[276] Foi um coronel e político brasileiro. Nasceu em Campo Maior em 1800. Filho de Marcelino José Caetano da Silva Castelo Branco e Maria Florência Castelo Branco. Casou-se com Porcina Amélia de Castelo Branco e Francisca Isabel Pereira da Silva.

> adotado de não se constituir chefe de partido que por certo concorrerá para ter sempre o respeito dos bons piauienses, e apoio geral do povo naturalmente pacífico, e generoso, que lhe coube por sorte governar.[277]

Como podemos observar, a primeira folha do jornal evidencia a postura dessa parcela do partido liberal piauiense diante da administração de Zacarias de Góis, nove meses após sua chegada. Esses primeiros meses de atuação do presidente foram os mais tranquilos, sobretudo porque foi o período em que esteve circulando pela província a fim de analisar a real situação das vilas e comarcas.

Esse período também foi aquele momento que podemos chamar de "o período do assédio". Momento em que os vários líderes dos grupos políticos da província iam à procura do presidente na tentativa de articular apoios políticos a fim de assegurarem uma importante aliança nas eleições futuras e, consequentemente, conquistarem a maioria das cadeiras nas assembleias provincial e geral. De acordo com Munari:

> Todos os partidos provinciais procuravam obter o apoio do delegado do governo, independentemente de suas diferenças qualitativas. Somente quando esse apoio lhes era negado, a favor de seus adversários, é que esses partidos declaravam guerra e promoviam um festival de insultos e ignomínias na província. O presidente funcionava como uma espécie de árbitro das disputas entre as elites locais, escolhendo aqueles que teriam acesso às benesses distribuídas pelo centro; ao mesmo tempo que adquiria todas as condições para a vitória eleitoral de si mesmo (caso fosse candidato) e de suas candidaturas.[278]

Observamos que nos primeiros meses de atuação do presidente Zacarias de Góis o relacionamento foi mais tranquilo, principalmente, no que diz respeito às intrigas e polêmicas entre os políticos liberais e cabanos. Embora nesse período já se reunisse com lideranças cabanas, o presidente ainda não havia assumido publicamente um posicionamento acerca de quem apoiaria. Tratava-se até então, de uma postura "neutra".

Outra constatação é acerca da primeira fase do *O Liberal Piauiense,* no tocante à atuação do presidente Zacarias de Góis. Ao analisarmos as primeiras edições dos periódicos, percebemos que os liberais da província, componentes do grupo político dos Castelo Branco, acreditavam, ou pelo menos desejavam, que o presidente fosse imparcial, e que deixaria as eleições correrem naturalmente sem nenhuma interferência. Portanto, nas edições iniciais os redatores assumiam uma postura de louvação ao presidente da província e de afirmação de sua neutralidade.

---

[277] ADMINISTRAÇÃO provincial. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 3, 13 maio 1846.
[278] MUNARI, 2018, p. 110-111.

Na edição de número 3, de 28 de maio de 1846, os redatores publicaram um artigo intitulado Os manejos dos partidos, de que extraímos alguns pontos:

> Todos sabem que o Exmo. Sr. Dr. Zacarias tem até agora governado o Piauí imparcialmente; que sua honra e instrução não admitem transações, nem que alguém por ele procure encaminhar o pesado leme da administração; e finalmente, que quando seus princípios fossem infensos aos do ministério que o nomeou, que seu cavalheirismo o obrigasse a não transgredir com os adversários do gabinete, por mais feita que fosse a proposta, porque em muito avaliamos ao Exmo. Sr. Dr. Zacarias, e não podemos por consequência acreditar no conto da sereia, antes temos consciência de que achando-se o Exmo. Sr. Dr. Zacarias nesta necessidade (que não há) pediria antes a sua demissão; tal é o alto conceito que formamos da sua pessoa.[279]

Aqui podemos observar com mais clareza o que havíamos colocado acima. Contudo, circulavam boatos que poderiam colocar em xeque a relação dos liberais com o presidente. Muito embora os boatos fossem posteriormente confirmados, os liberais naquele momento não possuíam tais informações e muito menos acreditavam que o presidente se inclinaria para o lado dos opositores do ministério, embora isso não fosse impossível, e muito menos uma novidade na política local.

> No entanto o que se escreve para o centro, ou antes para toda a província? Que Exmo. Sr. Dr. Zacarias, se decide pelo lado dos catingueiros, e que a eleição do Sr. Dr. Martins é causa de seu vital interesse. Negamos isso, e juramos nas próprias palavras de S. Ex. que muitas vezes tem dito que não se entremetera em eleições; que a urna decida livremente sobre os seus eleitos, e, pois, que ele assim se porta. Achamos terribilíssimo que alguém que se diga seu amigo abuse da sua boa-fé para persuadir a população de uma coisa que sem dúvida ferirá o melindre de S. Ex. Nós que anelamos a duração do seu governo, que combatemos a vil intriga que o quer envolver em negócios de que ele não tem por certo adiantado proposição alguma; não podemos deixar de dizer aos nossos concidadãos que tal não há, e que quando o Exmo. Sr. Dr. Zacarias tivesse que intervir na eleição seria em regra a favor dos ministerialistas, e consequentemente sustentado a administração geral de que é delegado, a quem não é possível que traia pela sua honradez, e que antes sustente pela regra geral da sã política.[280]

Uma assertiva é que os liberais piauienses não acreditavam na inclinação política do presidente Zacarias de Góis para o lado dos opositores cabanos, embora houvesse sempre a possibilidade. No fragmento próximo, percebemos como os liberais idealizavam a administração do presidente, e afirmavam que as informações que circulavam na província eram de autoria da oposição, sendo manejos do partido contrário para confundir e atrapalhar os planos e as relações com o presidente.

> Sabe-se mui bem que na nossa forma de governo, ele mais ou menos influi na eleição, mas nunca nas fileiras da oposição, o que, além de repugnante seria

[279] OS MANEJOS dos partidos. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 3, p. 2, 28 maio 1846.
[280] OS MANEJOS dos partidos. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 3, p. 2-3, 28 maio 1846.

> um atentado contra quem se represente. E posto que não se dá na província pelo que viemos de dizer, uma oposição à administração, franca e desabrida, ela existe, de fato, contra o governo geral, de quem é delegado o Exmo. Sr. Dr. Zacarias, portanto, se algum dos partidos tem direito a seu apoio não é por certo o da oposição, se ele tiver de se inclinar a favor de um triunfo de algum dos lados é sem dúvidas pelos ministerialistas, ou ao menos devemos assim pensar, já pela ordem natural das coisas e já pela essência das nossas regras políticas no país, e costumes adotados, e por mil vezes praticados em nossos tempos.[281]

Os redatores diziam que, às vezes, os presidentes influenciavam na eleição, mas nunca nas fileiras da oposição – aqui se referindo à oposição ao gabinete ministerial que o enviou –, pois seria um atentando contra quem se representa. Diziam que na província não havia oposição ao presidente, mas sim contra o governo geral, o qual Zacarias representava. Concluíam dizendo que se o presidente fosse inclinar-se para algum lado, seria dos liberais, já que era natural e costumeiro os presidentes provinciais defenderem os interesses dos ministerialistas.

Entretanto, com a queda do gabinete Holanda Cavalcante (02/05/46 – 22/05/47), e a formação do gabinete Alves Branco (22/05/47 – 08/03/48), a política de alianças na província tendia a se modificar. Em *O Liberal Piauiense* de 23 de junho de 1846, os redatores fizeram forte crítica a um dos líderes cabanos do Piauí, Cândido de Sousa Martins.[282] Começaram narrando que os "catingueiros" espalhavam no termo de Valença que a mudança do presidente se daria oficialmente antes das eleições.

Os redatores colocavam duas hipóteses: a primeira é que se Zacarias de Góis seguisse os princípios políticos dos Sousa Martins, como eles tanto espalhavam, e se interessasse pela candidatura desses senhores, quando caísse o ministério e subisse outro de seus princípios políticos, os Sousa Martins o conservariam na governança da província. A segunda hipótese que eles colocavam partia do pressuposto de que essas informações eram falsas. Diziam que se o ministério caísse, e outro dos mesmos princípios subisse, e Zacarias se mantivesse firme à maioria da província sem se desviar, e continuasse fiel ao governo liberal, como até o presente momento o fizera, na visão deles, o ministério o manteria na presidência, e tal demissão não passaria de sonhos.

Em continuação, pontuavam:

> [...] Recomendamos aos liberais piauienses que estejam alerta sobre tão abjetas insinuações, essa forma de apresentar o Sr. Dr. Zacarias como fora da confiança do gabinete para esmorecer aos liberais e ministerialistas que o apoiam sobre pôr os liberais desconfiados da administração, é um meio de

[281] OS MANEJOS dos partidos. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 3, p. 3, 28 maio 1846.
[282] Foi um coronel e político brasileiro. Nasceu na província do Piaui. Filho de Joaquim de Sousa Martins e Teresa de Jesus Maria. Sobrinho do Visconde da Parnaíba e irmão de Manoel Clementino de Sousa Martins e Francisco de Sousa Martins.

> cabala, muito infame para a oposição que, no entanto, não deixa o palácio da presidência [...].[283]

Os redatores consideravam que tais informações não passavam de mentiras, e que os liberais deveriam ficar atentos, e ainda pontuavam que os cabanos estavam constantemente em reunião com o presidente, insinuando que tentavam lhe persuadir. Finalizando essa matéria, os redatores se direcionavam a Cândido de Sousa Martins:

> [...] O Sr. Cândido Martins tenta desmoralizar a presidência, mas tem sido sempre rechaçado, é força que não coloque a administração na necessidade de punir as suas indiscrições, sob pena de nivelar-se ao Sr. Cândido Martins, ao qual não se persuada que os meios materiais ainda hão de legitimar os seus anelos. Já lá se foi disso, meu caro, outra vida, nós, no entanto, nenhum peso, nenhuma importância daremos a sua propaganda. Assim seja sua Exa. fiel ao ministério como anelamos.[284]

Aqui observamos que os liberais rebatiam as informações dos Sousa Martins, acreditando que o presidente não seria capaz de ir contra o ministério que o enviara, e finalizavam dizendo que não dariam importância ao que eles julgassem ser mentiras para desestabilizar a relação dos liberais com o presidente.

Todos contavam com a queda do gabinete Almeidas Torres (Macaé), devido à crise política.[285] Só não sabiam quando iria ocorrer e qual gabinete subiria ao poder. Contudo, no dia 2 de maio de 1846, o gabinete caiu, e em substituição entrou o gabinete liberal Holanda Cavalcante.[286] No entanto, essas informações, com mais detalhes, só chegaria à província dois meses depois – apesar de que em junho o presidente já tinha a informação da queda do gabinete.

No dia 5 de julho de 1846, *O Liberal Piauiense* publicava matéria com informações sobre o novo gabinete.

> Podemos com prazer asseverar que a notícia da modificação do gabinete de 2 de fevereiro, e o aparecimento do que ora se acha no poder, deu aos ministerialistas muita satisfação nesta província, pela dignidade e razões, com que um se despediu, e da esperança com que o outro há de seguir a mesma vereda, a mesma política na sua administração. Não tendo nós a capacidade necessária para avaliar, e meter-nos nas questões da alta política, fazemos votos aos céus, por semelhante crise não ter adiantada um passo a favor dos ignóbeis, e mesquinhas vistas dos oposicionistas desta província, conhecidos vulgarmente por catingueiros, ou – Sousas Martins – que com meia dúzia de indivíduos iludidos e outros embirrantes, nem se deram o trabalho de estudar as conveniências, e interesses políticos do seu país natal, e só almejam

[283] PROPAGANDO do S. Martins. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 4, p. 3, 23 jun. 1846.
[284] PROPAGANDO do S. Martins. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 4, p. 3, 23 jun. 1846.
[285] O gabinete Almeida Torres (Macaé) era formado pelo Grupo Palaciano e pelos Liberais. Os impasses entre os grupos causavam crises dentro do governo que fora substituído por um gabinete totalmente liberal. Cf.: FERRAZ, 2017.
[286] Foi um militar e político brasileiro. Nasceu em Pernambuco no dia 21 de agosto de 1797 e faleceu no dia 14 de abril de 1863. Líder do gabinete liberal de 02 de maio de 1846 a 22 de maio de 1847.

> oportunidade para chegarem aos seus fins.[287]

Os redatores agradeciam aos céus pela crise não ter feito com que conseguisse subir ao poder um gabinete conservador, assim atrapalhando os planos dos líderes cabanos piauienses. Contudo, continuavam:

> Estes mesmo estão um pouco abalados com as notícias que lhes deu seu chefe o Dr. Francisco de Sousa Martins, que esperava transigir com o gabinete, ou antes lhe iludir por um tempo a ver se de qualquer forma conseguiria sua candidatura. No entanto, que lhes dizia que se outras fossem as vistas da administração provincial segundo o que vai quase geralmente correndo, eles por cá, se não importassem com qualquer composição entre ele e o gabinete, que o que ele queria era ser deputado, e, portanto, que conseguisse o mais aproveitável.[288]

A crítica feita a Francisco de Sousa Martins, um dos líderes dessa família, o definia como oportunista, que não importava com que meios ou com quem precisasse operar, contanto que seu objetivo de ser deputado fosse alcançado. Os redatores colocavam ainda que essa prática era comum entre os Sousa Martins, havendo poucas exceções. Ao se referir ao presidente os redatores acrescentavam que:

> [...] o atual presidente, que supomos incapaz de indecoroso manejo, e que tem uma reputação a perder: essa razão faz com que os ministerialistas não acreditem em tudo quanto vai se espalhando a respeito, e nem por isso deixam de ir sustentando e prestando seu fraco apoio à administração, porque segundo os princípios do gabinete não lhe devem negar a sua confiança enquanto aquele não se retirar [...][289]

Nesse fragmento observamos que, segundo os redatores, o gabinete não estava muito contente com a administração do presidente Zacarias de Góis, principalmente devido às constantes informações de que ele ia contra as diretrizes do próprio gabinete que lhe enviou. Contudo, por princípios políticos da época, o gabinete tinha que prestar, mesmo que fraco, um certo apoio ao presidente enquanto este estivesse na condição de delegado do governo. Na sequência, consideravam:

> Não seremos nós os que hostilizam o delegado do governo, conquanto já não goze de tanta confiança como a princípio, porém também contamos com S. Exa. já não podendo hoje duvidar do nosso propósito, deposite aos ministerialistas mais confiança, e não se deixe cercar somente por três ou quatro indivíduos da oposição que trabalham com todas as forças para chegarem aos seus fins, lucrando com sua boa-fé, e que serão os primeiros ingratos a guerreá-lo, quando enxergarem caminho mais curto para obterem quanto desejam, e pelo que tanto agora o bajulam.[290]

---

[287] NOTÍCIAS do novo ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 7, p. 1, 5 jul. 1846.
[288] NOTÍCIAS do novo ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 7, p. 1, 5 jul. 1846.
[289] NOTÍCIAS do novo ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 7, p. 1, 5 jul. 1846.
[290] NOTÍCIAS do novo ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 7, p. 1, 5 jul. 1846.

Percebemos a preocupação para com o presidente, temendo que ele de fato se inclinasse para o lado cabano, contudo, esperavam que o presidente não fizesse tal manejo, tendo em vista que o novo gabinete era também liberal e os liberais piauienses também o apoiariam, e esperavam que Zacarias tivesse mais confiança no gabinete e nos ministerialistas da província e não desse ouvido às tentações da oposição.

Em *O Liberal Piauiense* de 23 de julho de 1846, foi publicada correspondência de um assinante anônimo, com insinuações sobre o posicionamento político do presidente da província. Nessa correspondência, o assinante informa que estava no palácio do governo tomando um café com o presidente quando chegou o carteiro com algumas cartas e ofícios.

> Meu dito, meu feito: é bom que Vmc. leve mais esta lição, para não andar pelo mundo da lua contando as estrelas....
> A tempo que lhe dizia eu, que o presidente de Góis, era saquarema; e que trabalha à surdina para ir deputado com o Dr. Martins? E Vmc. a embirrar comigo, perdendo seu tempo, a pregar no deserto!? Pois agora ouça-me com toda paciência que é para seu bem.
> Às 4 horas da tarde de ontem, 16 de junho, estava eu em palácio, que tinha ido jantar com S. Exa. e estávamos já no café, quando entrou o maldito correio, isto é, o carteiro, e depois de abrir S. Exa. algumas cartas, ou ofícios, que para mim é a mesma coisa, vi que o pobre homem mudava de cores, e resmungava: Santa Luzia!! Eu que sou cristão velho, apenas o ouço, cuido que estamos na ladainha e digo: orai por nós... [...][291]

Neste fragmento observamos que as informações sobre a queda do ministério chegaram um mês após o ocorrido, e que o gabinete era contrário à candidatura de Cândido de Sousa Martins. Acreditamos que o presidente e os Sousa Martins pensavam que o novo gabinete seria conservador, ou favorável à candidatura tanto do presidente como de Cândido de Sousa Martins.

> [...] Ai! Meu Sr., que vi-me morto; o homem botou-me os olhos, e só quando me explica o fato, que vim a entender que o tal ministério presente não seria favorável à deputação do Dr. Martins, e aí temos S. Exa.de nojo. Segundo a etiqueta, por estes nove dias, não lhe hei de visitar, e se me parecer, hei de pôr em mim agora a capa, e conforme os – *veci vues* da história – hei de matraqueá-lo com meus avisos, porque não desejo, e nem gosto de embaçadelas; e se for certo que o Sr. Presidente de Góis quer iludir ao governo central, e fazer o Dr. Martins deputado, creia em mim meu Sr. que grito Ai! do imperador, que não posso mais guardar segredos. É verdade que Vmc. se escandalizará muito comigo, e até não me quererá mais como seu assinante, porém tenha paciência, que por amor dos meus cobres, disse Vmc. que me aceitaria correspondência, e esta não é maçante, portanto até logo que voltarei.
> O De Vmc.
> Reverendíssimo assinante.[292]

[291] QUEDA do ministério, reboliço em palácio com a chegada do correio. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1, 23 jul. 1846.
[292] QUEDA do ministério, reboliço em palácio com a chegada do correio. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1, 23 jul. 1846.

Essa correspondência publicada em *O Liberal Piauiense* demarca o fim da primeira fase do periódico. Os redatores, até então, haviam mantido a postura de não criticar o presidente, mesmo com todos os comentários e intrigas, preferindo acreditar no delegado do governo geral. A partir de então, a forma como os redatores falavam sobre o presidente e a administração, passa a ser mais crítica, muito embora ainda dissessem que confiariam no bom senso do presidente.

Os liberais piauienses publicavam com frequência artigos que, direta ou indiretamente, eram direcionados ao presidente, na tentativa de fazê-lo ser neutro nas eleições vindouras. No entanto, com a subida de um novo gabinete, que não contava com sua confiança, e próximo das eleições, Zacarias de Góis julgou ser o momento ideal para consolidar de vez sua aliança com a oposição liberal.

Os liberais, percebendo que o presidente de fato iria inclinar-se para o lado da família Sousa Martins, passaram a atacar através da imprensa não só o presidente como os liberais dissidentes e os cabanos. Em *O Liberal Piauiense* de 31 de agosto de 1846, foi publicado um artigo intitulado A política do Sr. Dr. Martins e seu primo, correligionário e amigo Chico Piolho,[293] em que os redatores já começavam afirmando que desde que chegara ao Brasil um grupo de corruptos e imorais, Francisco de Sousa Martins foi seguidor desse grupo, que por desgraça do Império algumas vezes lhe tinham dirigido o destino.[294]

Ainda se referindo a Francisco de Sousa Martins e sua família, diziam que eles usaram de meios capciosos para ganharem o poder, e por maior desgraça conseguiram iludir e nivelarem-se com alguns homens de bem, e que por fatalidade os seguiam e lhes tinham prestado apoio. Falavam que ele acompanhou praticamente todos os ministérios a fim de assegurar proveitos, e na política local apoiava o seu tio Visconde na Parnaíba quando este estava forte e o espezinhava quando estava fraco. Em outras palavras, diziam que Francisco de Sousa Martins era um oportunista.

O que estava acontecendo nesse segundo momento de *O Liberal Piauiense* era uma espécie de ameaça dessa parte dos liberais para com Zacarias de Góis e seus aliados, mas sempre com aquela esperança de fazerem com que o presidente e os outros desistissem dos seus planos.

---

[293] Ocupou o cargo de deputado provincial do Piauí em 1846, do grupo conservador, primo de Francisco de Sousa Martins. As fontes se referem a Chico Piolho, que acreditamos ser Francisco Mendes de Sousa.
[294] A POLÍTICA do Sr. Dr. Martins e seu primo, correligionário e amigo Chico Piolho. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 8, p. 2, 31 ago. 1846.

No número de 8 de outubro de 1846, os redatores relatavam que o Dr. Manoel Joaquim Bahia,[295] agora aliado do presidente, inventou mentiras para atrapalhar o desempenho do Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco nas eleições.

> Quem não acreditará em consequência da voz que se espalhou, que ele quer anarquizar o norte para na época da eleição haver suspensão de garantias, e tudo se obrar adrede! Se o Sr. Dr. Bahia entende que a conspiração do pequizeiro importa uma questão de gabinete, e queda do atual ministério; se se persuade que esse pretexto é um meio para se organizar processos, e a eleição do norte ser o resultado de seus caprichos, e força dizer-lhe, que S. Sa. não conhece a falsa posição que ocupa.[296]

Observamos as primeiras ações assumidamente da oposição diante das futuras eleições, Manoel Joaquim Bahia era presidente da Assembleia Provincial desde a chegada de Zacarias de Góis, assim como juiz de Direito de Parnaíba. Segundo os redatores, o plano de Bahia, juntamente com os Sousa Martins, era aproveitar a queda do gabinete e, paralelo a isso, usar o presidente da província para organizar manejos que no período das eleições fossem favoráveis a eles.

> [...] Pelo extremo com que guerreia o governo imperial, pela insubordinação que para isso manda insinuar as tropas, pela desmoralização com que vai pondo o povo pela vil intriga que estabelece, com doutrinas anárquicas, e caprichos; é natural que o governo imperial tome as medidas necessárias como já por aqui corre, que ele será removido da infeliz comarca de Parnaíba, que geme debaixo do peso da discórdia atualmente, e por certo será anarquizada enquanto a primeira autoridade da comarca influir em semelhantes manejos. Por outra o Sr. Dr. Bahia (aliás pessoa a quem confessamos amizade e respeito) pelo fato de ser cabano, ou catingueiro, não tem as simpatias que inculca ter no povo das vilas do norte, todo, ou quase todo, liberal ou bemtivi, e consequentemente, de opostos sentimentos políticos aos que seguem o Sr. Dr. Bahia, ambas estas considerações, supomos bastante para que o Sr. Dr. Bahia procure modificar um pouco o plano eleitoral cuja execução lhe foi imposta, a fim de evitar uma desordem na província, cuja maioria sendo ministerial, só do governo supremo espera providências, protestando manter a ordem, e a todo custo apoiar o atual gabinete [...].[297]

Os liberais não pouparam palavras em fazer forte crítica a Bahia, e ainda diziam que havia notícias de que o gabinete ministerial interviria na administração provincial, deixando a relação entre o presidente e o grupo liberal cada vez mais complicada. Diziam que as ações do presidente e de seus aliados eram anárquicas, caprichos da oposição que tentava dominar as

---

[295] Foi um magistrado e político brasileiro. Nasceu na Bahia. No Piauí, foi juiz de direito, presidente da Assembleia provincial e deputado.

[296] O SNR. DR. Manoel Joaquim Bahia. Juiz de direito da comarca da Parnaíba, conspirando contra o ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1-2, 8 out. 1846.

[297] O SNR. DR. Manoel Joaquim Bahia. Juiz de direito da comarca da Parnaíba, conspirando contra o ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1-2, 8 out. 1846.

vilas do norte que, na sua quase totalidade, era liberal. Por fim, sugeriam que ele mudasse seu plano eleitoral a fim de evitar desordem.

> [...] Achamos um pouco duro que o Sr. Dr. Bahia e seu inseparável amigo Chico Piolho, espalhem que S. Exa. o Sr. Dr. Zacarias de Góis autoriza esses manejos. Por que o governo provincial autoriza uma conspiração contra o governo geral de quem é delegado. É um contrassenso inexplicável e uma medida caprichosa, e imprudente, e só própria das pequenas facções que nenhuma confiança têm de suas forças, e nas leis do país, que já se supõe sem confiança no gabinete, e que por certo que será demitido, quer deixar o Piauí, como o Sr. Dr. Martins quis deixar o Ceará, gemendo debaixo da horrenda anarquia [...].[298]

Por fim, os redatores continuavam a provocar o presidente com a narrativa de que os cabanos estavam cometendo abusos subsidiados por sua tutela, e que se o fato fosse verdadeiro era porque o presidente não confiava no gabinete e estava certo de que seria demitido e antes que isso acontecesse faria o possível para conseguir seus objetivos.

Na edição de 8 de outubro de 1846, os redatores de *O Liberal Piauiense* continuavam os ataques aos Sousa Martins. Dessa vez publicaram um artigo intitulado Quem são os Sousa Martins da época da independência do Brasil até hoje? Quem são os Castelo Branco desde então até agora? A comparação entre as duas famílias, tinha claro intuito de desmoralizar os Sousa Martins e louvar os Castelo Branco.

Segundo os redatores de *O Liberal Piauiense*, quando soou o grito da independência bradaram também João Cândido de Deus e Silva[299] e Simplício Dias da Silva,[300] juntamente com eles os Castelo Branco, com exceção de alguns. Afirmavam que naquele momento já viviam os Castelo Branco em grande abundância e que colaboraram com donativos nas lutas da independência. Já os Sousa Martins, segundo os redatores, eram pobres, com pouquíssimas exceções. Não passavam de pobres vaqueiros que mamavam na grande teta – o Estado –, e viviam, portanto, do dinheiro público.

> Reunidos com seu chefe, conhecido nesse tempo por Manoel de Sousa, o que hoje é Visconde, armaram o português, honrado major João José da Cunha Fidié, e o mandaram combater aos independentes, de acordo com os realistas da Bahia e Maranhão, e após esse procedimento, fizeram sair dos cofres públicos para a fazenda Tranqueira os dinheiros nacionais que hoje fazem a grande herança porque se declaram os filhos de bombadel. Eles porém atraiçoaram os seus aliados, e combateram-nos, logo que a possibilidade de

[298] O SNR. DR. Manoel Joaquim Bahia. Juiz de direito da comarca da Parnaíba, conspirando contra o ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1-2, 8 out. 1846.
[299] Foi um magistrado e político brasileiro. Nasceu no Pará em março de 1787 e morreu em 1860. Era filho do capitão de milícias João de Deus e Silva e Maria de Jesus. Casou-se com Francisca Isabel Cândida da Silva.
[300] Foi um político brasileiro. Nasceu no Piauí em março de 1773 e morreu em setembro de 1829. Filho de Domingos Dias da Silva e Josefa Claudina.

> jurar-se a independência por todo o império se propagava, com a doce e lisonjeira ideia de que Fidié se renderia em Caxias, onde imensos contos de réis dos negociantes portugueses teriam de fazer a esses famintos da martinhada fortunas colossais![301]

Como apresentado acima, os redatores defendiam que os Souza Martins, liderados pelo Visconde da Parnaíba, articularam um plano para conseguirem prender Fidié que, naquele momento, lutava em nome do exército português contra a tentativa de independência do Brasil. Paralelo a isso, buscavam através dessa ação conseguir prestígio e riquezas. No entanto, essas riquezas eram adquiridas de maneira duvidosa, como segue:

> Os caxienses, o Piauí inteiro, sabem quais os Castelo Branco que mais figuraram nessa luta, sendo um dos que mais serviços prestou ao estado, o benemérito Antônio da Silva Coutinho, já falecido, mas nenhum deles precisava trazer a fartura à sua casa, deixando despidas dos seus belos adornos as prateleiras do presépio do centro do apoio do comércio do Maranhão, desse depósito então de imensas riquezas, a notável Caxias! Os Souza Martins porém, de lá carregaram tudo: os mesmos armazéns de sal; os servidores, e cadeiras, foram boas presas. Eles na governança provisória, eles sucessivamente agarrados na grande teta. As fazendas nacionais, e os cofres, nunca mais tiveram descanso algum. Os Castelo Branco, à imitação dos Teles e dos Belisários, voltaram ao seu arado, e nos seus campos, nos seus meios legítimos, acharam quanto se podia desejar para a fortuna, e glória de povos livres e independentes, e que julgando seu país em paz, só nas delícias domésticas achavam prazer. E aqueles que eram instados para aceitar empregos, desempenharam sempre sem receber soldos, nem recompensas.[302]

Os redatores afirmavam que as riquezas adquiridas pelos Sousa Martins o foram através de saques e usurpação, enquanto os Castelo Branco voltavam das lutas sem nenhum bem que não fosse seu, e apesar das promessas de empregos na província, eram por muitas vezes lesados. Esse artigo constituiu mais uma tentativa dos liberais em denunciar a conduta dos Sousa Martins para o presidente a fim de fazer com que este desistisse de apoiar essa família. Além disso, representava uma disputa de memória, uma vez que os redatores do periódico eram da família Castelo Branco.

Desde o início de sua circulação, o periódico foi estruturado contendo fortes críticas ao presidente e aos seus correligionários. Na edição de 8 de outubro de 1846, folha 3, o tópico intitulado Notícias da província, foi dividido única e exclusivamente para fazer críticas ao presidente, como no trecho a seguir:

> O Sr. Dr. Zacarias já não teve este ano tantos elogios como no passado, sentimos que S. Exc. tenha desmerecido para com a assembleia, e as coisas não vão a pior, porque sem o apoio da câmara provincial parece-nos que S.

[301] QUEM são os Souzas Martins da época da independência do Brasil até hoje? Quem são os Castelo Branco desde então até agora?. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2, 8 out. 1846.
[302] QUEM são os Souzas Martins da época da independência do Brasil até hoje? Quem são os Castelo Branco desde então até agora?. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2, 8 out. 1846.

> Exa. há de se ver embaraçado na administração da província, que tão boas esperanças tinha a seu respeito concebido.[303]

Podemos perceber que os liberais já não creditavam confiança ao presidente, e que, segundo os redatores, Zacarias de Góis só não se deleitava mais com seus poderes porque a Assembleia provincial o atrapalhava. Aqui percebemos aquilo que Dolhnikoff chamava a atenção e que foi explicitado na apresentação do capítulo.[304] Em seguida, os redatores apresentaram algumas ações do presidente que seriam confirmadoras de sua inclinação para a oposição.

> S. Exa. pediu um crédito, por assim dizer, para manejos eleitorais, por intermédio do Chico Piolho; isto é, franca e lata confiança, e autorização ao presidente para remoções de empregados públicos, cuja lei caiu segundo a oposição que fez a maioria da Assembleia ao projeto do Sr. Chico Piolho organizado em palácio.[305]

Os redores afirmavam que o presidente pedira empréstimos para ajudar nas eleições e autorização ao presidente da Assembleia Provincial, o deputado Joaquim Bahia, para demitir vários empregados públicos, provavelmente pessoas ligadas aos liberais da província. Assim o presidente, ao tomar um partido, começara a agir com arbitrariedades.

A segunda denúncia dos redatores foi colocada da seguinte maneira: "[...] para Campo Maior vai destacado o tenente Moreira; uns dizem que para perseguir os Bacelares, outros, que vem para fazer eleições, avalia-se trazer 60 praças! Viva a pátria!".[306] Outra prática muito comum durante o processo de eleição nas províncias era o envio de forças policiais para assegurar que durante o pleito, a partir das intimidações e imposições, saíssem vencedores dos colégios eleitorais aqueles a quem o presidente e os chefes de polícia, delegados e subdelegados apoiassem.

Uma terceira denúncia dizia respeito à compra de um prelo realizada pelo presidente da Assembleia, e que, provavelmente, fora financiada pelo presidente da província: "O Sr. Dr. Bahia fez uma encomenda para a Inglaterra de uma imprensa de vapor para dar aviamento a sua correspondência eleitoral; pediu um crédito para caminhos de ferro, dizem que por amor da mesma causa".[307]

---

[303] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2, 8 out. 1846.
[304] Para a autora, existia uma relação bilateral do governo central, representado pelo presidente de província, e as elites locais. O presidente por si só não possuía força política para garantir seus interesses, era preciso que se aliasse com algum grupo local, e dá relação conseguisse apoio na Assembleia provincial.
[305] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 3, 8 out. 1846.
[306] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 3, 8 out. 1846.
[307] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 3, 8 out. 1846.

A quarta denúncia era relativa à Guarda Nacional. Os redatores afirmavam que: "[...] as patentes da Guarda Nacional no Piauí se vendem a votos, três, por duas: parece-nos pulha, porém é fato. Corretor = Dr. Bahia = comissário de ajudar = Chico Piolho = S. Exa. assina quem eles indicam".[308] Denunciavam que as patentes da Guarda Nacional eram trocadas por votos e apoios e que todos os nomes que o presidente da Assembleia Provincial indicava o presidente da província acatava.

A quinta e última denúncia era sobre interceptação de cartas dos liberais: "No Cruassa,[309] em casa do Sr. Chico Francisco, vende-se as cartas alheias a duas rapaduras, e vão para palácio, a fim de se verificar se os liberais atraiçoam o presidente na eleição".[310] Posterior a essas denúncias os redatores fizeram uma espécie de nota de esclarecimento sobre uma publicação de um jornal cabano do Maranhão.

> O *Jornal Caxiense* apresenta o nosso jornal como folha exclusiva dos Castelo Branco; acha que o Sr. Dr. Zacarias de ser iludido pelos liberais nas próximas eleições; o contemporâneo é inexato em suas asserções; esperávamos dele melhor justiça. A nossa folha é órgão do Partido Liberal, e presta-se aos Castelos Brancos, por serem nossos correligionários e amigos. Quanto S. Exa. não o atraiçoaremos, seremos sinceros com ele como temos prometido, enquanto ele for fiel ao ministério, se ele não o for, teremos coragem de o combater pela imprensa, com a arma leita que a constituição nos garante, bem como pelos outros meios morais, descanse o contemporâneo nisso, que temos boa-fé.[311]

Após os redatores colocarem *O Liberal Piauiense* como órgão do Partido Liberal e não exclusivo dos Castelo Branco, o que não é uma inverdade, muito embora os redatores fossem os irmãos Lívio Lopes e Antônio Borges Castelo Branco e o jornalista Tibério Cesar Burlamaqui, eles sustentavam que, caso o presidente não fosse fiel ao ministério, eles o combateriam pela imprensa e por outros meios, o que já ocorria naquele momento.

As disputas estavam em curso. De um lado, o presidente da província Zacarias de Góis, Manoel Joaquim Bahia, presidente da Assembleia Provincial e os Sousa Martins; do outro, estavam a maior parte dos liberais da província e os Castelo Branco. A partir de então, os liberais assumiram uma postura combativa e passaram a atacar a oposição fortemente na imprensa com artigos próprios, correspondências de anônimos, e até poemas recheados de indiretas e ironias.

---

[308] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 3-4, 8 out. 1846.
[309] Pelo fato da palavra estar rasurada, não pudemos assegurar de qual vila ou comarca se trata.
[310] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 4, 8 out. 1846.
[311] NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 4, 8 out. 1846.

Em *O Liberal Piauiense* de 21 de outubro de 1846, os redatores escreveram pequeno texto intitulado Para o S. Dr. Zacarias ler. Tentamos reproduzir o mais fielmente possível a estrutura do texto, que segue:

> Vamos ainda acusar ao governo, ou por outra o Sr. Ministro do Império, (1) que é solidário pelos seus colegas. Parecerá talvez acinte, não o é.
> O *scripta manent* dos latinos é terrível verdade para os homens públicos; os discursos do Sr. Mousinho (2) estão impressos, com eles havemos hoje combater a sua política indolente, e confrontar o que então disse, com o que hoje pratica [...]
> Houveram eleições em Portugal? Pergunta o Sr. Mousinho [...] (3) e respondeu [...] 'não'. E por que? Porque foram feitas pela fraude, pela violência, porque o segredo do escrutínio foi iludido pelas marcas das vistas, porque a força em ação constrangeu as vontades, porque finalmente, alguns encontraram a morte junto a urna, consagrada a expressão da liberdade [...].
> Governar com as condições com que o país quer ser governado! E o país quererá ser governado pelos agentes da facção debelada? (4) o país aprovará ver aqueles que o insultaram nos lugares de importância? [...]. (Revolução do Minho).[312]

Ao final do texto os redatores colocaram as notas explicativas referentes a cada numeração inserida no fragmento. Na nota de número 1, os redatores diziam: "[...] no Piauí podemos aludir a proposição como dirigida a S. Exa. e aos seus primeiros, Chico Piolho e Baldoino". Na segunda constava: "[...] como os dos Srs. Dr. Bahia e Chico Piolho". Tratava-se de uma crítica à postura do presidente da Assembleia que, segundo eles, dizia uma coisa, mas fazia outra, e tinham tudo impresso como prova. Na terceira nota acrescentavam: "[...] e consentirá o Sr. Dr. Zacarias que haja no Piauí, perguntamos nós?". Nesta parte, os redatores se referiam às futuras eleições. Na nota de número 4 concluíam: "[...] aludimos aos Martins em 1846 na Assembleia Provincial". Finalizaram dizendo que o povo não gostaria de ser governado pelos opositores, os Sousa Martins.[313]

Os últimos números do *O Liberal Piauiense* versam sobre o relatório da presidência e a Assembleia Provincial. Muitas vezes fora dito pelos redatores que a maioria da província tinha simpatia pelos liberais, e que a maior parte da Assembleia provincial era composta por deputados liberais ou simpatizantes. Contudo, o presidente da Assembleia era Manoel Joaquim Bahia, feito presidente ainda no governo do Visconde da Parnaíba. Alguns deputados eram da família Sousa Martins, como o Chico Piolho. Essa configuração política estava na medida para que Zacarias conseguisse seus objetivos.

Na edição de número 12, de 29 de outubro de 1846, as três primeiras páginas trataram exclusivamente do relatório do presidente. Nesse comentário, os liberais mostravam-se

[312] PARA o S. Dr. Zacarias ler. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 11, p. 3, 21 out. 1846.
[313] PARA o S. Dr. Zacarias ler. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 11, p. 3, 21 out. 1846.

revoltados com as perseguições por que estavam passando. Vários membros da família Castelo Branco eram perseguidos, e o próprio jornal *O Liberal Piauiense* já estava com seus dias contados. Para exemplificação transcrevemos um trecho da matéria:

> [...] Comentar obra tão sublime no seu todo, é tarefa por certo, de penas mais bem aparadas, mas cremos que com toda mesquinhez de nossas luzes, podemos em algumas coisas discordar de S. Exc. a quem neste negócio não concedemos a precisa boa fé. Tocaremos, pois, nos períodos mais importantes. Censurou S. Exc. ao Exm. Conde do Rio Pardo na passada eleição, e disse que seu antecessor ia abismando a província por amor dela em uma rebelião! Assim foi, e é por isso que acima dissemos que S. Exc. não redigiu seu relatório de boa fé, porque tendo feito o que tem feito, e ameaça fazer, contra o partido do governo na próxima eleição, é um contrassenso, é uma baixeza, acusar perante a Assembleia Provincial o seu antecessor, a quem conhecemos os erros de sua administração, erros que sempre acusamos por conhecer que partiram da maldita influência do Visconde da Parnaíba, sobre o Conde presidente, demos uma desculpa, que ao menos foi fiel ao gabinete que o nomeou, e por amor de o acompanhar se sacrificou, dada a hipótese, por nós sempre negada, de que o ministério de 2 de fevereiro, o autorizasse para ligar-se com o celebérrimo Calígula: mas o Sr. de Góis quer fazer as mesmas violências, ou prepare-se para elas, traindo o gabinete, e apoiando o seu mais encamurçado inimigo, o Dr. Francisco de Sousa Martins, e nessas circunstâncias achamos em contra autoria, e sobremaneira mesquinha a censura feita ao Sr. do Rio Pardo [...].[314]

Este trecho do comentário ao relatório da presidência, é apenas um dos pontos colocados pelos redatores. Ao se referirem à tranquilidade pública, diziam que nada tinha feito o presidente; em relação à Guarda Nacional, que estava nomeando qualquer um que o apoiasse, e ainda levando praças para pontos de eleição; sobre a justiça, que ele fazia crítica ao júri, mas não poderia julgar sendo que o povo não o apoiava, além de juntar-se com delegados e juízes para influir nas eleições. De modo geral, os redatores apresentaram cada ponto do relatório e acrescentaram suas críticas.

Na edição de 5 de novembro de 1846, continuavam os comentários sobre o relatório, no mesmo estilo do anterior. Contudo, a edição de 12 de novembro, sendo a última a que tivemos acesso, foi uma das mais críticas, tendo em vista que o periódico foi proibido de circular na província, a tal ponto que foram perseguidas várias pessoas simplesmente por desconfiarem que eles eram os redatores do jornal. Em uma carta escrita por Lívio Lopes Castelo Branco em 26 de outubro de 1846, e que foi publicada nesse número do jornal, Lívio analisava a administração de Zacarias de Góis e denunciava suas tiranias.

Lívio iniciava dessa maneira sua denúncia, que também se dirigia ao chefe de polícia Francisco Xavier Siqueira:

---

[314] O RELATÓRIO da presidência na instalação da Assembleia Provincial. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 12, p. 1, 29 out. 1846.

> A polícia por ordens terminantes da presidência, determina a todos os delegados da província que me prendam.
> Eu não tenho crime algum; o meu crime é somente porque não dou meu voto se sair eleitor (e peço aos meus amigos que também não deem) ao Sr. Dr. Zacarias, ao Sr. Dr. Martins, e ao Sr. Dr. Bahia; e isso é somente, porque acho que não merecem, opinião que eu declaro continuar, apesar dessa ignóbil ameaça.
> Saiba todo o Piauí, todo o Brasil, e meus inimigos mesmo, que durante a administração do Dr. Zacarias, eu estou resolvido a sofrer todos os desaforos, todos os massacres, e todas as injustiças; e que só recorrerei às leis, ao governo imperial, e primeiro de tudo a Deus, a fim de evitar processos de prevenção. Se não obstante, eu for vítima do Sr. Zacarias, e da infame facção – catingórica e martinica – que o leva pelo cabresto a toda parte, eu tenho uma família numerosa, e pertenço ao partido político – ministerialista – que se opõe aos desatinos do Sr. Zacarias de Góis.[315]

Nesta primeira parte, Lívio narra que estava sendo perseguido pelos delegados da província pelo simples fato de não apoiar o grupo de Zacarias, mas, para além disso, existia a questão de ele ser associado à redação de *O Liberal Piauiense*. Com o fim do jornal, as matérias passaram a ser publicadas em jornais do Maranhão e do Ceará como veremos à frente.

> Por esse partido e pela minha família que sou sacrificado: obrem depois o que quiserem, eu sou, fui, e serei sempre o mesmo, e não recuaria ainda a porta da morte. Só lembro ao Sr. Dr. Zacarias que sou chefe de uma família numerosa, e que tenho seis filhos menores, além de alguma cousa a perder; o Sr. Dr. Zacarias não tem nada disto, porém deve ao menos ter senso, porque sem isso não lhe concederia por certo o governo imperial a administração de uma província.
>
> Campo Maior 23 de outubro de 1846
> Lívio Lopes Castelo Branco e Silva[316]

Por fim, Lívio informa pertencer a uma família numerosa e que continuaria sendo fiel ao Partido Liberal mesmo sob ameaças. Lívio expressava preocupação por ser sempre alvo dos Sousa Martins, inclusive sofrendo atentados.

Em outro artigo as denúncias são sobre perseguições, atentados e demissões em massa de delegados liberais.

> O decreto de S. Exc. a respeito de não poder nenhum empregado público servir sem título, foi um meio calculado, de chegar ao fim ignóbil que hoje almeja. Seja feita a sua santa se não brutal vontade.
> Demitiu ao mesmo tempo todos os delegados e subdelegados de Valença e Campo Maior, que em grande parte eram membros da família Castelo Branco e do partido ministerialista, no entanto que os nomeados, especialmente os de Valença, mui de propósito, não tiram títulos, e sabeis vós Snrs. Ministros qual

---

[315] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Protesto contra as violências do Sr. Presidente do Piauí Dr. Zacarias de Gois e Vasconcelos, e do Chefe de Polícia Francisco Xavier Sirqueira. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

[316] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Protesto contra as violências do Sr. Presidente do Piauí Dr. Zacarias de Gois e Vasconcelos, e do Chefe de Polícia Francisco Xavier Sirqueira. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

> é a razão?! É para que a polícia fique em abandono em Valença e Campo Maior; é para que alguns dos chefes do partido ministerialista, sejam assassinados na atualidade, por seus antigos inimigos, a quem S. Exc. protege descaradamente!!![317]

Os redatores denunciavam que o presidente Zacarias de Góis demitira todos os delegados e subdelegados de Valença e Campo Maior, quase todos Castelo Branco e ministerialistas, e os substituíram pelos opositores ao gabinete, a fim de assassinar os liberais e conseguirem proveitos na eleição futura.

> [...] o Sr. Dr. Zacarias espalha circulares por via da polícia, para que se o nosso amigo tomar a menor medida de prevenção ser preso! Sr. Dr. Zacarias é assim que se concorre para a perda dos pais e de famílias? Sr. de Góis, não sabe V. Exc. que a defesa da vida onde não há polícia, é das leis divinas, e humanas?!! Sr. Góis, não abuse tanto! O tempo não é sempre o mesmo![318]

O último trecho do artigo era uma ameaça declarada por parte dos liberais. Começaram afirmando que o presidente perseguia chefes liberais, nesse fragmento, referiam-se a Lívio Lopes, e em seguida, diziam que onde não há polícia as coisas são resolvidas pelas leis dos homens, e finalizavam lembrando que o tempo não seria sempre o mesmo. Os liberais assumiram que se preciso fosse, combateriam através da força, algo que ficará mais explicitado a seguir.

Em mais um artigo extraído de *O Liberal Piauiense*, intitulado A quem se deve os grandes males de que está ameaçada a importante comarca de Paranaguá? À péssima administração que está na quadra atual, fazendo o Sr. Dr. de Góis do Zacarias, os redatores mais uma vez atacavam o presidente.

> Há tempo sabíamos nós que Parnaguá estava ameaçada de ser invadida pelos índios, e que as autoridades locais exigiam do Sr. presidente providencias enérgicas, porém o que havia S. Exc. fazer estando ocupado com eleição, e querendo arrumar todas as tropas da província ao norte da capital onde sabe que os ministerialistas estão resolvidos a fazer-lhe crua e decidida guerra pela sua má conduta, e por que S. Exc. está traindo o ministério, que pôr sem dúvida o conserva na melhor boa fé?[319]

---

[317] A POLÍCIA em abandono nos termos de Campo Maior e Valença, o Sr. Dr. Zacarias, concorrendo se não direta, indiretamente, para serem assassinados alguns dos chefes do partido liberal, ou ministerialista. *O Liberal piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

[318] A POLÍCIA em abandono nos termos de Campo Maior e Valença, o Sr. Dr. Zacarias concorrendo se não direta, indiretamente, para serem assassinados alguns dos chefes do partido liberal, ou ministerialista. *O Liberal piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

[319] A QUEM se deve os grandes males de que está ameaçada a importante comarca de Paranaguá? À péssima administração que está na quadra atual, fazendo o Sr. Dr. de Góis do Zacarias. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

Os redatores iniciaram com extensa pergunta direcionada ao presidente. Ao mesmo tempo diziam que o presidente deveria dar atenção às cousas da província, mas estava ocupado em arquitetar as eleições. Em resposta à pergunta que eles mesmos fizeram, pontuaram que:

> Apenas fez retirar de Parnaguá o tenente Moreira com a força que tinha para vir para às Barras, perseguir os liberais, e vencer eleições a baionetas (posto que fazemos do Sr. tenente Moreira tão bom juízo, que supomos que ter S. Exc. errado no cálculo), foi a vila de Parnaguá invadida, e lá se sacrificaram muitas vítimas respeitáveis, e considerável fortuna, segundo somos neste momento informados! Mas o que importa isso ao serrador de Valença, se embora todo o Piauí corra em sangue, nada lhe dá cuidado, senão a sua eleição, e do seu bom amigo, o boi do Piauí, como lhe chama o *O Cearense*? Snr. Zacarias! Snr. de Góis! V. Exc. emende a mão; V. Exc. não pode deixar de responder perante a nação por tantos crimes e desmazelos.[320]

Essa foi a resposta que os próprios redatores deram à pergunta feita. E reafirmaram a insatisfação dos liberais, que se julgavam perseguidos. Em uma correspondência de 7 de outubro de 1846, publicada em *O Liberal Piauiense* de 12 de novembro, de um delegado recém-demitido de Valença, podemos observar como agia o presidente da província nos últimos meses de 1846.

Transcreveremos apenas o trecho da correspondência – muito extensa – que julgamos ser importante:

> [...] Todos, Srs. Redatores, que frequentaram o Sr. Dr. Zacarias desde o princípio de sua presidência até o dia 26 do passado sempre ouviram-no dizer que não pertencia a partidos, e que dava a sua palavra de honra de não envolver-se em eleições, deixando a todos a liberdade das urnas, apesar de que estava persuadido que o ministério lhe imporia candidatos, e que ele apresentando-os à província cumpria com seu dever, e que se fosse pelo governo geral violentado a empregar a força nas eleições, mais fácil ser-lhe-ia demitir-se do que extorquir o voto do povo, nada mais justo, nada mais almejávamos do que isso tantas vezes afirmado por S. Exc. e assim satisfeitos prometemos a S. Exc. a nossa votação, e ao Sr. Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco, e para isso trabalhávamos com todas as nossas forças; porém vergonhosamente o Sr. Dr. Zacarias, faltou a palavra, traiu-nos quando de boamente estávamos fazendo-lhe serviços... não me causou tal proceder grande surpresa porque pelas pequenas tiram-se as grandes coisas, e eu conheço ao Sr. Dr. Zacarias desde de estudante em Olinda [...].[321]

A partir dessa correspondência observamos que as perseguições aos líderes liberais e ministerialistas começaram a ocorrer aproximadamente a partir de setembro de 1846. Em outras

---

[320] A QUEM se deve os grandes males de que está ameaçada a importante comarca de Paranaguá? À péssima administração que está na quadra atual, fazendo o Sr. Dr. de Góis do Zacarias. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

[321] SILVA, Félix Pereira da. Correspondência. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 3-4, 12 nov. 1846.

palavras, o presidente Zacarias de Góis aliou-se abertamente aos conservadores nesse período, distribuindo simpatias aos seus aliados ao perseguir os opositores.

Em dezembro de 1846, *O Liberal Piauiense* deixou de circular contando ao todo com 14 edições. Os motivos que levaram ao término do periódico, segundo os liberais da província, foram as perseguições e atentados contra líderes ministerialistas, a proibição da circulação do periódico.

Com essas perseguições os líderes liberais começaram a enviar correspondências ao gabinete e a jornais de diversos locais. As informações apareciam em jornais maranhenses, pernambucanos, no Rio de Janeiro, e em especial, no Ceará, província que tinha uma elite local liberal muito atuante e que mantinha relações próximas com os líderes liberais piauienses.

O senador José Martiniano Pereira de Alencar, por exemplo, um cearense que mantinha relações muito próximas com lideranças nacionais, foi o mesmo senador responsável pelo envio do novo presidente da província do Piauí, a fim de organizar a eleição que fora motivo de tantas polêmicas a partir dos meses finais de 1846. A eleição, que ocorreria em 1847, contava com duas chapas bem definidas, inclusive concorrendo Zacarias de Góis pela deputação geral.

Com o fim do *O Liberal Piauiense*, as informações sobre a província do Piauí passaram a circular em outros periódicos, no entanto, nos prenderemos apenas ao jornal *O Cearense*, por ser esse jornal um órgão do partido liberal do Ceará e que sempre manteve relações com o jornalismo piauiense.

Em *O Cearense* de 13 de janeiro de 1847, um mês após o fim de *O Liberal Piauiense*, os redatores daquele periódico, muito solícitos, escreveram uma matéria extensa sobre a condição da província do Piauí. Transcrevemos algumas partes:

> Se vendo os nossos irmãos, os piauienses, gemerem debaixo do mais atroz dos despotismos se nos conservássemos mudos espectadores, deixando de patentear ao governo e ao país inteiro as violências que os oprime, certamente cometeríamos um crime imperdoável, e com razão deveríamos ser amaldiçoados por todos aqueles, em cujo peito palpitasse o amor da liberdade. Não podendo, porém, ser indiferentes aos males, que sofre uma província digna de melhor sorte, e que há tanto tempo sendo vítima dos régulos, que a têm reduzido ao mais deplorável estado; nós vamos denunciar ao público a maneira reprovada e inconstitucional porque tem se portado o seu atual presidente o Sr. Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos. Esperamos, pois, que o governo imperial tomará na devida consideração as nossas e as vozes daquele povo, cujos sofrimentos têm tocado ao último ponto, e que demitirá quanto antes a um presidente, que em vez de seguir as paternais vistas do monarca brasileiro, tem trilhado um caminho de vexações e perseguições, oprimindo aqueles que apoiam o governo e protegendo às escâncaras aos saquaremas seus inimigos abertos, e inimigos declarados de nossas livres instituições.[322]

[322] PIAUÍ. *O Cearense*. Fortaleza, n. 16, p. 3, 13 jan. 1847.

A matéria inicia dessa maneira, os redatores narrando que era de seu dever que denunciassem as tiranias que os piauienses estavam passando, e que as vozes deles e dos piauienses fossem ecoadas por todo o Império até chegar ao monarca, a fim de que fosse remediado a condição por que passava a província. Em continuação, eles relatavam:

> Pensando o Sr. Dr. Zacarias que se aproximava o tempo das eleições, procurou logo arranjar as coisas a seu jeito, e a jeito do lado político que seguia: em consequência disto em uma só semana deu cento e tantas demissões, e tudo quanto era do partido nacional foi por ele lançado por terra de um só golpe, elevando ao mesmo tempo os mais frenéticos oposicionista do atual governo! Ainda não satisfeito, e vendo que isto não bastava para chegar aos seus reprovados fins, principia a perseguir aos Castelos Brancos, cuja família, contando muitos membros poderosos e legitimamente influentes na província, lhe punha obstáculos à carreira despregada em que ele se lançava contra os interesses da grande maioria dos piauienses: com estas vistas fez expedir ordens para todas as partes a fim de ser preso um dos mais distintos membros daquela ilustre família, e isto só por supô-lo colaborador do *Liberal Piauiense*! Esta folha escrita em um estilo digno de ser imitado, tendo a princípio apoiado a administração do Sr. Dr. Zacarias, viu-se obrigado a mudar de linguagem, e fazer-lhe uma oposição forte e enérgica, porém decente: imediatamente o Sr. Dr. Zacarias fez baixar um firmam proibindo sua publicação, que hoje se faz em Caxias, oitenta léguas distante da capital! O que faria o Sr. Dr. Zacarias se tivesse ao seu encalço um *Pedro 2º*, e um *Periquito*, órgãos dignos do partido saquarema desta província?[323]

Neste trecho, podemos analisar que os redatores começaram a relatar a história da administração do presidente Zacarias, apontando inclusive a atuação de *O Liberal Piauiense*, que mudara radicalmente de postura quando o presidente da província se aliou aos opositores. Falavam que Zacarias, com a proximidade das eleições, começara a realizar seus arbítrios, principalmente aos Castelo Branco – vale ressaltar que o líder Castelo Branco a quem eles referiam-se era Lívio Lopes –, intimidando, perseguindo e ameaçando. Concluíram falando que *O Liberal Piauiense*, para eles, uma folha digna de imitação, fora obrigada a mudar de linguagem, o que fez com que o presidente proibisse a circulação do periódico.

Ainda nesse mesmo artigo os redatores abordaram a questão da Guarda Nacional, que segundo eles, era a instituição da salvaguarda das liberdades públicas. Diziam que para fazer uma clientela ao jeito do presidente, foi colocada em todos os pontos da província em grande quantidade, recrutando toda e qualquer pessoa, inclusive homens sem rendimentos necessários para tal, a fim de armarem a situação para a eleição. Concluíram essa parte do artigo dizendo que só poderiam se esperar do presidente tais atitudes, porque a todo custo queria conquistar uma cadeira na representação nacional, contrariando a vontade da província inteira.

---

[323] PIAUÍ. *O Cearense*. Fortaleza, n. 16, p. 3, 13 jan. 1847.

Após os redatores elencarem uma série de arbitrariedades da presidência, acrescentaram que:

> Onde irá isso parar, se o governo imperial não lançar suas vistas sobre aquela infeliz província? E consentirá o gabinete na continuação da administração do Piauí ao Sr. Dr. Zacarias; hoje o açoite, o azorrague, daquele mísero povo, em vez de ser o pai, o seu protetor? Tal não cremos; não cremos que o governo imperial queira assim apurar a paciência de um povo que até hoje tem sido infelicíssimo com quase todos os presidentes que tem tido. O Piauí também faz parte da nação brasileira, e tem os mesmos direitos a ser atendido, como outra qualquer província do Império. Nós esperamos, pois, que o governo não deixará de ouvir as nossas vozes, que atenderá aos sofrimentos e clamores dos piauienses, e que fará mudar o Sr. Dr. Zacarias, hoje inabilitado de dirigir aquela província.[324]

Dessa maneira concluíram o artigo dizendo que esperavam do governo central uma posição e que agiam em prol dos piauiense, pois o Piauí, assim com as demais províncias do Império, fazia parte da nação brasileira e merecia a devida atenção, uma vez que nunca tivera a sorte de ter presidentes bons.

Após tumultuada companha eleitoral na província e com os embates entre liberais e saquaremas, assim como entre os Castelo Branco e os Sousa Martins, a eleição caminhava para sua decisão. De fevereiro de 1847 a junho de 1847, a província continuou com Zacarias de Góis, na presidência da província. Na visão dos oposicionistas, esse delegado do governo assumidamente combatendo os liberais da província continuava a realizar suas articulações e manejos para conquistar as eleições.

Contudo, em julho de 1847, fora nomeado um novo presidente para a província, Marcos Antônio de Macedo (07/09/1847-14/03/1848)[325] e, demitido Zacarias de Góis, que passou a ser candidato à deputação nacional. Nomeado em julho, o novo presidente só chegaria à província em setembro de 1847 e, com sua chegada, foi criado o jornal *O Governista*, periódico que surgiu em continuação ao jornal *O Liberal Piauiense,* sendo redigido provavelmente pelos mesmos redatores de *O Liberal Piauiense*.

Ainda em relação à demissão de Zacarias de Góis, os redatores de *O Cearense* em artigo intitulado Parabéns piauienses!, informavam:

> Acaba de ser nomeado presidente do Piauí o nosso ilustre amigo o Exm. Sr. Dr. Marcos Antônio de Macedo, e demitido o Exm. Sr. Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos. Alegrando-nos cordialmente por ver o nosso amigo elevado ao alto cargo para qual se acha nomeado, damos os mais sinceros parabéns aos piauiense; não só por se verem livres do Sr. Dr. Zacarias, como por irem

[324] PIAUÍ. *O Cearense*. Fortaleza, n. 16, p. 3, 13 jan. 1847.
[325] Foi um magistrado, político, cientista e escritor brasileiro. Nasceu em 18 de junho de 1808, em Jaicós e morreu em dezembro de 1872. Era filho de uma índia acoroaz e Antônio de Macedo Pimentel. Foi presidente da província do Piauí e deputado geral pela mesma província.

> ter a dita de serem administrados pelo Sr. Dr. Macedo.[326]

A felicidade dos liberais piauienses era compartilhada com os liberais cearenses, as folhas do jornal cearense tendo sido o espelho das notícias da província do Piauí até que passasse a circular o jornal *O Governista*. A relação entre as elites políticas do Piauí e Ceará era bem antiga. Existia, embora tímida, uma rede política e jornalística que sustentava as prerrogativas liberais, rede que extrapolava essas duas províncias, e que foi crescendo cada vez mais a partir da Balaiada.

Ao se referirem ao novo presidente diziam que:

> Trilhando sempre, com honra a toda a prova, a sua vida pública e particular, não há de desmerecer do juízo que todos fazemos de sua capacidade, saber e tino administrativo. E tirando os nobres piauienses da opressão em que quase sempre têm vivido até hoje, esperamos que ali fará aparecer a idade de ouro, e esquecer a de ferro, que sobre eles tem pesado. A fortuna, pois, o guie, e os céus o protejam na longa administração, que por sua excelência, desde de já lhe agouramos. Parabéns, piauienses, parabéns![327]

De fato, como idealizavam os redatores do jornal cearense, o governo de Marcos Macedo fora providencial aos liberais do Piauí, no entanto, sua administração duraria apenas seis meses, pois fora feito deputado geral pelo Piauí.

Outro aspecto importante tratado pelos redatores foi o da condição dos liberais ante as administrações provinciais. Nossa pesquisa em torno da disputa entre liberais e saquaremas na província do Piauí, mostrou que o único momento desde as administrações do Visconde da Parnaíba, em que os liberais tiveram essa "idade de ouro", pelo menos o grupo em torno dos Castelo Branco, que os redatores colocam, foi na administração de Marcos Macedo, que distribuiu gentilezas aos liberais da província, em especial, à família de Lívio Lopes.

Em 7 de setembro de 1847, tomou posse o novo presidente, e com sua chegada fez-se uma grande festa. Em vários momentos, o novo periódico liberal que passou a circular na província noticiava essa chegada. Após sua instalação tratou de fazer os preparativos para a eleição que estava próxima, e a mando do gabinete liberal, apoiar aos liberais da província. Em *O Governista* de 25 de setembro de 1847, primeira edição dessa folha, os redatores apresentaram as chapas para a eleição.

Os candidatos pela chapa governista eram os senhores Marcos Antônio de Macedo e Antônio Borges Leal Castelo Branco. Como candidatos da oposição, apareciam Zacarias de Góis e Vasconcelos, Francisco de Sousa Martins, Manoel Joaquim Bahia, Ângelo Custódio de

---

[326] PARABÉNS piauienses! *O Cearense*. Fortaleza, n. 66, p. 3, 12 jul. 1847.
[327] PARABÉNS piauienses! *O Cearense*. Fortaleza, n. 66, p. 3, 12 jul. 1847.

Araújo Bacelar, Baldoino José Coelho,[328] Francisco de Sousa Mendes e Belizário Gonzaga. Podemos perceber que os liberais se concentraram em fazer deputados apenas os senhores Antônio Borges e Marcos Macedo, enquanto os opositores dividiram-se pelo menos entre três candidatos, Zacarias de Góis, Francisco de Sousa Martins e Joaquim Bahia.

O desfecho da eleição não poderia ser diferente. Todas, ou quase todas as práticas de Zacarias enquanto presidente em prol de ajudar seus correligionários, foram adotadas por Marcos Macedo. Tratou de organizar a Guarda Nacional e nomear Lívio Lopes Castelo Branco como Chefe, além de readmitir muitos dos delegados e subdelegados que foram demitidos no governo anterior.

Em artigo contido em *O Governista* de 6 de novembro, os redatores produziram extensa narrativa sobre os gabinetes de 2 de fevereiro e 22 de maio,[329] louvando a atuação desses gabinetes por serem gabinetes liberais. Com o desenrolar do artigo, discorreram sobre a eleição que ocorreria em novembro, apresentando como candidatos de seu apoio Marcos Macedo e Antônio Borges Leal Castelo Branco.

> Dois lados pleiteiam a eleição: de um estão os piauienses que têm por norma as doutrinas dos doutores Martins, Bahia e Zacarias, do outro estão aqueles que apoiam a administração atual do Exm. Sr. Dr. Marcos, e o querem eleger, e ao Sr. Dr. Antônio Borges, por concorrer neles probidade, ilustração, e coerência de princípios, além da circunstância de serem ambos filhos da província e conhecedores de suas necessidades.
> Os doutores Martins, Bahia e Zacarias, são bem conhecidos por sectários dos princípios saquaremas, isto é, retrógados, tanto que o governo, às portas da eleição, exonerou o Sr. Zacarias do posto de confiança em que se achava, e onde o conservou enquanto não chegou ao perfeito conhecimento de sua traição, logo os seguidores desses Srs. são por sem dúvidas inimigos do governo, e consequentemente do bem-estar da pátria.[330]

Os redatores não escondiam seu apoio aos liberais na eleição, ainda realçavam que Zacarias de Góis fora demitido por causa da sua traição, argumento também encontrado em *O Cearense*, que creditava a salvação da província à boa ação do gabinete em demitir Zacarias e nomear Macedo.

Em 7 de novembro de 1847, ocorreu a eleição para deputação geral, que como sempre, recheadas de intrigas, polêmicas, confusões e embates. Contudo, os redatores de *O Governista,* a partir da edição de número 8, começaram a publicar as notícias referentes à eleição. A edição de número 9, trazia uma matéria intitulada Notícias eleitorais da província, apresentando os

---

[328] Foi um político brasileiro. Vice-presidente da província do Piauí, assumindo provisoriamente em 1855.
[329] O gabinete Almeida Torres (Macaé) de 2 de fevereiro de 1844 , e o gabinete Alves Branco de 22 de maio de 1847, eram compostos por liberais e palacianos.
[330] O DIA de amanhã. *O Governista*. Oeiras, n. 7, p. 3, 6 nov. 1847.

principais fatos decorrente da eleição. Informavam que em São Gonçalo, Jaicós e Jerumenha venceram os oposicionistas, tendo, porém os governistas a vantagem dos suplentes; segundo eles, isso já era uma vitória, tendo em vista que essas localidades eram tidas com exclusivas dos oposicionistas. No Poti, diziam que os governistas venceram por oito a cinco, em Valença, ganharam os governistas eleitores e suplentes, assim como em Campo Maior. Em Marvão, a vitória também foi completa dos governistas. Em Parnaíba, informavam que finalmente trabalhou o conselho municipal em 7 de outubro, ao qual excluiu de votante, além de outros cidadãos, o juiz de Direito da comarca (Joaquim Bahia), mas que ainda corria a apuração.

Em *O Governista* de 27 de novembro, vinte dias após o início da eleição, os redatores diziam que a apuração que ocorrera em Oeiras desde o dia 17 de novembro até o dia 25, ainda não estava concluída, já os votos apurados que somavam mais de 400, eram constantemente criticados, pois tinham continuado um sistema de representar-se contra a mesa – de maioria liberal. Em Príncipe Imperial ganharam os governistas, restando apenas os colégios de Parnaíba, Piracuruca e Parnaguá para serem apurados. Os resultados das eleições primárias, publicado em 31 de dezembro de 1847, em *O Governista*, mostrava ampla vantagem dos candidatos liberais:[331]

Quadro 1: Relação de votos por colégios eleitorais em 1847.

Candidatos	Colégios eleitorais válidos (1847)							
	Poti	Campo Maior	Príncipe Imperial	Parnaíba	Piracuruca	Paranaguá	Barras	Total
Antônio Borges Leal Castelo Branco	09	12	16	24	18	06	12	124
Marcos Antônio de Macedo	08	10	16	24	18	07	12	122
Zacarias de Góis e Vasconcelos	06	02				23		61
Francisco de Sousa Martins	02					24		55
Candido Gil Castelo Branco	01							01

Fonte: ELEIÇÃO de dois deputados pelo Piauí. *O Governista*. Oeiras, n. 14, p. 4, 31 dez. 1847.

O quadro acima tem como base a listagem publicada em *O Governista* contendo os dados das eleições primárias. Devido a muitos problemas, não concorreu o colégio de Oeiras,

[331] ELEIÇÃO de dois deputados pelo Piauí. *O Governista*. Oeiras, n. 14, p. 4, 31 dez. 1847.

mas segundo o juiz de paz e a mesa paroquial, isso não interferiu em nada no resultado da eleição. Com a diferença de votos em favor dos liberais, era praticamente dado como certa a vitória na representação geral, com isso fracassando o plano do ex-presidente e de seus aliados.

Embora esse resultado só tenha saído no final de dezembro, ainda no início do mês os redatores de *O Cearense* já davam como certa a vitória dos senhores Macedo e Borges como certa. A preocupação passava a ser acerca de quem substituiria Macedo na presidência, tendo em vista que seu vice era um político saquarema.

Ultrapassadas as polêmicas eleitorais que se deram durante a administração do ex-presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos e findando o governo de Marcos Antônio Macedo, a província se preparava para uma nova administração, tendo em vista que o presidente Macedo vencera o pleito para deputado geral pelo Piauí e partiria para a Corte em pouco tempo. O que se discutia, antes mesmo de sua partida era quem o substituiria:

> Aproxima-se a marcha do Exmº presidente o Sr. Dr. Marcos a ir tomar assento no Parlamento Geral como membro eleito por esta província. A grande questão hoje é – a quem ficará entregue a administração – S. Exc. já oficiou ao Rm. Sr. Padre Marcos de Araújo Costa para o vir substituir, porém consta que esse senhor não se quer sobrecarregar dessa pesada tarefa, e tanto que já a isso se negou em 1845, e até hoje ainda não tomou posse do seu lugar do 1º vice-presidente.[332]

Do ponto de vista legal, o substituto era o padre Marcos de Araújo Costa, sujeito de inclinações ao grupo conservador que, no entanto, não tinha interesse em atuar como presidente de província. Os redatores alegavam que desde 1845 o padre estava na condição de 1º vice-presidente, e que já tivera a oportunidade de assumir tal posição, mas não o fizera. Julgavam, portanto, que o padre voltaria a tomar igual decisão, ficando a um outro sujeito o cargo de presidente de província, pelo menos até a chegada de um novo.

Com a decisão do padre Marcos de não assumir a presidência, a função de presidente passou ao Sr. Dr. Francisco Xavier Cirqueira, próximo dos liberais, e amigo do ex-presidente Marcos Macedo. Nada melhor para o grupo liberal da província, que ter um substituto na presidência inclinado aos princípios governistas e que era do ciclo de amizade das principais influências liberais da província:

> [...] Não tendo vindo substitui-lo o 1º vice-presidente, passou por consequência a administração ao 2º, pela segunda vez, pois acha-se o Exm. Sr. dr. Francisco Xavier Cirqueira, juiz de Direito da capital, e chefe de polícia da província, investido no regime dela [...]. Não podemos adiantar ideia mais favorável ao futuro da administração do Sr. Dr. Cirqueira, se não trazendo a lembrança dos piauienses as suas bem conhecidas qualidades de cidadão probo, eminentemente pacífico, de um gênio nimiamente brando, amigo do

[332] O GOVERNISTA. *O Governista*. Oeiras, n. 22, p. 2, 26 fev. 1848.

> seu país, e das instituições que o regem, juiz reto e humanamente compadecido, e de uma honradez a toda a prova, qualidades que reunidas à sua instrução e prática nos faz esperar que nada perderemos com a ausência temporária da franqueza, patriotismo e tratabilidade do Sr. Dr. Marcos [...].[333]

Assim os redatores de *O Governista* apresentavam o novo presidente da província, pelo menos até que um novo fosse enviado, celebrando a decisão do padre Marcos de não assumir a presidência, abrindo caminho a Cirqueira. A recusa do primeiro vice-presidente ao cargo de administrador chefe da província fez com que a administração provincial continuasse no círculo liberal que se mantinha desde o governo do Conde do Rio Pardo. Todos os presidentes de província após Sousa Ramos, até Anselmo Francisco Peretti, foram enviados por ministérios de maioria liberal, embora tenha havido divergências.

Entre os anos de 1845 e 1848, a configuração política entre as elites locais ficou organizada entre dois polos de poder. Do lado conservador estavam Francisco de Sousa Martins, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Francisco de Sousa Mendes, Miguel Fernandes Vieira e Manoel Joaquim Bahia. Do lado dos liberais, constavam o coronel Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, o irmão dele Antônio Borges Leal Castelo Branco, o jornalista e comerciante Tibério César Burlamaqui, o contador da tesouraria provincial e deputado provincial major José Maurício da Costa Pestana, o chefe de polícia e que depois seria presidente, Francisco Xavier Cirqueira e o presidente Marcos Macedo.

As disputas políticas na província entre os anos de 1845 a 1850 foram forjadas tendo como atores centrais esses senhores pertencentes aos grupos mencionados acima, cada qual com suas riquezas, famílias e influências. Embora sempre houvesse algumas mudanças circunstanciais, as configurações dos polos de poder não fugiam disso, pelo menos até 1848, com a retomada do ministério conservador na Corte,[334] o que fez com que as engrenagens da administração tomassem novos rumos.

Após aproximadamente três meses à frente da administração piauiense, Francisco Xavier Cirqueira foi substituído por Anselmo Francisco Peretti (11/06/184-24/12/1849),[335] que fora nomeado por carta imperial em junho de 1848. Assim como os presidentes anteriores, foi enviado pelo gabinete ministerial liberal, para tomar a frente da província do Piauí e assegurar os princípios governistas.

---

[333] O GOVERNISTA. *O Governista*. Oeiras, n. 25, p. 1, 18 mar. 1848.
[334] Gabinete Pedro Lima (Olinda), de 22 de setembro de 1848 a 6 de outubro de 1849.
[335] Foi um magistrado e político brasileiro. Nasceu no dia 21 de abril de 1812 e morreu no dia 9 de outubro de 1877.

Anselmo Francisco Peretti assumiu a presidência da província em 11 de junho de 1848. Como prática comum à época, fora enviado para organizar as demandas emergentes da província e comandar as eleições províncias e gerais que logo ocorreriam. Contudo, após mais ou menos três meses de sua chegada, o gabinete que o enviara foi dissolvido, o que causou desconforto entre os liberais piauienses e o então presidente.

Segundo os redatores de *O Eco Liberal*, o presidente Peretti atuou de forma imparcial na província até as eleições provinciais em setembro/outubro de 1848, momento também da queda do gabinete liberal, não interferindo diretamente nas eleições exceto em Oeiras, onde teria ajudado a sair vencedores os homens de sua feição.

Aparentemente o fator mudança de gabinete foi primordial para que a frente conservadora conseguisse, nas eleições de 1849, um espaço maior de poder na província. Contudo, isso é apenas um ponto. A mudança do gabinete por si só não era suficiente para que as lideranças políticas inclinadas ao grupo em vigência saíssem vitoriosas nas eleições tanto municipais como gerais. Era preciso mais do que a mudança do gabinete, embora esse fator fosse crucial. Os liberais saíram vencedores nas eleições municipais, tendo uma leve vantagem diante dos conservadores, configurando-se assim, pelo menos segunda as urnas, a maioria da província.

Nesse momento, os conservadores tinham a difícil tarefa de combater o forte grupo liberal, que possuía vários líderes ocupando cargos estratégicos na província. A solução mais provável, levando em consideração a subida do gabinete conservador, era uma articulação entre os líderes conservadores/saquaremas com o presidente Peretti. O que estava em jogo eram duas cadeiras na representação geral, assim era imprescindível para o gabinete em atividade que saíssem eleitos dois representantes conservadores.

Composto o cenário político de 1849, o único problema naquele momento para o mais novo grupo formado pelos saquaremas e o presidente, era vencer nas urnas os candidatos liberais, que eram "maioria". Diferente das eleições em que concorrera Zacarias de Góis, quando aliou-se ao grupo contrário ao do gabinete em atividade, Peretti, mesmo enviado pelo gabinete liberal, apoiava o gabinete vigente, em outras palavras, o presidente, dessa vez, seria apoiado pelo gabinete em atividade, sem a preocupação de ser substituído nas vésperas da eleição.

O Eco Liberal, foi o veículo de transmissão das arbitrariedades cometidas pelo presidente Peretti. Os liberais se viam em uma situação complicada, acreditavam que venceriam as eleições caso essas fossem realizadas sem nenhuma interferência e fossem de fato decididas pela maioria da província. No entanto, segundo os redatores, as eleições de 5 de agosto de 1849,

constituíram verdadeiro festival de horrores. Eles afirmavam contundentemente em suas folhas que o presidente Anselmo Peretti usou o que podia e o que não podia para sair vencedor nas eleições pela deputação geral.

Umas das manobras políticas realizadas pelo presidente Peretti para minar as forças liberais foi a demissão e prisão de um dos principais líderes liberais da província naquela altura, e um dos mais próximos e influentes do círculo político de que Lívio Lopes fazia parte, o deputado provincial e major José Maurício da Costa Pestana.[336] Além disso, colocou Manoel Joaquim Bahia na chefia da polícia, tendo total poder para perseguir e prender os desafetos políticos.[337]

Desde a mudança do gabinete Paula Sousa, em setembro de 1848, o presidente se inclinara para a ala dos conservadores no intuito de permanecer no seu cargo de presidente já almejando disputar as eleições para deputado geral pelo Piaui. Embora estivesse em um cenário de incertezas, o presidente Peretti conseguira estender sua administração até final do ano de 1849, próximo às eleições, quando fora substituído por Inácio Silveira da Motta.[338]

O que sustentou sua permanência na presidência foram as barganhas políticas e as alianças com os conservadores, a quem entregou os cargos e as benesses, e perseguição aos liberais da província. O governo do presidente Peretti, pela narrativa liberal, foi marcado, assim como o governo de Zacarias de Góis, pelas perseguições, corrupção e traição. Nas páginas de *O Eco Liberal* no ano de 1849 constavam matérias exclusivamente destinadas às críticas ao presidente e seus aliados. Essa tendência permaneceu até o fim das eleições, mesmo Peretti não sendo mais presidente.

Encerradas as eleições, saíram eleitos pelo Piauí como deputados gerais Manoel Joaquim Bahia e o ex-presidente Anselmo Francisco Peretti. Contudo, o ex-presidente não assumiria a cadeira, ficando esta com o primeiro suplente, João Lustosa da Cunha Paranaguá.[339] Os motivos que levaram a que Peretti não assumisse a cadeira foram a forte pressão dos opositores na Corte, que apresentaram diversos documentos que comprovavam suas irregularidades, e a inércia de seus correligionários em o defender, o que se tornou motivo mais

[336] Foi um militar e político brasileiro. Nasceu no Ceará e morreu em 27 de novembro de 1859, no Piauí. Trabalhou no órgão da fazenda no Piauí, e foi preso acusado de irregularidades.
[337] IGNÓBIL vingança. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 13, p. 1-2, 13 dez. 1849.
[338] Foi um jurista e político brasileiro. Nasceu no dia 26 de julho de 1815 e morreu no dia 18 de abril de 1885. Filho de Joaquim Ignácio Silveira da Mota e de sua esposa D. Ana Luísa da Gama.
[339] Foi um magistrado e político brasileiro. Nasceu no dia 21 de agosto de 1821 e morreu no dia 9 de fevereiro de 1912. Filho de José da Cunha Lustosa e de D. Ignácia Antônia dos Reis Lustosa.

que satisfatório para os liberais piauienses sustentarem que esse sempre fora o desejo dos conservadores, o de que saíssem eleitos os Drs. Bahia e Paranaguá.

3.3 O domínio conservador e as novas configurações políticas: disputas entre José Antônio Saraiva e Lívio Lopes Castelo Branco

Após as eleições para representação nacional de 1849, com o fim do governo de Peretti, assumiu a presidência do Piauí Inácio Silveira da Mota, que governou por um tempo aproximado de um ano. A administração do presidente Mota, apesar de ter recebido críticas, se comparada à presidência do seu antecessor foi tranquila.

Ao assumir a condição de presidente, Mota foi tanto quanto possível imparcial. Segundo os relatos encontrados em *O Eco Liberal*, o presidente não se envolvia em muitas polêmicas, muito embora estivesse ligeiramente inclinado ao grupo conservador da província. Nada de surpreendente, sobretudo porque o gabinete que atuava no momento era um gabinete conservador e, pela lógica política da época, tudo que ocorria na província ecoavam na Corte.

A administração de Mota, embora saquarema, talvez não tenha ganhado muitas críticas nas folhas liberais do período justamente por ser uma administração mais equilibrada do que a anterior, com poucas referências a arbitrariedades e à busca de proveitos pessoais, e por não atravessar período eleitoral. Ainda assim, não quer dizer que o presidente não tenha cometido ações que desagradavam aos liberais.

Os liberais piauienses sabiam que não podiam contar muito com as administrações futuras, pelo menos até enquanto o gabinete conservador estivesse no poder. Mas essa administração em particular não foi polêmica como a de Peretti e a futura de José Antônio Saraiva. Em outras palavras, os liberais esperavam o pior dessa conjuntura, no entanto, no período em que Motta esteve à frente da administração provincial foram sustentados os poucos os cargos que ainda restavam com os liberais, o que equilibrara, em certa medida, sua popularidade relativamente aos presidentes anteriores.

O avanço conservador manifesto nas últimas administrações no Piauí se deveu à mudança da liderança da ala liberal para a conservadora no Brasil, tendência que abarcou todo o Império. O último gabinete liberal, de Francisco Paula Sousa de Melo, que foi dissolvido em 29 de setembro de 1848, e substituído pelo gabinete conservador de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), foi o marco inicial para uma política conservadora forte e combativa. Pode se dizer que o gabinete liberal de 1848 foi o último gabinete efetivamente liberal, muito

embora em 1857, também sob liderança de Olinda, o 14º gabinete fosse composto por liberais e conservadores.[340]

É importante apresentar esse quadro conjuntural que havia se instalado na política nacional para que possamos compreender os desdobramentos da política piauiense no início da década de 1850. A queda dos liberais marcaria o início do longo governo dos conservadores à frente da política nacional, colocando nesse cenário nomes como José Antônio Saraiva, José de Alencar (o filho),[341] Euzébio de Queirós Coutinho Matoso,[342] Zacarias de Góis, e outros.

José Antônio Saraiva[343] assume o governo da província do Piauí em 7 de setembro de 1850. São poucos os relatos sobre sua vida política antes da chegada ao Piauí – provavelmente por ter sido essa sua primeira experiência relevante, tendo apenas 27 anos quando assumiu a presidência do Piauí. Chegando na região como um total desconhecido –, conseguiu sair do anonimato e, a partir daí, consolidar uma vida política longa e próspera.

Apadrinhado por Pedro de Araújo e Lima, então Visconde de Olinda, conseguiu em 1850 seu primeiro cargo relevante, em termos de política geral. Tornou-se presidente da província do Piauí, nomeado por Carta Imperial de 23 de junho de 1850, ficando no cargo até 1853. Apesar de formado em Direito, seu maior legado foi na política, presidindo diversas províncias. Foi ministro nas pastas da Marinha e da Guerra e tornou-se senador e conselheiro.[344]

As notícias da Corte e das demais regiões do Império chegavam ao Piauí pelos correios da Bahia na forma de correspondências oficiais e cartas particulares. *O Eco Liberal* 46, de 1º de agosto de 1850, divulgou notícias da Corte informando: "[...] consta por cartas particulares, que o governo removerá o Dr. Mota para a presidência do Ceará, nomeando para o substituir

---

[340] Gabinete Pedro Lima (Olinda), de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858. Formado por liberais e conservadores. Já se vivia os gabinetes de conciliação e posteriormente a liga progressista.

[341] Foi um escritor e político brasileiro. Nasceu no dia 1 de maior de 1829 e morreu no dia 12 de dezembro de 1877. Filho de José Martiniano Pereira de Alencar. Casou-se com Georgiana Augusta Cochrane.

[342] Foi um magistrado e político brasileiro. Nasceu em são Paulo no ano de 1812 e morreu no dia 7 de maio de 1868. Filho de Eusébio de Queirós Coutinho da Silva e Catarina Matoso de Queirós da Câmara. Foi ministro da Justiça (1848-1852) e, neste cargo, foi o autor de uma das mais importantes leis do império, a Lei Eusébio de Queirós, que reprimia o tráfico negreiro e estabelecia sua posterior extinção.

[343] Foi um magistrado e político brasileiro. Nasceu em Santo Amaro (BA), em 1 de maio 1823, e faleceu em Salvador, em 21 de julho de 1895. Era juiz de direito na Bahia deixando o cargo para presidir a província do Piauí. Foi o responsável pela mudança da capital.

[344] BRASIL. Ministério da Economia. *José Antônio Saraiva*. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/jose-antonio-saraiva. Acesso em: 25 nov. 2021.

na presidência desta província o Sr. Dr. José Antônio Saraiva, juiz municipal de Jacobina na Bahia".[345]

Em outro número do mesmo jornal, de 15 de agosto de 1850, os redatores confirmavam a informação anterior. Segundo eles, o *Correio Mercantil*, jornal fluminense, dava como certas essas transações e que, brevemente, o novo presidente estaria em solo piauiense.
Passadas algumas semanas, *O Eco Liberal*, descreveu a chegada de Saraiva da seguinte maneira:

> Com a entrada do estafeta da Bahia no dia 5 pela manhã, foi a capital surpreendida com a notícia de ter ele deixado o Exm. Sr. Dr. Saraiva, presidente desta província, a 12 léguas de distância, e contando-se com a sua chegada a 6 da manhã, ainda se passou por nova surpresa, porque ele entrou no mesmo dia 5 das 8 para 9 horas da noite, de forma que o seu antecessor mal teve tempo de o ir encontrar pouco além da Rua da Cadeia Velha, sem que fosse S. Ex. recebido com as honras militares do costume, e que lhe são devidas.[346]

Na mesma edição, os redatores informaram que o novo presidente realizou o juramento e a posse no dia 7 de setembro, na Câmara Municipal, e dali partiu para o Palácio, onde achava-se hospedado e de onde assistiria o cortejo de aniversário da Independência do Brasil. Os redatores concluíram a matéria dizendo que nada poderiam adiantar a respeito da nova administração, mas esperavam que Saraiva bem governasse a província, cujo destino lhe fora confiado. Aguardavam que ele não se circunscrevesse ao pequeno círculo que os seus antecessores deixaram permanecer em cargos policiais, que fosse iluminado a bem estudar as circunstâncias e necessidades da província e a fazer justiça a todos com imparcialidade. Finalizando, garantiram assegurar toda consideração, respeito e tolerância e mesmo o apoio compatível com os seus princípios de oposicionistas.

Percebe-se pelos trechos extraídos que os redatores de *O Eco Liberal*, em certa medida, representavam a voz do Partido Liberal da província. Já sabiam que o novo presidente viera com o propósito de assegurar o monopólio político saquarema na província e já apontavam Saraiva como político de princípios opositores aos dos liberais. Contudo, desejavam que o administrador recém-chegado tivesse uma postura administrativa do bom senso e boa governança e não militasse única e exclusivamente no pequeno círculo saquarema.

Mais que realizar a política saquarema, os propósitos de José Antônio Saraiva mostravam-se muito mais ousados. Em 24 de outubro de 1850, as primeiras notícias, ainda no campo especulativo, sobre a mudança da capital, começaram a circular. O discutido projeto

---

[345] CORREIO da Bahia. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 46, p. 3, 1 ago. 1850.
[346] ECO Liberal. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 52, p. 1, 12 set. 1850.

mudancista, que fora novamente levantado em todas as discussões na Assembleia Municipal a partir de 1844, no governo de José Idelfonso de Sousa Ramos e que nunca conseguira apoio suficiente para ser efetivado, parecia que no governo Saraiva, de fato, iria ser posto em prática, o que causava uma grande tensão entre mudancistas e não mudancistas.[347]

Em 14 de novembro de 1850, os redatores de *O Eco Liberal* informavam que o presidente acabara de chegar em Oeiras, após passar 22 dias conhecendo os locais mais citados como capazes de sediar a nova capital. Apesar dessa viagem de conhecimento, era considerado quase como certo que o local de preferência do presidente era a vila do Poti, o que resultou na insatisfação de parte das elites políticas contrárias à mudança, que reagiram pela imprensa, sempre publicando matérias defendendo a permanência de Oeiras como capital.

A partir do final do ano de 1850 e até parte do mês de abril, praticamente todas as edições de *O Eco Liberal* que circularam trataram de polêmicas envolvendo lideranças liberais e conservadoras e chamando a atenção para a ineficiência do presidente em impedir as perseguições. Para além disso, os redatores também reclamavam das nomeações do presidente para as mais variadas funções e atribuições, que em sua maioria contemplavam desafetos do grupo liberal.

Em 15 de maio de 1851, mais uma vez, o jornal contemplava o tema mudança da capital. Dessa vez, a matéria publicada era de responsabilidade de um assinante anônimo, que criticava fortemente o projeto de Saraiva:

> [...] Eu gostarei bem que o Sr. Saraiva leve essa liçãõozinha, para não confiar tanto nas fanfarronices dos seus bem-aventurados, e lembrar-se que não o mandaram para cá ao Piauí só para ter atenções com Pedro. A causa, contudo, está em muito atraso, por isso digo que me parece ter de ficar sempre no futuro, tanto mais quanto vejo pouco pano para manga: e a mudança de uma capital não é negócio de crianças; não se admitem fantasias. Uma das primeiras necessidades é dinheiro grosso, e este é que eu não vejo, nem de onde o tirar [...].[348]

Essa crítica expressava um descontentamento desse assinante de *O Eco Liberal* para com o presidente Saraiva, pois, segundo ele, os queridinhos do administrador da província tinham assegurado que iriam construir residência no local da futura capital, onde não havia praticamente nada, e na verdade nada haviam feito. Afirmava ainda o assinante não acreditar

---

[347] Já se falava em mudança da capital no século XVIII, devido as condições geográficas de Oeiras. Em 1844, no governo Sousa Ramos, o projeto da mudança da capital foi criado e chegou a ser discutido, contudo não obtivera condições políticas para sua efetivação. Praticamente todos os presidentes pós Sousa Ramos discutiram o projeto, que acabou sendo engavetado. No entanto, no governo Saraiva um novo projeto obteve apoio político suficiente da Assembleia Provincial para ser efetivado.

[348] POTI 25 de abril de 1851. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 87, p. 4, 15 maio 1851.

que ocorreria essa mudança, que ficaria, mais uma vez, para o futuro, pois não havia condições materiais para uma obra dessa envergadura.

Apesar do desejo de parte do grupo liberal de que o projeto mudancista fracassasse, o empenho do presidente era muito grande. José Antônio Saraiva havia assumido a ideia mudancista e queria que seu legado na província fosse a concretização da tão sonhada transferência da capital, realizando um feito que nenhum dos seus antecessores havia conseguido. Se fosse preciso minar a força de seus opositores, assim ele o faria.

Em *O Eco Liberal* de 12 de junho de 1851, os redatores deixaram muito claras as suas posições: "Atualmente é a mudança da capital que ocupa a atenção, e constitui o objeto de discussão; todos desejam a decisão desse negócio, e poucos ousam entrar nessa questão; e certamente se há feito dela, já não uma novidade, mas uma arma para a indisposição e intriga".[349]

Em continuação à opinião sobre o tema, os redatores alegaram que a mudança da capital era matéria de interesse de toda a província, mas que os atuais dominadores queriam resolver a questão sem consultar a vontade do povo. Questionavam se seria uma medida de vantagens para a província tirar a capital do seu centro para colocá-la em seu extremo, ainda deserto; se a mudança para o termo da vila do Poti era de fato necessária, conveniente e de bem público; e se já estava decidida. Se assim fosse, questionavam se ela seria praticável sem grande prejuízo à província.

Após longa e detalhada narrativa, os redatores finalizaram afirmando que:

> De Oeiras são 18 léguas à margem do Parnaíba no termo de São Gonçalo, em linha de oeste, e essa distância tem todas as proporções para receber uma fácil e cômoda estrada para carros de transportar gêneros, a qual, uma vez estabelecida e seriamente animada a navegação do rio, se tornará a nossa capital na cidade bela e amena, onde se desenvolverão em grande ponto o bom gosto, e as modas, sem que tenha a província de perder tanto quanto arrisca com a muda para o termo da vila do Poti, com o aceleramento porque se pretende efetuar essa medida danosa.[350]

Os redatores e parte do grupo liberal que residiam em Oeiras e nas vilas de São Gonçalo, Valença e Jaicós desejavam que a capital permanecesse em Oeiras, alegando que a capital ficava próxima das principais vilas com maior poder de comércio, por ter todos os prédios públicos e estar centralizada. Consideravam que a abertura de uma estrada para as margens do rio Parnaíba, no termo de São Gonçalo, e após, o estabelecimento da navegação do rio,

[349] A MUDANÇA da capital. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 91, p. 1, 12 jun. 1851.
[350] A MUDANÇA da capital. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 91, p. 1-2, 12 jun. 1851.

poderiam concorrer para a mudança da capital para a vila de São Gonçalo, onde já existiam prédios e moradores estabelecidos.

Como se pode observar pelas análises do jornal *O Eco Liberal*, o desejo dos não mudancistas era que a capital continuasse em Oeiras, tudo justificado por questões estratégicas no campo da política e comércio. Contudo, esse desejo não se restringia apenas a parte do grupo liberal da província; parte dos saquaremas também via na mudança da capital um risco aos seus interesses econômicos.

Nesse cenário de impasses entre mudancistas e não mudancistas, o projeto de transferência da capital para a Vila Nova do Poti, algumas léguas depois da vila velha, foi discutido na Assembleia e derrotado por poucos votos. Os não mudancistas venceram, nesse momento, os propósitos do presidente e de um grupo liberal nortista que viam na mudança da capital um incentivo ao crescimento econômico da região. Do ponto de vista político, as regiões próximas à nova capital passariam a deter mais poder econômico e político.

O Eco Liberal informou, em tom sarcástico, que parcela dos saquaremas, na sua maioria de Oeiras, e o presidente Saraiva, estavam com suas relações estremecidas em virtude da derrota do projeto mudancista na Assembleia Provincial. No entanto, outra circunstância pode ser observada: o grupo liberal, assim como o saquarema, saía dessa disputa de interesses dividido e ainda mais enfraquecido.

A proposta de mudança da capital tornou-se um assunto problemático e polêmico para os grupos políticos piauienses. Em face dessa fragmentação dos grupos partidários e da proximidade das eleições, tanto para deputados provinciais quanto para a representação geral, desenhava-se o cenário ideal para que mais uma vez o presidente Saraiva colocasse seu plano em ação. Os redatores de *O Eco Liberal* já compreendiam que esse seria o caminho mais rápido para que o presidente alcançasse seus objetivos.

Na edição de 18 de setembro de 1851, afirmavam que Saraiva, ao ser derrotado pela Assembleia, tratou logo de se retirar para São Gonçalo e de lá ir para o Poti e Campo Maior. A viagem do presidente para essas regiões teria o sentido de acalmar e reafirmar aos seus partidários mudancistas que não desanimassem e continuassem a manter suas obras no local escolhido para sediar a futura capital, construindo ali suas casas e outras edificações. A viagem do presidente durou aproximadamente um mês e meio. O retorno a Oeiras ocorreu em 6 de novembro de 1851.

Como mencionado, o projeto de mudança da capital foi o motivo principal para que ocorresse a fragmentação política dos grupos ativos na província. Por um lado, os saquaremas, que pela lógica política da época, deveriam apoiar na totalidade as diretrizes do presidente

enviado pelo gabinete conservador, assim não o fizeram; por outro, os liberais, também se dividiram em dois grupos. O primeiro, composto pelo círculo de Oeiras e pelas vilas mais ao sul, tinha como lideranças fortes Tibério César Burlamaqui e Manoel de Sousa Martins. O segundo, agregava as vilas e povoações ao norte, principalmente as vilas do Poti e Campo Maior, tendo como chefes principais Cândido Gil Castelo Branco e Lívio Lopes Castelo Branco.

Esse impasse de interesses no interior do grupo liberal foi muitas vezes colocado de forma discreta nas folhas de *O Eco Liberal*. Tibério Burlamaqui era amigo próximo de Lívio Lopes e, até 1850, compartilhavam a redação do referido periódico. Porém, com essas divergências, acabaram por se desvincular, e Lívio Lopes, juntamente com alguns parentes, puseram em circulação o *Argos Piauiense*.[351] É importante que essas práticas não sejam confundidas com profundas rupturas, pois era comum membros do mesmo partido divergirem, como aconteceu com Manoel de Sousa Martins e Lívio Lopes Castelo Branco que, por longo tempo, militaram pelo grupo liberal.

Nos meses finais de 1851, os redatores de *O Eco Liberal* sinalizavam para as eleições provinciais, defendendo que Saraiva faria de tudo para eleger os deputados de feição mudancista para que seu projeto fosse aprovado. Ao mesmo tempo, denunciavam arbitrariedades cometidas pelos delegados e subdelegados em diversas vilas, bem como as ações parciais dos juízes.

Em meados de setembro de 1851, o *Argos Piauiense* denunciava a perseguição que Lívio Lopes sofria por parte do presidente da província. Em momento algum o *Eco Liberal* mencionou tal fato. Com isso, pode-se imaginar que os redatores de *O Eco Liberal* decidiram, pelo menos naquele momento, romper relações com os redatores do *Argos Piauiense*, embora ambos fossem periódicos liberais. Em outras palavras, os redatores de *O Eco Liberal*, principalmente Tibério Burlamaqui, deixaram que Lívio Lopes, redator do *Argos Piauiense*, resolvesse suas questões com o presidente da província, sem promover sua defesa. Outro aspecto importante a destacar é o fato de Lívio Lopes ter divergido de alguns partidários com relação à mudança da capital e ter apoiado o projeto mudancista de Saraiva. Entretanto, esse apoio não o tornaria amigo do presidente. Ocorreu o contrário e, posteriormente, Lívio Lopes foi perseguido politicamente por Saraiva.

[351] Periódico de viés liberal redigido por Lívio Lopes Castelo Branco. Circulou de 1851 a 1852, impresso uma vez por semana por A. Luiz de Moraes Castelo Branco, na Tipografia Liberal, em Oeiras.

Aproximando-se as eleições de 1852, os grupos políticos já começavam a se articular, ou pelo menos assim deveria ocorrer. Em março de 1852, ao término da apuração da eleição provincial, descrita como cheia de irregularidades, denunciavam que o presidente interferira para que saíssem eleitos, em maioria, os deputados de sua feição, com o objetivo de aprovar o projeto mudancista na Assembleia e, ainda, diziam que os eleitores se venderam por cargos e/ou permanência em cargos. O fato é que Saraiva conseguiu que a maioria dos deputados eleitos fosse favorável ao seu projeto mudancista. Sua influência nas eleições provinciais, com a ajuda de muitas lideranças saquaremas, garantiu-lhe as armas necessárias para efetuar seu plano.

Em *O Eco Liberal* de 4 de junho de 1852, foi publicado o artigo intitulado A eleição senatorial, em que os redatores descreveram os motivos pelos quais não se ouvia nenhum barulho a respeito das eleições futuras:

> Quem tiver presenciado uma campanha eleitoral em qualquer recanto do Brasil, achando-se hoje em Oeiras, e sabendo que estamos à véspera de uma eleição senatorial, por certo que pasmaria de ver o silêncio mortuário que reina a tal respeito na capital de uma província, no ano eleitoral de 1852! E qual será a razão dessa apatia nesse tempo em que os partidos não dispensam de medir suas forças, de empenhar todos os seus recursos, e de procurar convencer que cada um é mais potente? Será que os candidatos sejam aceitos com tanta unanimidade, que não haja sobre eles a menor divergência, ou será que os homens estejam tão satisfeitos com a atual administração, que as suas imposições sejam para eles um preceito por deferência?[352]

Segundo os redatores, nenhuma das opções estava correta. Eles alegavam que pelo lado do grupo saquarema esse silêncio significava coação, desgosto e medo. Coação porque os representantes da chapa formada pelos Srs. Francisco de Sousa Martins, Francisco de Sousa Mendes e João Lustosa da Cunha Paranaguá não se atreveriam a hostilizar os desejos do presidente, receando que ele os afrontasse. Desgosto porque tendo procurado os liberais para uma oposição combinada, foram repelidos categoricamente e assim se viram na impotência de guerrear a candidatura do Sr. Joaquim Francisco Viana, como almejavam. E, por fim, o medo, porque excluídos dos liberais, e separados dos seus amigos que seguiam cegamente a presidência, recusaram o emprego das baionetas, que devia ser o resultado de um pronunciamento de suas partes.

Com relação aos liberais, os redatores diziam que, empenhados por alguns amigos da Corte a favor do Sr. Viana, acertaram de não se opor à sua inclusão na lista tríplice, mesmo porque essa eleição, por qualquer lado que fosse encarada, não se devia desviar da sua posição

[352] A ELEIÇÃO senatorial. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 142, p. 2, 4 jun. 1852.

atual. Nesse sentido, afirmavam o porquê de as eleições de 1852, no Piauí, não registrarem as efervescências que geralmente ocorriam durante os processos eleitorais.

No final do mês de junho de 1852 iniciaram-se as eleições na província para a deputação geral. Precisamente em 18 de junho deu-se início às eleições primárias, eleições que os redatores de *O Eco Liberal* descreviam como um processo eleitoral ocorrido placidamente. Afirmavam que só na freguesia de Oeiras havia mais de 3.000 votantes qualificados e somente apareceram 429 cédulas, comprovando o total descaso dos eleitores. Segundo o jornal, tal fato se deu porque muitas das influências saquaremas, que costumavam ostentar nessas ocasiões seus esquadrões, sequer compareceram às urnas. Finalizaram afirmando que os eleitores daquela freguesia todos eram favoráveis ao Sr. Viana.[353]

Se, no âmbito geral, as eleições foram consideradas barulhentas, o mesmo não se pode dizer para a situação particular de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e sua candidatura neste pleito. Em Parnaíba, no dia 20 de julho de 1852, Lívio Lopes redigiu uma matéria historiando sua candidatura para deputação geral, iniciada em junho de 1852,[354] publicada em *O Grito Nacional*:[355]

> A candidatura do Sr. coronel Castelo Branco, pela província do Piauí.
> [...] a mesma Constituição garantiu para poder ser eleito deputado, o cidadão brasileiro, que esteja no caso de o ser, isto é – pelo art. 95 que diz, que todos que podem ser eleitores, podem ser deputados, tendo quatrocentos mil-réis de renda líquida, moeda de prata, inteligência, moralidade, patriotismo, e bons costumes. Se eu tenho tido e possuo ainda essas qualidades, conhece, e deve saber a província inteira; mesmo ser-me-ia um pouco excessiva a obrigação de demonstrá-las. Apesar disso eu não me animei a apresentar-me candidato, se não depois que aquele que reconheço chefe do partido liberal, em diversos pontos da província, e com limitadas exceções, que desafeições pois me inibiram de consultar, aprovaram minhas intenções e me prometeram seu apoio. – E além disto, eu tenho tão religiosamente cumprido todos os meus deveres para com o meu partido, em todas as crises, e com todos os sacrifícios, que seria uma grande injustiça se outras fossem a conduta dos meus amigos quando eu tratasse dos meus direitos, porque assim qualifico como cidadão político, a vez que me resolvo pedir a urna liberal a prova de sua gratidão aos serviços que lhe tenho prestado em um negócio cujo maior gozo, será todo em proveito da província, por cujos interesses tenho o meu maior empenho.[356]

---

[353] ELEIÇÕES. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 145, p. 3, 2 jul. 1852.

[354] Em 1852, no Piauí, houve três eleições. A eleição para deputados provinciais foi finalizada em março. A eleição para senador finalizou-se em junho, à medida que iniciava a eleição para deputado geral;

[355] Periódico de viés liberal. Circulou de 1848 a 1858 no Rio de Janeiro. Em um primeiro momento publicava-se uma vez por semana, depois passou a ser publicado duas vezes por semana. Durante seus anos de circulação foi impresso em diversas tipografias entre elas, a tipografia do Sr. Silva Lima, a tipografia do Correio Mercantil e a tipografia de J. R. Alves e C.ª. O jornal reimprimiu a circular que ele escreveu à época da eleição.

[356] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. A candidatura do Sr. coronel Castelo Branco... *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 450, p. 3-4, 29 set. 1852.

Na citada matéria constava a circular em que Lívio pedia apoio à sua candidatura. No documento, justificava que possuía todos os requisitos que um cidadão brasileiro precisava para ser eleitor e deputado. Informava que se animou para ser deputado somente depois que aqueles que eram reconhecidos como chefes do Partido Liberal em diversas regiões aprovaram suas intenções e lhes garantiram seus apoios. Dizia, ainda, que não poderia ser diferente, pois tinha prestado bons serviços à causa liberal em todos os momentos.

Em continuação, afirmava:

> Dirão alguns que a quadra é má para mim, porque sobre a questão de princípios e ódio pessoal que me vota o presidente da província, será a causa da minha derrota! Aqui cabe dizer, que sobre pedir e aceitar toda a proteção do Partido Liberal, eu a tenho também pedido aos saquaremas prudentes, honrados, e conscienciosos, que não são meus inimigos pessoais. Nisto porteime com dignidade e conveniência geral; com dignidade porque excetuando meus inimigos pessoais, entendo que os outros que apesar de serem do outro lado, mas que nas causas particulares nutrem comigo relações de amizade, podiam proteger e podem na eleição sem quebra de seus princípios: conveniência geral, porque sem dever a minha eleição a esforços dos meus amigos de ambos os partidos, a quem procuro, meu dever será servir justamente a todos em geral, advogar a causa da província inteira, única causa que hoje convém segundo estado excepcional, em que se tem achado a mesma província pelas nossas eleições passadas. E ainda que a isso se venha chamar uma espécie de coalisão relativa, mesmo assim em nada me desonra, uma vez que não tenha de sacrificar, como não sacrifiquei os meus princípios [...].[357]

Lívio Lopes pontuava que muitos consideravam que o momento para sua candidatura não era oportuno pois caía sobre ele ódio pessoal por parte do presidente Saraiva. Diziam que o presidente seria a causa de sua derrota. No entanto, Lívio afirmava que pedira toda a proteção do Partido Liberal e também de alguns saquaremas com quem mantinha relações amigáveis.

Como visto, o desejo de Lívio Lopes de tornar-se deputado era grande, conforme demonstrava a circular, muito bem fundamentada na Constituição do Império e nas leis referentes às eleições. A extensa publicação, da qual transcrevemos uma parte, revela um Lívio Lopes maduro e flexível, tecendo relações com os dois partidos imperiais, e não se preocupando com as possíveis críticas que receberia. Ao lermos esta publicação, percebemos que Lívio Lopes estava convicto de que receberia o apoio do Partido Liberal, buscando, assim, somente a ajuda e proteção de alguns senhores do partido saquarema, pois ele julgava possuir boas relações com vários desses senhores.

Apesar da confiança de Lívio Lopes de receber o apoio que buscava, na prática, ele foi esquecido por aqueles a quem acreditava se ter devotado. Lívio não recebeu o apoio necessário

---

[357] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. A candidatura do Sr. coronel Castelo Branco... *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 450, p. 3-4, 29 set. 1852.

e tampouco a proteção que pedira aos seus correligionários. Confiante de que sua candidatura, mesmo sabendo dos desafios, seria sustentada pelo grupo liberal e pessoas próximas, lançou-se na disputa pelo cargo de deputado geral, contrariando as principais forças políticas em atividade na província e, consequentemente, todo o maquinário eleitoral.

O resultado não poderia ser diferente, tendo em vista que a dinâmica política das eleições de 1852, descrita nos periódicos da época, já apontava para uma eleição estranha ao modelo que os pleitos costumavam seguir. A eleição de 1852 no Piauí era tida como praticamente definida: os grupos políticos sequer haviam feito frentes oposicionistas, tudo estava muito consensuado e pacificado, os candidatos eram João Lustosa da Cunha Paranaguá e o sr. Joaquim Francisco Viana. Tudo fora orquestrado pelo presidente Saraiva, que recebia dos ministros do Império total autonomia para suas ações. Nesse sentido, Lívio Lopes entrou para a disputa eleitoral praticamente como um sonhador que depositava as suas últimas fichas na esperança de realizar seus objetivos, o que era algo muito distante da realidade naquela conjuntura.

Fato é que ocorreram as eleições e Lívio Lopes retirou-se quase que completamente do pleito, assim não participando ativamente da eleição e fazendo com que as diretrizes políticas já traçadas pelo presidente da província e seus apoiadores fossem alcançadas com pouco esforço e quase nenhuma oposição. No entanto, não satisfeito com o desfecho da situação, Lívio Lopes sentiu a necessidade de apresentar os motivos pelos quais teve que retirar-se das eleições para deputação geral de 1852.

Em janeiro de 1853, mais precisamente no dia 10, na cidade de Parnaíba, Lívio Lopes redigiu uma matéria que foi publicada em *O Grito Nacional* no dia 4 de março de 1853. Nesse texto, o campo-maiorense expôs os motivos que o levaram a abandonar a eleição:

> No seu *Grito* n. 450 tive a honra de ver reimpressa a circular que dirigi aos piauienses, apresentando-me candidato à eleição geral por esta província depois de achar-me acolhido pelas influências locais. Fui sinceramente aprovado pelos Constituintes, ou Republicanos, e traído como era de supor pelos cartistas egoístas, e guerreado pelo Saraiva, e pelos ministros da Coroa, e seus imprudentes infames galegos, e sicários! Entre a precisão de uma luta sanguinolenta e a desistência da candidatura, preferi a última, abandonei, pois, a eleição. O sangue de nossos patrícios é tão precioso para mim, que não devia arriscá-lo, máxime, em uma desordem que daria motivos para o infame Saraiva, o valido especial do Gonçalves Martins, esmagar-me e aos constituintes, ou republicanos da província, como tanto anelam![358]

[358] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3-4, 4 mar. 1853.

Lívio Lopes afirmou que fora traído pelas pessoas em quem confiava e foi guerreado pelo presidente Saraiva, que fizera de tudo para que ele não participasse da eleição. Ainda dizia que entre uma luta sanguinolenta e a desistência, optou pela desistência, pois o sangue de seus patrícios era muito precioso para ele e não deveria arriscá-lo, pois sabia que a retaliação viria. E acrescentava:

> [...] E pois, debaixo das instruções que necessariamente deu ao valido do prostituto Ministro do Império (Gonçalves Martins), o infame Saraiva, que a respeito de um e outro, remeto-me nessas proposições às folhas da Bahia e desta província, não podia resultar senão que eu os havia repelido com a força, ou abandonar a eleição; força foi, que tomasse, como tomei este último acordo, para que mais uma vez certifique ao país, que só quando iludido pelos que se dizem ordeiros, e amigos do Imperador, me tenho comprometido em revoluções , ou que um dia pelo grito geral da Pátria, e a favor da República, não me seja indispensável acompanhar aos amigos da liberdade, quando desesperados de tanta opressão não enxergar em outro meio de salvação para o país.[359]

Mais uma vez, Lívio Lopes expressava que as opções eram a desistência ou a luta, mas para que todos soubessem, ele optou pela desistência e que, anteriormente, quando participava de revoltas, era porque tinha sido iludido pelos falsos amigos.

A retirada de Lívio Lopes das eleições de 1852 não se deveu unicamente ao fato de ser perseguido pelo presidente da província. Por trás de seu fracasso havia um conjunto de fatores justapostos que tornava a conjuntura política desfavorável ao campo-maiorense. Um ponto de muita importância foi o das relações entre os diversos agentes liberais da província – os partidários estavam divididos e as forças fragmentadas. Tanto os saquaremas, opositores à chapa defendida pelo presidente quanto os liberais com o mesmo propósito não dispuseram de forças para fazer frente aos interesses do presidente Saraiva.

Saraiva contava com o apoio do ministério que o enviara e com a aceitação de parcela significativa dos líderes políticos saquaremas da província. Atrelado a essas questões, ainda no início do ano de 1852, o presidente conseguiu fazer maioria na Assembleia Provincial, buscando o tão sonhado objetivo da mudança da capital. Quase em paralelo ao processo das eleições gerais, ocorreu a votação do projeto de mudança da capital. Dessa vez, realizou-se a desejada aprovação da lei que mudaria a capital da província de Oeiras para a Vila Nova do Poti.

Além disso, Lívio Lopes foi eleito juiz de paz de Campo Maior, tornando-se o responsável pela fiscalização das eleições daquele termo, o que foi visto como embaraçoso aos

---

[359] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3-4, 4 mar. 1853.

planos do presidente. Além disso, sofria perseguições por ser o redator principal do *Argos Piauiense*, periódico de cunho oposicionista ao ministério conservador e que atacava os ministros abertamente. No âmbito mais geral, a vitória do projeto mudancista resultou na divisão ainda mais acentuada entre os grupos políticos que se mobilizaram a favor e contra a retirada da capital de Oeiras. Essas situações fizeram com que os planos do coronel Lívio Lopes fossem frustrados.

O apoio que Lívio Lopes esperava dos líderes liberais em quem depositou muita expectativa, não se concretizou. Recaíra sobre ele, e sobre todos os apoiadores da mudança, forte ressentimento por parte das elites políticas centro-sulistas que viram a centralidade administrativa e econômica de Oeiras e das regiões próximas sendo transferida para a Nova Vila do Poti. Em meio a essa complicada conjuntura, Lívio Lopes viu-se obrigado a retirar-se das eleições. A essa altura, não dispunha de força política suficiente para enfrentar o presidente Saraiva.

As falas de Lívio Lopes acerca de seus desagrados, revelam uma parte significativa na compreensão de um personagem polêmico, intrigante e complexo. Em carta enviada ao Rio de Janeiro para ser publicada, e com o intuito de descrever sua trajetória de vida, Lívio Lopes trata de seus caminhos na política:

> Foi em 1831 que principiei a envolver-me em política. Havia abdicado o primeiro imperador, e dominava (ao menos eu acreditei) a política de princípios.
> A democracia tinha tomado seu lugar: a ideia geral, a opinião pública, acompanhavam o governo. Tínhamos sinceramente as franquezas do Ato Adicional.
> Bebi teoricamente essas ideias na juventude: praticamente achei-me em campo com os homens verdadeiramente liberais.
> Em Caxias, onde então me achava, quase sempre nos melhores círculos, dominava até com preferência a tudo, os princípios republicanos. Procurei possuir os melhores livros que tratavam sobre essa forma de governo, e sobretudo estudei a história dos Estados Unidos da América. Logo depois, e em várias épocas, e a pedido dos meus amigos (a despeito de não ser para isto muito habilitado) redigi alguns periódicos. O último foi o *Argos Piauiense*, que acabo de suspender por já não poder lutar com a oligarquia. Retiro-me bem da política, porque chegamos enfim a uma época tão calamitosa, que um ministro de estado declarou em pleno parlamento, que a política do governo era as das relações pessoais.[360]

Lívio Lopes narra o início de sua vida, na política, e seu interesse pelo direito. No fragmento, podemos perceber uma memória declarativa, uma ação de rememoração, uma dimensão pragmática da memória. Para além disso, percebemos como ele sente a necessidade

[360] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

da marcação temporal e espacial, delimitando quando e onde esteve, o que Paul Ricouer chama de memória dos lugares e polo da mundanicidade da memória.[361]

> Por esta bandeira acabo de fazer os maiores sacrifícios. Por causa da minha dedicação a ela, acabo de ser atrozmente guerreado pelos oligarcas, na minha candidatura a deputação geral nesta província, e atraiçoado por muitos dos meus antigos amigos, que como o Sr. Dr. Neto, bem não querem à Constituinte. Era preciso pois ou ir adiante, ou recuar. Tomei o último acordo. Tenho, pois, necessidade que todo o país conheça as causas do meu procedimento. As relações que cheguei a adquirir, por sem dúvida, exigiram esta declaração. Republicano por princípios, sacrifiquei quase sempre as minhas convicções, as dos meus amigos monarquistas constitucionais. Muito deles, tive sobejas razões para conhecer que, na melhor boa-fé possível, trabalham para a felicidade do país, convencidos de que o progresso, e a justiça não eram incompatíveis com esse sistema. Achavam-se enganados, e iludiram-me. O regresso tomou coragem. A oligarquia está hoje no pé em que se achava em 1831. Os ministros do Sr. D. Pedro II em 1852, e 1853, professam à risca, seguem, praticam tudo quanto praticavam os do Sr. D. Pedro I em 1830 [...].[362]

Sua narrativa aparece carregada de ressentimentos. Ele declara que sempre fora fiel aos interesses brasileiros, sempre sacrificando seus desejos pessoais em prol do bem da nação. Ainda diz que as oligarquias que estavam no poder representavam o Regresso, que seguia à risca as práticas de D. Pedro I.

> [...] Com os oligarcas nada, nada, absolutamente nada me convém – prefiro antes a tirania. Com os monarquistas constitucionais não posso continuar, porque os sacrifícios de vinte anos na minha pessoa, e bens, os fatos que tenho de memória a cada dia, e a ingratidão que acabo de sofrer de alguns deles, sendo certo que outros existem cuja amizade prezo, cuja probidade e instrução respeito, me inibem de continuar nessa luta de relações pessoais, e de afeições, e desafeições, ou condescendência, com graves prejuízos, sem nenhum proveito sério para o país. Por sem dúvida me acho no círculo dos Republicanos como políticos de princípios, que sigo, mais sem poder desde já, ser-lhes efetivamente oficioso. E como!? Pela imprensa? Não: porque desde o momento que uma folha republicana se escrevesse nesta província, e por algum que fosse capaz de mover as massas, seria vítima de punhal, e do bacamarte![...].[363]

Neste fragmento de sua carta, Lívio afirma que não continuaria apoiando os monarquistas constitucionais, pois sacrificara mais de vinte anos de sua vida, além de seus bens, não sendo correspondido, quando precisou, diz que o que restou foi a ingratidão destes, e que guarda todos esses fatos na sua memória. Observamos que essa carta está impregnada de uma dimensão afetiva da memória, uma memória voluntária e ressentida. Percebemos o esforço de

---

[361] RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
[362] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.
[363] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

memória que Lívio Lopes realiza ao narrar todos esses fatos, para ele, seguramente, traumáticos.

Os documentos analisados no desenvolvimento desta pesquisa mostram que o desejo de Lívio Lopes era pleitear uma cadeira de deputado geral. Durante toda a sua vida pública militou em favor do Partido Liberal e dos monarquistas constitucionais. Por isso, acreditava que eles lhe seriam gratos e retribuiriam com o apoio à sua candidatura, daí a frustração e o ressentimento. No fragmento abaixo, extraído de carta de 1853, podemos observar melhor esses aspectos:

> Há tempo que os ministros da Coroa, de entre os tiranos da pátria, muito me recomendam especial e reservadamente aos presidentes dessa província; mas eu não esperava que isso se desse nesse ministério do Souza Ramos, cuja elevação deve aos meus esforços em 1844!! Ele sabe que deveu a sua candidatura nessa época, por esta província, especialmente aos meus esforços, repito-o, porque, a ingratidão é um vício contra a natureza; e se o duvidar, aí farei publicar as cartas que me dirigiu a esse tempo, e os seus amigos Drs. Bahia, Borges, e Sales, que não podem duvidar juntamente do que o S. Exa. conferenciou comigo no Maranhão quando então se me fez acreditar que era democrata, e sinceramente pertencia ao Partido Liberal: mas os egoístas, e monarquistas oligarcas são todos da mesma estofa; ele não devia ser exceção, tendo sobretudo por companheiro o ministro da Marinha, a quem eu dei uma lição mestra em 1847, nesta mesma província, onde então já não estava tão inocente como em 1844.[364]

Lívio Lopes constrói uma memória voluntária. Seixas,[365] ao tratar das relações entre memória involuntária e memória voluntária, explica que a última pode ser definida como uma memória exercitada, praticada, que requer um esforço intelectual, o recurso a uma forma inteligente de representação do passado.

Lívio Lopes não ignorava a força das palavras e sua permanência no tempo, ao divulgar sua vida e seus sentimentos:

> Enquanto na banca de advogado (da roça, não pensem os sábios e os formados que lhes quero ombrear), e na lavoura, achar recurso para sustentar-me, e a minha família, espero em Deus poder viver com alguma independência, e honra! Tenho sobretudo, a glória, o prazer de manifestar aos meus concidadãos, que fui um político de vinte anos, que nunca fui pesado aos cofres públicos. Rejeitei sempre estes pequenos empregos pelos quais muita gente há cometido as maiores indignidades; acabei mesmo de atirar a cara do governo essa patente de coronel da G. N. desde que passou a lei da chibata. Desde que na G. Nacional deixou de ser soldado, o cidadão criado pela Constituição, que bem já não existe de fato. Peço só aos oligarcas que me não mandem arrancar a existência. De Fernando não tenho medo, porque não sou

[364] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.
[365] SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella (org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

> criminoso. Para recrutar não sirvo porque tenho todas as isenções da lei. Peço aos meus verdadeiros amigos, que seguem os princípios monárquicos constitucionais, que desculpem a minha franqueza. Os meus ressentimentos, as minhas fadigas não podiam continuar em prova, sem me obrigar a alguma causa extraordinária. A melhor, entre todas, foi recolher-me ao silêncio. Sou, pois, Republicano de princípios, mas de presente vejo-me privado de pôr-me ao campo com os amigos.
> Piauí, 25 de fevereiro de 1853.
> Lívio Lopes Castelo Branco.[366]

Uma das grandes riquezas da carta deriva de o próprio Lívio Lopes enfatizar as razões de suas fadigas, desagrados e ressentimentos. Percebemos que ele tenta justificar suas ações e para isso constrói um discurso que mesmo não tendo uma intencionalidade direta, tornar-se-ia um discurso oposto ao do jornal *O Telégrafo*, que inicia a construção de sua memória negativa. Se esses discursos incorporavam uma dimensão inconsciente, trata-se de uma memória subterrânea, uma memória que tenta se firmar e buscar seu lugar no meio social, conquistar aceitação.

Paul Ricouer, quando discute os usos e abusos da memória, e especialmente o nível patológico da memória, a dimensão da memória impedida, ajuda-nos a perceber a importância de se pensar sobre os traumas, as frustrações, as dores das perdas, os desgostos. Ricouer se apropria dos estudos de Freud para estabelecer comparação entre o trabalho do historiador e o do psicanalista. Para Freud, é importante que o paciente tenha a iniciativa e o incentivo de exercitar a fala, a declaração do que ocorreu consigo. Trata-se de um trabalho de luto.[367]

Ricouer, acredita que é preciso que aquele que sofre, seja qual for o nível do sofrimento ou dos seus ressentimentos, relate e exteriorize seus anseios e frustrações para que ele mesmo se sinta melhor, evitando cair em melancolia profunda, melancolia essa que faz com que o sujeito não consiga superar seus problemas – os mais íntimos e os externos. Daí a importância do trabalho de luto, o trabalho da linguagem, da fala, da declaração, do testemunho.

Observamos em todos os escritos de Lívio Lopes aqui analisados, principalmente o fragmento de sua última carta, que ele sentiu a necessidade de expor seus problemas e convicções, de falar aos leitores, de declarar as suas frustrações e os seus ressentimentos. Ele realizou o que Freud e Ricouer denominam de trabalho de luto, forma eficaz, porém dolorida, de superação dos traumas e das frustrações em qualquer forma ou grau[368]. Finalizamos este capítulo com essa tentativa de mostrar como Lívio Lopes enfrentou suas desilusões e procurou

---

[366] CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.
[367] RICOUER, 2007, p. 83-93.
[368] RICOUER, 2007.

dar visibilidade à sua história de vida, tentando se desvincular das marcas negativas que foram apostas à sua memória ao longo dos anos.

Posto tudo o que foi apresentado acerca da relação de Lívio Lopes com o presidente Saraiva, restou a Lívio, combatê-lo, onde as forças lhe eram possíveis, na imprensa. Daí os relatos memoralístico do próprio Lívio descrevendo sua trajetória de vida como honrosa e produtiva. Uma vez que não obteve nas eleições o que almejava, restou-lhe a velha imprensa, canal de antiga relação onde exercia, na medida do possível, sua criatividade e militância.

4 LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO E SILVA E A IMPRENSA LIBERAL PIAUIENSE (1846 – 1852)

Este capítulo aborda o surgimento da imprensa escrita no Brasil imperial e como essa imprensa desenvolveu-se na província do Piauí, nos anos de 1846 a 1852. Analisamos a imprensa política liberal no Piauí, a partir da atuação de Lívio Lopes Castelo Branco à frente da redação dos periódicos *O Liberal Piauiense*, *O Governista* e *O Echo Liberal*. Por fim, analisamos a criação do periódico *O Argos Piauiense*, e a relação desse jornal com outros que defendiam a mesma bandeira, em diversas regiões do Império, construindo, assim, uma rede jornalística de solidariedade.

4.1 O surgimento da imprensa liberal no Piauí

A imprensa escrita no Brasil foi um grande veículo de propagação de diversas informações por todo o território brasileiro. O surgimento dessa imprensa acompanhou o processo de transferência da Corte portuguesa ao Brasil. Somente com a instalação da Corte, no Rio de Janeiro, ainda nos primeiros anos, foram surgindo os primeiros periódicos, esses com característica de imprensa áulica.[369]

Contudo, não se pode associar o atraso da tipografia brasileira somente à esfera política, pois existia um conjunto de necessidades sociais que ganhavam cada vez mais força como a organização da burocracia pública e a demanda por informação a respeito de produtos, serviços, ações políticas e econômicas que antes não havia.[370] Nesse sentido, o surgimento da imprensa no Brasil estava relacionado com a modernização que a sociedade vivenciava, influenciada pelas transformações que chegavam da Europa.

Não se pode negar a importância da chegada da família real portuguesa na colônia, que muito em breve seria independente, o que modificou consideravelmente as relações sociais e a própria estrutura organizacional do Brasil, principalmente, no que diz respeito as nascentes instituições. A imprensa escrita pode ser colocada dentro desse conjunto de transformações que

[369] JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. *Hegemonia*. Brasília, v. 10, n. 14, p. 131-171, 2014.

[370] NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*: os debates parlamentares (1820-1840). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 7.

alcançaram de forma acentuada a Corte. Contudo, é importante o entendimento de como se operava a imprensa antes da chegada da Corte portuguesa no Brasil.

No Brasil, nada muito diferente das demais colônias, era proibido a instalação de tipografias, e até mesmo a circulação de qualquer tipo de jornais sem uma prévia autorização. Um mecanismo que objetivava deixar a colônia livre das "vozes revolucionárias" que ecoavam na Europa e nos Estados Unidos, além de manter o território dependente da metrópole. Havia uma preocupação maior por parte da metrópole em controlar as informações que poderiam adentrar em solo brasileiro, daí a proibição da circulação e importação de livros e a inexistência de universidades.

> Em relação à Europa ou mesmo às outras partes da América, os papéis impressos feitos no Brasil surgiram mais tarde. Enquanto no continente europeu já existiam tipografias desde meados do século XV, nas Américas a atividade impressora (embora escassa) surge no século XVI, décadas após a chegada dos europeus. A imprensa periódica propriamente nasce no século XVII no chamado velho mundo e somente no século seguinte surge nas Américas inglesa e espanhola. Eram, ainda assim, iniciativas com defasagens em relação à Europa, sob vigilância e repressão das autoridades e aparecendo de forma esparsa. Nesse sentido, a experiência brasileira não foi destoante na América, embora só tenha surgido de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Imprensa Régia.[371]

Em maio de 1808, D. João VI baixou uma portaria que permitia a instalação de tipografias e a circulação de jornais, criando, inclusive, a Tipografia Nacional. Esse decreto se baseava plenamente nas leis portuguesas sobre a matéria, que determinavam a censura prévia de tudo aquilo que fosse impresso. Diante disso, os jornais impressos eram de cunho oficial ou simpatizantes do governo, dentre eles a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'Ouro do Brasil*, criado na Bahia.[372]

Algumas mudanças que se iniciaram com a Revolução do Porto, em Portugal, transformaram significativamente a noção de liberdade de imprensa. Pressionado, D. João comprometeu-se em adotar a Constituição elaborada pelas Cortes, modelo que seguia a declaração francesa dos direitos do homem no que competia ao respeito à liberdade de expressão. Modelo de tendência liberal que combatia fortemente a prerrogativa da censura prévia.[373]

---

[371] MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021. p. 23.
[372] MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil*: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 92.
[373] MOLINA, 2015, p. 105.

Esse acontecimento foi fundamental para que, embora passageiro, houvesse um escanteio na censura prévia e consequentemente o crescimento da produção e circulação de impressos em nome do direito individual de liberdade de expressão. A publicidade ganhou espaço significativo dando visibilidade ao debate político e às críticas relacionadas aos diversos posicionamentos sobre as mais variadas matérias.

> Sem dúvida, o reconhecimento real da legitimidade da crítica e discussão política por meio da imprensa permitiu que o movimento liberal se incorporasse também no Brasil, pois ela passava a ser um poderoso instrumento de disputa entre interesses e projetos de grupos distintos, além de espaço de crítica às autoridades e de mobilização popular; mas não seria ainda o forçado reconhecimento de D. João do poder das Cortes Portuguesas que garantiria imediata liberdade de circulação dos impressos – seriam necessários, para isso, mais alguns meses, a demonstrarem para o monarca e seus ministros a irrefutabilidade da guinada da política liberal.[374]

Em 2 de março de 1821, o decreto sobre o fim da censura prévia prescrevia que os impressores deveriam enviar duas cópias de tudo o que fosse impresso ao Diretor de Estudos para que analisasse se havia algo que ferisse a segurança ou a moral pública, a religião, o soberano ou a sua Constituição.

É nessa conjuntura que se instala a liberdade de imprensa no Brasil. Entretanto, esse processo não pode ser visto de forma linear, tendo em vista que houve avanços e recuos a respeito da matéria. Desde a chegada da Corte até o final dos anos de 1830, fatores político-sociais interferiram significativamente na configuração da imprensa no território brasileiro. Para Jardim e Brandão:

> O fim da censura facilita o aparecimento dos jornais comunitários, informativos de grupos políticos, étnicos e de categorias profissionais: alguns deles defendem a independência e a abolição da escravatura; outros estão ligados a ideias políticas de visão libertária de tendência anarquista; e outros são feministas, que defendem os interesses das mulheres.[375]

A imprensa também foi um meio significativo no processo de independência do Brasil. A liberdade de imprensa conquistada após a chegada da família real foi essencial, principalmente quando se observa seu aspecto veiculador de projetos de emancipação, bem como a propagação de ideias de caráter liberal dos que ansiavam pela independência.

Ao longo do processo de independência do Brasil, a imprensa se tornou a maior porta voz das forças dissidentes que buscavam através dos discursos angariar força e conquistar adeptos para suas ideologias e projetos de nação. A partir de 1822, a preocupação passou a ser

---

[374] NUNES, 2010, p. 37.
[375] JARDIM; BRANDÃO, 2014, p. 8.

relacionada a qual modelo de nação e organização da estrutura do Estado seria adotada. E mais uma vez a imprensa aparece como o veículo propagador dos mais variados projetos.

Com a independência, discutia-se a necessidade de elaboração de uma constituição que assegurasse os direitos de todos os cidadãos. Com a influência do iluminismo e das revoluções liberais na Europa era esperado que se propusesse um modelo de governo constitucional. Diante disso, em 1823, D. Pedro I convoca a constituinte e analisa os mais variados projetos de administração e modelo governamental. Dois deles eram discutidos de forma mais marcantes.

O primeiro via na descentralização institucional um caminho capaz de integrar as províncias em um único Estado, representado pelos Liberais Moderados, tendo como nome forte Diogo Antônio Feijó. O outro, via no Estado centralizado um caminho para a construção de um Estado Moderno, que seria administrado por homens ilustrados, – os Burocratas Ilustrados – tendo como representante principal José Bonifácio. Essas disputas e outras questões relativas aos modelos governamentais foram tratadas massivamente na imprensa.[376]

Todavia, o que caminhava para ser uma experiência parlamentar amplamente participativa resultou em um ato autoritário do imperador que não viu com bons olhos as propostas que limitavam o poder do Executivo, dissolvendo a Constituinte em 12 de novembro de 1823, e outorgando a primeira Constituição brasileira em 1824. Nesse momento venceu o projeto centralizador, embora com algumas características distintas das ideias defendidas pelo grupo encabeçado por José Bonifácio.

A partir da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e da devassa de José Bonifácio em 1824,[377] a liberdade de imprensa foi cerceada, uma vez que os jornalistas receavam pelas perseguições e prisões. Vários foram os casos de jornais e redatores perseguidos, ou até mesmo presos. Não se admitia críticas ao modelo de governo, a figura do Imperador e aos seus ministros ou apologia a outros modelos de administração que não fosse a Monarquia Constitucional.

Em 1826, o parlamento voltava com maior autonomia. O Legislativo gradualmente retomava suas atividades e aos poucos foi se construindo no parlamento uma nova frente de oposição ao governo de D. Pedro I. Vários assuntos interrompidos ainda na constituinte de 1823, como a questão da liberdade de imprensa, foram sendo retomados. Discutiu-se de 1826

[376] NUNES, 2010, p. 47.

[377] A devassa foi aberta por decreto do ministro Bonifácio em 1822, e publicada em 1824, e tratou-se de um mecanismo de perseguição política, pois tinha o objetivo de investigar os liberais acusados de conluio republicano. Cf.: SCHIAVINATTO, Iara Lis; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As rememorações da "Bonifácia": entre a devassa de 1822 e o processo dos cidadãos de 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 462, p. 201-238, jan./mar. 2014.

a 1830 a necessidade de regulamentação da imprensa e a reforma das penalidades por crime de abuso da imprensa.

Apesar de o Poder Moderador atribuir autonomia constitucional para que o imperador D. Pedro I pudesse sobrepor suas vontades aos demais poderes e assegurar que ideias contrárias às suas fossem silenciadas, houve forte oposição, tanto no parlamento quanto na imprensa. Embora ocorressem perseguições, a oposição liberal continuou forte. Diversos fatores como a Guerra da Cisplatina, a crise financeira, a desvalorização da moeda, o fechamento do Banco do Brasil, a morte de D. João VI, as fortes tendências liberais na Europa, com a interrupção do governo do rei Carlos X e a instituição de uma Monarquia Constitucional na França fizeram com que o governo de D. Pedro I ficasse insustentável.

Em 1830, após diversas discussões, o projeto de lei que regulamentava a questão da liberdade de imprensa foi aprovado na Câmara dos Deputados com algumas emendas, todas aceitas, apesar de posicionamentos contrários. Nosso objetivo não é descrever a lei na íntegra, mas mostrar que a atuação da oposição, na sua maioria liberal, foi indispensável para a criação da lei de liberdade de imprensa, então vista como essencial para qualquer modelo de governo constitucional, servindo também como guardiã do interesse público, pois era responsável pela publicidade dos atos governamentais e possíveis denúncias de abusos. Embora a legislação apresentasse contradições e limitações, essa conquista mudou significativamente as disputas pelo poder tanto no parlamento quanto na imprensa, alimentando aquilo que viria a ser chamado de opinião pública.

A composição parlamentar, em 1830, era na maioria de liberais moderados, grupo que fez forte oposição ao Imperador. Com a abdicação de D. Pedro I, os moderados aprovaram a lei da regência, que conferia maior autonomia ao legislativo dando-lhe meios para que realizasse muitas das reformas liberais da década de 1830.[378]

> [...] o termo *liberal* era utilizado por dois grupos monarquistas, mas distintos e heterogêneos; um defendia o federalismo monárquico e propunha as reformas descentralizadoras, enquanto o outro recusava quaisquer alterações na constituição e, assim, identificava-se com a manutenção do regime centralizado. Havia ainda outras duas correntes políticas de menor importância: os republicanos, também partidários das reformas federalista, mas que consideravam possíveis apenas com a queda da monarquia, e os restauradores, advogados da volta de D. Pedro I ao trono do Brasil.[379]

[378] CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil monárquico*: dispersão e unidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
[379] NUNES, 2010, p. 101.

O grupo liberal e sua atuação não pode ser compreendido com uma unidade coesa. Existiam segmentos distintos dentro do próprio grupo. Nem todos que diziam ser moderados de fato eram, tendo-se que ser levado em consideração a atuação política de cada sujeito. Um outro ponto também deve ser analisado, a lei de imprensa proibia que o modelo Monarquista Constitucional fosse questionado, bem como a forma como eram conduzidas as instituições. Muitos defendiam o federalismo, a república, o modelo democrático e descentralizado, mas os defendiam em sigilo. Isso revela que nem tudo que é dito ou escrito nos jornais era de fato desejado pelos sujeitos.

Durante a Regência, a atuação desses grupos foi percebida de forma mais acentuada, sobretudo se pensarmos as diversas revoltas regenciais, e até as anteriores de 1817 e 1824, que tinham forte caráter separatista e nativistas. Três grupos principais tomavam a cena no Império: os liberais moderados, os exaltados (republicanos) e os caramurus, sendo que o último grupo era formado pelos restauradores e os liberais contrários às reformas constitucionais.[380] Cada facção política exercia no parlamento suas disputas pelo poder e principalmente na imprensa, local onde muitos poderiam defender anonimamente todos seus posicionamentos sem sofrerem perseguições.

Os liberais moderados estavam à frente do governo e sofriam ataques massivos pela imprensa, vindos dos caramurus, e dos exaltados. Apesar da descentralização conquistada na Regência, os moderados conseguiram certo controle no Império, pois nas diversas províncias havia administradores governistas que desempenhavam o papel de vigilantes do governo, o que não impediu a deflagração de diversos movimentos e a circulação de periódicos de oposição.

No Piauí, a Balaiada é exemplo desses movimentos regenciais que eclodiram no Império, embora tenha apresentado características distintas do movimento no Maranhão, principalmente se levarmos em consideração a atuação do governo na pessoa do brigadeiro Manoel de Sousa Martins, pertencente, naquele momento, ao grupo dos liberais moderados, portanto, governista. Momento também em que Manoel de Sousa Martins enfrentava forte oposição de parte significativa da província, com seus representantes conservadores e exaltados.

A Balaiada no Piauí ganhou tons políticos. A oposição ao governo do então presidente da província tentava a todo custo derrubá-lo da chefia. Embora as tentativas de imediato não tenham surtido efeito, deixaram sequelas na administração do presidente que tempos depois viriam a ser percebidas. Contudo, a questão não se limita ao movimento em si, mas à observação

[380] CARDOSO et al., 2015.

de como o presidente utilizou a imprensa para barrar o avanço da Balaiada e tentar a criação de uma opinião pública desfavorável aos revoltosos.

É importante destacar mesmo que rapidamente a atuação jornalística – não enquanto redator, mas como beneficiário das regalias que a imprensa pode oferecer – do presidente do Piauí na Balaiada. Tal observação nos importa à medida que observamos como a imprensa piauiense foi sendo construída, e como no Piauí ela também apareceu como um canal que aos poucos foi se consolidando e se desenvolvendo a partir das disputas pelo poder.

O Telégrafo, jornal criado à serviço de Manoel de Sousa Martins, pode ser definido como o primeiro jornal efetivamente político, partindo do ponto de vista da atuação combativa do periódico contra seus oposicionistas que já buscavam espaços de poder na administração local. Não se pode dizer, entretanto, que atuação política do jornal se assemelha com as de jornais de outras províncias mais desenvolvidas como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão.

A cultura política piauiense na primeira metade do XIX tinha características próprias. O governo de Manoel de Sousa Martins não permitia, pelo menos até o fim da sua longa administração, que outras forças políticas se opusessem de maneira relevante à sua administração. Os dois primeiros jornais, *O Piauiense*, e o *Correio da Assembleia Provincial do Piauí*, aparecem como órgão do governo, possuindo características meramente informacionais a respeito da administração local. Somente com *O Telégrafo* pode-se afirmar que tem início uma atuação jornalística de caráter político e combativo, embora, ainda por parte do governo. Para Ana Regina Rêgo:

> Em síntese, o que afirmamos é que a província do Piauí e, particularmente, sua capital e centro político, não reunia, na primeira metade do século XIX, condições materiais e culturais para o florescimento de intensas disputas políticas entre grupos que se rivalizassem e que demandassem canais de comunicação impressa para a divulgação de ideias e, assim conquistar a opinião pública a seu favor.[381]

Pedro Vilarinho Castelo Branco defende que somente a partir do Segundo Reinado, com a participação de alguns grupos políticos de elite, assumindo seus interesses na representação local e passando a ocupar cargos públicos criados nas vilas e cidades, o poder e autoridade de

[381] RÊGO, Ana Regina Barros Rego Leal. *Imprensa Piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p. 36.

Manoel de Sousa Martins começou a ser questionado, ocasionando disputas pelo poder local entre os grupos políticos.[382]

A primeira metade do século XIX foi marcada por momentos conflitantes, dentre os quais podemos citar: as lutas por independência, que marcaram o início do processo de consolidação de um projeto centralista; o período regencial, momento de ocorrência de diversas revoltas por todo o Império recém-independente; e o Segundo Reinado, período em que precocemente D. Pedro II, a partir do golpe da maioridade, tornou-se o imperador do Brasil findando as regências.

Apesar de o golpe da maioridade ter sido uma manobra dirigida pelo grupo liberal, que via no imperador a possibilidade de conter o avanço conservador que ganhou força após a saída de Feijó da Regência Una, esse grupo político teve pouco gozo dos seus benefícios, pois logo ocorreu a dissolução do gabinete ministerial liberal e a ascensão do grupo conservador, o que provocou as denominadas Revoltas Liberais de 1842.

As Revoltas Liberais de 1842, comumente descritas como levantes liberais ocorridos nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, constituem reações das alas mais progressistas que viram seus projetos políticos/administrativos sendo barrados pelo avanço conservador, como por exemplo, a reforma no Código do Processo Criminal de 1832, que dava amplos poderes ao juízes de paz; a criação do Ato Adicional de 1834, que instituiu diversas cláusulas na Constituição de 1824, e que mais adiante, com a subida dos conservadores ao poder, foram quase todos revogados. Nesse contexto, a criação de assembleias provinciais com maior poder e autonomia tornou mais acirradas as disputas a nível local.

Todos esses mecanismos políticos criados em boa medida pelos liberais ainda durante a Regência, e que ficaram conhecidos por avanço liberal, acabaram por ter seu declínio com a abdicação do padre Diogo Antônio Feijó e a substituição na Regência Una por Pedro de Araújo e Lima, dando início ao que chamamos de regresso conservador. O regresso conservador, que durou até após a regência, acabou por revogar boa parte das ações dos liberais, realizadas enquanto estavam no poder, como por exemplo o fim do Conselho de Estado, a autonomia das províncias e das assembleias provinciais, principalmente, a indicação de cargos públicos, que passou a ser feita pelo presidente de província, e uma experiência, embora modesta, de descentralização.

---

[382] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí no Período Regencial e início do Segundo Reinado. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas impressas*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. p. 25.

Paradoxalmente, em julho de 1840, os liberais articularam o golpe da maioridade, fazendo com que D. Pedro II aos 14 anos de idade se tornasse o imperador, pois ponderavam que era melhor o retorno de uma monarquia ativa do que a continuação do avanço conservador. De fato, esse golpe, de início, acabou por ajudar os liberais na administração imperial, mas rapidamente foi abafado, pois no ano seguinte o imperador já dissolveu o gabinete liberal e nomeou um gabinete conservador que ficou no poder até 1843.

Toda essa dinâmica do final dos anos 1830 e início dos anos 1840 foi decisiva para que os grupos conservadores e regressistas tomassem a frente do governo fazendo maioria na câmara e indicando os novos presidentes provinciais. É nesse período também que o grupo que sustentava o presidente do Piauí perdeu a maioria na câmara e consequentemente ocorreu a substituição de Manoel de Sousa Martins, já então Visconde da Parnaíba.

Após a saída do presidente Manoel de Sousa Martins da presidência do Piauí, as disputas pelo poder na província passaram a ter nuances mais dinâmicos e plurais. Novos espaços de poder iam surgindo nas vilas e cidades, novas oligarquias ocupando cargos estratégicos na administração provincial, e a nível nacional, o grupo moderado, liderado por Feijó, e que sustentou a presidência de Manoel de Sousa Martins por muito tempo, foi perdendo espaço diante da conjuntura política e social que o Império vivenciava, trazendo ainda resquícios das diversas revoltas e levantes da Regência e tons de insatisfação com a administração dos liberais moderados.

A complexa dinâmica política nacional da década de 1840 se expressou na província piauiense na abertura de espaços de disputas como ainda não havia ocorrido. Não se trata apenas da saída de um governo que ficou aproximadamente vinte anos na administração, mas da inserção do Piauí na dinâmica política nacional, caracterizada pela atuação de representantes piauienses na câmara e pela participação de sujeitos piauienses na liderança de movimentos de grande repercussão que significavam sintomas de uma sociedade que tentava pôr em prática um modelo político oposto ao modelo centralista do Rio de Janeiro.

A participação de Lívio Lopes no Ajuntamento do Exu foi de fundamental importância para que ele adquirisse experiência e conhecimento na imprensa, habilidades que poucos anos depois seriam utilizadas. Consideramos que:

> É nesse ambiente de escassez de bacharéis que muitos homens se lançam como administradores, rábulas, políticos, jornalistas, [...] como foi o caso de Lívio Lopes. Empurrado pelas circunstâncias provocadas por sua participação na Balaiada e no Ajuntamento do Exu, Lívio começava a mostrar-se como escritor. Diferente de 1841, quando recorria a imprensa somente para se resguardar de possíveis represálias, em 1842, juntamente com os irmãos

Lourenço, Lívio já possuía a própria tipografia.[383]

Em 1843, quando Lívio retorna ao Piauí, na tentativa de influir sobre as eleições para deputado geral, ao ponto de apoiar José Ildefonso de Sousa Ramos, partidário do grupo conservador, retorna com ambições bem estabelecidas. A primeira é não permitir que Manoel de Sousa Martins, na pessoa do Conde Rio Pardo, recuperasse autoridade e poder na província; a segunda, é restabelecer suas finanças, retornar para sua casa, retomando a família e seus bens; e a terceira, articular a criação de um grupo político de caráter exaltado que fizesse frente às oligarquias de viés moderado ou conservador, uma oposição tanto na assembleia provincial, quanto na deputação geral e principalmente na imprensa.

Essas ambições que Lívio trouxera ao retornar não eram nenhuma novidade. O motivo principal de sua participação na Balaiada fora o fato de querer que seu grupo político participasse dos espaços de poder na política local e regional. O novo aparece a partir de suas relações com sujeitos de outras regiões do Brasil. Diferente do Lívio do final da década de 1830, o Lívio de 1844 que retorna ao Piauí já trazia consigo experiências e articulações políticas, alianças que foram fundamentais para a elevação de si próprio e do seu grupo na administração local e regional.

A postura do Lívio Lopes a partir de 1845 é a postura de um homem articulado, experiente, instruído, influente, polemista e ativo. A experiência que adquiriu com os contatos com grandes políticos do Império, como o senador Alencar, com homens ilustrados de diferentes regiões do Norte que exerciam cargos administrativos de relevância, como prefeitos, presidentes de províncias, juízes de paz, chefes de guarda nacional, delegados e subdelegados, rábulas e jornalistas, o preparou para inclusive ocupar vários desses cargos e atribuições na sua província.

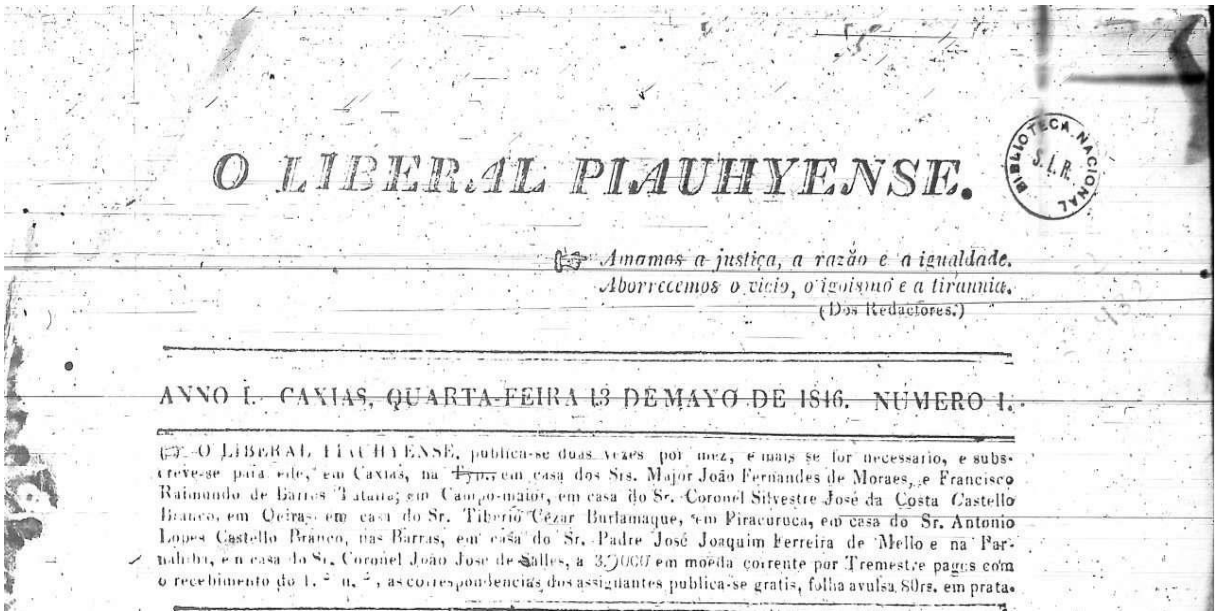
É bem verdade que tudo isso foi possível devido à dinâmica política coordenada pelo grupo dos liberais exaltados e articulada aos interesses dos liberais moderados da Regência, que agora uniam forças para barrar as tentativas dos conservadores centralistas de pôr fim ao período glorioso dos liberais que se inicia em 1844/45 e vai até o final da década, quando os conservadores retornam ao poder e afastam do cenário político nacional praticamente todas as figuras políticas liberais de prestígio.

Todavia, o período que vai de 1845 a 1850 pode ser caracterizado, no Piauí, como um momento de grande desenvolvimento da imprensa liberal, principalmente a do grupo político

[383] CARVALHO, Flávio Fernandes. Ressentimentos políticos e relações de poder no jornalismo de Lívio Lopes Castelo Branco: 1835-1852. In: In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas impressas*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. p. 85.

do Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, imprensa que apresenta características interessantes de serem analisadas.

4.2 *O Liberal Piauiense*



O LIBERAL PIAUHYENSE.

☞ Amamos a justiça, a razão e a igualdade.
Aborrecemos o vicio, o egoismo e a tirannia.
(Dos Redactores.)

ANNO I. CAXIAS, QUARTA-FEIRA 13 DE MAYO DE 1846. NUMERO 1.

☞ O LIBERAL PIAUHYENSE, publica-se duas vezes por mez, e mais se for necessario, e subscreve-se para elle, em Caxias, na Typ. em casa dos Srs. Major João Fernandes de Moraes, e Francisco Raimundo de Barros Tatarú; em Campo-maior, em casa do Sr. Coronel Silvestre José da Costa Castello Branco, em Oeiras em casa do Sr. Tiberio Cezar Burlamaque, em Piracuruca, em casa do Sr. Antonio Lopes Castello Branco, nas Barras, em casa do Sr. Padre José Joaquim Ferreira de Mello e na Parnahiba, em casa do Sr. Coronel João Jose de Salles, a 3$000 em moeda corrente por Tremestre pagos com o recebimento do 1.º n.º, as correspondencias dos assignantes publica-se gratis, folha avulsa 80rs. em prata.

Figura 1: Jornal *O Liberal Piauiense*. Fonte: O LIBERAL PIAUIENSE. Caxias, ano 1, n. 1, p. 1, 13 maio 1846.

O Liberal Piauiense pode ser definido como o primeiro jornal liberal não viscondista do Piauí. O jornal surge durante o governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos, substituindo Conde do Rio Pardo na administração da província. Embora tenha sido enviado por um gabinete liberal, Zacarias de Góis optou por tornar-se parceiro do grupo político dos Sousa Martins, de maioria conservadora.

Embora em um primeiro momento o periódico tenha assumido postura de louvação ao novo presidente da província, tal posição mudou radicalmente à medida que as ações administrativas do presidente revelavam sua inclinação política na direção dos conservadores da província. Apesar de ter havido uma fase em que os redatores escreviam persuasivamente, na esperança de o presidente retornar aos seus princípios ministerialista e governista, o que predominou foi a crítica e o combate pela imprensa, o que resultou, pouco tempo depois, no fechamento do jornal.

Apesar de o jornal circular no Piauí, era impresso em Caxias (MA), provavelmente utilizando os mesmos equipamentos que foram utilizados dois anos antes na criação dos jornais

Malagueta e *Atleta*[384] que Lívio Lopes redigira em apoio ao Conde do Rio Pardo. O *Liberal Piauiense* era impresso na tipografia de João da Silva Leite, duas vezes ao mês, consultamos quatorze edições, disponíveis para pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Era redigido por Lívio Lopes Castelo Branco e Tibério César Burlamaqui.

A primeira folha circulou no dia 13 de maio de 1846, numa quarta-feira. Em seu prospecto, os redatores afirmavam que:

> É fato indisputável, que uma das mais urgentes necessidades que a muito sente a província do Piauí, para a qual principalmente nos despomos a escrever, é um periódico puramente político, guardadas todas as regras de acatamento e verdade. Não hesitamos que preencheremos os deveres de consciência, e probidade; mas assaz fraco conhecemos para ilustrar o público (como deve ser as primeiras vistas do escritor imparcial e consciencioso) atenta a escassez dos nossos conhecimentos.[385]

Ao descreverem a finalidade do jornal os redatores constatam que não havia no Piauí uma imprensa ativa. Afirmavam que há muito tempo na província havia a necessidade de um jornal imparcial e político, que fizesse o papel de conscientizador da população e supressor do desconhecimento. Ademais, ainda no prospecto, defendem o ministério em atividade e dizem ser ministerialistas, acrescentando também que combateriam a oposição com os meios cabíveis.

O *Jornal Caxiense*,[386] periódico conservador do Maranhão, ao se referir ao jornal piauiense, classifica-o como pertencente ao partido ministerial, e que se tratava de órgão de um partido que há muito tempo procurava se mostrar no Piauí. Atribui também a Lívio Lopes e sua família a redação de *O Liberal Piauiense* e a divisão política do Piauí entre dois grupos antagônicos.

Nesse sentido, os redatores de *O Liberal Piauiense* informam sobre a conjuntura política da década de 1840 e o significado do jornal enquanto interventor aos costumes políticos:

> [...] Órgão de um partido que há muito desejava nivelar-se com todos os de seu sistema existente no império, não somos orgulhosos, para rejeitar os ofícios de penas mais hábeis, que nutrindo as mesmas ideias nos socorra com seus escritos, encaminhando o povo aos bons costumes, e ao verdadeiro conhecimento dos deveres do homem político e social.[387]

Mais que órgão do Partido Liberal piauiense, principalmente o grupo dos Castelo Branco, o jornal era do grupo liberal de viés mais exaltado que há muito tempo tentava se firmar

---

[384] Os jornais são mencionados em uma sessão na Corte, por um deputado pelo Maranhão. Não se tem nenhuma informação detalhada dos jornais, no entanto, sabemos que circularam no Maranhão, pelo menos no ano de 1844.
[385] PROSPECTO. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 1, 13 maio 1846.
[386] Jornal maranhense que circulou de 1846 a 1852. Era impresso uma vez por semana, aos sábados, em Caxias, na tipografia Imparcial de J. da S. Leite.
[387] PROSPECTO. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 1, 13 maio 1846.

na dinâmica política nacional. A presença do Piauí nesse debate ocorrera na pessoa de Lívio Lopes, um dos redatores do jornal, que aparecia como o elo de ligação entre as elites políticas locais e as regionais que atuavam no ministério. Além disso, os redatores deixam claro que sempre que possível e necessário compartilhariam informações que fossem noticiadas por periódicos de outras regiões do Brasil que tivessem os mesmos princípios. Um exemplo das redes de comunicação que as elites políticas teciam entre si.

Esse grupo político que atuava no *O Liberal Piauiense*, constituía uma força emergente na administração local, e buscava representar novos ares na província, foi descrito da seguinte maneira:

> De um lado, que é o que nós honramos seguir, seja denominado, ministerialista, bem-te-vi, chimangos, liberais ou nortistas, porque ao norte da capital temos a força dos nossos correligionários; do outro lado, os honoristas, cabanos, caranguejos, regressistas ou cantigueiros, porque sua força circunda a capital e ao sul da mesma, cujo território é vulgarmente conhecido por – as catingas do Piauí. [...] Ali figura principalmente os Sousa Martins, aqui acham-se os Castelo Branco [...].[388]

Os redatores faziam referência a dois grupos principais de atuação no Piauí nesse período. Contudo, havia outros dois grupos:

> Dois grupos porém existem que estão como que isolados destes dois partidos. Um capitaneado em Oeiras pela decaída e perniciosa influência do Visconde da Parnaíba; outro pela maquiavélica porém negada prepotência do coronel Osório na Parnaíba. Se se verificasse a pureza dos sentimentos políticos desses grupos, no acordo dos que seguimos fora para desejar uma sincera liga com eles, a quem cumprindo a necessidade de justificarem-se de horríveis precedentes, deixamos o desafogo da escolha, porque é fora de dúvida que os mesmos princípios, as mesmas convicções, ligam os homens insensivelmente, e a despeito de sacrifícios, e a ressentimentos particulares, eles tocam por sua vez ao mesmo ponto, e trabalham para o mesmo fim. Aguardamo-nos para o futuro seja cada um juiz de sua consciência, e tanto mais quanto devem conhecer, que assim isolados, e divididos, não passaram de nulidades, por mais que se esforcem e se sacrifiquem [...].[389]

Esses últimos trechos transcritos de *O Liberal Piauiense* resumem a configuração política da província no desenrolar da década de 1840. Dois partidos fortes disputando os espaços de poder e dois grupos isolados por motivos políticos. Os liberais do grupo de Lívio Lopes deixam claro que os grupos capitaneados por Manoel de Sousa Martins e José Francisco de Miranda Osorio, compartilhavam os mesmos princípios, e que da parte deles os acontecimentos anteriores já haviam sido superados, tudo em nome de objetivos maiores, e que

---

[388] OS PARTIDOS que existem na província e suas tendências. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 3-4, 13 maio 1846.
[389] OS PARTIDOS que existem na província e suas tendências. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 4, 13 maio 1846.

estavam dispostos a união, mas que por haver divergências particulares entre alguns sujeitos, essa liga ainda não havia acontecido, mas que futuramente isso aconteceria, pois isolados esses dois grupos não chegariam a lugar algum.

Ao finalizar o prospecto, os redatores informam que sua profissão de fé na Monarquia Constitucional e na religião católica. Reafirmam ainda votos ao imperador e desejam vida longa ao mesmo. Assim, *O Liberal Piauiense* aparece como representante de um novo ciclo político na província e marcaria o início de uma imprensa liberal ativa e combativa, que auxiliaria na construção de novos espaços de discussão e poder.

O jornal era editado em quatro folhas. Na primeira folha, geralmente aparecia uma coluna com o enunciado "Interior", que continha informações a respeito das várias regiões do Brasil. Logo em seguida, vinha a coluna com o enunciado "Exterior", que trazia notícias de outros países, ou informações diplomáticas. Uma terceira seção, intitulada de "O Liberal Piauiense", era o local destinado para os redatores tratarem sobre a província, manifestando suas opiniões. Em geral, dentro dessa seção, apareciam outras pequenas divisões como: "Administração Provincial", "Assembleia Provincial" e "Obras públicas". Além disso, construíam também pequenos e médios textos opinativos e informacionais sobre temas diversos. Por fim, a última seção era denominada de "Variedades", o próprio nome denuncia do que se tratava, era informações ou notícias variadas, ou até anúncios diversos.

Embora esse fosse o padrão de organização do jornal, não era o único. Vez por outra os redatores optavam por excluir uma sessão, substituindo-a por outra. Havia casos em que uma sessão era reduzida para maximizar outra. Esses recursos dependiam diretamente do que estava acontecendo na província. A única sessão do jornal que aparece com destaque em todas as edições era aquela onde os redatores expunham suas opiniões e compartilhavam informações sobre a administração provincial.

Podemos dizer que *O Liberal Piauiense* teve uma vida curta. Iniciou sua circulação em 13 de maio de 1846 e findou em novembro do mesmo ano. Aproximadamente seis meses de vida. A trajetória do jornal acompanhou o desenrolar da atuação política do presidente Zacarias de Góis, uma vez que a partir do momento em que os redatores passaram a fazer fortes críticas ao presidente da província, o jornal passou a ser perseguido.

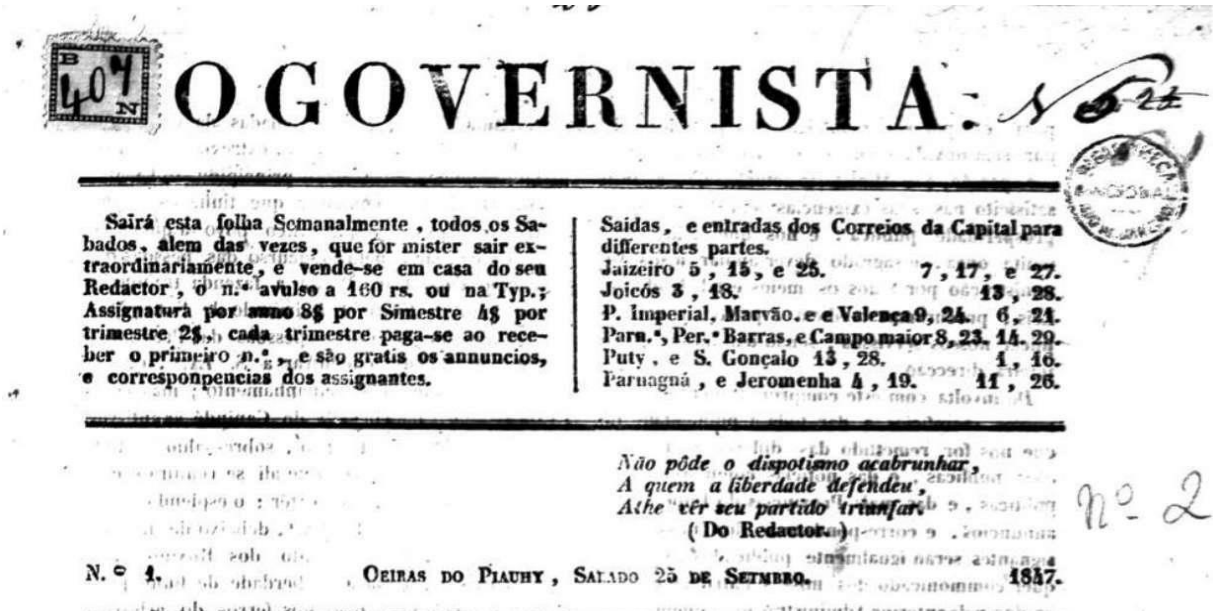
Embora se saiba que a maior força política na província, nesse momento, fosse composta pelos liberais, contando inclusive com o apoio do ministério, o presidente Zacarias de Góis usou os seus poderes para fazer vencer a força política contrária ao ministério. Como visto, o cenário era de disputas políticas internas entre grupos liberais. Com o apoio dos conservadores e a máquina pública ao seu favor o presidente conseguiu silenciar o maior meio de oposição

que ele enfrentava na sua administração, *O Liberal Piauiense*, perseguindo inclusive aqueles que ele julgava serem os redatores.

Apesar de, em novembro de 1846, ser interrompida a circulação do jornal, os redatores não ficaram de mãos atadas. A interlocução que o jornal possuía com alguns jornais liberais do Maranhão e do Ceará foram fundamentais para que as críticas ao presidente chegassem no ministério e à Corte. Os atos do presidente eram denunciados, entre eles a censura à liberdade de expressão, o que feria os princípios constitucionais que garantiam a livre circulação de impressos.

O principal aliado dos liberais piauiense nesse contexto, foi o jornal liberal *O Cearense*, que não mediu esforços para auxiliar o seu parceiro na luta contra o governo despótico de Zacarias de Góis. As letras de *O Liberal Piauiense* passaram a ser escritas em *O Cearense*, que se tornou o órgão de oposição ao presidente da província, publicando constantemente as notícias que chegavam do Piauí. Essa foi a dinâmica da imprensa política liberal até a substituição do presidente Zacarias de Góis por outro que assegurasse os interesses dos liberais no Piauí. Isso revela que a imprensa política, nesse período, exercia poder mesmo nas províncias menores, que impunha medo aos que tentavam exercer uma postura anticonstitucional.

4.3 *O Governista*



O GOVERNISTA.

Sairá esta folha Semanalmente, todos os Sabados, alem das vezes, que for mister sair extraordinariamente, e vende-se em casa do seu Redactor, o n.º avulso a 160 rs. ou na Typ.; Assignatura por anno 8$ por Simestre 4$ por trimestre 2$, cada trimestre paga-se ao receber o primeiro n.º, e são gratis os annuncios, e correspondencias dos assignantes.

Saidas, e entradas dos Correios da Capital para differentes partes.

Jaizeiro	5, 15, e 25.	7, 17, e 27.
Joicós	3, 18.	13, 28.
P. Imperial, Marvão, e e Valença	9, 24.	6, 21.
Para.ª, Per.º Barras, e Campo maior	8, 23.	14. 29.
Puty, e S. Gonçalo	13, 28.	1, 16.
Parnagná, e Jeromenha	4, 19.	11, 26.

Não pôde o dispotismo acabrunhar,
A quem a liberdade defendeu,
Athe ver seu partido triunfar.
(Do Redactor.)

N.º 1. OEIRAS DO PIAUHY, SABADO 25 DE SETEMBRO. 1847.

Figura 2: Jornal *O Governista*. Fonte: O GOVERNISTA. Oeiras, n. 1, p. 1, 25 set. 1847.

O jornal *O Governista* foi o segundo periódico não viscondista com expressividade na província. Aparece como o porta voz do grupo liberal governista que estava no poder no Império desde1845. O periódico dá continuidade às ações iniciadas pelo *O Liberal Piauiense*, no que diz respeito aos objetivos políticos.

Diferente do primeiro jornal, que foi financiado pelos próprios redatores, *O Governista* encontrou uma conjuntura política favorável à sua criação e circulação. A primeira diferença se encontra no local de impressão do jornal. Enquanto *O Liberal Piauiense* era impresso em Caxias (MA), *O Governista* era impresso na Tipografia Provincial, em Oeiras. O jornal tinha a missão, como próprio nome denunciava, de sustentar o governo vigente.

Tratava-se de um órgão explicitamente defensor do governo provincial e do governo geral, criado para agir em função desses interesses, assim como o fora *O Telégrafo* em 1839. Os meios materiais eram vultosos, o que se refletia na própria circulação da folha. Enquanto *O Liberal Piauiense* era impresso duas vezes ao mês, *O Governista* era impresso toda semana aos sábados, podendo ser impresso mais de uma vez. O tempo de vida do periódico é praticamente o mesmo do anterior, aproximadamente seis meses.

O primeiro número circulou no dia 25 de setembro de 1847, e apresentava uma estrutura parecida com a do *O Liberal Piauiense*. Era dividido em duas colunas por folha com quatro páginas por edição, salvo quando havia suplemento. Se no aspecto material os jornais eram semelhantes, não se pode dizer o mesmo com relação ao conteúdo da escrita. As folhas do *O Governista* eram exclusivamente relacionados aos interesses da província e da administração provincial, publicações a pedido de colaboradores, além dos assuntos referentes ao ministério e alguns anúncios.

Ao todo circularam vinte e seis edições, pelo menos as que estão disponíveis para pesquisa.[390] A primeira tem um caráter de apresentação, trazendo ainda nas primeiras colunas seu prospecto, parte importante para que se entenda o viés do jornal, sua inclinação política e seus objetivos. Com relação à redação, não podemos indicar nomes, contudo, os indícios nos levam a crer que os redatores continuam sendo Lívio Lopes Castelo Branco e Tibério Burlamaqui. No entanto, não apenas esses, mas alguns outros colaboradores auxiliavam na redação, caso do irmão de Lívio e candidato à deputação geral, Antônio Borges Leal Castelo Branco.[391]

---

[390] Podem ser encontradas no acervo da Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional ou no site Memória do Jornalismo Piauiense.

[391] Foi um político e escritor brasileiro. Patrono da Academia Piauiense de Letras. Nasceu em Campo Maior no ano de 1817 e morreu no ano de 1871.

Os redatores começam o prospecto abordando a importância do Poder Legislativo, do Parlamento, onde o povo é representado e onde se conhecem os direitos e deveres de cada um. Dizem pensar como o filósofo Aristóteles, "que todo o governo é estabelecido para utilidade dos governados, e não dos governantes, compete a nação inteira sondar a sua marcha, e apoia-la quando boa, fazendo-lhe quando má, discreta e verdadeira oposição".[392]

Em seguida afirmam que o jornal é órgão do partido governista e que a presidência estava bem representada na pessoa do Dr. Marcos Antônio de Macedo, cidadão probo, inteligente e enérgico, correligionário constante, sem ser opressor dos seus antagonistas. Pontuam que: "são qualidades que S. Ex. possui, e que ao gabinete não sendo desconhecidas, o fizeram preferir a outras pessoas. Filho do Piauí: onde a política é ainda tão nova".[393]

Para os redatores, a cultura e a dinâmica política, naquele momento, na província, estavam passando por transformações. Os embates políticos na Assembleia Provincial e a participação de representantes piauiense no parlamento estavam em sintonia com as posições dos partidos políticos. De fato, somente a partir de 1844 a dinâmica política piauiense passou a acompanhar os modelos de disputas das grandes províncias como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. O Piauí começava a dialogar no cenário político nacional e isso exigia das elites locais um maior afinamento com a política nacional.

No prospecto, essa participação mais ampliada em vista da:

> De envolta com este comprometimento, serão nossos sacrifícios a dar toda a publicidade do que nos for remetido das diferentes repartições públicas, e das notícias comerciais, e políticas, e das demais províncias do Império. Os anúncios e correspondências dos nossos assinantes serão igualmente publicados, *e qualquer comunicado dos nossos patrícios massacrados pela anterior administração a quem o brado da imprensa possa melhorar seus padecimentos*: e muito nos honraremos, todas as vezes que podermos publicar os escritos importantes que no século atual – o das luzes – giram dos grandes filósofos e políticos, pois que é consciência nossa, que a população assim instruída, necessariamente conhecerá o verdadeiro caminho de sua felicidade, que nós lhes desejamos sinceramente (grifo nosso).[394]

Esse fragmento resume a finalidade do jornal, embora, na prática, percebamos que as edições do periódico basicamente noticiavam sobre a administração e atacavam a atuação do ex-presidente Zacarias de Góis e seus aliados, tendo em vista que se aproximava a eleição para deputado geral.

---

[392] PROSPECTO. *O Governista*. Oeiras, n. 1, p. 1, 25 set. 1847.
[393] PROSPECTO. *O Governista*. Oeiras, n. 1, p. 1, 25 set. 1847.
[394] PROSPECTO. *O Governista*. Oeiras, n. 1, p. 2, 25 set. 1847.

As seis primeiras edições do jornal concentraram-se em louvar a administração do novo presidente e desprestigiar a atuação do anterior. Abordam ainda a temática da liberdade de expressão e sua importância. Aparecem também algumas publicações de Lívio Lopes sobre a atuação de Zacarias de Góis quando fora presidente da província e seus manejos enquanto candidato ao pleito de deputado geral pelo Piauí.

Na edição de número sete, os redatores respondem a algumas polêmicas que surgiam em torno da administração do presidente Marcos Macêdo. Em uma fala bem fundamentada sobre política, enaltecem os Alencares, os Andradas e outros nomes importantes da política liberal. Defendem Lívio Lopes de algumas acusações, motivadas pelo fato de ter sido nomeado Chefe da Guarda Nacional, e dizem ser justo ele ter recebido regalias. Abordam o início das eleições para deputado, assegurando que toda a província iria apoiar a chapa liberal, que era governista.

As edições seguintes, até a de número dez, tratam da eleição para deputação geral. As edições 11, 12 e 13 não foram digitalizadas, provavelmente por estarem muito desgastadas ou por não terem sido encontradas, mas tudo indica que tratavam também da eleição para deputado geral, tendo em vista que cada edição trazia informações sobre uma vila ou cidade da província com seus respectivos resultados da votação, como o caso da edição de número 14, que informava a votação em algumas regiões, dando resultado favorável ao grupo governista.

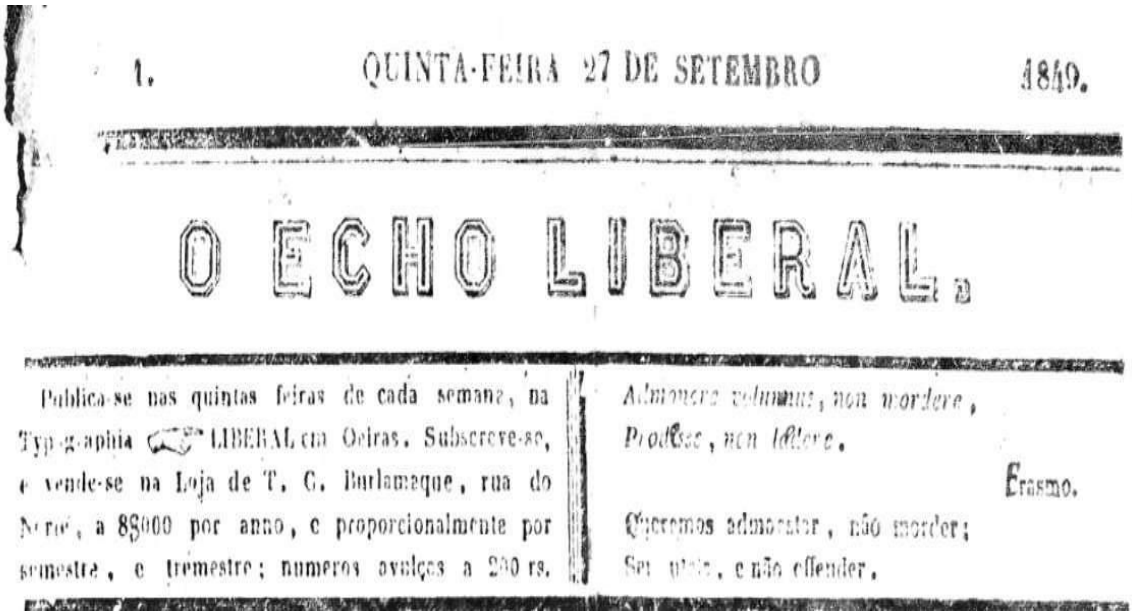
Nas edições posteriores aparecem escritos respondendo a polêmicas que circulavam em um pasquim do Ceará, *Pedro II*.[395] É bem verdade que, naquele momento não havia jornais conservadores no Piauí que rivalizassem com os jornais liberais. O primeiro jornal conservador só apareceria em 1849, quando, a nível nacional, os grupos liberais já estavam perdendo espaço na política e, consequentemente, essa dinâmica chegava ao Piauí. No entanto, os grupos oposicionistas do Piauí enviavam constantemente correspondências para os jornais conservadores tanto do Maranhão quanto do Ceara, noticiando a situação da província a partir da ótica conservadora.

As últimas edições do periódico retomam a louvação ao presidente Marcos Macêdo, desvalorizam a gestão anterior e apresentam os resultados da eleição em cada vila e cidade. Pontuam que as eleições provinciais estavam próximas, assim como a saída do presidente Marcos Macedo, uma vez que ele iria para a Corte representar o Piauí enquanto deputado eleito.

[395] Pasquim cearense de viés conservador. Não foi encontrado registro referentes ao informativo.

Na última edição, de número 26, de 25 de março de 1848,[396] informam que o seu substituto provavelmente será o segundo vice-presidente, Francisco Xavier de Cerqueira.

4.4 *O Echo Liberal*



1. QUINTA-FEIRA 27 DE SETEMBRO 1849.

O ECHO LIBERAL.

Publica-se nas quintas feiras de cada semana, na Typographia do LIBERAL em Oeiras. Subscreve-se, e vende-se na Loja de T. C. Burlamaque, rua do Norte, a 8$000 por anno, e proporcionalmente por semestre, e trimestre; numeros avulços a 200 rs.

Admonere volumus, non mordere, Prodesse, non laedere. Erasmo.

Queremos admoestar, não morder; Ser uteis, e não offender.

Figura 3: Jornal *O Echo Liberal*. Fonte: O ECHO LIBERAL. Oeiras, n. 1, p. 1, 27 set. 1849.

O periódico *O Echo Liberal* surge em uma conjuntura política que marcou o início do declínio do predomínio liberal no governo imperial. Com a saída do gabinete liberal Paula Sousa, em setembro de 1848, deu-se início a uma grande frente conservadora no Império,[397] e consequentemente isso desembarcaria no Piauí. Em 27 de setembro de 1849, circulou a primeira edição desse que veio a ser o periódico liberal piauiense mais duradouro e polêmico do período.

Seguindo o padrão das folhas anteriores, o jornal era composto por quatro páginas e cada página por duas colunas. Era impresso na Tipografia Liberal, em Oeiras, e redigido, a princípio, por Lívio Lopes Castelo Branco e Tibério César Burlamaqui, vendido também na residência desse último. De publicação semanal, saía todas as quintas-feiras e era Órgão do

[396] O PIAUIENSE do Pedro Onze. *O Governista*. Oeiras, n. 26, p. 3-4, 25 mar. 1848.
[397] Em substituição assume o gabinete conservador Pedro Lima. Cf.: FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KSPNTdZ3rJ7tBMKvZNdDfgs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jul. 2022.

Partido Liberal piauiense, foi criado com o intuito de fazer frente ao jornal conservador *A Voz da Verdade*.[398]

Em sua primeira edição, apresenta um prospecto modesto, abordando basicamente a importância de um periódico em tempos em que a liberdade de imprensa era indiscutível. Contudo, diferentemente dos jornais liberais que circularam anteriormente na província, *O Echo Liberal* tinha um forte opositor, o jornal *A Voz da Verdade,* que era órgão do grupo conservador da província, e governista.

A conjuntura política do final da década de 1840 abriu caminho para que um grupo político conservador no Piauí conseguisse espaço de destaque, uma vez que os conservadores não tiveram expressividade anteriormente, pois nas primeiras décadas após a independência, a política de Manuel de Sousa Martins, político ligado ao grupo dos liberais moderados e, depois, nas mãos do grupo liberal de caráter mais exaltado que tinha como representantes Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e Antônio Borges Leal Castelo Branco.

Esse novo grupo conservador, liderado por Manoel Joaquim Bahia, foi ganhando espaço também na imprensa. O periódico *A Voz da Verdade,* pode ser apresentado como o primeiro expressivo jornal de política conservadora no Piauí. *A Voz da Verdade* era o órgão que rivalizava diretamente com *O Echo Liberal*. Embora não fosse o único periódico conservador a circular no período,[399] era o mais atuante. Se no início dos anos 1840, o Piauí tinha pouca pluralidade na questão política e jornalística, no final da mesma década esse cenário mudara, significando dizer que o Piauí acompanhou o processo político da nação e também seguiu a dinâmica político-partidária do Império, mesmo com limitações.

O Governista, ao deixar de circular em 1848, marcou não somente o fim doe um ciclo político favorável ao grupo liberal, na província, como também o início de um novo ciclo para os conservadores. Encerrava *O Governista,* e surgia *A Voz da Verdade*. Essa foi a dinâmica jornalística do final da década de 1840, no Piauí. Daí a importância de *O Echo Liberal*, jornal de oposição. Para além da questão da imprensa, isso apontava para novo contexto de disputas de poder entre os grupos políticos locais, bem como os novos rumos tomados pela política local, regional e nacional.

As primeiras edições do novo jornal liberal da província focaram bastante nas eleições provinciais do ano anterior. Destacavam os municípios onde já se esperava maioria

[398] Periódico de viés conservador. Circulou na província do Piauí no ano de 1849. Era impresso na Tipografia Saquarema, em Oeiras. Saía cinco vezes ao mês. Pode ser encontrado na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional ou no site Memória do Jornalismo Piauiense.
[399] Circulou também, no mesmo período, os jornais: *O Analítico* (1848), *O Escolástico* (1849-1850), e *O Espectro* (1849).

conservadora, mas denunciavam as arbitrariedades dos agentes do governo que se utilizavam do poder emanado da presidência da província para se fazerem maioria nos municípios onde os liberais eram a maior parte. Da primeira à oitava edição, prevaleceram as notícias sobre os fatos eleitorais e acusações de arbitrariedades cometidas pelo presidente Anselmo Francisco Peretti e seus aliados.

Na nona edição do jornal, os redatores noticiavam que houve mudanças no gabinete ministerial de Pedro Lima (Olinda),[400] e a demissão do presidente Peretti, contudo, o novo gabinete que substituíra o anterior também era conservador. As informações não eram nada animadoras para os liberais que se viam cada vez mais encurralados na província. Essa mudança na conjuntura política pode ser evidenciada na composição da Assembleia Provincial, onde havia massiva representação conservadora.

Nas edições seguintes iniciam-se os ataques ao grupo conservador, e as constantes trocas de insultos entre o jornal *O Echo Liberal* e *A Voz da Verdade*. As críticas à administração do presidente decaído continuavam, bem como aos delegados e subdelegados nomeados. As perseguições a líderes liberais ganharam força. José Mauricio da Costa Pestana, um dos líderes liberais, foi acusado de irregularidades nas contas da administração da Fazenda e fora preso. Lívio Lopes por ter sido o juiz de paz de Campo Maior e o mais bem votado naquele colégio, também foi perseguido, assim como outros.

Na edição de 17 de janeiro de 1850, os redatores chamam a atenção para aquilo que eles julgavam ser uma dinâmica nacional. Referem-se ao jornal baiano, *O Século* que trazia informações sobre várias províncias. Consideravam que o que ocorria no Piauí, ocorria também em Pernambuco e na Paraíba, e afirmavam que os saquaremas estavam dominando tudo e cometendo arbitrariedades. Os anos finais da década de 1840 e início da década de 1850, foi período de afirmação e consolidação de grandes nomes da política conservadora. Com a imprensa não foi diferente.

O periódico caracterizava-se por fazer oposição ao governo saquarema. Mantinha interlocução com outros periódicos liberais do Império, e respondia às acusações que com frequência apareciam no *A Voz da Verdade*. Na edição de número 34, os redatores reproduziram um texto crítico antes publicado no jornal liberal, *O Cearense,* onde descreviam a situação do Império e faziam forte oposição aos ministros do novo gabinete.

Em primeiro de agosto de 1850, os redatores informam que carta particulares chegadas pelo correi da Bahia traziam as informações de que o presidente Inácio Silveira da Motta iria

[400] Sai o gabinete Pedro Lima e em substituição entra o gabinete Costa Carvalho (Monte Alegre).

para o Ceará e em seu lugar assumiria a presidência da província o juiz municipal de Jacobina (BA), José Antônio Saraiva. Dias depois essa informação foi confirmada. Em algumas semanas, o novo presidente já estava em solo piauiense. No *O Echo Liberal* de número 52, os redatores descrevem a chegada do novo presidente, desejam-lhe uma boa administração, apesar de estarem temerosos por saberem que era saquarema.

Com a posse do presidente Saraiva, muitas coisas mudariam. O presidente chegou com a missão de organizar as eleições e resolver diversos problemas da província. Não demorou sequer um mês, os redatores de *O Echo Liberal* já começaram a escrever direcionando ao presidente a narrativa, pedindo que fosse responsável nas escolhas dos cargos provinciais. Evidentemente, o presidente conservador e governista montou toda a estrutura da administração provincial para facilitar a feitura daquilo que ele julgava importante.

Após várias nomeações para cargos administrativos que os liberais julgavam ruins, na edição de 24 de outubro de 1850, aparece pela primeira vez nas folhas do periódico aquilo que seria a matéria mais debatida do governo Saraiva: a mudança da capital. O projeto da mudança da capital parecia mais vivo do que nunca, a mudança dividia opiniões, inclusive dentro do grupo liberal e mesmo na redação do *O Echo Liberal*.

O fator mudança da capital foi o estopim para a saída de Lívio Lopes da redação do jornal. O histórico político de Lívio caracteriza sua postura ativa frente às questões da política regional. Desde o final do ano de 1848, quando os conservadores retornaram ao poder no Império, que as principais lideranças liberais se organizavam em torno de jornais e faziam forte oposição ao novo ministério. Lívio não ficou alheio a isso. Mantinha constante interlocução com diversos periódicos liberais espalhados pelo norte do país. Eram frequentes nos jornais que redigia, publicações de matérias de outros jornais como *O Século* (BA), *O Cearense* (CE), *O Repúblico* (RJ), *Diário Novo* (PE), *O Grito Nacional* (RJ) e outros periódicos liberais que faziam críticas ao governo.

Devido ao seu impasse com Tibério César Burlamaqui com relação à mudança da capital, Lívio afasta-se da redação do jornal, e, militando a respeito da vontade da proposta de uma constituinte, cria juntamente com alguns parentes o jornal liberal *Argos Piauiense*. Tibério Burlamaqui, porém, continua na redação de *O Echo Liberal* defendendo a permanência da capital em Oeiras.

Em 18 de setembro de 1852, chega ao fim a circulação de *O Echo Liberal*. Ao todo, circularam 154 edições, número superior ao dos jornais liberais anteriores. Nesse período também ocorreu o fechamento de outros jornais pelo Piauí, entre eles o *Argos Piauiense*. Contudo, alguns jornais conservadores continuaram as suas publicações. A perseguição aos

jornais oposicionistas tornou-se muito forte. No entanto, na maioria das vezes, o que levava ao fechamento de periódicos, principalmente em províncias menores, era a falta de condições materiais e financiamento. Assim, os jornais que tinham uma circulação maior eram aqueles que de caráter governista, pois recebiam financiamento de terceiros.

4.5 *O Argos Piauiense* e a rede jornalística no Império



Figura 4: Jornal *O Argos Piauiense*. Fonte: O ARGOS PIAUIENSE. Oeiras, ano 1, n. 20, p. 1, 25 ago. 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=700657&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O período que vai de 1849 a 1852, no Piauí, em termos de movimentação da imprensa, talvez tenha sido o mais significativo da primeira metade do XIX. O debate político foi ganhando cada vez mais protagonismo na imprensa piauiense, aproximando-se do que acontecia nas duas províncias vizinhas, politicamente ativas e atuantes na imprensa – o Ceará e o Maranhão.

A queda do gabinete liberal em 1848, constituiu um grande embaraço para as elites políticas liberais nortistas. A atuação do gabinete conservador que assumiu o poder no império provocou diversas reações. Praticamente todas as províncias do império mudaram completamente seus quadros administrativos. Algumas lideranças de províncias importantes, não viram com bons olhos essas mudanças, o que provocou, além de outras reações, uma revolta que ficou conhecida como a última revolta liberal do segundo reinado – a Praieira.

A Praieira, revolta liberal na província de Pernambuco, decorreu do fato o grupo político praieiro não aceitar as demissões em massa dos liberais que ocupavam cargos administrativos na província, em virtude de arbitrariedades cometidas pelo novo presidente, Herculano Ferreira Pena que perseguia as lideranças opositoras e seus jornais.[401] Foi uma das revoltas mais emblemáticas, pois expôs as tensões entre os grupos políticos do império, e incitou em uma parcela significativa dos liberais o desejo por uma revolução e uma nova Constituinte, provocando, posteriormente, uma unidade jornalística.

> Após a malfadada invasão de Recife, orquestrada pelos praieiros e que contou com o apoio de homens livres pobres, os remanescentes da insurreição se recolheram às matas do interior da província, na mesma região onde havia acontecido a Cabanada, nos anos 1830. Eram liderados por Pedro Ivo Velloso da Silveira, capitão que havia deixado as forças da ordem para combater ao lado dos praieiros, e por Caetano Alves, um líder cabano. A resistência nas matas foi bem sucedida por algum tempo, o presidente da província, Honório Leão, precisou mobilizar esforços de guerra para a luta, mas após Pedro Ivo se entregar, caindo em uma armadilha criada pelo presidente da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, o movimento nas matas se desarticulou e a Praieira chegou ao fim.[402]

A prisão de Pedro Ivo Veloso da Silveira,[403] liderança do movimento em Pernambuco e chefe liberal conhecido, foi crucial para a desarticulação dos liberais. O tema da prisão dominou os jornais durante os meses de maio e junho de 1850. Entre os liberais isso era algo inadmissível, principalmente porque Pedro Ivo ficou incomunicável na prisão de Santa Cruz. A tensão entre o imperador e seus ministros e os liberais aumentava à proporção que as perseguições ocorriam e as polêmicas na imprensa se acentuavam:

> Os jornais governistas insistiam na estratégia de esvaziar o debate, desqualificando os oponentes; a principal acusação eram serem fomentadores de revoltas. Estava em pauta um esforço dos conservadores para tirar a política de cena, dizia-se que o debate político nos jornais acendia as paixões e já tinha causado muito dano ao país e devia ser evitado sobretudo na época das eleições. Ao mesmo tempo, celebravam novos temas – os melhoramentos materiais, as máquinas – buscando filiar o poder à eficiência da ação. Os jornais liberais, por outro lado, além de denunciar o desrespeito às leis, buscavam dizer que os saquaremas eram negreiros e seguiam com suas fazendas apinhadas de africanos escravizados ilegalmente enquanto alardeavam querer modernizar o país acabando com o tráfico de escravos. Houve profundas tensões nesse processo. Pera os liberais mais radicais, estava

[401] A instabilidade política em Pernambuco agravou-se com saída do presidente liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama. Em apenas sete meses houve quatro presidentes diferentes, quando assume Herculano Ferreira Pena.

[402] CARVALHO, Wagner Melo de. "*O Norte brada constituinte*": projetos na imprensa liberal no Brasil Império, 1850-1852. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022. p. 21.

[403] Foi um militar e revolucionário brasileiro. Nasceu no ano de 1811 e morreu no dia 3 de março de 1852. Destacou-se como principal liderança na revolta da Praieira.

> em curso ‘por todo o Norte a *paz saquarema*, isto é, os assassinatos em grande escala’, e denunciavam os que tinham sido vítimas de emboscadas e os ‘correligionários ameaçados’, como o padre Verdeixa, redator do Juiz do Povo, em Fortaleza, Ceará, que escapara por pouco da morte (grifo do autor).[404]

A partir das disputas de narrativas na imprensa percebemos que os grupos liberais que se consideravam perseguido em quase todas as províncias, viam a necessidade de assumir novas estratégias de combate às perseguições e arbitrariedades. A prisão de Predo Ivo e as manobras se para manterem no poder e silenciar os opositores, indicava aos líderes que o meio de combate era através da imprensa e da opinião pública.

Os atentados e as perseguições eram denunciados na imprensa. Os mesmos sujeitos que estiveram envolvidos na tentativa da revolta generalizada de 1842, estavam outra vez à frente da oposição liberal. Contudo, dessa vez, preferiram unir-se a partir da atuação jornalística de oposição. Com o fim da Praieira atestando a vitória saquarema e a pouca influência na política, os liberais investem na criação de um discurso que a partir dos anos de 1850 ganhará força e destaque até o fim do império.

O discurso difundido pelos liberais nortistas era o da necessidade por uma nova constituinte. Alguns falavam até mesmo em uma república. Insatisfeitos com a conjuntura, em 1849, Borges da Fonseca, um dos presos na Praieira, fez circular o *Manifesto ao Mundo*, em que detalhava a proposta de reformas e os objetivos que buscavam:

> Protestamos só largar as armas, quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia deve realizar os seguintes princípios: 1. O voto livre e universal do Povo Brasileiro; 2. A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; 3. O trabalho como garantia de vida para o cidadão Brasileiro; 4. O comercio a retalhos somente para os cidadãos Brasileiros; 5. A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6. A extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7. O elemento federal na nova organização; 8. Completa reforma do poder judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos Cidadãos; 9. Extinção da lei do juro convencional; 10. Extinção do atual sistema de recrutamento.[405]

Essas eram as condições impostas por parte dos praieiros, embora nem todos concordassem com o conjunto das proposições. Borges da Fonseca era reconhecido como republicano. Muitos defendiam uma monarquia com poderes limitados do Executivo e outros advogavam o fim da monarquia. Pelas cartas e escritos de Lívio Lopes nos anos de 1850, percebemos que ele já se enquadrava na ala dos republicanos. Seus posicionamentos políticos

---

[404] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. A prisão de Pedro Ivo e o debate político após a Praieira: 1849-1854. *Revista de História*. São Paulo, n. 177, p. 1-35, 2018. p. 16.
[405] OLIVEIRA, 2018, p. 17.

denunciavam que Lívio nunca fora totalmente representado pelo modelo político praticado no Império, embora se declarasse monarquista.

Nesse período, em diversas regiões do Império, ocorreu a criação e a circulação de folhas cujo nome era Argos. Tratou-se de uma rede jornalística que cobria todo o norte e outras regiões do Brasil. Todas essas folhas defendiam a bandeira de uma nova Constituinte, e faziam forte oposição ao gabinete no poder. Era uma rede não meramente de troca de informações, mas de suporte e apoio aos jornalistas envolvidos na campanha generalizada que eclodiu em 1850.

Essa rede jornalística, foi criada a partir de um diretório. Esse diretório era composto por participantes da Praieira e redatores de periódicos da Bahia, de Alagoas e por de outras províncias, alguns desses entrando para a rede somente em 1851, casos do Piauí e do Maranhão.[406] Embora não houvesse uma unidade com relação às questões centrais de discordância entre os liberais, monarquistas e republicanos, ficou acordado, ainda na construção dessa rede, que a discussão sobre o tipo de governo que seria adotado ficaria a cargo dos deputados constituintes.[407]

É importante que se tenha em mente que apesar de haver essas redes de comunicação e auxílio entre os grupos liberais, é praticamente consenso na historiografia que os liberais não possuíam uma pauta nacional. Suzana Cavani Rosas, ao apresentar o programa liberal, na Corte, afirma que ele foi redigido por uma comissão de quatro políticos de diferentes províncias – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pará, e com o apoio do influente representante liberal do norte, Bernardo de Sousa Franco.[408] Os luzias buscavam reforços para unir e orientar o Partido Liberal a nível nacional.[409] Oliveira, observa a força da pauta pela constituinte em Pernambuco e a ausência da ideia no manifesto liberal publicado no Rio de janeiro.[410]

Apesar de não haver um consenso nacional, por parte dos liberais, para Carvalho "tratava-se sempre de uma construção política e da implementação de projetos das maiorias".[411] A participação de diversos periódicos de feição republicana e monarquista significava que essa

[406] CARVALHO, 2022, p. 22.
[407] CARVALHO, 2022, p. 29.
[408] Foi um magistrado, jornalista e político brasileiro. Nasceu no dia 28 de julho de 1805 e morreu no dia 8 de maio de 1875.
[409] ROSAS, Suzana Cavani. Da "constituinte soberana" a "conciliação política sobre as bases das reformas": o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. *Revista de História*. São Paulo, n. 170, p. 291-316, jan./jun. 2014. p. 297-298.
[410] OLIVEIRA, 2018, p. 19.
[411] CARVALHO, 2022, p. 29.

aliança estava firmada e que os diferentes posicionamentos coexistiriam em benefício de uma pauta maior, a Constituinte livre e soberana.

> Para lançar a rede de jornais, os redatores escolheram uma data significativa: o dia 7 de setembro de 1850. A data possuía um significado polivalente, fornecendo a origem monárquica adequada às elites, e permitindo aos liberais interpretar as atitudes de Pedro I como respostas às demandas do povo.[412]

Escolhida a data de fundação da rede, o 7 de setembro de 1850, o plano foi posto em prática. Surgiram periódicos: *Argos Baiano, Argos Cachoeirano* (BA), *Argos Cearense, Argos Paraibano e Argos Pernambucano*. Além desses, ainda foi criado em Alagoas o *Argos Alagoano,* contudo, só foram publicados dois números, pois o chefe de polícia havia prometido no Rio de Janeiro a Euzébio de Queiroz que na província de Alagoas não apareceria folha liberal. O jornal foi perseguido e fechado. Um ano depois, em 1851, surgiu em Rio Grande do Norte, o *Argos Natalense*. Os redatores desse periódico informavam estarem em perfeito acordo com o Partido Liberal de Pernambuco e de todo o norte do Império.[413]

Para além dos jornais supracitados, que defendiam abertamente a Constituinte, havia outros que compunham a rede jornalística liberal e que de forma indireta sustentavam seus parceiros de causa. Os mais importantes foram: *O Grito Nacional (RJ), O Século (BA), O Guayacuru (BA) e O Itamontano (MG)*. Também o *Diário Novo* (PE), que voltava a circular em 1852, afirmando que "ou a Constituinte será convocada, ou o Brasil se reduzirá a cinzas".[414]

Carvalho, apresenta todos os periódicos que surgiram nesse período, incluindo os jornais de caráter monarquista e os de viés republicano. Contabiliza 36 jornais que participaram do projeto constituinte, sendo 18 monarquistas e 18 republicanos. Informa também, que os jornais republicanos não costumavam utilizar o nome *Argos,* considerando que a maioria dos *Argos* eram monarquistas. O próprio nome derivado da mitologia grega, representava um gigante de cem olhos incumbido pela deusa Hera de vigiar Io, suposta amante de Zeus. Portanto, *Argos* significava vigilância, os liberais tinham como objetivo vigiar os saquaremas, sempre acusados de corrupção.[415]

Ainda sobre a organização desses periódicos, o pesquisador afirma que, apesar da luta política e partidária expressas no projeto dos redatores constituintes, as pautas não se limitavam aos conflitos partidários. " Estavam afinados com as demandas materiais dos homens livres pobres, a nacionalização do comércio a retalho era, depois da constituinte, a pauta mais

[412] CARVALHO, 2022, p. 25.
[413] OLIVEIRA, 2018, p. 18.
[414] OLIVEIRA, 2018, p. 19-20.
[415] CARVALHO, 2022.

importante da rede. “[...] Além disso, lutavam contra o recrutamento forçado, prática que separou muitas famílias naquele período”.[416]

Com relação à publicidade e compartilhamento de informações, o autor relata:

> Fundada a rede numa data potente para as discussões nativistas, o desafio era agora fazer funcionar a dinâmica de correspondências e repetição de artigos, para que o projeto se firmasse com coesão. Alguns movimentos eram necessários. De início, era preciso garantir que os jornais circulassem pelas províncias, para que todos acompanhassem as discussões travadas por seus colegas. Para isso, o sistema de navegação a vapor foi essencial. Com frequências variadas entre os periódicos, vapores chegavam ao porto trazendo remessas de jornais do Sul ou do Norte. Eram jornais da rede, da corte, por vezes jornais internacionais. Os vapores garantiam a possibilidade das folhas se comunicarem entre si, com decalagens que variavam de um impresso para outro. Intermediavam conflitos, contestavam artigos, endossavam argumentos dos colegas e, importante, reproduziam artigos de dentro da rede entre os outros jornais, homogeneizando o discurso político.[417]

No Piauí, isso não era nenhuma novidade. Desde a criação do jornal *O Liberal Piauiense*, em 1846, redigido por Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, que pode se observar essa dinâmica de comunicação entre os vários jornais do norte. Embora naquele momento essa rede de comunicação não existisse, a relação de Lívio Lopes criada no início dos anos 40 com os redatores e financiadores desses jornais nortistas, fizeram com que o campo-maiorense já tivesse um afinamento com os redatores nortistas praticando esses compartilhamentos de publicações, criando de maneira informal essas redes de comunicação.

Em 1850, Lívio Lopes afasta-se da redação de *O Echo Liberal*. Um ano depois, mais precisamente em julho de 1851, ele funda *O Argos Piauiense*, em consonância com diversos outros jornais do Império. O novo periódico tinha como missão defender a ideia de uma Constituinte. Infelizmente, as primeiras edições do jornal não estão disponíveis para pesquisa. As edições a que tivemos acesso começam a partir da folha de número 20, falta que inviabiliza uma análise do seu prospecto.

Apesar da ausência das vinte primeiras edições e dos poucos números disponíveis do periódico, podemos analisá-lo a partir da própria disposição da folha e atestar que se tratava de um jornal combativo. Era composto por quatro páginas, cada página com duas colunas, cada coluna continha informações gerais sobre a política do Império. Era impresso uma vez por semana na Tipografia Liberal, em Oeiras, por A. Luiz de Moraes Castelo Branco. O jornal fazia críticas aos ministros e ao modelo administrativo adotado. No cabeçalho estava escrito:

[416] CARVALHO, 2022, p. 10.
[417] CARVALHO, 2022, p. 28.

Monarquia Constitucional, Liberdade, Ordem, Franquezas Provinciais; e logo abaixo, destacado, a palavra Constituinte.

O redator, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, justificava a adesão dessa bandeira pois "a nação quer reformar e curar os defeitos da Constituição [...] quer a independência do poder judiciário, a liberdade da urna, a liberdade do legislativo [...] é porque a nação quer a abolição do tráfico e o governo protege os africanistas [...]".[418] As questões abordadas e defendidas pelos redatores do *Argos* eram praticamente as mesmas do Manifesto ao Mundo, de Borges da Fonseca, o que revela que esses ideais iniciados na Praieira, em Pernambuco, ultrapassavam aquela província e suas lideranças, tornando-se ideias gerias de um grupo que tentava se firmar.

Em 1851, quando passa a circular *O Argos Piauiense*, todas essas pautas levantadas pelos demais periódicos do norte e no *Manifesto ao Mundo* estavam também nas páginas do jornal piauiense. Na edição de número vinte, os dois primeiros artigos versavam sobre comércio de retalho e sobre a diferença entre o partido liberal e o gabiru (saquarema), mostrando o forte teor político do jornal. Seguindo a divergência dos jornais, ainda na mesma edição são publicados três artigos de jornais diferentes: *Argos Maranhense*, *Argos Baiano* e *Argos Sant'Amarense.*

Isso revela o afinamento do jornal piauiense com os demais da rede, e sintonia de seu redator com os colegas de outras províncias. As edições disponíveis são as seguintes: 1851 – 20ª edição a 30ª; 1852 – 41ª, 42ª, 43ª e 48ª edição, totalizando 14 edições digitalizadas para pesquisa. Praticamente todas as edições possuem o mesmo padrão e abordam as temáticas: constituinte, comércio a retalho, recrutamento obrigatório, eleições para o Senado e para deputado geral. Além dessas pautas, o redator ataca abertamente os ministros e o presidente da província. Esta provavelmente é a causa da perseguição a Lívio Lopes e o motivo de suspenção da circulação do periódico em 1852.

Ainda em 1852, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva apresentava-se como político e defensor da monarquia constitucional. Certo de que teria o apoio de seus parceiros monarquistas, lança-se na política, a fim de pleitear uma cadeira de deputado geral. Contudo, após as perseguições feitas pelo presidente Saraiva e outras autoridades da província, causando inclusive o fechamento de *O Argos Piauiense*, ele renúncia ao pleito para deputação geral. Lívio esperava o apoio daqueles que julgava serem seus amigos e correligionários monarquistas, mas acaba por se frustrar, como discorre no trecho a seguir:

> No seu *Grito* n. 450 tive a honra de ver reimpressa a circular que redigi aos piauienses, apresentando-me candidato a eleição geral por esta província,

[418] OLIVEIRA, 2018, p. 18.

> depois de achar-me acolhido pelas influencias locais. Fui sinceramente aprovado pelos Constituintes, ou Republicanos, e traído como era de supor pelos cartistas egoístas, e guerreado pelo Saraiva, e pelos ministros da coroa, e seus *imprudentes e infames galegos*, e sicários! Entre a precisão de uma luta sanguinolenta e a desistência da pertenção, preferi a última; abandonei, pois, a eleição. O sangue de nossos patrícios é tão precioso para mim, que não devia arrisca-lo, máxime, em uma desordem que daria motivos para o *infame* Saraiva, o *valido especial* do Gonçalves Martins, esmagar-me e aos Constituintes, ou Republicanos da província, como tanto anelam (grifo do autor)![419]

É nesse período que abertamente expõe sua bandeira e sem medo declara ser republicano. Talvez os ressentimentos de Lívio lhes tenham feito por um momento perder o senso de perigo. Mesmo perseguido, coagido e sem forças políticas e materiais, escreve variados artigos, muitos dos quais foram publicados em *O Grito Nacional*, atacando a política que se instalou no império e os ministros. Defendia a bandeira da república e dizia não pertencer mais ao Partido Liberal.

Em uma correspondência carregada de sentimentalismo, Lívio se expressa da seguinte maneira:

> Desprezo a política pessoal, apelo para a política de princípios.
> Foi em 1831 que principiei a envolver-me em política.
> Havia abdicado o primeiro imperador, e dominava (ao menos eu acreditei) a política de princípios.
> A democracia tinha tomado seu lugar: a ideia geral, a opinião pública, acompanhavam o governo. Tínhamos sinceramente as franquezas do ato adicional.
> Bebi teoricamente essas ideias na juventude: praticamente achei-me em campo com os homens verdadeiramente liberais.
> Em Caxias, onde então me achava, quase sempre nos melhores círculos, dominava até com preferência a tudo, os princípios republicanos. Procurei possuir os melhores livros que tratavam sobre essa forma de governo, e sobretudo estudei a história dos Estados Unidos da América. Logo depois, e em várias épocas, e a pedido dos meus amigos (a despeito de não ser para isto muito habilitado) redigi alguns periódicos. O último foi o *Argos Piauiense*, que acabo de suspender por já não poder lutar com a oligarquia. Retiro-me bem da política, porque chegamos em fim a uma época tão calamitosa, que um ministro de estado declarou em pleno parlamento, que a política do governo era as das relações pessoais. E em que, um muito meu prezado amigo, o Sr. Dr. Lopes Neto aconselha o enrolamento da Bandeira Constituinte!![420]

Nesse primeiro momento da sua circular, Lívio deixa muito claro que estudou a respeito dos princípios republicanos com os quais se identificava – referia-se ao início da década de 1830, além de estudar a história dos Estados Unidos da América. Falava de sua capacidade de

---

[419] ESTADO da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.
[420] DESPREZO a política pessoal, apelo para a política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

redigir jornais e lamentava a sua retirada da redação de *O Argos Piauiense*, em que diz dever à sua impossibilidade de lutar ao lado de seus partidários. E, por fim, a sua decepção ao ver ser reproduzida por um ministro do estado em pleno parlamento que a política do governo era a das relações pessoais.

Em continuação, argumentava que:

> Por esta bandeira acabo de fazer os maiores sacrifícios. Por causa da minha dedicação a ela, acabo de ser atrozmente guerreado pelos oligarcas, na minha candidatura a deputação geral nesta província, e atraiçoado por muitos dos meus antigos amigos, que como o Sr. Dr. Neto, bem não querem a Constituinte. Era preciso pois ou ir adiante, ou recuar. Tomei o último acordo. Tenho, pois, necessidade que todo o país conheça as causas do meu procedimento. As relações que cheguei a adquirir, por sem dúvida, exigiram esta declaração. Republicano por princípios, sacrifiquei quase sempre as minhas convicções, as dos meus amigos monarquistas constitucionais. Muito deles, tive sobeja razões, para conhecer que na melhor boa-fé possível, trabalham para a felicidade do país, convencidos de que o progresso, e a justiça não eram incompatíveis com esse sistema. Achavam-se enganados, e iludiram-me. O regresso tomou coragem. A oligarquia está hoje no pé em que se achava em 1831. Os ministros do Sr. D. Pedro II em 1852, e 1853, professam à risca, seguem, praticam tudo quanto praticavam os do Sr. D. Pedro I em 1830. A história contemporânea não é longa. Li de novo, reli, combinei os fatos, aumentaram-se os meus desgostos, com as terríveis punhaladas dos ingratos, e despedi-me.[421]

Em sua longa explicação Lívio revela que foi motivado a escrever pelo respeito que tem por seus parceiros, que merecem uma explicação sobre sua retirada da eleição. Considerando que foi ferozmente guerreado pelos oligarcas inimigos, e traído por muitos de seus velhos amigos, expressava uma profunda decepção com o andamento do sistema legislativo naquele momento. Alegava que os ministros de 1852/1853 praticavam o mesmo que os ministros de D. Pedro I.

> Fica o país dividido em três seitas: oligarcas, monarquistas e republicanos. Com os oligarcas nada, nada, absolutamente nada me convém – prefiro antes a tirania. Com os monarquistas constitucionais não posso continuar, porque os sacrifícios de vinte anos na minha pessoa, e bens, os fatos que tenho de memória a cada dia, e a ingratidão que acabo de sofrer de alguns deles, sendo certo que outros existem cuja amizade prezo, cuja probidade e instrução respeito, me inibem de continuar nessa luta de relações pessoais, e de afeições, e desafeições, ou condescendência, com graves prejuízos, sem nenhum proveito sério para o país. Por sem dúvida me acho no círculo dos republicanos como políticos de princípios, que sigo, mais sem poder desde já, ser-lhes efetivamente oficioso. E como!? Pela imprensa? Não: porque desde o momento que uma folha republicana se escrevesse nesta província, e por algum que fosse capaz de mover as massas, seria vítima de punhal, e do bacamarte! A pátria nada lucra com o sacrifico de mais um cidadão!! Pelos meios extraordinários? Não! Porque uma província pequena, falta de todos os

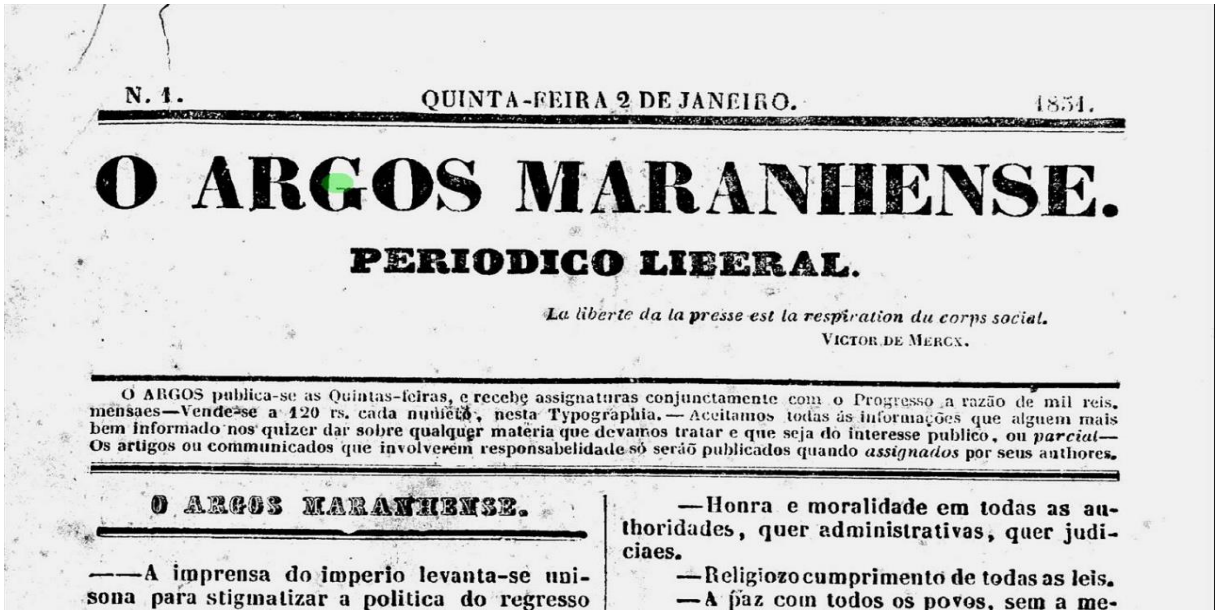
[421] DESPREZO a política pessoal, apelo para a política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3, 24 abr. 1853.

> recursos, não se pode envolver em uma revolução, senão para acompanhar as grandes províncias, a maioria da Nação. E a revolução que se perde, é sempre coberta de todos os crimes, de todos os defeitos [...].[422]

Para Lívio Lopes o país estava dividido em três alas: oligarcas (conservadores), monarquistas (uma fração dos liberais de caráter mais moderado) e republicanos (uma fração dos liberais, aqueles de caráter mais exaltado). Sua relação com os oligarcas não era em nada proveitosa, como expressa em suas críticas. Já com os monarquistas, com os quais por muito tempo esteve ligado pelos interesses do Partido Liberal, mostrava sua profunda decepção e ressentimento, uma vez que não teria recebido o valor devido, pois seus sacrifícios por mais de vinte anos pareceiam ter sido esquecidos, porque a ingratidão lhes havia dominado, sobretudo por Lívio lhes haver auxiliado em tudo, principalmente, em bens.

O *Argos Piauiense*, de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, deixou de circular, em 1852. A rede de jornais iniciada no 7 de setembro de 1850, perdurou até pelo menos 1858. Contudo, em 1852, parte desses jornais desapareceu, entre eles o piauiense. Isso se deve ao fato de que a partir dos anos de 1852, no campo político, os partidos, principalmente o saquarema, já estavam estruturados. Já se falava inclusive em conciliação. Apesar da rede jornalística ter perdido força, outro meio de mobilização foram as Sociedades Constituintes,[423] que desempenhariam papel importante na difusão dos ideais progressistas e até republicanos.[424]

[422] DESPREZO a política pessoal, apelo para a política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janiero, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.
[423] Foram uma espécie de agremiação formada em diversas regiões e por diversas lideranças políticas na década de 1850. Entre as principais demandas desses grupos estava a construção de uma nova constituição. Esses grupos, na maioria das vezes, eram formados por republicanos e liberais defensores de uma Monarquia Constitucional Parlamentarista.
[424] CARVALHO, 2022.



N. 1. QUINTA-FEIRA 2 DE JANEIRO. 1851.

O ARGOS MARANHENSE.

PERIODICO LIBERAL.

La liberte da la presse est la respiration du corps social.
VICTOR DE MERCX.

O ARGOS publica-se as Quintas-feiras, e recebe assignaturas conjunctamente com o Progresso a razão de mil reis, mensaes—Vende-se a 120 rs. cada numero, nesta Typographia.—Aceitamos todas as informações que alguem mais bem informado nos quizer dar sobre qualquer materia que devamos tratar e que seja do interesse publico, ou *parcial*—Os artigos ou communicados que involverem responsabelidade só serão publicados quando *assignados* por seus authores.

O ARGOS MARANHENSE.

——A imprensa do imperio levanta-se unisona para stigmatizar a politica do regresso

—Honra e moralidade em todas as authoridades, quer administrativas, quer judiciaes.

—Religiozo cumprimento de todas as leis.

—A paz com todos os povos, sem a me-

Figura 5: Jornal *O Argos Maranhense*. Fonte: O ARGOS MARANHENSE. São Luís, n. 1, p. 1, 2 jan. 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=759350&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.



ANNO I. DOMINGO 8 DE DEZEMBRO DE 1850. N. 1

B 1774 N

BIBLIOTHECA NACIONAL RIO DE JANEIRO

O ARGOS SANT'AMARENSE

Está acabado o tempo de enganar os homens. *O Defensor Perpetuo.*

Com as armas... não; seja a guerra a do juizo. *Do Argos Bahiano.*

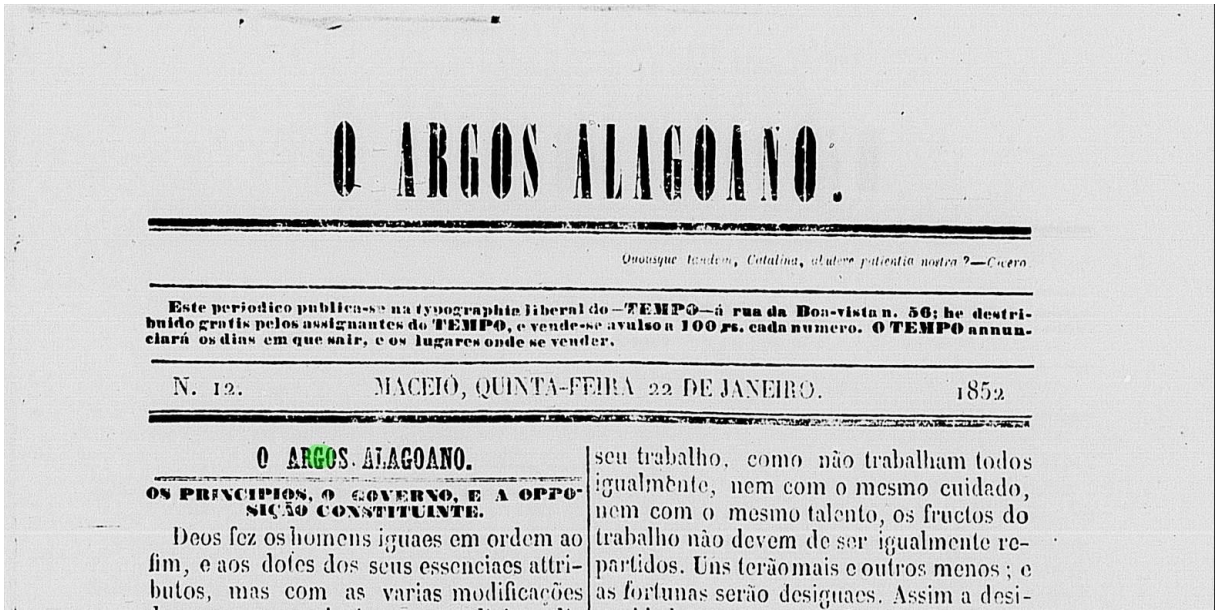
O ARGOS SANT'AMARENSE.

Depois de lutarmos com quatro mezes de difficuldade, finalmente vencemos todas, e apparece hoje o Argos Sant'Ama-

respondencias que se conformarem com o programma, e respeitará sempre a vida particular dos Cidadãos.

A administração da typographia re- metterá o Argos Sant'Amarense a todas

Figura 6: Jornal *O Argos Sant'Amarense*. Fonte: O ARGOS SANT'AMARENSE. Santo Amaro, ano 1, n. 1, p. 1, 8 dez. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=812889&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.



O ARGOS ALAGOANO.

Quousque tandem, Catalina, abutere patientia nostra?—Cicero

Este periodico publica-se na typographia liberal do—TEMPO—á rua da Boa-vista n. 56; he destribuido gratis pelos assignantes do TEMPO, e vende-se avulso a 100 rs. cada numero. O TEMPO annunciará os dias em que sair, e os lugares onde se vender.

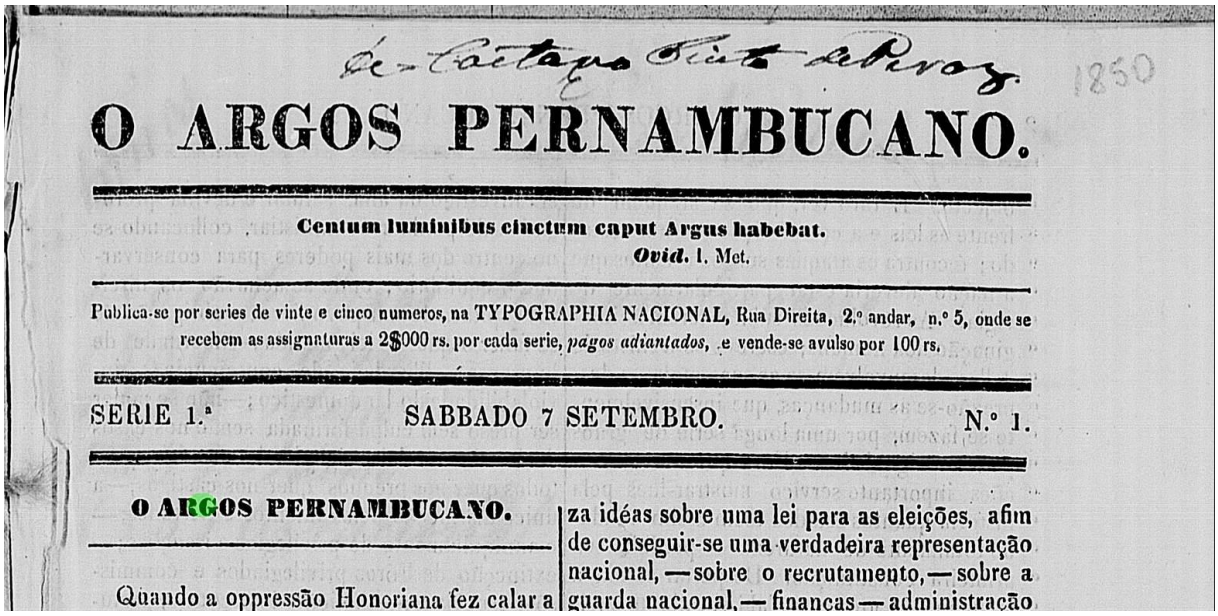
N. 12. MACEIÓ, QUINTA-FEIRA 22 DE JANEIRO. 1852

O ARGOS ALAGOANO.

OS PRINCIPIOS, O GOVERNO, E A OPPOSIÇÃO CONSTITUINTE.

Deos fez os homens iguaes em ordem ao fim, e aos dotes dos seus essenciaes attributos, mas com as varias modificações seu trabalho, como não trabalham todos igualmente, nem com o mesmo cuidado, nem com o mesmo talento, os fructos do trabalho não devem de ser igualmente repartidos. Uns terão mais e outros menos; e as fortunas serão desiguaes. Assim a desi-

Figura 7: Jornal *O Argos Alagoano*. Fonte: O ARGOS ALAGOANO. Maceió, n. 12, p. 1, 22 jan. 1852. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=811149&pesq=Argos&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.



1850

O ARGOS PERNAMBUCANO.

Centum luminibus cinctum caput Argus habebat.
Ovid. l. Met.

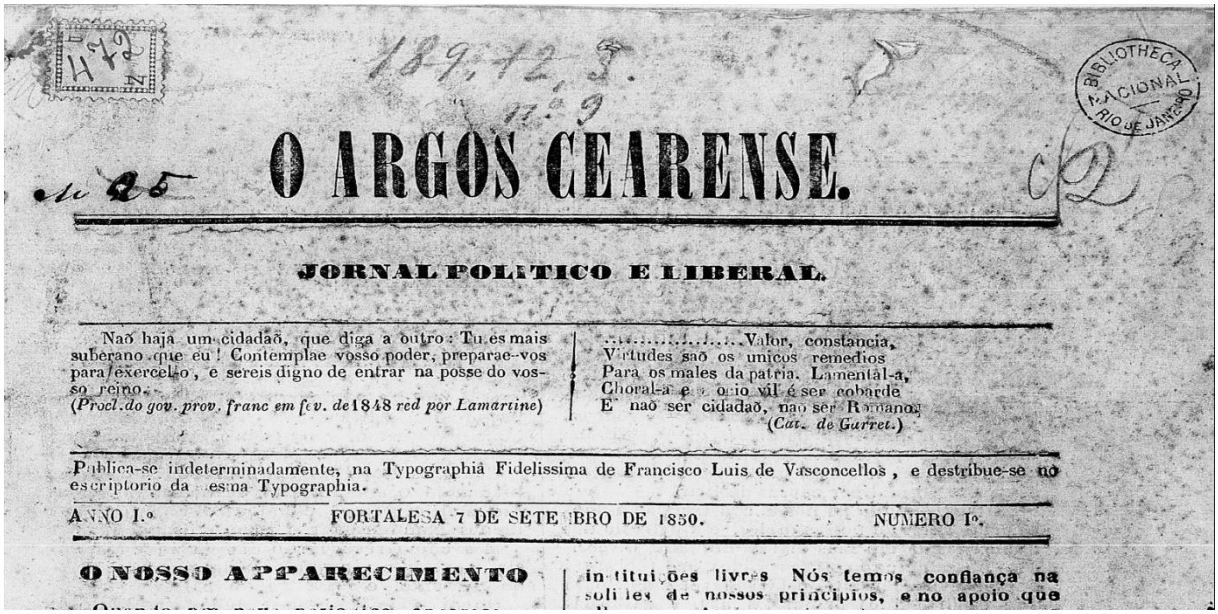
Publica-se por series de vinte e cinco numeros, na TYPOGRAPHIA NACIONAL, Rua Direita, 2.º andar, n.º 5, onde se recebem as assignaturas a 2$000 rs. por cada serie, *pagos adiantados*, e vende-se avulso por 100 rs.

SERIE 1.ª SABBADO 7 SETEMBRO. N.º 1.

O ARGOS PERNAMBUCANO.

Quando a oppressão Honoriana fez calar a za idéas sobre uma lei para as eleições, afim de conseguir-se uma verdadeira representação nacional, — sobre o recrutamento, — sobre a guarda nacional, — financas — administracão

Figura 8: Jornal *O Argos Pernambucano*. Fonte: O ARGOS PERNAMBUCANO. Recife, n. 1, p. 1, 7 set. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=717517&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.



O ARGOS CEARENSE.

JORNAL POLITICO E LIBERAL.

Naõ haja um cidadaõ, que diga a outro: Tu és mais suberano que eu! Contemplae vosso poder, preparae-vos para exercel-o, e sereis digno de entrar na posse do vosso reino.
(*Procl. do gov. prov. franc em fev. de* 1848 *red por Lamartine*)

.....Valor, constancia,
Virtudes saõ os unicos remedios
Para os males da patria. Lamental-a,
Choral-a é o unico vil é ser cobarde
E naõ ser cidadaõ, naõ ser Romano.
(*Cat. de Garret.*)

Publica-se indeterminadamente, na Typographia Fidelissima de Francisco Luis de Vasconcellos, e destribue-se no escriptorio da mesma Typographia.

ANNO I.º FORTALEZA 7 DE SETEMBRO DE 1850. NUMERO 1º.

O NOSSO APPARECIMENTO

...in tituições livres. Nós temos confiança na solidez de nossos principios, e no apoio que

Figura 9: Jornal *O Argos Cearense*. Fonte: O ARGOS CEARENSE. Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 1, 7 set. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=778419&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.



O ARGOS CACHOEIRANO

PERIODICO POLITICO, LITTERARIO E MORAL.

O povo ganha muito mais com a liberdade da imprensa do que seos chefes. — Lições de Dir. Pub. por Ramez-Rallo.

O Argos Cachoeirano publica-se nas quartas e sabbados, pelo editor Joaquim Tavares da Gama; sua assignatura he de 7,000 rs. pagos adiantados: os annuncios dos senhores assignantes são *gratis* até vinte linhas; qualquer escripto será pago a 80 rs. por linha impressa.— Numeros avulsos a 160 rs.

ANNO I. *Sabbado 7 de Setembro de* 1850. NUMERO 1.

CACHOEIRANOS!

Seja a doutrina dos livres
Não provocar, convencer;
Mas levados ao apuro,
Ou triumphar ou morrer.

PROSPECTO.

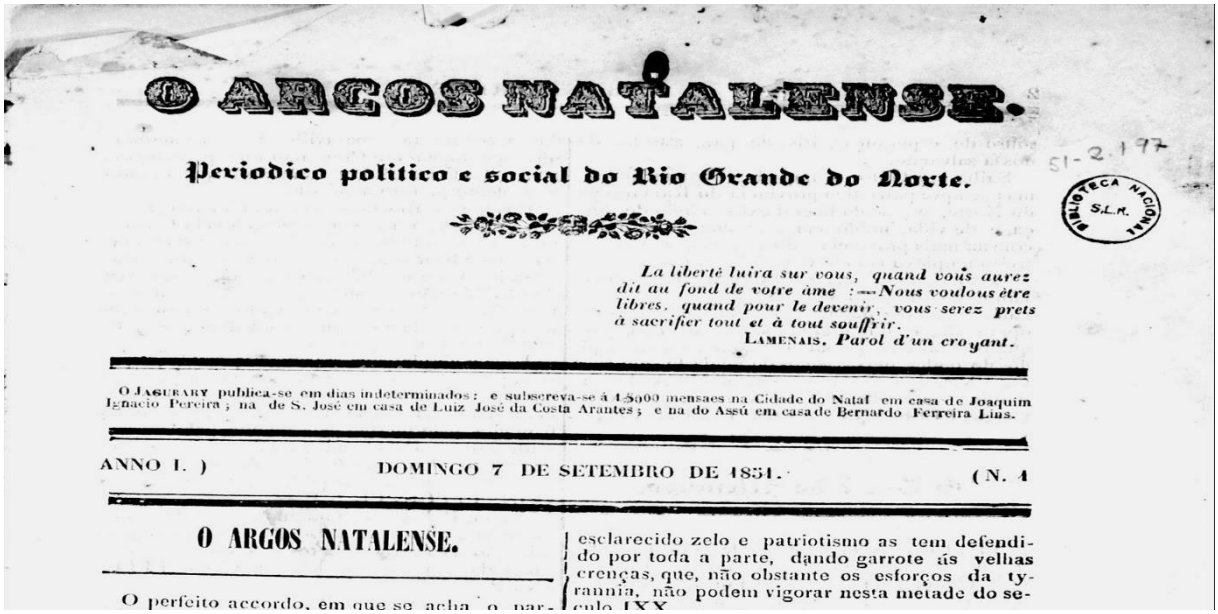
O Argos Cachoeirano: he o titulo

O DIA SETE DE SETEMBRO.

Como ressurge cheio de recordações o grande dia da liberdade, o anniversario daquelle em que o Genio Brasileiro inspirando o Sr. D. Pedro I, e com elle collocado as margens de hum

de força na luta, elle reservou a aurora deste anniversario, para ser a de seo nascimento: de baixo da influencia deste dia, embora desfigurado, elle se congratula comvosco, e vos aponta o futuro... prossigamos, prossigamos; porque o governo dos tyrannos, da facção, e do

Figura 10: Jornal *O Argos Cachoeirano.* Fonte: O ARGOS CACHOEIRANO. Cachoeira, ano 1, n. 1, p. 1, 7 set. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=815357&PagFis=1&Pesq=Argos. Acesso em: 10 jan. 2023.



O ARGOS NATALENSE.

Periodico politico e social do Rio Grande do Norte.

La liberté luira sur vous, quand vous aurez dit au fond de votre âme :—Nous voulous être libres, quand pour le devenir, vous serez prets à sacrifier tout et à tout souffrir.
LAMENAIS. *Parol d'un croyant.*

O JAGUARARY publica-se em dias indeterminados: e subscreva-se á 1$000 mensaes na Cidade do Natal em casa de Joaquim Ignacio Pereira; na de S. José em casa de Luiz José da Costa Arantes; e na do Assú em casa de Bernardo Ferreira Lins.

ANNO I.) DOMINGO 7 DE SETEMBRO DE 1851. (N. 4

O ARGOS NATALENSE.

O perfeito accordo, em que se acha o par- esclarecido zelo e patriotismo as tem defendido por toda a parte, dando garrote ás velhas crenças, que, não obstante os esforços da tyrannia, não podem vigorar nesta metade do seculo XX

Figura 11: Jornal *O Argos Natalense*. Fonte: O ARGOS NATALENSE. Natal, ano 1, n. 4, p. 1, 7 set. 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=766909&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a historiografia piauiense que estuda o período imperial brasileiro, e como o Império se instaurou no Piauí, e o Piauí no Império, aprofundamos nossas análises para a dimensão da política, da imprensa, da memória e das relações de poder. A despeito dos diversos trabalhos que os historiadores desenvolveram ao longo dos anos, muitos elementos que compõe a dinâmica social e política da província do Piauí continuam carentes de investigação.

Entre as diversas lacunas na historiografia piauiense, há períodos e temas da história do Piauí que precisam ser estudados. Existem, ainda, inúmeros personagens instigantes que merecem um local de destaque na memória escrita dessa sociedade. Isso é um dever essencialmente nosso, historiadores e historiadoras do Piauí. Diante disso, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva foi objeto desta dissertação e corresponde a um desses personagens que continuava no anonimato, como mencionamos anteriormente.

Em 1839, quando a pacata sociedade piauiense, nos termos do presidente Manuel de Sousa Martins, se via convulsionada pelos ventos da rebeldia provocados pela Balaiada, assiste-se de forma embrionária, ao início de uma nova configuração política que a curto e médio prazo provocaria mudanças significativas nas configurações da administração provincial. Essas mudanças abririam novos espaços e disputas de poder, ensejariam novas relações políticas, o surgimento de uma imprensa polemista e partidária, e a entrada do Piauí no centro das relações políticas do Império.

A participação de Lívio Lopes na Balaiada como o principal representante piauiense no movimento social, atraiu para ele a ira e a perseguição do presidente da província Manoel de Sousa Martins. O presidente via em Lívio Lopes Castelo Branco e Silva ameaça para a tranquilidade pública da província e para o seu governo. Lívio, por sua vez, via na Balaiada uma oportunidade de enfraquecer o poder e influência da família Sousa Martins, em especial Manoel de Sousa Martins.

A princípio, se olharmos de maneira superficial, o movimento da Balaiada, instaurado durante a Regência, não obteve resultado satisfatório. Lívio Lopes saíra vencido desse que podemos chamar de primeiro embate de forças na província, após as lutas de independência. Contudo, apesar de naquele momento o campo-maiorense não ter obtido sucesso, pouco tempo depois via realizados os seus objetivos. Em 1843, dois anos após o final da Balaiada, Manoel

de Sousa Martins, já não era o presidente da província, e muito se deveu a sua má conduta na repressão da Balaiada e aos esforços de seus opositores.

Ao sair do Piauí, em 1839, por estar sendo perseguido pelo presidente Manoel de Sousa Martins, Lívio Lopes passou pelas províncias do Ceará, Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco, percorrendo quase todo o território do que hoje é o Nordeste. Durante seus trajetos interprovinciais, conheceu e se relacionou com diversos sujeitos importantes no cenário da política imperial, como o senador José Martiniano de Alencar, do Ceará. Essas influências levaram Lívio Lopes a participar do Ajuntamento do Exú, em 1842. Esse levante foi um desdobramento do movimento que historiograficamente ficou conhecido por Revoltas Liberais de 1842.

Com a participação na Balaiada e nas Revoltas Liberais, mesmo anistiado, e nada devendo à justiça, Lívio Lopes continuava *persona non grata* em muitas regiões, inclusive, em sua província natal. Carregava o título de rebelde, balaio, traidor, covarde, entre outras desqualificações. Apesar de tudo, em 1844, retorna ao Piauí, em meio a uma nova conjuntura político-social. Voltava para influir nas eleições para deputação geral, apoiando candidatos de linha política diferente da sua, devido à oposição que fazia a Manoel de Sousa Martins.

O período que vai de 1844 a 1852, no Piauí, foi um dos mais efervescentes, em termos de dinâmica política e jornalística. É nesse momento que Lívio Lopes se lança como redator, político e rábula. Em 1846, criou *O Liberal Piauiense*, primeiro jornal liberal partidário do Piauí. A sociedade piauiense da década de 1840, diferente da dos anos 1830, possuía disputas políticas bem assentadas pelos grupos oligárquicos que disputavam os espaços de poder local. A imprensa aparece como balizadora dessas disputas e também local de embates ideológicos e familiares.

A dinâmica política do Império, nesse momento, parecia favorável ao grupo liberal do qual Lívio fazia parte. Os agentes políticos que antes se organizavam em torno de grupos com interesses comuns, passaram a construir e consolidar partidos políticos com coesão e projetos articulados. No Piauí, por exemplo, o grupo conservador era liderado por parte significativa da família Sousa Martins e as elites políticas centro-sulistas. O grupo liberal, por sua vez, era representado pelas elites centro-nortistas, tendo como família em evidência a Castelo Branco.

As alternâncias dos governos movimentavam as disputas e embates em torno dos cargos administrativos da província. Cabia ao presidente a delegação de funções, o que atraía o interesse dos grupos para uma possível colaboração. Em 1847, quando Marcos Antônio de Macedo foi nomeado presidente da província do Piauí, Lívio Lopes conseguia o cargo de chefe

da Guarda Nacional no Piauí. Além de Lívio, o presidente Marcos Macedo distribuiu benesses aos partidários do Partido Liberal, fazendo em alguns meses, uma frente liberal forte.

Em 1849, Lívio Lopes foi eleito o juiz de paz mais votado de Campo Maior, e seria o responsável pela fiscalização das futuras eleições em sua comarca. No entanto, em 1850, chegava ao Piauí, José Antônio Saraiva, enviado pelo gabinete conservador. A chegada de Saraiva no Piauí não foi vista com bons olhos, uma vez que significava que os liberais não detinham mais o controle do poder central no Império. A província foi entregue aos conservadores.

Lívio Lopes, em 1852, candidata-se ao cargo de deputado geral pelo Piauí, contudo, viu-se obrigado a retirar-se das eleições por não ter obtido apoio daqueles que julgava serem seus correligionários e por sofrer perseguições políticas, sobretudo porque era redator do jornal *O Argos Piauiense,* que fazia parte de uma rede jornalística que atacava o gabinete no poder e censurava seus ministros.

Frustrado por aquilo que julgava ter sido traição, Lívio Lopes desliga-se do Partido Liberal e se lança como republicano. Na verdade, acreditamos que Lívio simpatizava com o ideário republicano desde seu contato, em 1842, com os revolucionários de 1817 e 1824. Porém, as condições políticas do período não eram favoráveis a esse ideário. Além disso, o nome de Lívio era associado a desordem e a traição, o que poderia atrais mais represálias. Sua participação na Balaiada, nas Revoltas Liberais de 1842, nas disputas eleitorais na província do Piauí e sua atividade redatora polemista revelam que ele era um homem nem sempre acomodado às regras.

Não foi sem fundamento que colecionou desafetos em sua província e até fora desta, sendo citado inúmeras vezes em discussões no parlamento brasileiro, devido a sua fama de rebelde. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo da vida, e dos embaraços causados por seu caráter exaltado, Lívio conseguiu, mesmo que associado a muitas das desqualificações que lhe foram impostas desde 1839, a façanha de se tornar uma das principais lideranças políticas liberais do Piauí.

Da mesma forma que conseguiu muitos desafetos por toda a região norte, colecionou importantes relações de amizade e solidariedade. Lívio pode ser entendido como um homem multifacetado, um personagem camaleônico e complexo, sujeito cuja personalidade pôde e continuava a ser vista de muitas camadas. Apesar de ter atuado como coronel da Guarda Nacional, político e rábula, foi na condição de jornalista que Lívio Lopes Castelo Branco e Silva alcançou destaque. Suas contribuições na imprensa, onde atuou desde novo, lhe fizeram conhecido por todo o Império e, depois de sua morte, colaboraram para a preservação de sua

memória e para o reconhecimento de sua luta em defesa do que acumulou de respeito e prestígio em seu ciclo político.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ALENCASTRE, J. M. P. Notas diária sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauhy e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1872.

ARAÚJO, Johny Santana. O Piauí no processo de Independência: contribuição para construção do Império em 1823. *Clio: Revista de pesquisa histórica*. Recife, v. 33, n. 2, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24527/19816. Acesso em: 10 fev. 2023.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*. Ouro Preto, n. 15, p. 1-23, 2005.

BRASIL. Ministério da Economia. *José Antônio Saraiva*. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/jose-antonio-saraiva. Acesso em: 25 nov. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil monárquico*: dispersão e unidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

CARVALHO, Carlota. *O sertão*: subsídios para a história e geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, Flávio Fernandes. *Imprensa, política e sociedade*: memória e representação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva: 1839-1869. 2019. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

CARVALHO, Flávio Fernandes; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. As várias memórias de Lívio Lopes Castelo Branco: política e ressentimentos inscritos na imprensa escrita. *Humana Res*. Teresina, v. 1, n. 4, p. 52-72, jun./ago. 2021. Disponível em: https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/101. Acesso em: 10 jan. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, Wagner Melo de. "*O Norte brada constituinte*": projetos na imprensa liberal no Brasil Império, 1850-1852. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocupavam cargos importantes na província do Piauí*. 3. ed. Brasília; Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2014.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A Balaiada e as disputas de poder no Piauí. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (org.). *Política e Sociedade no Brasil Oitocentista*. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 15-42.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí no Período Regencial e início do Segundo Reinado. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas impressas*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020. p. 19-50.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Memórias em conflito: a Balaiada e as disputas de memória das elites políticas no Piauí oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*. Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552682006_ARQUIVO_ArtigoPedroVilarinhorevisado-10fev2019(2).pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Francisco Augusto Pereira. ***Cronologia histórica do Estado do Piauí***. São Cristóvão: Editora Artenova, 1974.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e bem-te-vis*: a guerrilha sertaneja. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KSPNTdZ3rJ7tBMKvZNdDfgs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jul. 2022.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil imperial*: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFFBAUER, Daniela. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*: memória da administração pública brasileira. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/568-zacarias-de-Góis-e-vasconcelos. Acesso em: 12 abr. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. *Hegemonia*. Brasília, v. 10, n. 14, p. 131-171, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil*: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC; CFH; GCN, 2008.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021. p. 23-43.

MUNARI, Rodrigo Marzano. *Deputados e delegados do poder monárquico*: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850). 2018. 344 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial*: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí:* a Balaiada. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*: a Balaiada. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*: os debates parlamentares (1820-1840). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. A prisão de Pedro Ivo e o debate político após a Praieira: 1849-1854. *Revista de História*. São Paulo, n. 177, p. 1-35, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Em meio à reforma constitucional: a luta política às vésperas da aprovação da lei de 12 de outubro de 1832. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 184-213, 2016. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12896/9394. Acesso em: 18 ago. 2022.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí.* 3. ed. Teresina: Zodíaco Editora, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. A Balaiada, de Clodoaldo Freitas: considerações em torno de um manuscrito oitocentista. In: FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

QUEIROZ, Teresinha. Ressentimentos políticos e lutas de memória em A Balaiada de Clodoaldo Freitas. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antônio (org.). *Tempo e memória*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 243-274.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense*: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÉMOND, René. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSAS, Suzana Cavani. Da "constituinte soberana" a "conciliação política sobre as bases das reformas": o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. *Revista de História*. São Paulo, n. 170, p. 291-316, jan./jun. 2014.

SANTOS, André Reis dos. *Violência e poder*: a Balaiada na província do Piauí. 2021. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

SCHIAVINATTO, Iara Lis; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As rememorações da "Bonifácia": entre a devassa de 1822 e o processo dos cidadãos de 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 462, p. 201-238, jan./mar. 2014.

SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella (org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade*: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852). 2016. 272 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

JORNAIS

ADMINISTRAÇÃO provincial. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 3, 13 maio 1846.

A ELEIÇÃO senatorial. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 142, p. 2, 4 jun. 1852.

A MUDANÇA da capital. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 91, p. 1-2, 12 jun. 1851.

A POLÍCIA em abandono nos termos de Campo Maior e Valença, o Sr. Dr. Zacarias, concorrendo se não direta, indiretamente, para serem assassinados alguns dos chefes do partido liberal, ou ministerialista. *O Liberal piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

A POLÍTICA do Sr. Dr. Martins e seu primo, correligionário e amigo Chico Piolho. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 8, p. 2, 31 ago. 1846.

A QUEM se deve os grandes males de que está ameaçada a importante comarca de Paranaguá? À péssima administração que está na quadra atual, fazendo o Sr. Dr. de Góis do Zacarias. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Protesto contra as violências do Sr. Presidente do Piauí Dr. Zacarias de Gois e Vasconcelos, e do Chefe de Polícia Francisco Xavier Sirqueira. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 1, 12 nov. 1846.

CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. A candidatura do Sr. coronel Castelo Branco... *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 450, p. 3-4, 29 set. 1852.

CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3-4, 4 mar. 1853.

CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

CORREIO da Bahia. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 46, p. 3, 1 ago. 1850.

CORRESPONDÊNCIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 135, p. 2, 23 jun. 1841.

CORRESPONDÊNCIAS. *O Diário Novo*. Recife, n. 105, p. 2-3, 9 dez. 1842.

DESPREZO a política pessoal, apelo para a política de princípios. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

ECO Liberal. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 52, p. 1, 12 set. 1850.

ELEIÇÃO de dois deputados pelo Piauí. *O Governista*. Oeiras, n. 14, p. 4, 31 dez. 1847.

ELEIÇÕES. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 145, p. 3, 2 jul. 1852.

ESTADO da província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.

IGNÓBIL vingança. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 13, p. 1-2, 13 dez. 1849.

INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 1, p. 3, 21 nov. 1839.

INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 1, p. 1, 21 nov. 1839.

INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 3, p. 2-3, 28 nov. 1839.

INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 5, p. 1, 5 dez. 1839.

INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 1, n. 6, p. 1-2, 9 dez. 1839.

INTERIOR. *O Telégrafo*. Oeiras, ano 2, n. 13, p. 1-2, 2 jan. 1840.

INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 153, p. 1, 15 jul. 1842.

INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 173, p. 1-2, 9 ago. 1842.

INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 181, p. 1, 19 ago. 1842.

NOTÍCIA da província. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2-4, 8 out. 1846.

NOTÍCIAS do novo ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 7, p. 1, 5 jul. 1846.

O ARGOS ALAGOANO. Maceió, n. 12, p. 1, 22 jan. 1852. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=811149&pesq=Argos&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS CACHOEIRANO. Cachoeira, ano 1, n. 1, p. 1, 7 set. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=815357&PagFis=1&Pesq=Argos. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS CEARENSE. Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 1, 7 set. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=778419&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS MARANHENSE. São Luís, n. 1, p. 1, 2 jan. 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=759350&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS NATALENSE. Natal, ano 1, n. 4, p. 1, 7 set. 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=766909&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS PIAUIENSE. Oeiras, ano 1, n. 20, p. 1, 25 ago. 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=700657&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS PERNAMBUCANO. Recife, n. 1, p. 1, 7 set. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=717517&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O ARGOS SANT'AMARENSE. Santo Amaro, ano 1, n. 1, p. 1, 8 dez. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=812889&pesq=Argos&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

O DIA de amanhã. *O Governista*. Oeiras, n. 7, p. 3, 6 nov. 1847.

O ECHO LIBERAL. Oeiras, n. 1, p. 1, 27 set. 1849.

O GOVERNISTA. Oeiras, n. 1, p. 1, 25 set. 1847.

O GOVERNISTA. *O Governista*. Oeiras, n. 22, p. 2, 26 fev. 1848.

O GOVERNISTA. *O Governista*. Oeiras, n. 25, p. 1, 18 mar. 1848.

O LIBERAL PIAUIENSE. Caxias, ano 1, n. 1, p. 1, 13 maio 1846.

O PIAUIENSE do Pedro Onze. *O Governista*. Oeiras, n. 26, p. 3-4, 25 mar. 1848.

OS MANEJOS dos partidos. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 3, p. 2-3, 28 maio 1846.

OS PARTIDOS que existem na província e suas tendências. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 3-4, 13 maio 1846.

O RELATÓRIO da presidência na instalação da Assembleia Provincial. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 12, p. 1, 29 out. 1846.

O SNR. DR. Manoel Joaquim Bahia. Juiz de direito da comarca da Parnaíba, conspirando contra o ministério. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1-2, 8 out. 1846.

PARABÉNS piauienses! *O Cearense*. Fortaleza, n. 66, p. 3, 12 jul. 1847.

PARA o S. Dr. Zacarias ler. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 11, p. 3, 21 out. 1846.

PIAUÍ. *O Cearense*. Fortaleza, n. 16, p. 3, 13 jan. 1847.

POTI 25 de abril de 1851. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 87, p. 4, 15 maio 1851.

PROPAGANDO do S. Martins. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 4, p. 3, 23 jun. 1846.

PROSPECTO. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 1, p. 1, 13 maio 1846.

PROSPECTO. *O Governista*. Oeiras, n. 1, p. 1-2, 25 set. 1847.

QUEDA do ministério, reboliço em palácio com a chegada do correio. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 1, 23 jul. 1846.

QUEM são os Souzas Martins... *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2-3, 8 out. 1846.

QUEM são os Souzas Martins da época da independência do Brasil até hoje? Quem são os Castelo Branco desde então até agora?. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 10, p. 2, 8 out. 1846.

SILVA, Félix Pereira da. Correspondência. *O Liberal Piauiense*. Caxias, ano 1, n. 14, p. 3-4, 12 nov. 1846.

ANAIS DO PARLAMENTO

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1843.

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1845.

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 8 mar. 1845.

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1845.